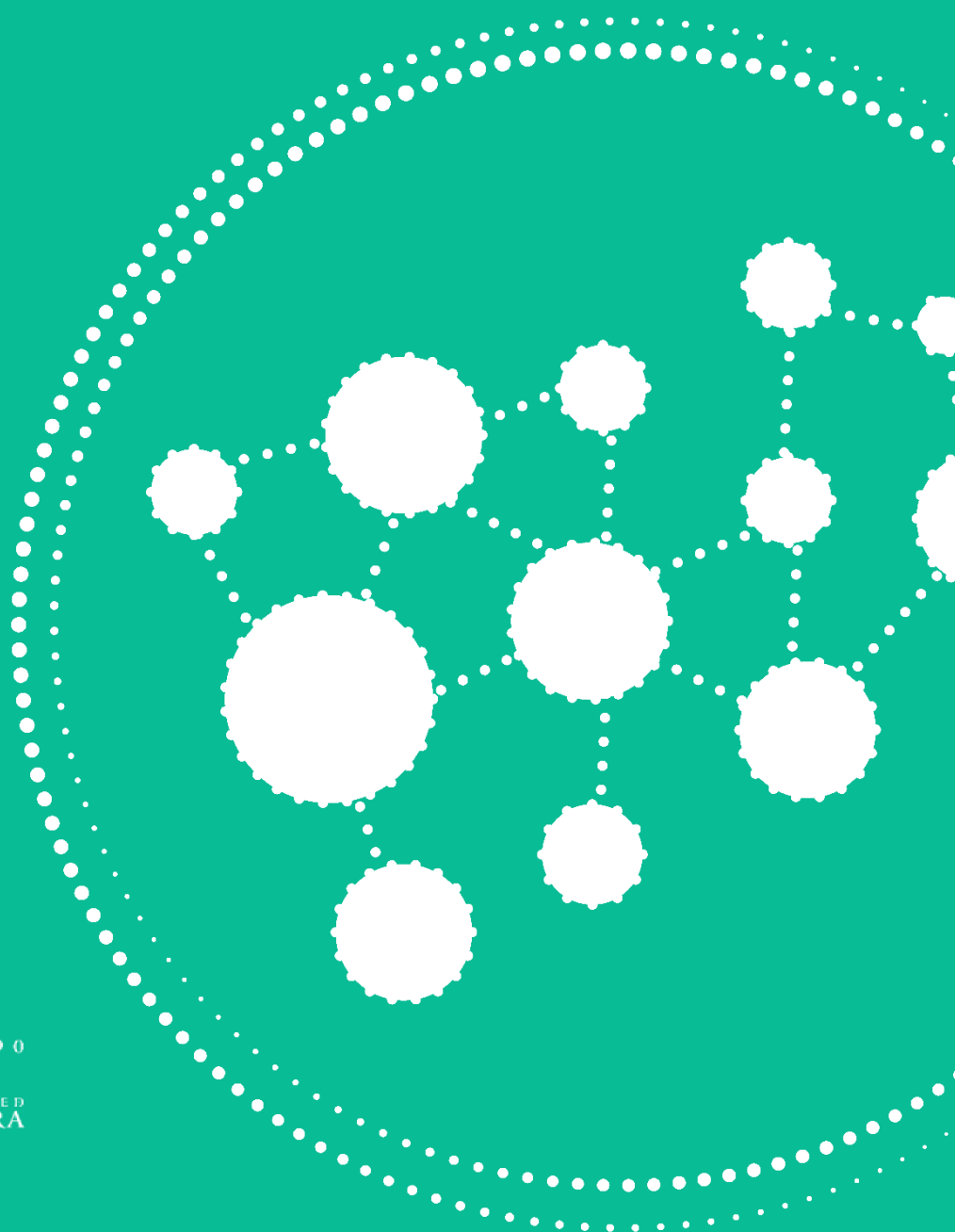


CARTA SOCIAL DE ALVAIÁZERE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



CARTA SOCIAL DE ALVAIÁZERE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÍNDICE

Acrónimos e Siglas	11
Conceitos	12
INTRODUÇÃO.....	15
1. Introdução	17
2. Âmbito, Natureza e Objetivos	20
3. Metodologia	21
A. CONTEXTUALIZAÇÃO	23
1. Inclusão social e combater a pobreza: pressupostos para a intervenção local	25
2. A Estratégia Portugal 2030 e a agenda temática para a Inclusão.....	27
3. Programa Rede Social: estrutura orgânica e instrumentos de planeamento.....	30
3.1. Programa Rede Social no Município.....	31
B. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	35
1. Território.....	37
1.1. Localização e caracterização física	37
1.2. Rede de acessibilidades	40
2. Dinâmicas demográficas. Passado, Presente e Futuro	43
2.1. Evolução e distribuição da população.....	43
2.2. Fatores da dinâmica demográfica: natalidade, mortalidade e crescimento natural	47
2.3. Estrutura etária da população, envelhecimento e dependência	50
2.3.1. População residente com dificuldades.....	53
2.4. Projeções demográficas	56
2.4.1. População residente	56
2.4.2. Natalidade	57

2.4.3. Estrutura etária, Envelhecimento e Dependência	58
3. Caraterização socioeconómica	63
3.1. Nacionalidade e Multiculturalidade	63
3.2. Movimentos Pendulares	66
3.3. Famílias	69
3.4. Condições de vida	76
3.4.1. Habitação e construção	76
3.4.2. Meio de vida e prestações sociais	80
3.5. Escolarização da população	87
3.6. Dinâmica económica e mercado de trabalho	93
3.6.1. Empresas e território	93
3.6.2. Atividade, emprego e desemprego	97
3.7. Saúde	109
C. DIAGNÓSTICO SOCIAL	113
1. Rede de Serviços e Equipamentos Sociais	115
1.1. Análise Global	115
1.1.1. Entidades proprietárias	115
1.1.1.1. Distribuição das entidades proprietárias segundo a natureza jurídica	115
1.1.1.2. Caraterização dos recursos humanos	117
1.1.1.2. Caracterização da frota automóvel	118
1.1.2. Equipamentos Sociais	119
1.1.2.1. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária	119
1.1.2.2. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a população-alvo	121
1.1.2.3. Caracterização do edificado	123
1.1.2.4. Análise dos espaços interiores	125
1.1.3. Respostas Sociais	128
1.1.3.1. Distribuição das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária	129
1.1.3.2. Distribuição das respostas sociais segundo a população-alvo	130
1.1.3.3. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social	133
1.1.3.4. Início de funcionamento das respostas sociais	134
1.1.3.5. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais segundo a população-alvo	135
1.2. Análise das Respostas Sociais por Grupo-Alvo	137

1.2.1. Infância e Juventude	137
1.2.1.1. Crianças e Jovens	140
1.2.1.1.1. Creche.....	140
1.2.1.1.2. Estabelecimento de educação pré-escolar	144
1.2.1.1.3. Centro de atividades de tempos livres	148
1.2.2. Pessoas Adultas	153
1.2.2.1. Pessoas Idosas	153
1.2.2.1.1. Serviço de Apoio Domiciliário	156
1.2.2.1.2. Centro de Convívio	162
1.2.2.1.3. Centro de Dia	166
1.2.2.1.4. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	171
1.2.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência	177
1.2.2.2.1. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	179
1.2.2.2.2. Lar Residencial (LR)	182
1.2.2.3. Pessoas em Situação de Dependência	186
1.2.2.3.1. Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)	186
1.2.2.3.2. Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	189
1.2.2.3.3. Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	193
2. Prestações sociais: pecuniárias e em espécie.....	197
2.1. Rendimento Social de Inserção (RSI)	198
2.1.1. Caracterização da População Utente.....	199
2.2. Complemento Solidário para Idosos	201
2.3. Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	202
3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	204
4. Outras Políticas, Programas e Medidas	207
4.1. Infância e juventude	209
4.1.1. Crianças e jovens	209
4.2. População adulta	211
4.2.1. Pessoas idosas.....	211
4.2.2. Pessoas em situação de dependência	212
4.3. Família e comunidade	213
4.3.1. Família e comunidade em geral	213
4.3.2. População em situação de vulnerabilidade Social	218
4.3.3. Empresas e Empreendedores	220

4.3.4. Bombeiros de Alvaiázere	220
4.3.5. Emigrantes e Ex-emigrantes	221
5. Síntese do diagnóstico	222
D. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	229
1. Missão, visão e valores	232
2. Objetivos e parâmetros orientadores.....	233
3. Articulação com outros instrumentos estratégicos.....	235
4. Desafios do território para a intervenção numa agenda para a Inclusão	237
5. Eixos de intervenção, objetivos e ações	238
6. Acompanhamento, Monitorização e Avaliação	251
Bibliografia	253
Índice de Ilustrações	261
Figuras	261
Quadros.....	266

Acrónimos e Siglas

AAC - Ajuda Alimentar a Carenciados

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

CC - Centro de Convívio

CD - Centro de Dia

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CS - Cantina Social

CSI - Complemento Solidário para Idosos

ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

EPCC - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Ha - Hectare

hab/km² - Habitantes por km²

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

Jl - Jardim de Infância

LIJ - Lar de Infância e Juventude

LR - Lar Residencial

INE - Instituto Nacional de Estatística

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDM - Plano Diretor Municipal

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

ULDm - Unidade de Longa Duração e Manutenção

UMDR - Unidade de Média Duração e Manutenção

UF - União de Freguesias

Conceitos

Equipamento Social - Edificação destinada à prestação de serviços e respostas sociais à comunidade ou de enquadramento a determinadas respostas que são prestadas junto da comunidade (exemplo de serviços ambulatoriais e domiciliários).

Resposta Social - Conjunto de iniciativas/serviços de ação social desenvolvidos no interior ou a partir de um equipamento social, organizados em função dos diversos públicos-alvo- infância e juventude; população adulta; família e comunidade, com vista a satisfazer determinadas necessidades dos utentes. Poderá ser desenvolvida em equipamento ou através da prestação de um serviço.

Conceitos Referentes a Respostas Sociais Existentes

CRIANÇAS E JOVENS

Creche - Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

Estabelecimento de Educação Pré-escolar - Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

Centro de Atividades de Tempos Livres - Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multi-atividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

POPULAÇÃO IDOSA

Serviço de Apoio Domiciliário - Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Centro de Convívio - Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

Centro de Dia - Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão - Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

Lar Residencial - Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

Equipa de Cuidados Continuados Integrados - Unidade que presta cuidados domiciliários a vários níveis, “prestando cuidados globais a pessoas em situação de dependência” (Dec. Lei nº 101/2006, de 6 de junho). Trata-se de uma resposta social que “se destina a pessoas em situação de dependência funcional transitória ou prolongada, que não se podem deslocar de forma autónoma, cujo critério de referência assenta na fragilidade, limitação funcional grave, condicionada por fatores ambientais, com doença severa, em fase avançada ou terminal, ao longo da vida, que reúnam condições no domicílio que permitam a prestação dos cuidados continuados integrados”

Unidade de Média Duração e Reabilitação - Resposta social destinada “a pessoas que, na sequência de doença aguda ou reagudização de doença crónica, perderam a sua autonomia e funcionalidade, mas com potencial de reabilitação funcional e que necessitem de cuidados de saúde, apoio social, que pela sua frequência ou duração, não podem ser prestados no domicílio”.

Unidade de Longa Duração e Manutenção - Resposta social destinada “a utentes com doença ou processo crónico, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou noutro tipo de resposta. Presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida.



INTRODUÇÃO

1. Introdução

“Cada geração terá melhores condições de vida do que a anterior”

(Comissão Europeia, 2017b:9)

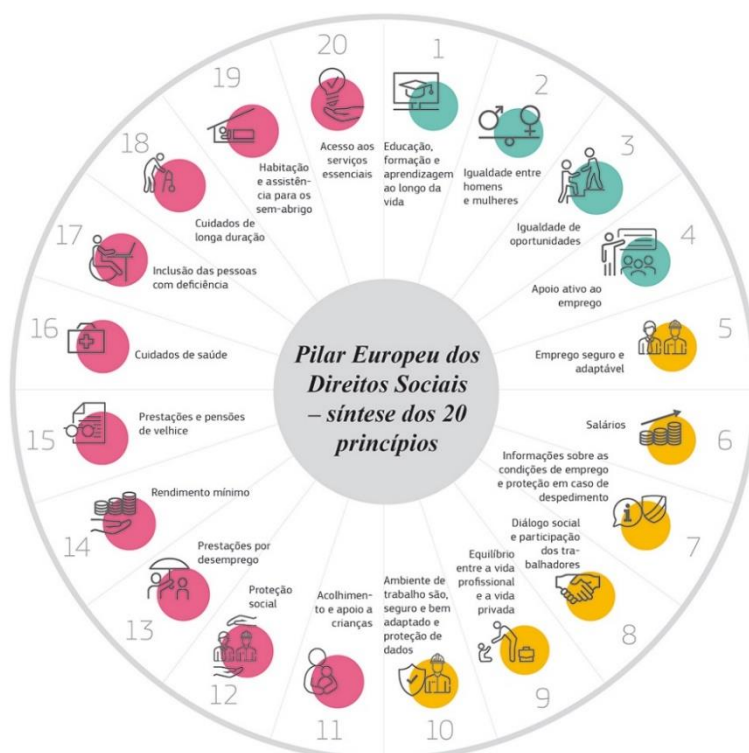
Para uma sociedade mais inclusiva e mais justa, a União Europeia assumiu, no ano 2017, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais comprometendo cada estado-membro a tomar iniciativas concretas em três áreas de convergência para a construção de uma Europa Social. O Pilar pretende reforçar o bem-estar das populações potenciando os direitos sociais através da promoção da igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, da criação de condições de trabalho justas, e através da garantia de proteção e inclusão social adequadas e sustentáveis (Comissão Europeia, 2017; 2018a).

As alterações climáticas e os desafios ambientais, a digitalização, a globalização e as tendências demográficas estão a mudar rapidamente a nossa vida quotidiana. A COVID-19 expôs a Europa a novas mudanças drásticas nos nossos empregos, na educação, na economia, nos sistemas de proteção social e na vida social. É em momentos de transformações profundas como esta que o nosso tecido social é posto à prova (Comissão Europeia, 2021).

Os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais constituem o ponto de partida para uma Europa social forte e definem a visão para o nosso novo «conjunto de regras sociais». Expressam princípios e direitos essenciais para dotar a Europa do século XXI de mercados de trabalho e de sistemas de proteção social que sejam justos e funcionem corretamente. Alguns princípios reafirmam direitos já consagrados no acervo da União; outros fixam objetivos claros para o futuro, à medida que damos resposta aos desafios decorrentes da evolução societal, tecnológica e económica (Figura 1).

A boa concretização destes princípios e direitos impõe uma responsabilização conjunta, envolvendo as autoridades europeias, nacionais, regionais e locais, parceiros sociais e a sociedade civil (Comissão Europeia, 2017). No contexto do planeamento territorial abrem-se novas metodologias e dinâmicas participativas destacadas para alcançar um desenvolvimento mais sustentável em termos sociais, económicos e ambientais (Guerra et al., 2019). No século XXI, a descentralização, a crise económica e a crescente exigência de eficácia na administração pública sugerem o aumento da colaboração entre atores públicos num sistema de governança multinível e em interação com atores e agentes não estatais e privados na produção, financiamento e implementação de políticas públicas (Majone, 1994; Pülzl & Treib, 2007). O processo de europeização das políticas públicas portuguesas, tanto na sua componente substantiva como nas geometrias institucionais encontradas para a sua operacionalização (Monteiro & Romão, 2018), tem reforçado o modelo de governança multinível com três níveis: o central, o sub-regional e o local. O reconhecimento da complexidade dos problemas sociais e a limitação de recursos tem colocado face a face uma multiplicidade de atores

que podem contribuir com soluções nas suas áreas de responsabilidade, atendendo aos seus recursos, experiências e competências (Guerra et al., 2019). O seu envolvimento na resolução de problemas complexos, como a pobreza e a exclusão social, requer uma abordagem multidimensional a nível de políticas económicas e sociais e potencia a adequação de respostas às necessidades dos cidadãos e das comunidades locais (Adam & Kriesi, 2007).



Fonte: Comissão Europeia, 2021.

Figura 1. Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Na compreensão da reconfiguração das funções sociais do Estado e do aumento do envolvimento de atores não-estatais é relevante o conceito de descentralização. Este refere-se à transferência de autoridade e responsabilidade por funções públicas do governo central para governos intermediários e locais ou organizações governamentais não estatais e/ou o setor privado (Banco Mundial, não datado-b). Os governos locais extraem uma maior sensibilidade territorial porque estão mais próximos das pessoas do que os governos centrais, assumindo-se, por isso, que são potenciadas respostas mais adequadas às suas necessidades, atendendo às condições e aos recursos disponíveis (UCLG, 2010).

O envolvimento dos atores locais e o estabelecimento de parcerias entre organizações representativas da sociedade civil são identificados como decisivos na promoção da participação das pessoas no processo de desenvolvimento social (Baltazar, 2004). A participação dos cidadãos nas decisões que lhes dizem diretamente respeito pode contribuir para assegurar o exercício da democracia e da cidadania, e potenciar a prossecução dos seus interesses (Comissão Europeia, 2018b; Guerra, 2006).

Portugal é um Estado unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.

Desde os anos 90, tem havido uma mudança significativa no sentido de uma multiplicação de políticas sociais territorializadas, baseadas em estruturas de carácter local e disseminadas por todo o território. As organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos desempenham um papel progressivamente mais importante na implementação de medidas de política social e na implementação de programas a nível local. Uma nova lógica de interpretação mais concêntrica e reticular das questões sociais tem criado mecanismos de articulação entre as diferentes esferas de produção do bem-estar (Albuquerque & Guerra, 2018).

A **revalorização do território local** como locus de ação ganhou novo ânimo quando em 2018, o **processo de descentralização** conheceu novos desenvolvimentos com a publicação da Lei-quadro da **transferência de competências para as autarquias locais** e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto), concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. A transferência de competências concretiza-se em diversos domínios, dos quais destacamos: a Educação, Ação Social, Saúde, Proteção Civil, Justiça, Habitação, Transportes e Comunicação, etc. É no alargamento do campo das relações e problemáticas que as autarquias encontram o seu papel reforçado. Para além de se constituírem como entidades políticas autónomas com atribuições e competências próprias, assistem ao alargamento das funções de investimento e infraestruturação do território para entidades que atualmente assumem um papel central na provisão de serviços e políticas públicas (Monteiro & Romão, 2018).

Neste ensejo, as competências das autarquias no âmbito da ação social veem fortalecida a importância da dimensão diagnóstica como ferramenta de decisão estratégica e de desenvolvimento social. É da competência dos órgãos municipais, de acordo com o artigo 12º, alíneas b e c, elaborar as Cartas Sociais Municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais; e assegurar a articulação entre as Cartas Sociais Municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional, respetivamente.

A **Carta Social** constitui-se como um elemento de extrema relevância para uma **intervenção social mais prospetiva, holística, inovadora** e consequente em termos de resultados, de eficiência e de adaptabilidade às mudanças (in)esperadas, desejadas ou provocadas (Albuquerque & Guerra, 2018). Trata-se de um instrumento determinante para o planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais (Cordeiro, 2013). A dimensão estratégica e prospetiva enfatiza a consequencialidade subjacente à elaboração do estudo de análise da dinâmica da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, ou seja, a preocupação de aceder a um melhor conhecimento do contexto, não como um fim em si mesmo, mas como um meio para definir, de modo mais fundamentado, as opções de desenvolvimento, a curto, médio e longo prazo, não anulando, mas potenciando, as sinergias e os pontos fortes do território (Albuquerque & Guerra, 2018).

2. Âmbito, Natureza e Objetivos

A **Carta Social** surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de **planeamento territorial** e de **apoio à tomada de decisão**, pretendendo -se que constituam um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território.

O desenvolvimento deste instrumento de planeamento visa a criação de espaços social e territorialmente coesos, com uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como a tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade.

A Carta Social municipal é, ainda, um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir que, ao nível do município, se dispõe de uma rede de serviços e equipamentos adequadamente dimensionada e distribuída e que responda com eficiência às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

Como **instrumento de diagnóstico e planeamento prospetivo**, a carta social municipal deve conter:

- a) Uma caracterização do território, designadamente nas vertentes demográfica, socioeconómica e física;
- b) O mapeamento dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo georreferenciação dos mesmos;
- c) Uma prospeção que, em face das necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada município.

A **Carta Social de Alvaiázere** pretende ser, no seu essencial, um conjunto de bases de dados comportando diversos ficheiros temáticos relacionáveis entre si, com uma base geográfica desagregada aos diversos níveis estatísticos, integrando informação relevante para a caracterização da situação social e suscetível de ser permanentemente atualizável.

Todavia, para que a Carta Social possa ser verdadeiramente um instrumento multiusos de extrema flexibilidade, esta, para além de integrar um diagnóstico do sistema social, deve ainda incluir um conjunto de questões relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais e uma componente dinâmica. O conhecimento do território, da demografia, que inclui as projeções demográficas a 2041, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular, da educação, da saúde e do lazer e turismo assume um papel preponderante para a perceção da realidade presente e futura de um determinado território.

Para atingir a finalidade a que se propõe, a **Carta Social do Município de Alvaiázere** apresenta dois grandes conjuntos de **objetivos**, nomeadamente:

Objetivos operacionais:

- Diagnosticar a oferta da rede serviços e equipamentos sociais;
- Identificar as principais carências e problemáticas sociais;
- Determinar os domínios e os locais de intervenção social prioritária;
- Realizar a projeção demográfica dos grupos-alvo;
- Definir os critérios de programação dos serviços e equipamentos sociais.

Objetivos estratégicos:

- Orientar os investimentos municipais em serviços e equipamentos sociais;
- Orientar os investimentos das entidades parceiras públicas, privadas e cooperativas;
- Contribuir para a concretização do PDS e do PA;
- Fornecer orientações para o Plano Diretor Municipal (PDM).

A plena concretização destes objetivos só é possível com o contributo da Carta Social, pois só com base numa ferramenta com estas características se torna exequível um efetivo planeamento das intervenções sociais a realizar, sempre com base no princípio da otimização dos recursos, quer existentes, quer previstos, adequando a oferta à procura, com vista ao colmatar das carências e problemáticas sociais detetadas.

3. Metodologia

O desenvolvimento de um instrumento com carácter oficial, global e de fácil acesso contendo a informação mais relevante relativa ao diagnóstico da rede de serviços e equipamentos sociais, bem como a análise prospetiva de indicadores que concorrem para a melhoria da qualidade de vida da população é o principal objetivo da realização deste trabalho.

Naturalmente, a concretização deste objetivo obrigou, naturalmente, num primeiro momento, à assunção de conceitos de base, parâmetros e metodologia, de forma a definir a constituição das diversas componentes deste projeto. Uma segunda etapa teve por base o desenho e implementação de **5 questionários**, os quais se revelaram determinantes para a recolha de toda a informação respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais. Para este efeito foram construídos 5 questionários, através da plataforma online Google Forms designadamente: A) Entidade gestora; B) Equipamento social; C) Crianças e jovens; D) Pessoas Idosas; D) Pessoas Adultas com Deficiência. Simultaneamente, e através dos

dados cedido por parte da Câmara Municipal de Alvaiázere, foram também consideradas as prestações pecuniárias, as prestações em espécie, as outras políticas, programas e medidas e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que constituem os mecanismos de ação social de combate à pobreza e à exclusão social. O levantamento da informação decorreu entre 01 de fevereiro de 2021 e 19 de agosto de 2021. A elaboração dos inquéritos e respetivas bases de dados associadas resultou da cooperação entre a equipa que desenvolve o projeto e a equipa da autarquia que atua na área social. Excetuando a necessidade de terminologia, própria de cada temática relacionada com o sistema social, pretendeu-se uniformizar ao máximo o processo de recolha da informação, tarefa que viria a revelar-se bastante complexa, dado a elevada quantidade de informação alfanumérica a considerar. O contacto estreito com os diferentes agentes no sistema social tem como objetivo permitir que este documento possa refletir um conhecimento mais fiel da realidade existente. Além disso, a recolha da informação junto dos responsáveis torna este trabalho ainda mais humano e capaz de perceber a verdadeira dimensão das carências e problemáticas sociais existentes.

No que respeita à informação centrada nas questões mais relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais, sentiu-se a necessidade de integrar duas componentes distintas, uma de caracterização e análise, onde se aborda o território, a demografia, a socioeconomia, a educação, a saúde ambiente, condições de vida, movimentos pendulares, dinâmica económica, nacionalidade, famílias, e uma prospetiva, onde são realizadas as projeções demográficas a 2031, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular.

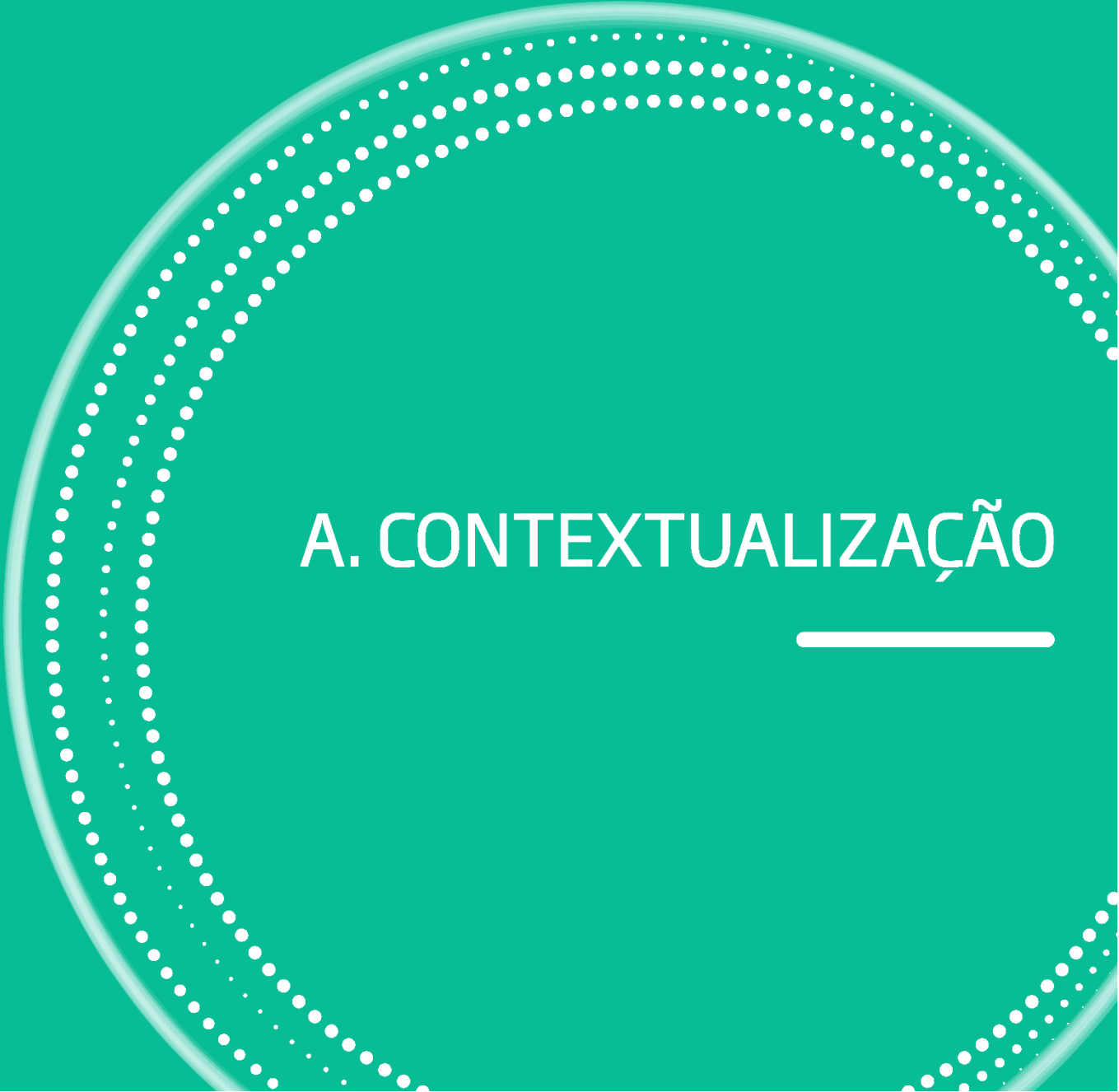
O relatório é constituído por três partes distintas, designadamente o Diagnóstico Territorial, o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social.

O **Diagnóstico Territorial** integra a caracterização do território, da demografia, que inclui as projeções demográficas a 2031, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo. Na componente socioeconómica são analisados os aspetos relacionados com a nacionalidade, as famílias, as condições de vida e rendimentos, a educação, a dinâmica económica e a saúde.

No **Diagnóstico Social** efetua-se o tratamento e análise estatística e o respetivo diagnóstico da informação relativa aos mecanismos de ação social de combate à pobreza e à exclusão social, que incluem a rede de serviços e equipamentos sociais, as prestações pecuniárias, as prestações em espécie, as outras políticas, programas e medidas e a CPCJ, avaliando-se a sua adequação à realidade municipal. O **Plano de Desenvolvimento Social** determina os eixos de intervenção e os objetivos estratégicos, baseados nas prioridades definidas nos Diagnósticos Sociais.

O resultado a que se chega é o corolário de um trabalho profundo de diagnóstico das carências e problemáticas sociais existentes, passando os diversos parceiros no sistema social a dispor de um completo e fundamental documento que possibilita a caracterização de toda a rede de serviços e equipamentos sociais.

De acordo com a Portaria n.º 66/2021 de 17 de março, a Carta Social municipal tem uma vigência de quatro anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período.



A. CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Inclusão social e combater a pobreza: pressupostos para a intervenção local

Reconhecendo-se que, como Giddens (2012, p.15), “o mundo em que vivemos, no século XXI [é] (...) realmente diferente do que foi em outras épocas”, empreende-se como necessária a adequação das agendas políticas às exigências das sociedades contemporâneas, através da adoção de uma “nova gramática de reivindicação política” (Fraser, 2002). Tal, não significa, que os problemas sociais manifestos sejam produto recente, mas antes que os velhos problemas se revestem hoje de diferentes características, que pressupõem uma leitura dos mesmos à luz do atual paradigma contextual e uma ação ajustada às propriedades manifestadas atualmente pelos referidos problemas.

Os conceitos de pobreza e inclusão social carecem, em lógica análoga aos demais fenómenos sociais, de uma perspetiva de leitura e conceptualização consensual, unitária e suficientemente abrangente para abarcar o seu carácter multidimensional. Não obstante, os empreendimentos teóricos, desenvolvidos por diferentes autores e integrados na produção científica do século XX, revestem-se de generalizado consenso por via da identificação da pobreza como situação de não satisfação de determinadas necessidades, ou circunstâncias em que, face à carência de recursos económicos, não é providenciado um nível de vida minimamente aceitável para o ser humano (Pereira, 2010). A situação de pobreza traduz a condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais (EAPN, s/data).

Na contemporaneidade e numa lógica de globalização, a pobreza deve ser concebida enquanto caso extremo de desigualdade na repartição do rendimento (INE, 2010). Entende-se, hoje, que o desequilíbrio na forma como a riqueza é distribuída constitui um fator disseminador da pobreza e exclusão social. Ultrapassadas concepções redutoras da pobreza à não participação na atividade económica, concorda-se a verificação de tal fenómeno em indivíduos e agregados inseridos no mercado de trabalho. Efetivamente, e em concordância com o explanado nas Recomendações e Propostas do Grupo de Trabalho – Trabalho Digno e Crescimento Económico (ANIMAR, 2017), verificam-se transformações significativas e profundas nos “regimes de regulação e de organização do trabalho” com a consequente usurpação de direitos de proteção e dignidade dos trabalhadores.

Integram e ilustram as referidas mutações: a diminuição do número de trabalhadores/as com contrato permanente (ou sem termo); o aumento do horário de trabalho efetivo (em comparação com a média europeia) e a tendência crescente do trabalho duplo, subemprego, trabalho com horários “atípicos”, precariedade laboral e trabalho não declarado. Em sentido concordante, Portugal enfrenta uma polarização do universo laboral em que, por um lado, se verifica “um segmento sobrecarregado de trabalho” e, por outro, “os que só têm acesso a trabalhos precários e indignos” (ANIMAR, 2017, p 4).

Num exercício de análise comparativa com os restantes países europeus, Portugal mantém uma significativa assimetria na distribuição dos rendimentos salariais e o número de trabalhadores pobres acima da média, razões pelas quais se posiciona “como um dos países mais desiguais da Europa” (ANIMAR, 2017; Rodrigues et al., 2016).

A Proteção Social, o Funcionamento do Mercado e as Políticas Económicas (europeias e internacionais) têm igualmente sustentado a precarização do trabalho, com efeitos efetivos nas condições de vida das populações: reduziram-se as despesas da Segurança Social com os subsídios, decresceu a atividade sindical e a taxa de cobertura das convenções coletivas de trabalho; firmaram-se os mercados e capitais financeiros, cresceu a financeirização e fomentou-se a autorresponsabilização dos indivíduos na aquisição dos seus próprios rendimentos (através, por exemplo, do estímulo ao empreendedorismo); advogaram-se aumentos na produtividade, mão de obra intensiva e a promoção de economias circulares, solidárias, populares e do trabalho (ANIMAR, 2017).

No cenário português e atendendo ao suprarreferido, o trabalho tem vindo a promover a precariedade, - através da retração dos rendimentos familiares - a insegurança, - ao reduzir as condições de segurança no trabalho e de proteção à família - e a inadequação - desinvestindo na formação dos trabalhadores (ANIMAR, 2017; Rodrigues et al., 2016). A crise de 2008 traduziu um acréscimo da população em situação de pobreza, acarretando ainda a deterioração dos recursos da população pobre: registou-se um crescimento da taxa de pobreza na ordem dos 1.6% (Rodrigues et al., 2016).

Com igual significância, importa refletir acerca do indicador da privação material, - “carateriza o bem-estar dos indivíduos e das famílias a partir da quantificação da satisfação de um conjunto padrão de itens de conforto” - que, no período compreendido entre 2009 e 2014, crescera em 4% (Rodrigues et al., 2016, p. 22). Significa que aliada à pobreza material, há um conjunto de itens de que o indivíduo é privado pela não integração, ou incorporação precária, do sistema económico. Integre-se, nesta sequência, a noção de “pobre consistente”: o indivíduo que se encontra em situação combinada de pobreza material e de privação e que, em 2013, correspondia à realidade de 10,5% da população nacional (Rodrigues et al., 2016, p.23).

Os constrangimentos associados ao desequilíbrio no acesso aos rendimentos, não devem ser pensados alheios à noção de inclusão social. Sendo um processo multidimensional e relacional de oportunidades crescentes de participação social visa a melhoria da capacidade para cumprir papéis sociais normativamente prescritos, ampliando laços sociais de respeito e reconhecimento, permitindo a construção, ao nível coletivo, de laços sociais, coesão, integração e solidariedade. A inclusão social pode referir-se a um processo que incentiva a interação social entre pessoas com diferentes atributos socialmente relevantes ou um mecanismo institucional impessoal para abrir o acesso à participação em todas as esferas da vida social (Silver, 2015).

A promoção da inclusão social e o combate à pobreza deve constituir um produto de concertação de duas dimensões do ordenamento social, - a dimensão da distribuição e a do reconhecimento - devendo ser lida e defendida numa ótica bifocal, que promove simultaneamente uma distribuição justa e o reconhecimento recíproco. Significa, perante o explanado, que deve ser compatibilizado um modelo que combine as tradicionais

preocupações das teorias de justiça distributiva, mas que, paralelamente, não pode descurar questões afetas à representação, identidade e diferença (Fraser, 2002).

Atualmente e na sequência da acelerada globalização económica, assistimos a uma mudança paradigmática na transposição da redistribuição para o reconhecimento. O entendimento político reveste-se, ou deveria revestir-se, da sacralidade de ambas as persecuções: a justiça social, neste processo, advém da conjugação das preocupações de uma distribuição equitativa da riqueza gerada com o respeito e integração da diferença (Fraser, 2002).

Urge, face ao exposto, a necessidade de trilhar uma trajetória local cimentada em dois pilares fundamentais: a erradicação da pobreza, enfatizando as situações de pobreza extrema e a derivada das desigualdades no acesso aos rendimentos (a dimensão da distribuição), e a integração social, zelando a construção de uma sociedade justa, promotora dos Direitos Humanos e assente na igualdade de oportunidades (a dimensão do reconhecimento).

2. A Estratégia Portugal 2030 e a agenda temática para a Inclusão

As últimas décadas testemunharam significativos progressos na economia, sociedade e território portugueses. Não obstante os progressos registados, persistiam, no início de 2020, importantes bloqueios ao desenvolvimento económico, social e territorial português, nomeadamente ao nível das qualificações, da especialização da economia, das desigualdades e da coesão territorial. A crise sanitária provocada pela pandemia da doença COVID-19 veio constituir um elemento de disrupção no processo de crescimento em curso, o qual exigiu a adoção de medidas de controlo da transmissão da doença, que vieram introduzir um profundo choque nas cadeias económicas, quer do lado da oferta, quer da procura (Estratégia Portugal 2030).

Não obstante a adoção rápida de medidas de contingência, Portugal vê os principais indicadores macroeconómicos deteriorarem-se de forma significativa, com o País a entrar em recessão e as previsões a apontarem para uma das piores crises económicas e sociais. Assim, Portugal tem de responder de forma inovadora e reforçada, fazendo dos constrangimentos estruturais, oportunidades para promover uma recuperação e transformação alinhadas com os novos desafios da transição digital e climática, com o desafio demográfico, pugnando por uma sociedade mais justa e igualitária.

É nesse contexto que é adotada a **Estratégia Portugal 2030** como quadro de orientação geral para a definição e implementação das políticas públicas estruturais na próxima década. Portugal irá receber nos próximos nove anos e, de forma particular, nos próximos seis anos, um montante de apoios europeus que rondará os 50 mil milhões de euros, pelo que a presente Estratégia Portugal 2030 deverá, de forma consensualizada, estabelecer as agendas estratégicas e prioridades de intervenção a concretizar na programação

operacional dos instrumentos que a implementam (nomeadamente, PRR, PEPAC, Acordo de Parceria) (Estratégia Portugal 2030).

A Estratégia Portugal 2030 integra **4 agendas temáticas**: Agenda temática 1 – As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; Agenda temática 2 – Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; Agenda temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos e Agenda temática 4 – Um País competitivo externamente e coeso internamente.

A **agenda temática 1** coloca as pessoas no centro das preocupações e pretende promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo ainda aos desafios da transição demográfica e do envelhecimento. Estes desafios são tanto mais necessários face às consequências socioeconómicas desencadeadas pelo surgimento da doença COVID-19 com reflexos no agudizar dessas desigualdades nos públicos-alvo da presente agenda. São assumidos como objetivos para esta agenda mitigar a perda populacional atualmente projetada para 2030, prosseguindo a recuperação dos indicadores de natalidade e reforçando os saldos migratórios, reduzir a incidência de fenómenos de exclusão, incluindo do desemprego de longa duração, e pobreza e os indicadores de desigualdade e de precariedade laboral nos adultos, e especialmente nos jovens, convergindo para os níveis médios da UE.

Esta primeira agenda incorpora intervenções focadas em cinco domínios estratégicos:

- Sustentabilidade demográfica;
- Promoção da inclusão e luta contra a exclusão;
- Resiliência do sistema de saúde;
- Garantia de habitação condigna e acessível;
- Combate às desigualdades e à discriminação.

O **domínio estratégico “Promoção da inclusão e luta contra a exclusão”** visa promover uma sociedade coesa e mitigar os riscos de exclusão.

As intervenções incidirão fundamentalmente sobre os grupos com maiores riscos de exclusão e, com particular incidência, nos mais vulneráveis. Prosseguindo o objetivo identificado, as políticas públicas envolverão os seguintes eixos de intervenção:

- Promover o emprego, a empregabilidade e a inclusão de todos,
- Promover a criação do próprio emprego, de empresas e o empreendedorismo social;
- Promover a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Promover o combate à pobreza e exclusão social.

Estas intervenções têm como metas a redução da taxa de desemprego, e em particular, da taxa de desemprego de longa e muito longa duração e o aumento da taxa de cobertura das prestações de desemprego, o reforço da proporção de PDCI em educação, formação ou empregadas, erradicar as carências habitacionais graves, a redução das taxas de risco e de intensidade de pobreza e a redução da taxa de privação material, tendo presente que tais indicadores têm tendência a agravar-se em contextos de crise económica.

Relativamente à **promoção do emprego, da empregabilidade e à inclusão**, as intervenções partem do reconhecimento de que existe uma relação simbiótica entre exclusão do mercado de trabalho e risco de exclusão social. Assim como, uma maior exposição ao risco de pobreza e exclusão social está tipicamente associada à exclusão do mercado de trabalho e à situação de desemprego, fenómenos agravados com a atual crise de saúde pública. A resposta, com o duplo cariz preventivo e reparador, exige medidas ativas de proteção e de promoção do emprego, e de prevenção do desemprego e do afastamento prolongado do mercado de trabalho associadas a uma melhoria da proteção dos desempregados, através do reforço da cobertura das prestações de desemprego, em particular junto dos desempregados de longa e muito longa duração e dos trabalhadores independentes, e da melhoria da articulação entre a atuação do serviço público de emprego e dos serviços da segurança social e outros organismos com atuação na área da saúde e da proteção social, bem como o reforço da capacitação dos serviços públicos de emprego e restantes agentes do mercado de trabalho; a promoção da ativação e inclusão dos desempregados, em particular dos desempregados de longa e muito longa duração, dos menos qualificados e de outros públicos vulneráveis afastados do mercado de trabalho; a promoção das competências sociais, a empregabilidade e a integração no mercado de trabalho de outros grupos vulneráveis; a promoção da cultura, do turismo, do lazer, da participação e da educação, enquanto instrumentos de inclusão social.

O eixo de intervenção de **promoção da criação do próprio emprego, de empresas e do empreendedorismo social** constitui uma resposta relevante de ativação e de inclusão de desempregados e/ou inativos e, portanto, de luta contra a exclusão, envolvendo o apoio à criação do próprio emprego através de projetos empresariais de pequena dimensão e o reforço de competências na área do empreendedorismo, por via de apoios à incubação vocacionados para estes públicos e realidades, e à criação de mecanismos de financiamento e programas de capacitação; e o fomento da criação de novos projetos das diferentes tipologias da economia social, estimulando um conjunto extenso de atividades económicas com grande capilaridade, para reforçar o trabalho em rede de base territorial e para potenciar condições favoráveis à implementação de respostas adequadas e sustentáveis face aos desafios económicos, sociais, culturais, ambientais e territoriais. As respostas da economia social, enquanto mecanismos de inclusão e luta contra a exclusão, devem ser ajustadas às especificidades dos territórios, estando as intervenções desenvolvidas no âmbito deste eixo articuladas com as abordagens territoriais, nomeadamente os territórios urbanos deprimidos ou territórios de baixa densidade, identificadas na agenda temática 4. No que respeita à PDCI, embora tenha sido significativo o avanço no sentido da sua inclusão, há ainda um longo caminho a percorrer, configurando-se a necessidade de sensibilizar cada vez mais o conjunto da sociedade, de reforçar e consolidar as medidas de política estruturantes, assegurando nomeadamente as condições para a sua plena implementação, para dar resposta às necessidades que se vão constituindo ou tornando mais evidentes.

As intervenções a desenvolver relativamente às PDCI envolvem a garantia de melhor qualidade no sistema de educação e formação profissional; a promoção da empregabilidade; a garantia e aprofundamento da inclusão social; a melhoria dos seus rendimentos, nomeadamente por via do aprofundamento da Prestação Social para a

Inclusão; a garantia de melhores acessibilidades; e a capacitação de organismos, públicos estratégicos e a opinião pública para as questões da deficiência. Cruzando esta temática com a das desigualdades, importa em todas as medidas anteriores valorizar as dimensões de luta contra a discriminação e contra a violência doméstica e de género.

Relativamente à **promoção do combate à pobreza e exclusão social**, as intervenções envolvem o combate à pobreza e à privação, renovando e robustecendo em particular as abordagens integradas territoriais de combate à pobreza (e.g. rede social); o combate à pobreza monetária, por via do aumento dos rendimentos monetários mais baixos (considerando medidas ao nível do salário mínimo, Complemento Solidário para Idosos, Indexante de Apoios Sociais, pensões, Rendimento Social de Inserção); o combate à pobreza infantil, nomeadamente com o reforço do abono de família até aos 6 anos, e a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis; a compensação dos obstáculos e garantia do acesso a bens e serviços básicos, com a consolidação da política de mínimos sociais e o apoio à redução dos custos com bens e serviços essenciais (como a eletricidade, transportes, habitação, etc.), mitigando por essa via a ligação entre a pobreza monetária e a privação material.

É neste contexto, e tendo por base os principais desígnios para a próxima década, que os territórios, em particular, as Autarquias, são chamadas a intervir, na procura de respostas criativas e sustentáveis aos desafios que se impõem.

3. Programa Rede Social: estrutura orgânica e instrumentos de planeamento

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais e contribuir para a ativação dos meios e agentes de resposta e para a otimização possível dos meios de ação nos locais.

O que se propõe é que em cada comunidade se criem novas formas de conjugação de esforços, se avance na definição de prioridades e se planeie de forma integrada e integradora o esforço coletivo, através da constituição de um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção nos mesmos territórios. Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objetivos e na concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

A Rede Social surge no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal, e foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e da Declaração de Retificação n.º 10-O/98, posteriormente retificada pelo Despacho

Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho.

Trata-se de um Programa cofinanciado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, Medida 5.1. - Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, Tipologia de Projeto 5.1.1 - Rede Social para o Desenvolvimento, Ação Tipo 5.1.1.1 - Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais) e o Estado Português - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a sua gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação é da competência do Departamento de Proteção Social e Cidadania, do Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.).

A Rede Social materializa-se a nível local através da criação das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter Freguesia (CSF/CSIF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de freguesia e concelho, enquanto a nível supraconcelhio estão a ser implementadas plataformas territoriais com base nas atuais 28 Nomenclaturas das Unidades Territoriais III (NUT's) existentes no território nacional.

O referido planeamento integrado e integrador do esforço coletivo que a Rede Social propõe assume como instrumentos essenciais a elaboração de Diagnósticos Sociais, de Planos de Desenvolvimento Social (PDS) e de Planos de Ação (PA).

Os Diagnósticos Sociais são instrumentos dinâmicos sujeitos a atualizações periódicas, resultantes da participação dos diferentes parceiros e onde devem estar identificadas as necessidades e os problemas prioritários, bem como os recursos, potencialidades e constrangimentos de cada território municipal. Os PDS é o instrumento no qual se concebe e desenvolve o quadro estratégico de intervenção do desenvolvimento social concelhio. É um instrumento estruturante de deliberação, de estabelecimento de compromissos e de decisão, onde se inscreve um projeto comum de mudança.

3.1. Programa Rede Social no Município

Reforçando a importância que a Rede Social, associada a uma interiorização de hábitos de planeamento participado e de envolvimento de todos os agentes implicados no território, pode ter na transformação da forma de pensar e de trabalhar das questões do desenvolvimento social, apresentam-se seguidamente a constituição e as competências que o Núcleo Executivo e o **Conselho Local de Ação Social (CLAS)** do município de Alvaiázere.

O CLAS é um fórum de articulação e congregação de esforços na prossecução da erradicação da pobreza e exclusão social através da promoção do desenvolvimento social do município de Alvaiázere.

É uma medida que procura racionalizar e tornar mais eficaz a intervenção social dos agentes, na aplicação das medidas e dos programas de combate à pobreza e exclusão social e de promoção do desenvolvimento social.

O CLAS de Alvaiázere foi constituído a 19 de abril de 2005 e é composto por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos:

- Município de Alvaiázere
- Junta de Freguesia de Almoester
- Junta de Freguesia de Alvaiázere
- Junta de Freguesia de Mações de D.^a Maria
- Junta de Freguesia de Pelmá
- Junta de Freguesia de Pussos São Pedro
- ISS-IP Centro Distrital de Leiria
- I.E.F.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria - Serviço de Emprego de Figueiró dos Vinhos
- Guarda Nacional Republicana
- Centro de Saúde de Alvaiázere
- Agrupamento de Escolas de Alvaiázere
- Escola Tecnológica e Profissional de Sicó
- Grupo Desportivo de Alvaiázere
- CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato
- Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere
- ASCRA - Associação Social Cultural e Recreativa de Almoester
- Associação Casa do Povo de Alvaiázere
- Associação Casa do Povo de Mações de Dona Maria
- Centro Cultural Recreativo e Social da Freguesia de Pussos
- ACREDEM - Associação Social Cultural Recreat. e Desp. de Mações D.^a Maria
- Grupo Orientador de Festas e Obras da Avanteira
- ADECA - Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Alvaiázere
- Cáritas Diocesana de Coimbra
- Casa do Concelho de Alvaiázere
- Rede Europeia Anti-Pobreza
- Grupo de Amigos dos Casais do Vento
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Alvaiázere
- Equipa para a Igualdade da Vida Local

O **Núcleo Executivo** é constituído por sete entidades:

- Município de Alvaiázere
- ISS-IP Centro Distrital de Leiria
- I.E.F.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria - Serviço de Emprego de Figueiró dos Vinhos
- Agrupamento de Escolas de Alvaiázere
- Associação Casa do Povo de Alvaiázere
- Associação Casa do Povo de Maçãs de Dona Maria
- ADECA - Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere

Atualmente, a Rede Social do concelho de Alvaiázere assegura as suas funções no Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal.



B. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

1. Território

1.1. Localização e caracterização física

Localizado na Região Centro (NUTS II), Alvaiázere é um dos municípios da Comunidade Intermunicipal de Leiria (NUTS III). Em termos administrativos apresenta-se limitado a norte pelo município de Ansião, a nordeste e Este pelo município de Figueiró dos Vinhos, a sueste e sul pelo município de Ferreira do Zêzere, a sudoeste pelo município de Ourém e a noroeste pelo município do Pombal (Figura 1).

Com aproximadamente 160 km² de superfície, Alvaiázere subdivide-se administrativamente em 5 freguesias: Almoester, Alvaiázere, Mações de Dona Maria, Pelma e Pussos São Pedro, após a reorganização administrativa de freguesias de 2013¹.

Os principais traços físicos do município refletem, de forma quase direta, as grandes linhas estruturais que definem desde há muito a morfologia do território e, que, por sua vez, têm vindo a influenciar a própria ocupação humana na região.

Tendo em consideração as grandes unidades morfo-estruturais de Portugal, o município de Alvaiázere insere-se numa área geomorfológica que poderá ser entendida no quadro mais geral da evolução da Orla Meso-Cenozóica portuguesa e, particularmente, da evolução cársica dos seus maciços calcários, neste caso, na área correspondente ao designado Maciço de Sicó, ou, se preferirmos, das serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere, de acordo com a denominação dada por Lúcio Cunha (1988), para sublinhar a heterogeneidade devida à sua diversidade litológica e complexidade tectónica.

Em termos litológicos desenvolve -se, essencialmente, sobre afloramentos calcários do Jurássico, fortemente afetados do ponto de vista tectónico.

A presença destes materiais condiciona de modo bem visível a morfologia geral, correspondendo as cotas mais elevadas aos calcários puros e compactos do *Dogger*, e de pormenor, cujos traços mais caraterísticos advêm do desenvolvimento de fenómenos cársicos.

¹ Com a reorganização administrativa de freguesias (Lei n.º 11-A/2013), ocorreu agregação das freguesias de Alvaiázere e Mações de Caminho, formando a freguesia de Alvaiázere, bem como a agregação das freguesias de Pussos e Rego da Murta, formando a freguesia de Pussos São Pedro. As freguesias de Almoester, Mações de D. Maria e Pelma não sofreram qualquer alteração.

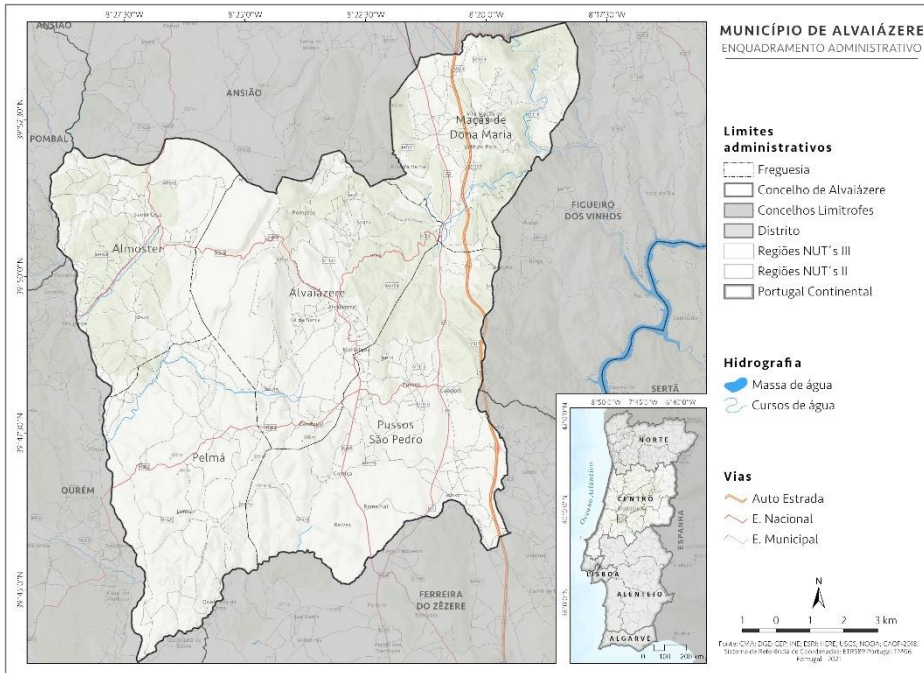


Figura 2. Enquadramento administrativo do Município de Alvaiázere.

É marcada também por uma forte assimetria Este-Oeste impondo-se pelo modo como domina as terras planas e baixas que a envolvem através de escarpas, sendo a mais importante, a que olha a Este a depressão onde se localiza a vila de Alvaiázere. A análise topográfica revela ainda nestas áreas a existência de cimos aplanados e de rechãs com cotas por volta dos 300 m que parecem relacionar-se com diferentes fatores: por um lado, a litologia, quando compreendida num contexto mais amplo, onde os diferentes graus de resistência dos diversos materiais (calcários do *Dogger*, calcários dolomíticos e margosos) fazem salientar a evidente erosão diferencial, e, por outro lado, a tectónica, em especial a fracturação, fatores estes que, quando conjugados, conferem à estrutura uma importância decisiva na morfologia deste sector (e não só) do município.

É de referir no setor oriental, no contacto com o município de Figueiró dos Vinhos, a existência de pequenos retalhos de relevo com altitudes que rondam os 400 e 500 m de altitude e que correspondem ao rebordo do Maciço Antigo, formado, por sua vez, por materiais do Complexo xisto. Estas linhas gerais da morfologia do território vão refletir-se de forma muito clara na existência de declivesⁱ, mais ou menos significativos, que apresentam uma distribuição heterogénea.

É, pois, na serra de Alvaiázere e no setor Nordeste, que se encontram os declives mais acentuados, ultrapassando, na esmagadora maioria da sua extensão, os 17° de declive. Por sua vez encontramos os declives menos acentuados nas depressões marginais da serra de Alvaiázere, correspondentes à Depressão de Alvaiázere e à Bacia Cretácica de Ansião, assim como no Vale de Cabaços, na freguesia de Pussos e S. Pedro do Rego da Murta a Sudeste, e, no Vale do Rio Nabão a Oeste, que faz fronteira com os municípios vizinhos de Pombal e Ourém.

Pelo facto de a área onde se insere o município de Alvaiázere ter uma morfologia comandada fundamentalmente pelo tipo de rocha dominante, os calcários, a rede

hidrográfica que atravessa o município, é pouco densa, e traduz, em termos gerais, situações de adaptação às condições estruturais, no que diz respeito, quer ao controlo tectónico das linhas de água, aproveitando linhas de fracturação, quer, sobretudo, à natureza dos materiais que interferem no seu desenvolvimento, tanto através da sua maior ou menor resistência ao desgaste, como através do seu grau de permeabilidade. Os cursos de água mais importantes do município são a Ribeira de Alge, o Rio Nabão e o Rio Tordo, afluentes da bacia hidrográfica do Rio Zêzere, logo subafluentes do Tejo.

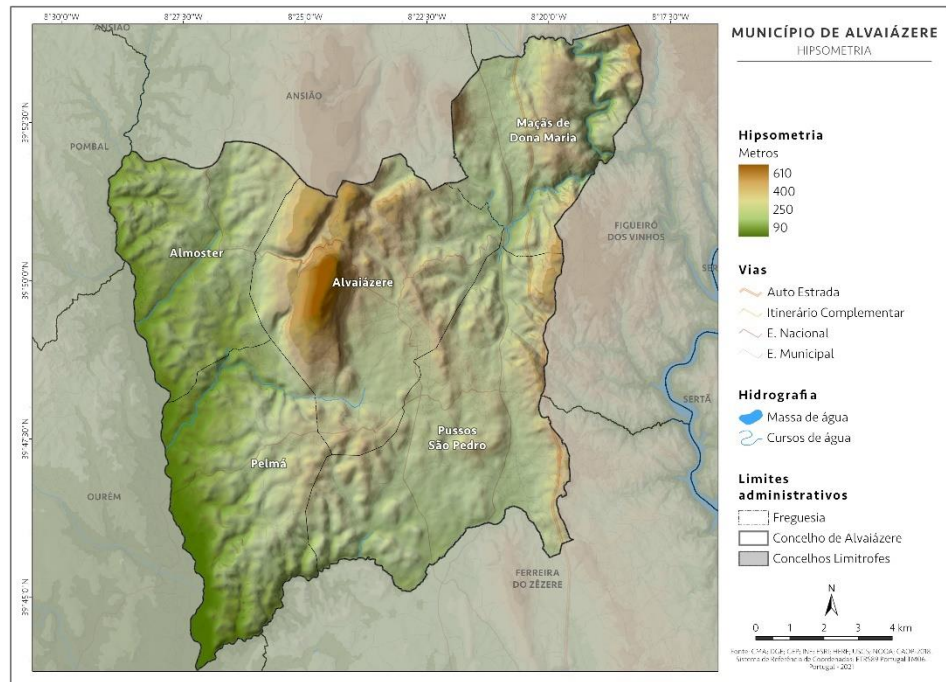


Figura 3. Hipsometria.

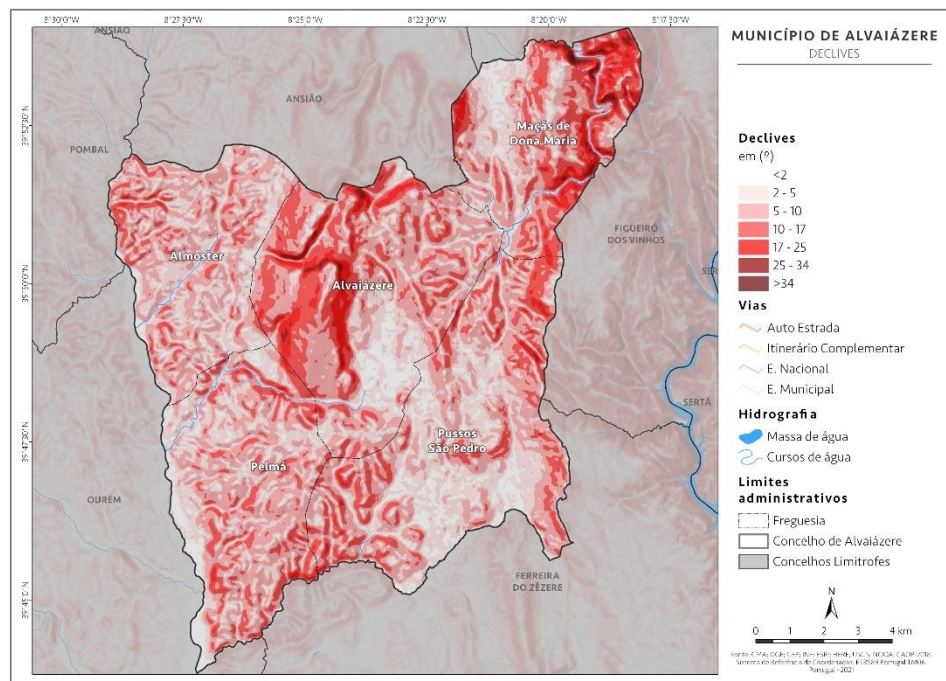


Figura 4. Declives.

1.2. Rede de acessibilidades

No que se refere à questão das acessibilidades do Município de Alvaiázere, estas encontram-se associadas única e exclusivamente à rede viária, constituída pela rede rodoviária nacional e estradas e caminhos municipais (Figura 5).

Alvaiázere apresenta uma cobertura viária que assenta e depende do eixo fundamental, que atravessa meridionalmente o território, a Estrada Nacional n.º 110 – EN 110, mais conhecida como o Itinerário Complementar n.º 3 – IC3, via de comunicação com importância a nível regional ou mesmo nacional que liga Tomar a Coimbra, e que determina aliás toda a dinâmica e fluxos existentes com os pólos de desenvolvimento mais próximos referentes às sedes de distrito de Coimbra e Leiria, que ficam ambos a 60 km de distância.

Importa também sublinhar a importância da A13 que começa no Entroncamento, onde entronca com a A23 (antigo IP6), e daqui segue para norte atravessando Tomar, Ferreira do Zêzere, Alvaiázere, Penela, Condeixa e Coimbra.

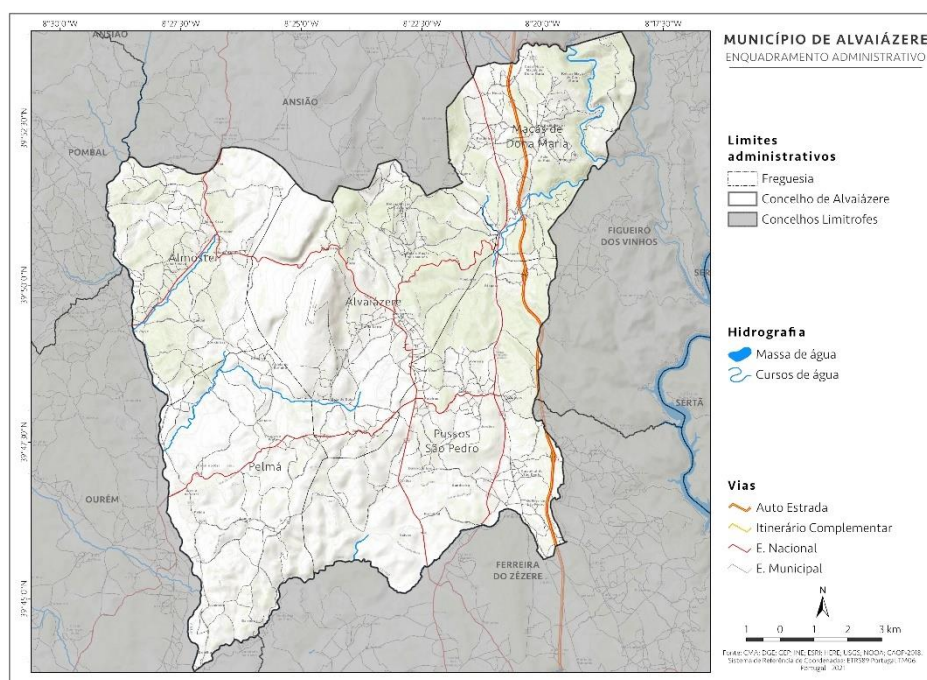


Figura 5. Rede de acessibilidades.

De facto, uma observação conjunta da hipsometria e da rede viária do Município mostra que o desenvolvimento desta última reflete claramente a existência de dois sectores: um referente ao sector de serra – Serra de Alvaiázere –, onde se encontram os relevos mais importantes que significam maiores dificuldades de acesso, e o outro referente ao restante território municipal, relativamente aplanado, de onde sobressaem alguns relevos salientes mas onde a altitude não ultrapassa os 300 m, e no qual se encontram reunidas boas condições de acessibilidade.

Esta situação remete-nos para a identificação de alguns elementos rodoviários que são fundamentais, sobretudo na dinâmica e fluxos que se estabelecem entre as freguesias do

Município da Alvaiázere e até mesmo com os Municípios vizinhos. Uma análise da rede de acessibilidades torna possível destacar de imediato quatro vias de comunicação de classificação nacional, o já referido Itinerário Complementar n.º 3 (IC 3), a Estrada Nacional n.º 348 (EN 348), a Estrada Nacional n.º 356 (EN 356) e a Estrada Nacional n.º 350 (EN 350).

O IC 3 desenvolve-se de Sul para Norte na zona centro do país, ligando Setúbal a Coimbra e fazendo a ligação a outros itinerários principais e complementares. Trata-se de uma via de importância fundamental para o desenvolvimento económico de toda a região que atravessa e permite alcançar não só Lisboa e Porto como também a fronteira de Vilar Formoso sempre por auto-estrada, a partir de Tomar.

O IC3 permite igualmente uma ligação rápida à Auto-estrada (A1), ao IC8, que permite a ligação do litoral ao interior, e ao IC6 (Coimbra/Covilhã), funcionando como via de comunicação de importância a nível regional, abrangendo os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poiares, e seguindo em direção a Arganil, Oliveira do Hospital e Guarda.

Por seu turno, a EN 348, que liga Soure-Ansião-Alvaiázere (pode funcionar de acesso à A1 no nó de Condeixa-a-Nova e logo de ligação a todo o sector litoral Português), atravessa o Município de Alvaiázere de Norte para Sul, passando pelas freguesias de Almoester, Mações de Dona Maria, Alvaiázere, Pussos e Rego da Murta, em direção ao Município de Ferreira do Zêzere, representando uma via fundamental no desenvolvimento económico do Município e determinando toda a dinâmica e fluxos existentes entre todas as freguesias assim como com os Municípios vizinhos, uma vez que estabelece a ligação entre o Município de Alvaiázere a Ansião e Ferreira do Zêzere.

A EN 356, que liga os Municípios de Alvaiázere, Ourém, Batalha e Fátima, entra no Município de Alvaiázere na freguesia de Pelma, atravessando o território de Oeste para Este, permitindo a ligação ao IC 3 no lugar de Cabaços e a ligação à vila de Alvaiázere através do entroncamento com a EN 348.

A EN 350, que faz a ligação entre os Municípios de Alvaiázere, Ourém, Pombal e Leiria, atravessa o sector Norte de Alvaiázere em direção a Figueiró dos Vinhos, entrando no território municipal na freguesia de Almoester onde se encontra com a EN 348, a qual permite a comunicação entre esta freguesia e a sede de Município e restantes freguesias, assim como, com o eixo fundamental correspondente ao IC 3.

Complementando a rede viária nacional, existem um conjunto de vias municipais que estabelecem a ligação entre a sede de Município e as sedes de freguesias e desempenham um importante papel principalmente nas mobilidades locais.

No sector nordeste do Município, a Estrada Municipal 590 (EM 590) serve de conexão ao IC 3 e à EN 350 de forma a permitir a comunicação da freguesia de Mações de Dona Maria com o restante território municipal. A ligação entre a vila de Alvaiázere e o sector sudeste do Município, particularmente a freguesia de Pussos e Rego da Murta, é feita através da Estrada Municipal 519 (EM 519) servindo esta de ligação à EN 356, a qual permite a comunicação com o IC 3. O sector ocidental do Município, nomeadamente a ligação entre os diversos lugares situados entre as freguesias de Almoester e Pelma, é assegurada pelo

Caminho Municipal n.º 1118 (CM 1118) que por sua vez faz a ligação com a EN 356. Assim acontece também no sector meridional do Município, em que o Caminho Municipal n.º 1115 (CM 1115) faz a ligação entre as freguesias de Pelmá e Rego da Murta, onde nesta última se cruza com a EN 348 e o IC 3.

A existência de boas ligações regionais e inter-regionais é de importância fundamental para o desenvolvimento do território, pelo que não deve deixar de ser referido, o facto de o posicionamento geográfico do Município, em termos regionais, levar a que, mesmo não sendo servido diretamente por auto-estrada ou por outros itinerários complementares, se encontre relativamente próximo de algumas destas vias. Assim, no Município vizinho de Pombal encontra-se um nó da Auto-Estrada n.º 1 (A1), assim como o Itinerário Complementar n.º 2/Estrada Nacional n.º 1 (IC2/EN1), que atravessam esse mesmo Município, e que se assumem como eixos fundamentais da rede viária nacional, uma vez que efetuam a ligação a Lisboa e ao Porto.

De igual modo, se observa a proximidade do Itinerário Complementar n.º 8, que permite a ligação Figueira da Foz (Itinerário Complementar 1) - Pombal - Figueiró dos Vinhos - Pedrógão Grande - Sertão - Proença-a-Nova - Castelo Branco (com ligação ao Itinerário Principal n.º 2), via habitualmente utilizada para a mobilidade de pessoas e bens entre o litoral (Figueira da Foz e Coimbra) e o interior (Castelo Branco), assumindo de um modo decisivo características inter-regionais fundamentais.

Em termos globais pode dizer-se que o Município tem uma cobertura razoável em termos de rede viária, uma vez que, todas as freguesias dispõem de acessibilidades viárias, quer à sede do Município, quer aos Municípios limítrofes.

É de salientar o facto do IC 3 representar uma via estruturante para o desenvolvimento do território municipal, pelo que se torna fundamental promover ligações mais eficazes entre este e a estrutura viária municipal e mesmo regional, nomeadamente às estradas nacionais que atravessam o Município de Alvaiázere e asseguram os fluxos e dinâmicas internas e com o exterior.

Esta rede de acessibilidades, por se relacionar naturalmente com a organização e localização da população no território, reflete-se no equilíbrio da cobertura do território municipal por equipamentos sociais. Como vimos pela análise da rede viária no território municipal, toda ela se desenvolve maioritariamente no sector oriental do Município confluindo para a Vila de Alvaiázere, que como sede do Município, assume uma maior concentração de equipamentos sociais.

Síntese

- Alvaiázere é um dos municípios da comunidade intermunicipal de Leiria (NUTS III). Com 160km² de superfície os seus traços físicos influenciam na própria ocupação humana na região, devido a este se inserir na área de evolução dos maciços calcários (evolução da Orla Meso-Cenozoica), correspondendo ao designado Maciço de Sicó.
- Em termos litológicos desenvolve-se, essencialmente, sobre afloramentos rochosos calcários do Jurássico, fortemente afetados do ponto de vista tectónico.
- Em Alvaiázere, junto ao município de Figueiró dos Vinhos, encontra-se um rebordo do Maciço Antigo, formado por materiais do Complexo xisto, no qual existem pequenos retalhos de relevo com cerca de 500m de altitude. Desta forma, influencia a existência de declives, que se distribuem de forma heterogenia, sendo que, é na Serra de Alvaiázere que se encontram os declives mais elevados do município (17° de declive), mais concretamente no setor Nordeste. E, ainda, os declives menos acentuados, nas depressões marginais presentes nesta mesma Serra.
- Devido à sua morfologia, mais concretamente, à predominância dos calcários, Alvaiázere apresenta uma rede hidrográfica pouco densa, sendo os cursos de água mais importantes alguns afluentes do Rio Zêzere, nomeadamente, Ribeira de Alge, Rio Nabão e o Rio Tordo.
- Alvaiázere é atravessado meridionalmente pelo IC3, que liga Coimbra a Tomar, possibilitando uma ligação direta entre estes e outros municípios. Neste contexto, permite o desenrolar de toda uma dinâmica e fluxos existentes entre os polos de desenvolvimento mais próximos referentes às sedes de distritos Coimbra e Leiria.
- Para além do IC3, destaca-se a EN356, a EN350 e a EN348 que atravessa o território municipal de Norte a Sul passando em todas as freguesias, e ainda, funciona como eixo de ligação à Auto-Estrada (A1), sendo fundamental no desenvolvimento económico do município, pois permite ter uma ligação com vários polos de desenvolvimento, principalmente Lisboa e o Porto. E ainda, existe um conjunto de vias municipais que fazem a ligação entre todas as freguesias.
- De uma forma geral, Alvaiázere apresenta uma cobertura razoável de rede viária, uma vez que todas as freguesias dispõem de acessibilidades viárias, quer à sede do município, quer aos municípios limítrofes.

2. Dinâmicas demográficas. Passado, Presente e Futuro

2.1. Evolução e distribuição da população

Alvaiázere com os seus 6.239 habitantes (dados provisórios dos Censos de 2021) apresenta-se como o sexto município mais populoso da região de Leiria, representando 2,1% do total populacional desta região. Apenas surge à frente dos municípios de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra.

Tendo por base a tipologia das áreas urbanas do INE (2014), existe apenas uma freguesia classificada como mediantemente urbana (Alvaiázere), sendo que as restantes quatro freguesias são predominantemente rurais (Quadro 1). Trata-se de um território de matriz essencialmente rural, muito ligado às atividades agrícolas e à pastorícia.

Quadro 1. Tipologia das freguesias, área e densidade populacional.

Unidade territorial	Tipologia	Área (km ²)	Densidade populacional (hab/km ²)
Almoster	APR	25,8	23,1
Alvaiázere	AMU	24,5	73,4
Maçãs de Dona Maria	APR	30,4	49,2
Pelmá	APR	38,5	16,5
Pussos São Pedro	APR	41,2	41,3
Alvaiázere	-	160,5	38,8

Fonte: INE; DGTerritório, CAOP 2015.

Cerca de 29% da população reside na freguesia sede de município, observando-se uma densidade populacional superior neste território (73,4 hab/km²), sendo no entanto, muito baixa, principalmente quando se compara com a região de Leiria (117,1 hab/km²) ou o Continente (110 hab/km²). Em termos globais, o município apresenta uma densidade de apenas 39 hab/km².

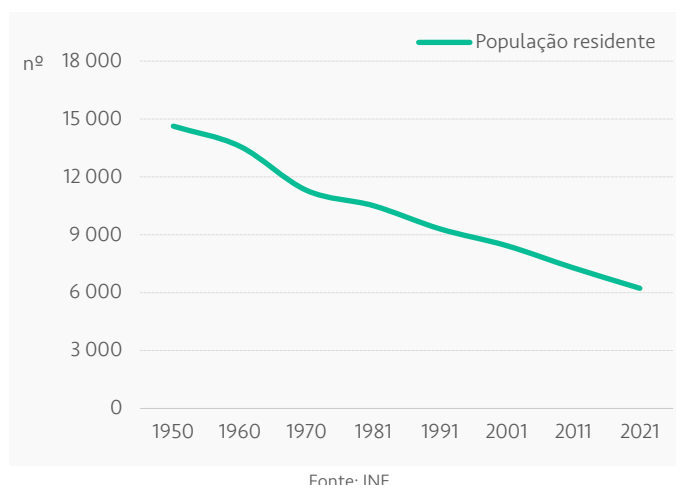
A consideração para o Município de Alvaiázere dos valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita igualmente algumas reflexões sobre as características do território (Quadro 2 e Figura 6). Uma primeira ideia decorre do facto de não obstante a sua posição privilegiada entre as áreas urbanas de Leiria e Coimbra, ocorreu entre 1950 e 2021, um decréscimo populacional muito expressivo no contexto do município. De facto, se no ano de 1950 existiam 14.629 habitantes, no ano de 2021 passaram a residir neste território 6.239 habitantes, ou seja, uma perda de metade da população (-57%, correspondendo a - 8.390 indivíduos).

Quadro 2. Evolução da população residente e variação populacional, de 1950 a 2021.

Anos	População residente	Variação populacional (%)
1950	14 629	-
1960	13 583	-7,2
1970	11 300	-16,8
1981	10 510	-7,0
1991	9 306	-11,5
2001	8 438	-9,3
2011	7 287	-13,6
2021	6 239	-14,4

Fonte: INE.

Considerando apenas as duas últimas décadas, ocorreu uma diminuição de 26%, correspondendo a -2199 habitantes (de 8.438 para 6.239 residentes). Centrando a atenção para a última década, entre 2011 e 2021, o município perdeu 1048 habitantes, correspondendo a -14,4%.



Fonte: INE
Figura 6. População residente, de 1950 a 2021.

A análise da distribuição dos valores de população residente nas cinco freguesias que integram na atualidade o município de Alvaiázere permite distinguir grupos de freguesias que apresentam comportamentos demográficos semelhantes nos dez anos mais recentes (Quadro 3 e Figura 7). As freguesias de Alvaiázere e Pussos São Pedro assumem-se como as mais populosas no ano de 2021, correspondendo a 56,2% (1.810 e 1.697 habitantes, respetivamente). A sede de município, ao concentrar cerca de 29% da população do município, a par das funções marcadamente urbanas, apresenta-se como o principal aglomerado urbano do município. Este centro urbano, gozando de uma posição de centralidade, alberga um maior número de equipamentos coletivos, muitos dos quais com uma área de influência concelhia.

Quadro 3. População residente, de 1991 a 2021.

Unidade territorial	1991		2001		2011		2021	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Almoster	997	10,7	791	9,4	674	9,2	600	9,6
Alvaiázere	2 183	23,5	2 209	26,2	2 049	28,1	1 810	29,0
Maças de Dona Maria	2 384	25,6	2 177	25,8	1 835	25,2	1 495	24,0
Pelmá	1 186	12,7	986	11,7	736	10,1	637	10,2
Pussos São Pedro	2 556	27,5	2 275	27,0	1 993	27,4	1 697	27,2
Alvaiázere	9 306	100	8 438	100	7 287	100	6 239	100
Região de Leiria	264 766	-	288 630	-	294 632	-	286 792	-
Região Centro	2 258 768	-	2 348 397	-	2 327 755	-	2 227 567	-
Portugal	9 867 147	-	10 356 117	-	10 562 178	-	10 344 802	-

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).

Com quantitativos populacionais semelhantes, surge em terceiro lugar a freguesia de Maças de Dona Maria (1.495 habitantes, correspondendo a 24%), sendo que este quantitativo pode ser explicado devido ao impacto da rede viária na freguesia de Maças de Dona Maria, que é atravessada pelo principal eixo rodoviário de ligação ao exterior (IC 3/EN 110). Por último, surge a freguesia de Pelmá e Almoster (637 e 600 habitantes).

Regista-se, assim, um padrão territorial polarizado sobretudo pela freguesia sede de município e pelas freguesias contíguas de Pussos São Pedro a sul e Mações Dona Maria a noroeste.

As cinco freguesias que constituem o município apresentam, na última década dinâmicas demográficas semelhantes. Efetivamente todas as freguesias perderam população, à semelhança do que já se vinha a verificar nas últimas décadas. As freguesias de Mações de Dona Maria e Pussos São Pedro registam os decréscimos populacionais mais expressivos (-18,5% e -14,9%, correspondendo a -340 e -296 indivíduos).

A freguesia mais populosa registou um decréscimo de 239 residentes, correspondendo a -11,7%. As restantes freguesias, Pelmá e Almoester registam decréscimos de -13,5% e -11%, correspondendo a -99 e -74 indivíduos (Quadro 4 e Figura 8).

Em termos comparativos, o ritmo de decréscimo populacional tem sido mais acelerado na última década (-14,4%), sendo este decréscimo muito mais expressivo que o verificado tanto na região de Leiria (-2,7%), como na região Centro (-4,3%) e no País (-2,1%).

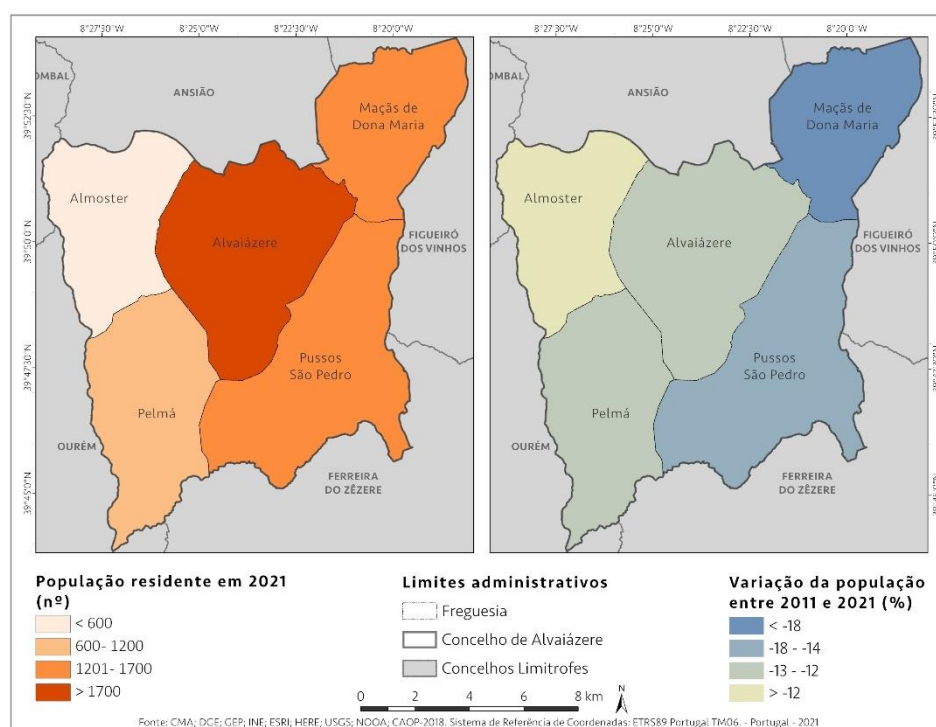


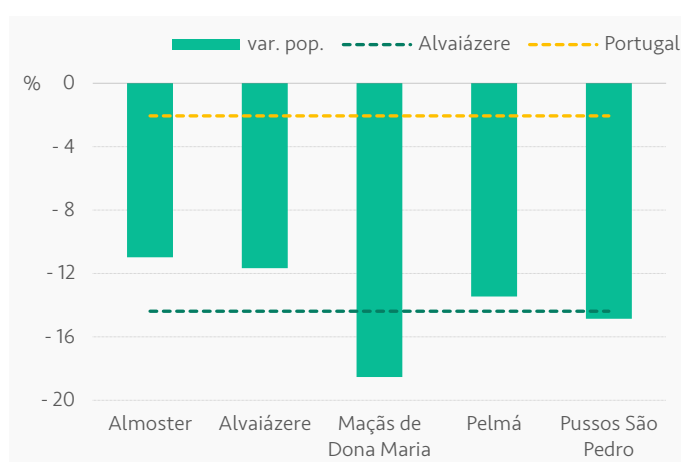
Figura 7. População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021 por freguesia no Município de Alvaiázere.

Em suma, o dispositivo territorial expressa um nítido fenómeno de concentração da população na sede de município e nas freguesias contíguas de Mações de Dona Maria e Pussos São Pedro, em virtude da proximidade ao principal eixo de ligação entre as freguesias do município e o exterior (EN 110/IC 3). Todas as freguesias apresentam uma tendência de declínio populacional, facto que vem sendo visível nos anos mais recentes.

Quadro 4. Variação da população residente, entre 1991 e 2021.

Unidade territorial	1991-2001		2001-2011		2011-2021	
	nº	%	nº	%	nº	%
Almoster	-206	-20,7	-117	-14,8	-74	-11,0
Alvaiázere	26	1,2	-160	-7,2	-239	-11,7
Maçãs de Dona Maria	-207	-8,7	-342	-15,7	-340	-18,5
Pelmá	-200	-16,9	-250	-25,4	-99	-13,5
Pussos São Pedro	-281	-11,0	-282	-12,4	-296	-14,9
Alvaiázere	-868	-9,3	-1 151	-13,6	-1 048	-14,4
Região de Leiria	23 864	9,0	6 002	2,1	-7 840	-2,7
Região Centro	89 629	4,0	-20 642	-0,9	-100 188	-4,3
Portugal	488 970	5,0	206 061	2,0	-217 376	-2,1

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).

Figura 8. Variação da população residente, entre 2011 e 2021.

2.2. Fatores da dinâmica demográfica: natalidade, mortalidade e crescimento natural

As variações observadas na população do município e das freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais: por um lado, o crescimento natural, cuja relação com o próprio planeamento de equipamentos sociais se torna elemento fundamental, e, por outro, o saldo migratório que, no contexto da atual conjuntura, se assume como um fator também decisivo, mas cuja análise se torna particularmente difícil dada a dificuldade em prever a sua evolução.

A análise da evolução dos valores da natalidade entre 2001 e 2020 para o município de Alvaiázere revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Quadro 5). No ano de 2001 o número de nascimentos foi de 58, valor mais elevado no período considerado. Em termos globais, verifica-se uma tendência no sentido da diminuição do número de nascimentos, ganhando maior relevância nos anos mais recentes, sendo que o ano de 2020 foi aquele em que se registaram menos nascimentos (21). A tendência observada traduz uma diminuição de 37 nascimentos considerando os anos de 2001 e 2020, correspondendo a -63,8%.

Quadro 5. Nados-vivos, de 2001 a 2020.

Unidade territorial	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2001-2020 nº	%
Almoster	2	6	4	5	1	5	6	2	1	2	7	1	4	4	5	3	2	4	4	1	-1	-50,0
Alvaiázere	20	16	12	17	14	14	17	19	17	13	10	18	9	15	13	12	11	16	16	9	-11	-55,0
Maças de Dona Maria	12	19	14	11	11	18	12	6	13	10	3	9	7	9	7	9	8	6	6	4	-8	-66,7
Pelmá	4	2	3	5	2	4	4	8	2	2	4	6	3	2	3	0	3	2	1	1	-3	-75,0
Pussos São Pedro	20	10	11	14	20	11	16	13	11	16	11	15	6	9	10	5	8	9	7	6	-14	-70,0
Alvaiázere	58	53	44	52	48	52	55	48	44	43	35	49	29	39	38	29	32	37	34	21	-37	-63,8

Fonte: INE.

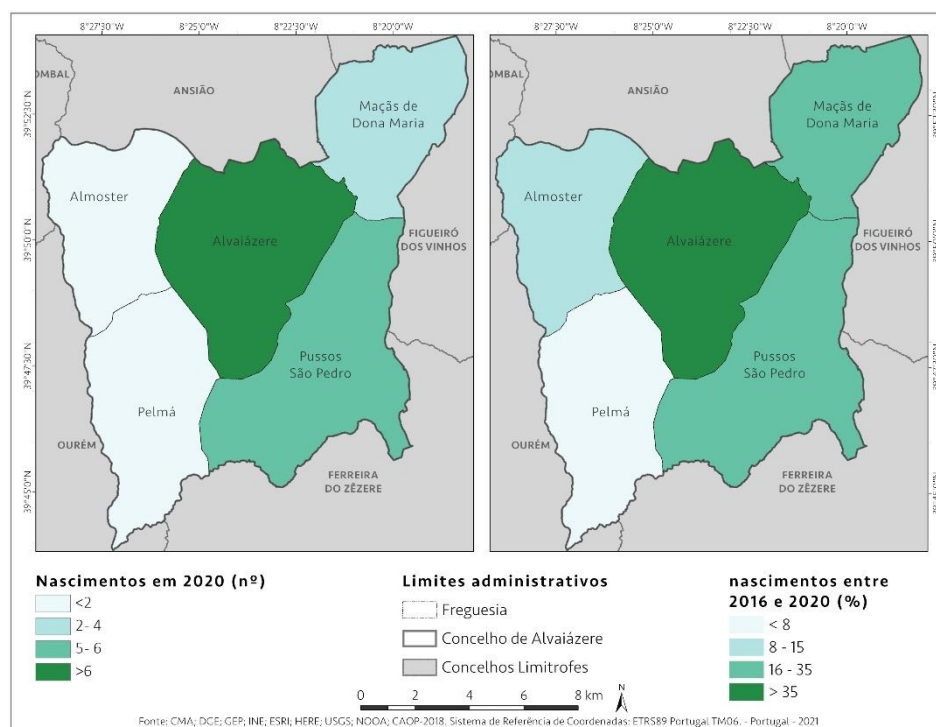


Figura 9. Nascimentos em 2020, e entre 2016 e 2020.

A análise da evolução, no mesmo período de tempo, do número de óbitos destaca, igualmente, um comportamento irregular, sendo os valores durante a década de noventa superiores a uma centena (Quadro 6). No ano de 2012 verifica-se um menor número de nascimentos (112), observando-se o valor mais elevado no ano de 2007 (167). Nos anos mais recentes, o comportamento observado traduz períodos de acréscimos e decréscimos. No ano de 2020 verificaram-se 122 óbitos (Figura 9).

Quadro 6. Óbitos, de 2001 a 2020.

Unidade territorial	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2001-2020
																					nº %
Almoster	12	24	17	13	27	8	15	22	17	8	15	10	8	15	11	12	8	18	12	15	3 25,0
Alvaiázere	40	40	64	48	43	42	49	41	29	37	41	28	50	39	33	37	37	37	43	33	-7 -17,5
Maças de Dona Maria	25	38	36	32	36	31	40	26	39	28	36	45	28	34	38	51	35	34	26	33	8 32,0
Pelmá	18	20	11	19	20	18	24	25	18	19	14	11	17	12	12	14	19	13	11	10	-8 -44,4
Pussos São Pedro	31	31	35	36	33	32	39	34	34	23	20	18	29	24	20	31	25	27	26	31	0 0,0
Alvaiázere	126	153	163	148	159	131	167	148	137	115	126	112	132	124	114	145	124	129	118	122	-4 -3,2

Fonte: INE.

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência de oscilação, ora com pequenas subidas ora com decréscimos entre 2001 e 2020 (Quadro 7 e Figura 10). Uma

análise mais detalhada da evolução ocorrida nas últimas décadas indica um decréscimo progressivo na taxa de natalidade (de 6,9‰ em 2001, para 4,8‰ em 2011 e 3,2‰ em 2021). Destaca-se o facto dos valores da taxa de natalidade serem sempre inferiores aos valores da taxa de mortalidade, traduzindo em crescimentos naturais negativos em todos os anos em análise. As perdas populacionais com maior significado ocorreram nos anos de 2016 e 2020 (-17,1‰ e -15,3‰).

Quadro 7. Dinâmica natural, de 2001 a 2020.

Anos	Natalidade	Taxa de natalidade	Mortalidade	Taxa de mortalidade	Crescimento natural	Taxa de crescimento natural
	nº	‰	nº	‰	nº	‰
2001	58	6,9	126	14,9	-68	-8,1
2002	53	6,4	153	18,5	-100	-12,1
2003	44	5,4	163	19,9	-119	-14,5
2004	52	6,4	148	18,2	-96	-11,8
2005	48	6,0	159	19,8	-111	-13,8
2006	52	6,5	131	16,5	-79	-9,9
2007	55	7,0	167	21,3	-112	-14,3
2008	48	6,2	148	19,2	-100	-13,0
2009	44	5,8	137	18,0	-93	-12,2
2010	43	5,7	115	15,3	-72	-9,6
2011	35	4,8	126	17,3	-91	-12,5
2012	49	6,8	112	15,7	-63	-8,8
2013	29	4,1	132	18,7	-103	-14,6
2014	39	5,6	124	17,8	-85	-12,2
2015	38	5,5	114	16,5	-76	-11,0
2016	29	4,3	145	21,4	-116	-17,1
2017	32	4,8	124	18,5	-92	-13,7
2018	37	5,6	129	19,5	-92	-13,9
2019	34	5,2	118	17,9	-84	-12,7
2020	21	3,2	122	18,5	-101	-15,3

Fonte: INE.

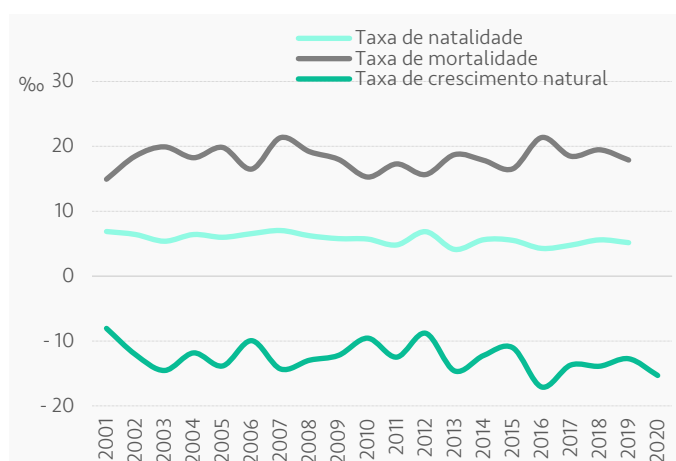


Figura 10. Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, de 2001 a 2020.

2.3. Estrutura etária da população, envelhecimento e dependência

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população por escalão etário parece ser a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha de modo bastante claro a crescente tendência para o envelhecimento da população.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos grupos etários desde 1950 a 2021 (Quadro 8 e Figura 11), verifica-se que no município a população adulta (25-64 anos) sofreu um aumento desde 1950 (de 44,0% para 45,9%) e a idosa (mais de 65 anos) apresentou um aumento mais marcado (de 10,2% para 37%). Por outro lado, a população jovem (0-14 anos) e a população jovem adulta (15-24 anos) apresentaram um decréscimo, no mesmo período, de 28,4% para 8,9% e de 17,4% para 8,2%. Este facto traduz-se num duplo envelhecimento que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, e deve merecer uma reflexão dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida (a população de 65 anos ou mais representava 37% da população total em 2021). Em termos globais, e considerando o período 1950-2011, assistiu-se a um aumento de 54,9% da população idosa (mais de 65 anos) e um decréscimo de 86,6% da população jovem (0-14 anos).

Quadro 8. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, de 1950 a 2021.

Anos		0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 anos ou mais	Total
1950	nº	4 158	2 545	6 434	1 492	14 629
	%	28,4	17,4	44,0	10,2	100
1960	nº	3 350	2 233	6 320	1 680	13 583
	%	24,7	16,4	46,5	12,4	100
1970	nº	2 525	1 390	5 390	1 995	11 300
	%	22,3	12,3	47,7	17,7	100
1981	nº	2 004	2 000	4 319	2 187	10 510
	%	19,1	19,0	41,1	20,8	100
1991	nº	1 531	1 135	4 303	2 337	9 306
	%	16,5	12,2	46,2	25,1	100
2001	nº	1 099	1 014	3 861	2 464	8 438
	%	13,0	12,0	45,8	29,2	100
2011	nº	787	708	3 401	2 391	7 287
	%	10,8	9,7	46,7	32,8	100
2021	nº	556	509	2 863	2 311	6 239
	%	8,9	8,2	45,9	37,0	100

Fonte: INE.

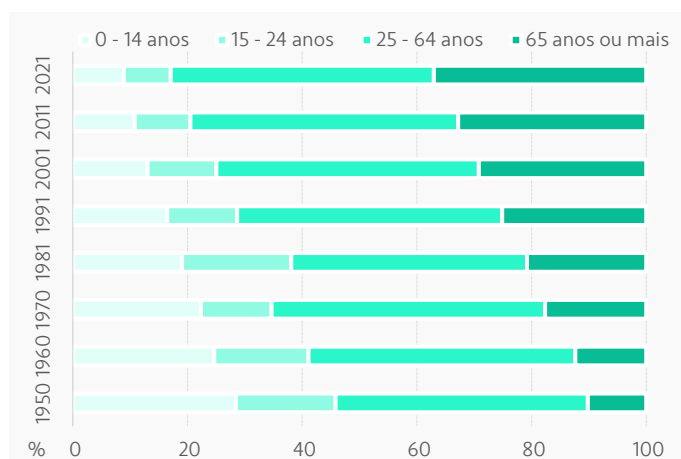


Figura 11. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, de 1950 a 2021.

A análise dos resultados da estrutura etária em Alvaiázere sublinha, para a última década, uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, tendência que deve motivar uma séria reflexão, uma vez que, é mais expressiva que a registada tanto para a região de Leiria como para a Região Centro.

A análise da pirâmide etária do Município de Alvaiázere para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 2001, um envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide (Figura 12). Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens e adultas corresponde, naturalmente, um aumento da população idosa (com 75 e mais anos). Quase todos os grupos etários registaram um decréscimo populacional neste período, o que pode estar associado à diminuição dos nascimentos, ao progressivo envelhecimento populacional e ao período de crise económica e financeira que assolou o país após 2008. A tendência prossegue na década seguinte (2011-2020), sendo de sublinhar sobretudo o aumento de idosos nas classes etárias superiores (Figura 13).

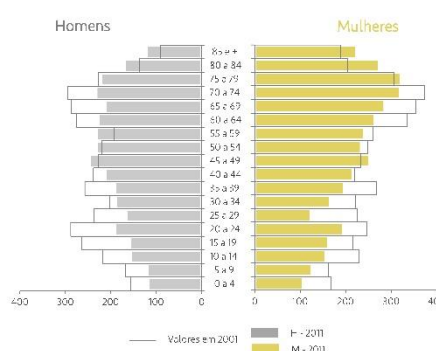


Figura 12. Pirâmide etária da população residente entre 2001 e 2011.

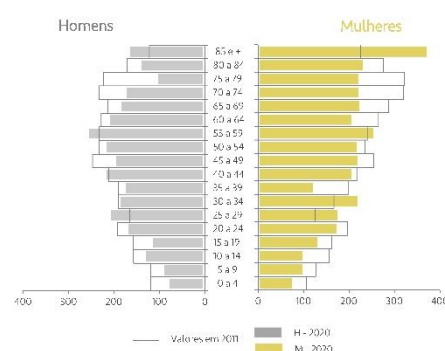


Figura 13. Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2020.

A evolução do índice de envelhecimento (rácio entre o número de idosos e o número de jovens) entre 2001 e 2021 evidencia o ritmo a que esta transformação tem ocorrido, passando de 224 idosos por cada 100 jovens em 2001 para uma relação de 303,8 idosos por cada 100 jovens em 2011 e para 405,6 idosos por cada 100 jovens em 2021. Trata-se de

valores claramente mais expressivos tendo por base o contexto nacional, já que esta relação era de 127,8 em 2011 evoluindo para 182,1 em 2021.

O índice de dependência total (rácio entre a população em idade ativa dos 15 aos 65 anos e o resto da população residente) passou de 73 em 2001 para 85 em 2021 (Quadro 9).

Todas as freguesias registaram um acréscimo no índice de envelhecimento entre 2011 e 2021, salientando-se os valores muito expressivos deste índice em 2021 nas freguesias de Pelma (650 idosos para cada 100 jovens), Maçãs de Dona Maria (588) e Almoster (490). Por outro lado, a freguesia de Pussos São Pedro apresentava o menor valor no índice de envelhecimento (382), ainda assim muito superior ao observado tanto na região de Leiria (201), como na região Centro (228) ou no País (182,1) (Quadro 10 e Figura 14).

Quadro 9. Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária em 2001, 2011 e 2021.

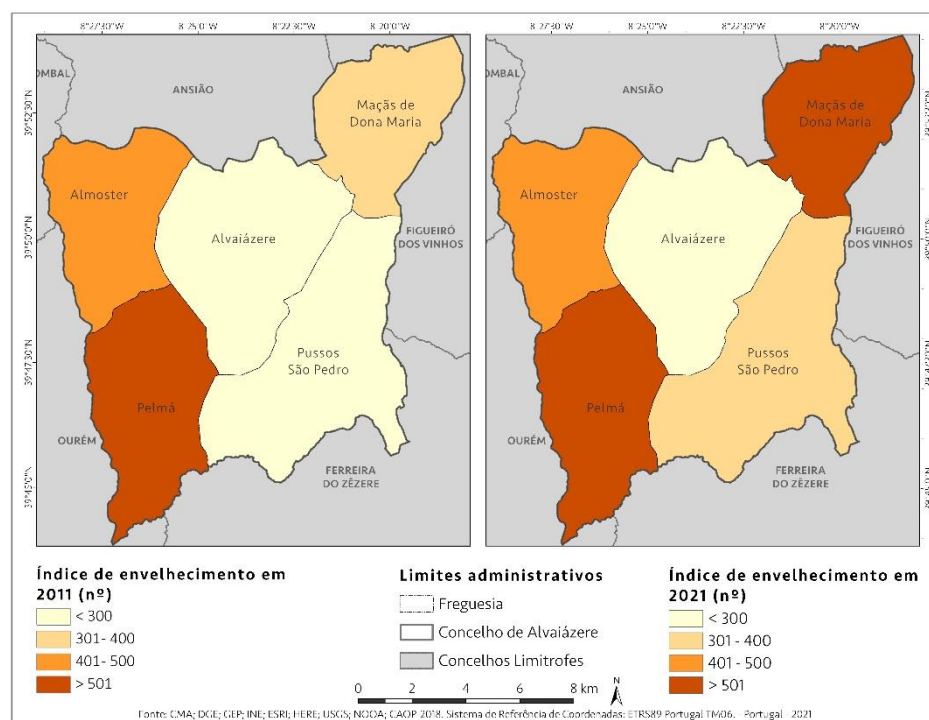
Estrutura etária		Portugal	Região Centro	Região de Leiria	Alvaiázere
2011	0 - 14 anos	1 572 329	319 258	42 873	787
	15 - 24 anos	1 147 315	239 248	31 656	708
	25 - 64 anos	5 832 470	1 247 499	159 661	3 401
	65 e mais anos	2 010 064	521 750	60 439	2 391
	pop total	10 562 178	2 327 755	294 629	7 287
2021	0 - 14 anos	1 331 396	263 438	35 735	556
	15 - 24 anos	1 088 333	220 605	29 692	509
	25 - 64 anos	5 500 951	1 141 267	149 279	2 863
	65 e mais anos	2 424 122	602 257	72 086	2 311
	pop total	10 344 802	2 227 567	286 792	6 239
Índice de envelhecimento (nº)	2001	102,2	129,6	108,0	224,2
	2011	127,8	163,4	141,0	303,8
	2021	182,1	228,6	201,7	415,6
Índice de dependência total (nº)	2001	47,8	52,6	49,5	73,1
	2011	51,3	56,6	54,0	77,3
	2021	57,0	63,6	60,2	85,0

Fonte: INE, Censos 2001, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).

Quadro 10. Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento (nº)		Índice de dependência Total		Estrutura Etária (%)					
					0 a 14		15 a 64		65 e +	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Almoster	473,2	490,6	90,9	109,1	8,3	8,8	52,4	47,8	39,3	43,3
Alvaiázere	256,6	277,9	76,5	74,2	12,2	11,3	56,7	57,4	31,2	31,3
Maçãs de Dona Maria	337,2	588,3	77,3	90,2	10,0	6,9	56,4	52,6	33,6	40,5
Pelma	528,6	650,0	91,7	130,0	7,6	7,5	52,2	43,5	40,2	49,0
Pussos São Pedro	236,2	382,4	69,5	72,6	12,2	8,7	59,0	57,9	28,8	33,4
Alvaiázere	303,8	415,6	77,3	85,0	10,8	8,9	56,4	54,0	32,8	37,0
Região de Leiria	141,0	201,7	54,0	60,2	14,6	12,5	64,9	62,4	20,5	25,1
Região Centro	163,4	228,6	56,6	63,6	13,7	11,8	63,9	61,1	22,4	27,0
Portugal	127,8	182,1	51,3	57,0	14,9	12,9	66,1	63,7	19,0	23,4

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).

Figura 14. Índice de envelhecimento em 2011 e 2021.

Em síntese, e como se procurou demonstrar, a população das freguesias do município de Alvaiázere tem envelhecido, acompanhando aliás a tendência de quase todo o país. Este facto parece estar relacionado segundo os especialistas não só com a mudança de mentalidades, o que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também pela procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar que migra quer para os espaços urbanos (próximos ou afastados), quer ainda para o estrangeiro.

2.3.1. População residente com dificuldades

Nos Censos de 2011 não foi recolhida a população com deficiência tal como nos Censos 2001. Apenas foi efetuada uma avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento).

Dos 7287 residentes no município, 776 indivíduos referiram que apresentam pelo menos uma dificuldade, ou seja, 10,6% da população residente. Estes valores são mais expressivos nas freguesias de Mações de Dona Maria e Pelmá, com 12,8% e 11,8% da população a apresentar pelo menos uma dificuldade, designadamente 1835 e 736 indivíduos. Por outro lado, as freguesias de Alvaiázere, Pussos e Rego da Murta registam um menor número de população residente com uma dificuldade (8,7%, 9,6% e 9,6%, respetivamente) (Quadro 11).

No município de Alvaiázere, dos 776 residentes com pelo menos uma dificuldade (Quadro 12), 30,3% residem na freguesia de Mações de Dona Maria (235 indivíduos) e 19,1% freguesia de Alvaiázere (148 indivíduos).

No total, cerca de 2035 residentes referem que apresentam uma ou mais dificuldades, sendo que a maior percentagem recai naturalmente nas freguesias mais populosas de Mações de Dona Maria e Alvaiázere (28,3% e 21,8%, correspondendo a 575 e 444 residentes, respetivamente). Tendo em consideração outro nível de análise, importa salientar que 27,9% da população residente no município apresenta uma ou mais dificuldades, sendo que nas freguesias de Mações de Caminho e Mações de Dona Maria essa percentagem é superior (37,6% e 31,3%) e nas freguesias de Almoester e Pelmá os valores são inferiores (24,9% e 25,1%).

Quadro 11. População residente com pelo menos uma dificuldade, em 2011.

Unidade territorial	Dificuldades												Total
	1		2		3		4		5		6		
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoester	74	44,0	49	29,2	24	14,3	10	6,0	5	3,0	6	3,6	168
Alvaiázere	189	32,7	130	22,5	75	13,0	65	11,2	50	8,7	69	11,9	578
Mações de Dona Maria	235	40,9	132	23,0	97	16,9	55	9,6	24	4,2	32	5,6	575
Pelmá	87	47,0	44	23,8	25	13,5	9	4,9	10	5,4	10	5,4	185
Pussos São Pedro	191	36,1	142	26,8	85	16,1	43	8,1	39	7,4	29	5,5	529
Alvaiázere	776	38,1	497	24,4	306	15,0	182	8,9	128	6,3	146	7,2	2035

Fonte: INE, Censos 2011.

Numa referência aos grupos etários, são os idosos, com 65 e mais anos que apresentam um maior número de dificuldades (1412, correspondendo a 69,4%). Relativamente ao grupo etário dos jovens (0-14 anos) e jovens adultos (15-24 anos), foram identificadas 29 e 34 residentes com, respetivamente. No que concerne à população adulta, cerca de 560 indivíduos apresentam dificuldades (Quadro 12).

As principais dificuldades identificadas pelos residentes (Quadro 12) correspondem a andar e subir degraus e dificuldades de visão (1308 e 1053 indivíduos). Por outro lado, é tão expressiva a quantidade de indivíduos com dificuldades de memória e concentração (783), como em tomar banho ou vestir-se sozinho (647). De salientar ainda que 497 indivíduos apresentam dificuldades em compreender os outros ou fazer-se compreender (Quadro 13).

Numa referência às freguesias do município, é a freguesia mais populosa de Mações de Dona Maria que regista a maior percentagem de indivíduos com dificuldades, (26,8%, correspondendo a 1322 indivíduos). De sublinhar que a dificuldade mais expressiva no município (andar e subir degraus), é comum a 371 e 302 residentes nas freguesias de Mações de Dona Maria e Alvaiázere, correspondendo a 20,2% e 17,8% dos residentes nestas freguesias.

Quadro 12. Dificuldades identificadas pela população residente, segundo o grupo etário.

Unidade territorial	0-14		15-24		25-64		65 e + anos		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoster	3	1,8	4	2,4	45	26,8	116	69,0	168
Alvaiázere	11	1,9	9	1,6	155	26,8	403	69,7	578
Maçãs de Dona Maria	5	0,9	13	2,3	172	29,9	385	67,0	575
Pelmá	0	0,0	3	1,6	41	22,2	141	76,2	185
Pussos São Pedro	10	1,9	5	0,9	147	27,8	367	69,4	529
Alvaiázere	29	1,4	34	1,7	560	27,5	1412	69,4	2035

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 13. Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau de dificuldade, em 2011.

Unidade territorial	Ver				Ouvir				Andar ou subir degraus			
	Muita dificuldade		Não consegue		Muita dificuldade		Não consegue		Muita dificuldade		Não consegue	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Almoster	97	1	98	58,3	53	2	55	32,7	94	3	97	57,7
Alvaiázere	300	15	315	54,5	203	6	209	36,2	341	49	390	67,5
Maçãs de Dona Maria	272	11	283	49,2	149	8	157	27,3	323	48	371	64,5
Pelmá	74	3	77	41,6	60	2	62	33,5	115	8	123	66,5
Pussos São Pedro	275	5	280	52,9	153	8	161	30,4	290	37	327	61,8
Alvaiázere	1018	35	1053	51,7	618	26	644	31,6	1163	145	1308	64,3

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Memória ou concentração				Tomar banho ou vestir-se sozinho				Compreender ou fazer-se compreender			
	Muita dificuldade		Não consegue		Muita dificuldade		Não consegue		Muita dificuldade		Não consegue	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Almoster	34	5	39	23,2	24	6	30	17,9	25	1	26	15,5
Alvaiázere	240	34	274	47,4	143	72	215	37,2	171	24	195	33,7
Maçãs de Dona Maria	172	29	201	35,0	106	84	190	33,0	102	18	120	20,9
Pelmá	44	8	52	28,1	39	11	50	27,0	29	3	32	17,3
Pussos São Pedro	194	23	217	41,0	113	49	162	30,6	108	16	124	23,4
Alvaiázere	684	99	783	38,5	425	222	647	31,8	435	62	497	24,4

Fonte: INE, Censos 2011.

2.4. Projeções demográficas

2.4.1. População residente

Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas e as principais implicações do ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território importa, no quadro dos objetivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas. Utilizou-se o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades).

Os resultados da aplicação deste método a populações particulares dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados projetados para o futuro traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (21 de março de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031. Uma vez que os dados provisórios dos Censos 2021 são já conhecidos, utilizaram-se esses resultados para o ano de 2021.

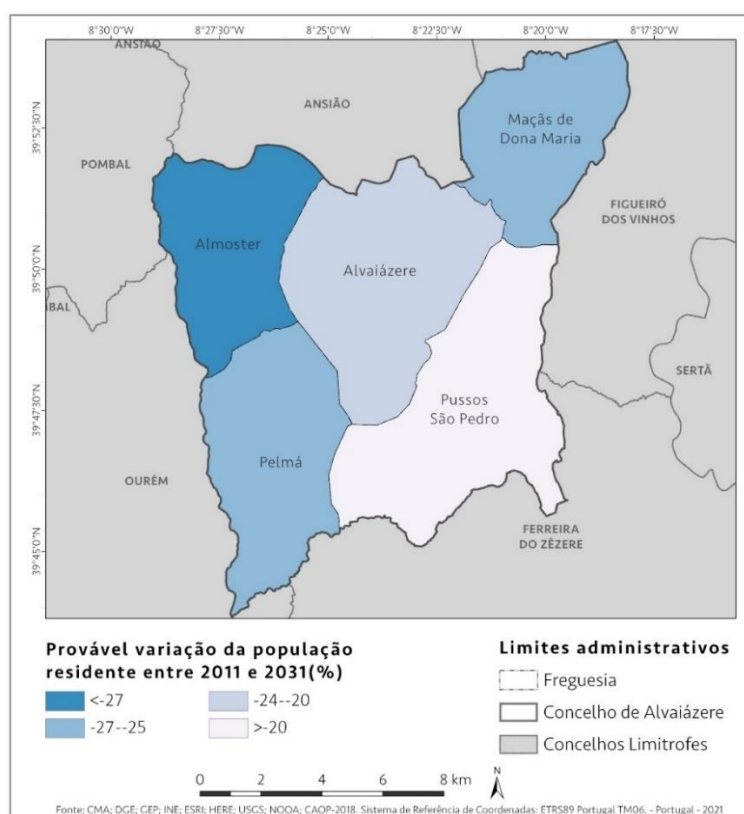
A análise dos resultados indica a diminuição da população no município de Alvaiázere nas próximas décadas (Quadro 14 e Figura 15). Com efeito, Alvaiázere terá -1601 habitantes em 2031 tendo por referência a população residente de 2011 (-22%).

Quadro 14. População residente, sobreviventes e variação, entre 2011 e 2031.

Unidade territorial	2011	2021	2026	2031	2021-2031		2011-2031	
	nº				nº	%	nº	%
Almoster	674	600	527	485	-115	-19,1	-189	-28,0
Alvaiázere	2049	1810	1706	1617	-193	-10,7	-432	-21,1
Maçãs de Dona Maria	1835	1495	1437	1329	-166	-11,1	-506	-27,6
Pelmá	736	637	585	536	-101	-15,8	-200	-27,2
Pussos São Pedro	1993	1697	1796	1719	22	1,3	-274	-13,7
Alvaiázere	7287	6239	6051	5686	-553	-8,9	-1601	-22,0

Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2021 (resultados provisórios) e cálculos próprios.

Considerando os valores totais para o município de Alvaiázere, uma primeira ideia a referir destaca o crescimento negativo que ocorrerá por quinquénio e que se traduzirá num decréscimo populacional (-188 habitantes em 2026 para 6051 residentes e de -364 indivíduos em 2031, passando a 5686 residentes). A análise por freguesia sublinha uma tendência de decréscimo de população residente em todas as freguesias, sendo que a freguesia de Almoster poderá registar o decréscimo mais expressivo entre 2011 e 2031 (-28%, correspondendo a -189 pessoas). De salientar que também as freguesias de Maçãs de Dona Maria e Pelmá poderão perder importantes decréscimos populacionais (-27%, correspondendo a -506 e -200 residentes).



Fonte: INE, I.P. e cálculos próprios.

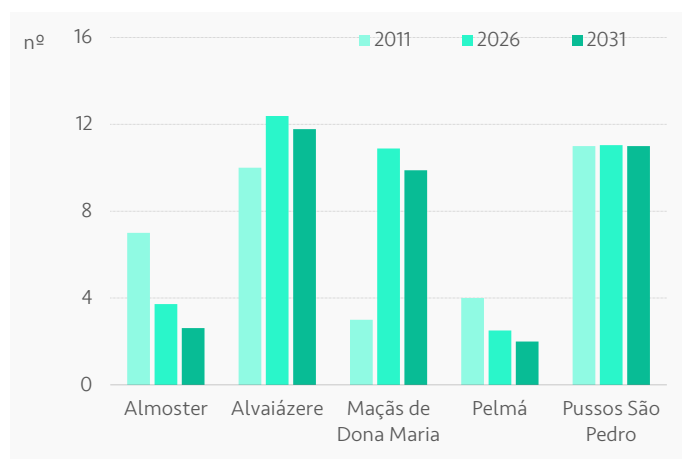
Figura 15. Provável variação da população residente entre 2011 e 2031.

2.4.2. Natalidade

A dimensão dinâmica natural permite assim compreender apenas uma parte da amplitude e complexidade das alterações demográficas. Mas, no contexto da reorganização da rede de equipamentos sociais é importante analisar os nascimentos projetados até 2031. A consideração do comportamento desta variável é fundamental para que se possa prospetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade.

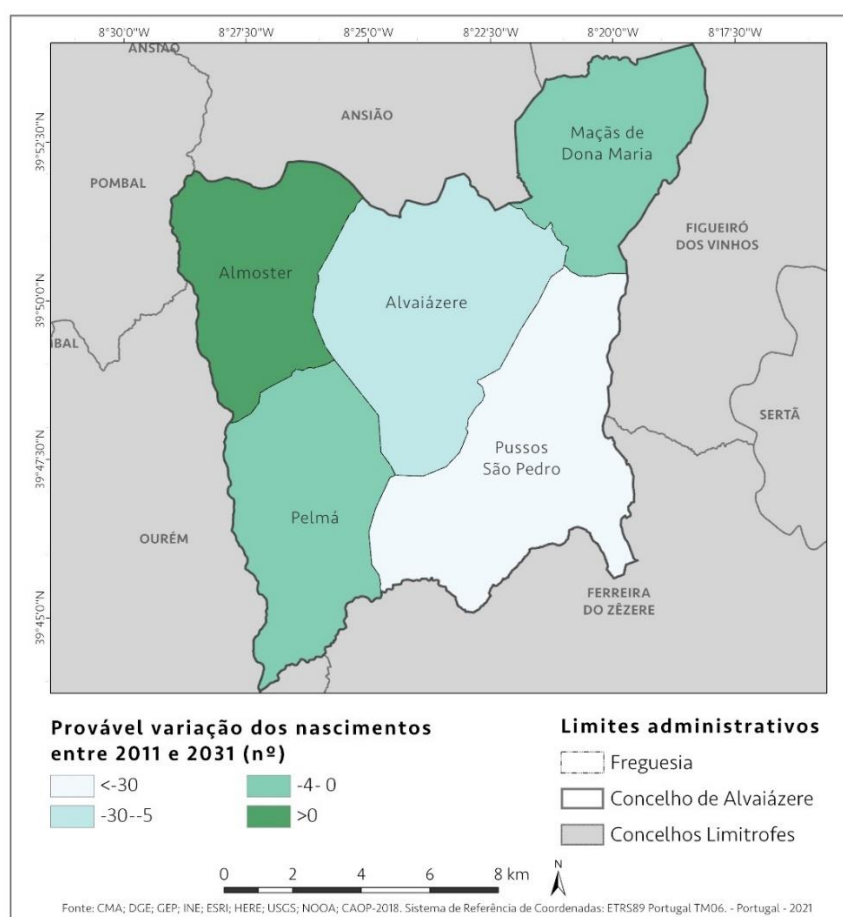
A evolução do número de sobreviventes por ano para as diferentes freguesias evidencia desde logo a quebra nos nascimentos projetados nas freguesias de Almoster e Pelmá. Para as restantes projeta-se um acréscimo, ainda que ligeiro (Figuras 16 e 17).

As taxas de natalidade passarão a apresentar em todas as freguesias valores entre os 5‰ a 7‰ em 2031. Embora em algumas freguesias se projete uma diminuição nos valores da taxa de natalidade, para outras projeta-se um acréscimo neste indicador.



Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

Figura 16. Nados-vivos, entre 2011 e 2031.



Fonte: INE, I.P. e cálculos próprios.

Figura 17. Provável variação dos nascimentos entre 2011 e 2031.

2.4.3. Estrutura etária, Envelhecimento e Dependência

A evolução atrás referida expressa, para o município de Alvaiázere, um nítido fenómeno de envelhecimento da população com a continuação da perda de população no escalão jovem (0 a 14 anos) e um aumento, do número de idosos (acima dos 85 anos), expressando os índices de envelhecimento esta evolução (Quadro 15). Os resultados do

índice de envelhecimento para o Município de Alvaiázere espelham um aumento entre 2011 e 2031 (de 303,8% para 342,5%). Isto significa que para cada 100 jovens existirão 342 idosos em 2031.

A análise à freguesia destaca os elevados índices de envelhecimento que as Freguesias de Pelmá, Pussos São Pedro e Almoester poderão em 2031 (666,5, 376,4 e 363,1, respetivamente) (Quadro 16 e Figuras 18 e 19). De entre as freguesias mais populosas, projeta-se o índice de envelhecimento mais baixo para a Freguesia de Alvaiázere (264), valor ligeiramente superior ao registado no ano de 2011 (256,6).

Quadro 15. População residente, sobreviventes e variação por escalão etário no município, entre 2011 e 2031.

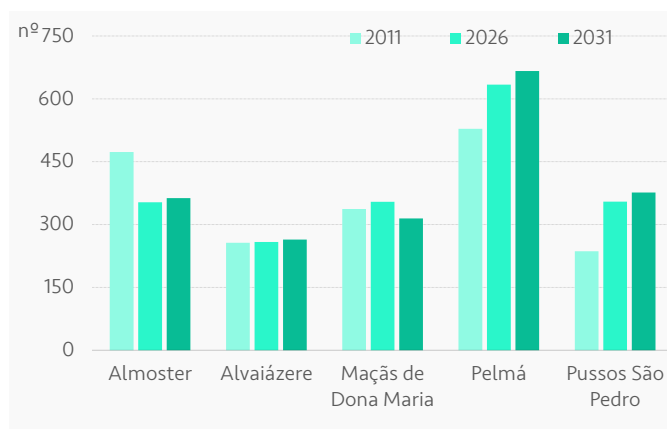
Estrutura Etária	2011	2020	2026	2031	2011-2031		Tendência
					nº	%	
0 a 4	226	160	203	186	-40	-17,5	↓
5 a 9	247	194	202	203	-44	-17,9	↓
10 a 14	314	236	198	202	-112	-35,8	↓
15 a 19	320	253	226	198	-122	-38,2	↓
20 a 24	388	349	245	225	-163	-42,1	↓
25 a 29	291	389	310	244	-47	-16,3	↓
30 a 34	357	413	316	310	-47	-13,2	↓
35 a 39	389	301	383	314	-75	-19,3	↓
40 a 44	429	431	284	378	-51	-11,9	↓
45 a 49	501	420	349	283	-218	-43,5	↓
50 a 54	467	441	378	347	-120	-25,7	↓
55 a 59	474	515	416	371	-103	-21,8	↓
60 a 64	493	422	475	404	-89	-18,1	↓
65 a 69	500	413	424	457	-43	-8,7	↓
70 a 74	553	400	417	401	-152	-27,5	↓
75 a 79	545	331	395	366	-179	-32,9	↓
80 a 84	446	378	324	314	-132	-29,5	↓
85 e +	347	544	506	485	138	39,8	↑
Total	7287	6590	6051	5686	-904	-12,4	↓

Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

Quadro 16. Índice de envelhecimento entre 2011 e 2031.

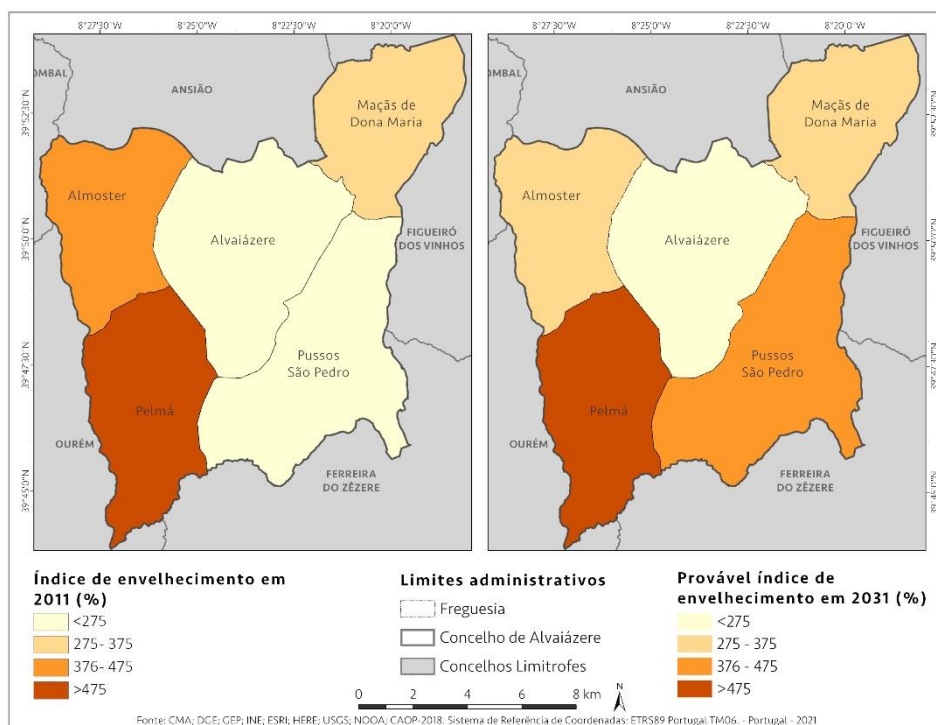
Unidade territorial	2011	2026	2031
	nº		
Almoester	473,2	353,2	363,1
Alvaiázere	256,6	258,3	264,0
Maçãs de Dona Maria	337,2	354,4	314,4
Pelmá	528,6	634,1	666,5
Pussos São Pedro	236,2	354,6	376,4
Alvaiázere	303,8	343,1	342,5

Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.



Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

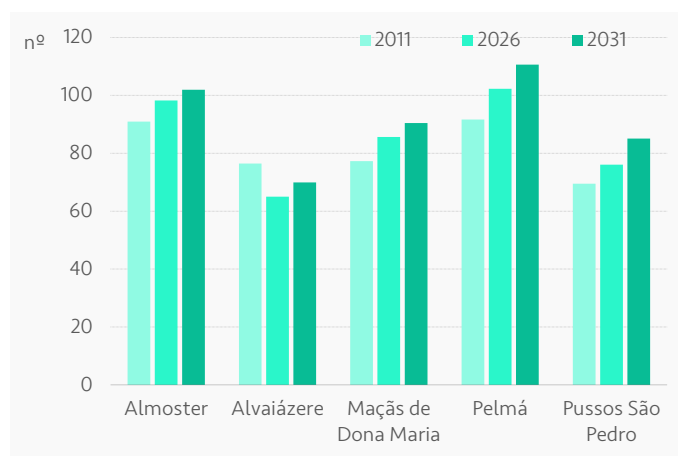
Figura 18. Índice de envelhecimento, entre 2011 e 2031.



Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

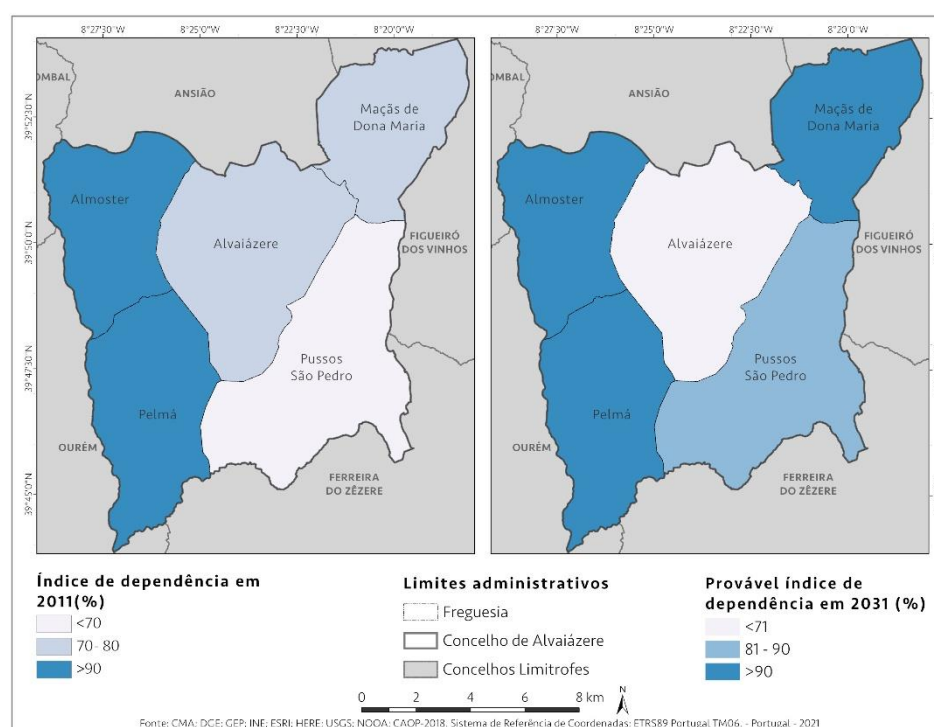
Figura 19. Índice de envelhecimento em 2011 e provável índice de envelhecimento em 2031.

Relativamente ao índice de dependência estima-se um aumento no município entre 2011 e 2031 (de 77,3% para 85,1%). Isto significa que por cada 100 ativos existirão cerca de 85 inativos (Figuras 20 e 21).



Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

Figura 20. Índice de dependência, entre 2011 e 2031.



Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

Figura 21. Índice de dependência em 2011 e provável índice de dependência em 2031.

À exceção da freguesia de Alvaiázere, para todas as restantes é projetado um acréscimo neste indicador, o que evidencia uma maior pressão sob a população ativa. Sendo um indicador que permite uma perceção sobre o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa, as projeções realizadas dão conta de que haverá um aumento da “pressão” da sociedade sobre a população ativa. A menos que se verifique uma inversão da diminuição da natalidade, este indicador tenderá a agravar-se. Estes resultados refletem o perfil demográfico do município de Alvaiázere, tal como do resto do país, caracterizado por um aumento da proporção da população mais idosa e pela diminuição da população mais jovem, motivado, sobretudo, pela diminuição da natalidade e pelo aumento da esperança média de vida.

Síntese

- Em 2021, Alvaiázere tinha 6239 residentes, distribuindo-se de forma desigual pelo território, verificando-se uma maior concentração populacional na freguesia de Alvaiázere e Pussos São Pedro. Em termos de evolução demográfica desde 1950 assistiu-se a um decréscimo populacional bastante expressivo, no contexto do município, sendo que em 1950 residiam 14629 habitantes e em 2021 passaram a ser apenas 6239, traduzindo-se numa perda de mais de metade da população (-57%). Considerando apenas a última década o município assistiu a um decréscimo de 14,4%, sendo uma tendência continua desde 1950.
- Na última década, é visível uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, sendo que entre 2011 e 2021 o número de idosos passou de 303 por cada 100 jovens para 415 por cada 100 jovens, tratando-se de valores claramente mais expressivos comparativamente ao contexto nacional. Isto acontece, também, devido aos valores da taxa de natalidade serem sempre inferiores aos da taxa de mortalidade, traduzindo um crescimento natural negativo. Deste modo, o valor do índice de dependência total é muito importante (85%), sendo bastante superior ao contexto nacional (57%). Assim como, a proporção de população residente com dificuldades é fundamental (2535 habitantes), sendo que a maioria tem dificuldades em andar ou subir degraus (64,3%) e em ver (51,7%). No entanto, Alvaiázere acompanha a tendência de envelhecimento de quase todo o país.
- Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas anteriormente, interessa também compreender como irá evoluir no futuro a população do município de Alvaiázere, tendo-se realizado para o efeito projeções demográficas até 2031. Mantendo-se as premissas do decréscimo populacional, prevê-se em 2031 menos 1601 habitantes do que em 2011 (-22%).
- No entanto, ao nível dos nascimentos, a previsão é de um ligeiro aumento nas freguesias de Alvaiázere e Mações de Dona Maria, sendo que todas as freguesias têm valores entre 5‰ e 7‰ em 2031. Apesar disto, não é suficiente para combater o acentuado envelhecimento no município e, assim, o cenário dos próximos anos é de agravamento deste fenómeno (envelhecimento da população). Deste modo, é previsto uma redução na população jovem e o aumento da população idosa (passando de 308,8% para 342,5% por cada 100 jovens em 2031). Assim, é de esperar um crescimento do índice de dependência face a 2011, sendo que se prevê um aumento de 7,8% (77,3% em 2011 e 85,1% em 2031).

3. Caracterização socioeconómica

3.1. Nacionalidade e Multiculturalidade

Portugal é um dos países europeus a registar um aumento mais rápido de imigrantes, num curto espaço de tempo (Ramos, 2003). De facto, as evidências empíricas confirmam um importante incremento de estrangeiros nos países desenvolvidos, a partir da segunda metade dos anos 80. Foram os países do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), que emergiram como grandes recetores de imigrantes, operando-se uma transição da emigração para a imigração ou, em muitos casos, um modelo misto que resulta da coexistência dos dois processos (Malheiros, 1998). No entanto este reforço da imigração não se processou de forma homogénea em todo o território nacional, mas fez-se sobretudo para as grandes cidades, uma vez que estas possuem mercados de trabalho mais amplos e diversificados, oferecendo maiores oportunidades para aqueles que efetivamente procuram e anseiam por uma vida melhor.

Considerando os 7287 residentes no município de Alvaiázere no ano de 2011, 7047 indivíduos apresentavam nacionalidade portuguesa (96,7%) e apenas 158 residentes apresentavam nacionalidade estrangeira (2,2%). Importa referir ainda que 82 residentes apresentavam dupla nacionalidade, representando 1,1% da população. Tendo em conta os municípios que constituem a região de Leiria, é de salientar que o peso de população estrangeira é inferior nos municípios de Figueiró dos Vinhos (1,3%), Ansião (1,6%) e Castanheira de Pêra (1,8%). Neste contexto, é nos municípios de Pedrógão Grande e Leiria que se verifica a maior percentagem de população estrangeira, apresentando 3,7% e 3,1%, respetivamente (Quadro 17).

Quadro 17. População residente segundo a nacionalidade em 2011.

Unidade territorial	Portuguesa		Estrangeira		Dupla nacionalidade		Apátrida		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Ansião	12753	97,1	215	1,6	160	1,2	0	0,0	13128
Batalha	14889	94,2	455	2,9	460	2,9	1	0,0	15805
Castanheira de Pêra	3105	97,3	56	1,8	30	0,9	0	0,0	3191
Figueiró dos Vinhos	6004	97,3	79	1,3	86	1,4	0	0,0	6169
Leiria	119871	94,5	3913	3,1	3104	2,4	9	0,0	126897
Marinha Grande	36908	95,4	1071	2,8	698	1,8	4	0,0	38681
Pedrógão Grande	3736	95,4	146	3,7	33	0,8	0	0,0	3915
Pombal	52714	95,5	1203	2,2	1298	2,4	2	0,0	55217
Porto de Mós	23121	95,0	608	2,5	613	2,5	0	0,0	24342
Alvaiázere	7047	96,7	158	2,2	82	1,1	0	0,0	7287
Região de Leiria	280148	95,1	7904	2,7	6564	2,2	16	0,0	294632
Região Centro	2229634	95,8	48626	2,1	49424	2,1	71	0,0	2327755
Continente	9467840	94,2	352389	3,5	226853	2,3	539	0,0	10047621

Fonte: INE, Censos 2011.

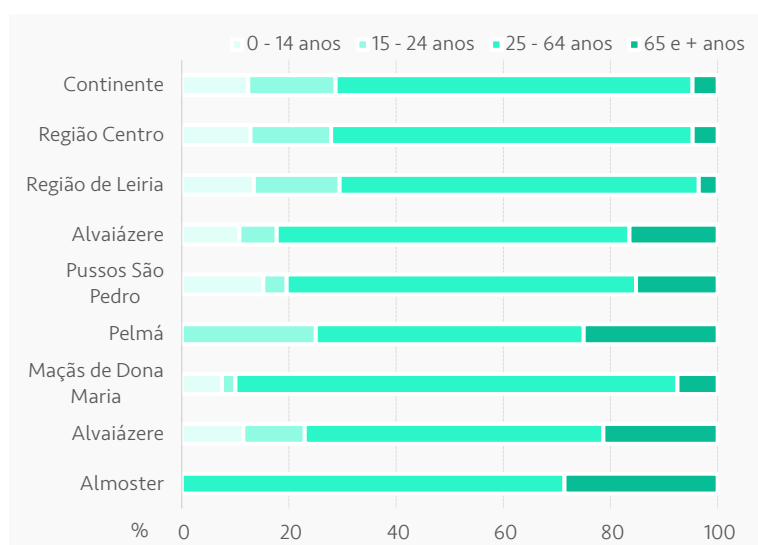
Em termos absolutos, e numa análise às freguesias, sobressai o facto de as freguesias de Alvaiázere, Pussos São Pedro e Mações de Dona Maria, apresentarem uma maior prevalência da população estrangeira (61, 46 e 40 indivíduos, correspondendo a 3,0%, 2,3% e 2,2%, respetivamente). Esta leitura vem reforçar a fraca representatividade da população estrangeira presente em Alvaiázere (Quadro 18).

Quadro 18. População residente segundo a nacionalidade em 2011.

Unidade territorial	Portuguesa		Estrangeira		Dupla nacionalidade		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	
Almoster	657	97,5	7	1,0	10	1,5	674
Alvaiázere	1968	96,0	61	3,0	20	1,0	2049
Mações de Dona Mari	1778	96,9	40	2,2	17	0,9	1835
Pelmá	726	98,6	4	0,5	6	0,8	736
Pussos São Pedro	1918	96,2	46	2,3	29	1,5	1993
Alvaiázere	7047	96,7	158	2,2	82	1,1	7287
Região de Leiria	280148	95,1	7904	2,7	6564	2,2	294632
Região Centro	2229634	95,8	48626	2,1	49424	2,1	2327755
Continente	9467840	94,2	352389	3,5	226853	2,3	10047621

Fonte: INE, Censos 2011.

A distribuição da população estrangeira por grupo etário, evidencia um maior peso nos grupos etários adultos dos 25 aos 64 anos (104 indivíduos, correspondendo a 65,8%). Relativamente aos grupos etários jovens, contabilizavam-se cerca de 17 indivíduos até aos 14 anos, sendo que 11 tinham idades dos 15 aos 24 anos, e 26 indivíduos tinham 65 e mais anos, representando este grupo etário 16,5% da população residente estrangeira (Figura 22).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 22. População residente estrangeira em Alvaiázere segundo o grupo etário, em 2011.

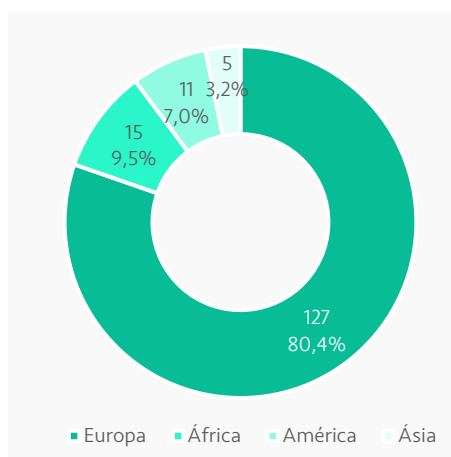
Fazendo referência aos residentes estrangeiros, e tendo em consideração o ano de 2011, destaca-se o facto de 80,4% da população estrangeira ser proveniente do continente europeu (127 indivíduos) (Quadro 19 e Figura 23). Apresentando valores menos significativos, surgem os indivíduos oriundos do continente africano (15 indivíduos, correspondendo a 9,5%), seguindo-se os indivíduos provenientes do continente americano (11 pessoas, correspondendo a 7,0%) e por último, os oriundos da Ásia (5 pessoas, correspondendo a 3,2%).

Relativamente aos países de origem, observa-se uma clara predominância dos indivíduos oriundos do Reino Unido (73), seguindo-se os indivíduos provenientes de outros países - Europa (24), França (14), Brasil (9) e Angola (7) (Figura 24).

Quadro 19. População residente estrangeira segundo o continente de origem em 2011.

Unidade territorial	Europa		África		América		Ásia		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
Almoster	5	71,4	0	0,0	2	28,6	0	0,0	7
Alvaiázere	44	72,1	12	19,7	3	4,9	2	3,3	61
Maças de Dona Maria	35	87,5	2	5,0	3	7,5	0	0,0	40
Pelmá	4	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4
Pussos São Pedro	39	84,8	1	2,2	3	6,5	3	6,5	46
Alvaiázere	127	80,4	15	9,5	11	7,0	5	3,2	158
Região de Leiria	3988	50,5	857	10,8	2614	33,1	437	5,5	7904
Região Centro	23329	48,0	6375	13,1	15907	32,7	2935	6,0	48626
Continente	127800	36,3	95551	27,1	107692	30,6	20985	6,0	352389

Fonte: INE, Censos 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 23. População residente estrangeira em Alvaiázere segundo o continente de origem em 2011.

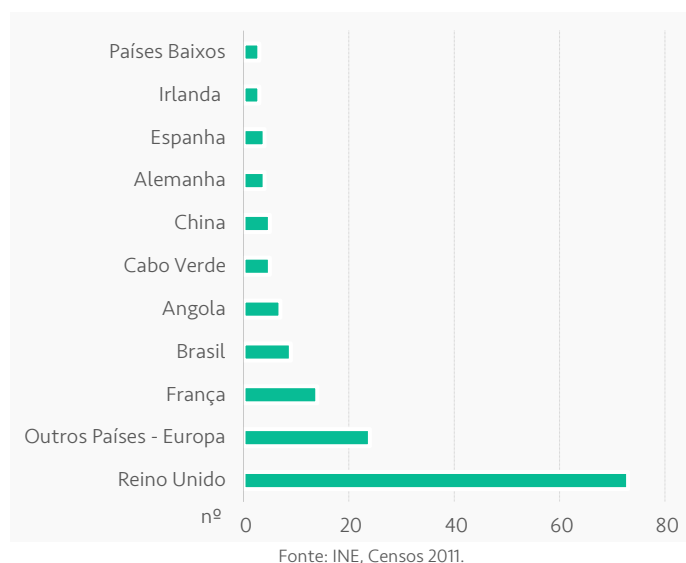


Figura 24. Países com maior número de estrangeiros em Alvaiázere, em 2011.

3.2. Movimentos Pendulares

O Instituto Nacional de Estatística (INE) aplica a expressão “movimentos pendulares” aos movimentos quotidianos das populações, entre o seu local de residência, e o seu local de trabalho, ou estudo. O conceito de movimento pendular, na sua forma menos complexa, aponta-nos para duas deslocações, efetuadas por uma pessoa, entre dois pontos de um espaço geográfico: a ida para o local de trabalho, ou estudo, e o retorno para a residência.

Os movimentos pendulares assumem uma importância estratégica, no que toca às dinâmicas territoriais e da qualidade de vida das populações, com impactos visíveis na gestão da rede e sistemas de transporte, acessibilidades, mercado de trabalho, respostas sociais, reorganização de equipamentos coletivos, e qualidade ambiental dos territórios.

No que se refere ao município de Alvaiázere, a mobilidade é determinada pelo padrão de deslocação casa-trabalho, ou casa-local de estudo. Em 2011, o número dos indivíduos que se deslocam para fora do município, é superior, comparativamente aos que se deslocam para o interior do mesmo, numa relação de 14,6% para 8,3%. (Quadro 20).

A taxa de atração total, que consiste na relação entre a população que cinco anos antes era residente de outra unidade territorial, ou país, e a população residente na unidade territorial em questão, apresenta um valor mais elevado em Alvaiázere, comparativamente à maioria dos municípios da região de Leiria, com uma percentagem de 7,5%. Somente Pedrógão Grande, Batalha e Marinha Grande superaram estes valores.

Por outro lado, a taxa de repulsão, que consiste na relação entre a população que nos cinco anos precedentes era residente na unidade territorial, e atualmente já não o é, e a população que efetivamente reside na unidade territorial. Os valores refletem uma taxa de 5,5% em Alvaiázere, valor inferior ao verificado nos municípios de Castanheira de Pêra (8,1%), Pedrógão Grande (7,0%), Figueiró dos Vinhos (5,9%) e Batalha (5,6%). No contexto da região de Leiria, o município de Pombal é aquele que apresenta a taxa de repulsão interna mais baixa, com 3,4%.

Quadro 20. Proporção da população residente que sai ou entra da unidade territorial (movimentos pendulares).

Unidade territorial	Movimentos pendulares (%)				Taxa de atração total (%)		Taxa de repulsão interna (%)	
	Que sai		Que entra					
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Ansião	16,3	16,0	8,4	9,5	6,5	7,0	4,1	4,3
Batalha	21,8	25,0	18,1	22,5	9,1	8,7	4,2	5,6
Castanheira de Pêra	11,1	11,9	6,2	8,1	5,4	5,3	8,8	8,1
Figueiró dos Vinhos	13,8	15,2	7,8	8,5	5,4	6,4	5,2	5,9
Leiria	10,8	11,7	12,5	14,1	7,9	6,8	3,5	4,8
Marinha Grande	10,8	13,3	15,3	12,5	6,9	7,6	3,9	4,6
Pedrogão Grande	12,9	12,4	11,7	11,2	7,6	10,4	5,3	7,0
Pombal	12,2	12,8	8,4	9,5	9,0	5,8	2,7	3,4
Porto de Mós	16,5	19,8	9,3	9,6	6,9	6,1	3,8	4,5
Alvaiázere	14,1	14,6	7,0	8,3	6,3	7,5	5,4	5,5
Região de Leiria	14,0	15,3	10,0	11,4	7,1	7,2	4,7	5,4
Região Centro	4,1	4,3	2,4	2,6	4,8	4,1	1,7	2,1
Continente	0,7	0,8	7,3	0,1	2,4	2,2	6,7	0,1

Fonte: INE, Censos 2011.

No período compreendido entre 2001 e 2011, observa-se um aumento da população residente que trabalha, ou estuda, noutro município (de 25,7% para 31,4%), o que indica uma tendência para a menor coincidência entre os locais de trabalho, estudo, e o local de residência (Quadro 21). É de realçar que, no ano de 2011, os valores apresentados são superiores aos registados para a região de Leiria (27,7%), para a região Centro (24,6%) e mesmo para o Continente (29,9%).

A redução dos tempos de deslocação, que se deve fundamentalmente à melhoria da qualidade das infraestruturas, tem-se traduzido no alargamento das bacias de emprego, na dispersão da localização da residência e do emprego, e pela modificação dos padrões de mobilidade e da própria configuração dos territórios. Em Alvaiázere, a duração média nos movimentos pendulares é de cerca de 18,1 minutos, sendo um valor superior comparativamente à média da região de Leiria (14,8 minutos), e inferior face ao verificado para o Continente (20,2 minutos). Os restantes municípios que constituem a região de Leiria, em comparação com Alvaiázere, apresentam uma menor duração nos movimentos pendulares, com destaque para os municípios da Marinha Grande e Batalha (14,1 e 14,8 minutos, respetivamente).

Quadro 21. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) e duração média dos movimentos pendulares (min).

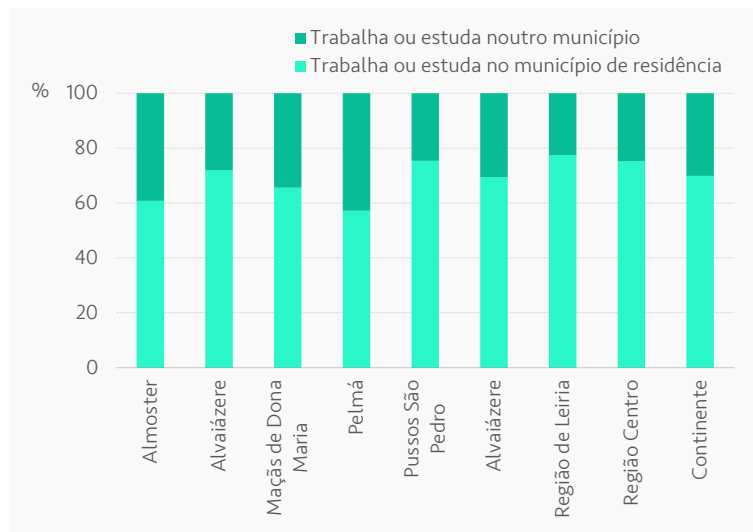
Unidade territorial	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município		Duração média movimentos pendulares	
	2001	2011	2001	2011
	%		(min)	
Ansião	26,6	29,2	16,7	17,3
Batalha	34,2	38,8	12,5	14,8
Castanheira de Pêra	21,5	25,1	17,9	17,4
Figueiró dos Vinhos	22,5	31,6	16,4	17,0
Leiria	13,9	17,4	15,3	15,8
Marinha Grande	15,8	21,8	13,1	14,1
Pedrogão Grande	25,4	27,7	18,7	16,0
Pombal	19,8	21,7	16,6	17,3
Porto de Mós	24,8	32,3	13,1	15,7
Alvaiázere	25,7	31,4	17,7	18,1
Região de Leiria	23,0	27,7	15,8	14,8
Região Centro	20,3	24,6	17,2	17,1
Continente	29,0	29,9	22,6	20,2

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

A maioria da população empregada, ou estudante, do município de Alvaiázere, exerce a sua atividade no próprio município, com uma percentagem de 69,4%, correspondendo a 2415 indivíduos. Deste número, cerca de 52,8% trabalha na freguesia de residência (1275 indivíduos), 39,7% noutra freguesia do município (958 indivíduos), e 7,5% em casa (182 indivíduos). De salientar que uma percentagem considerável de população (30,6%), trabalha ou estuda noutro município, correspondendo a 1064 indivíduos (Figura 25). Os valores mais elevados de população empregada e estudante no próprio município de residência registam-se nas freguesias de Alvaiázere (72,0%) e de Pussos São Pedro (75,4%).

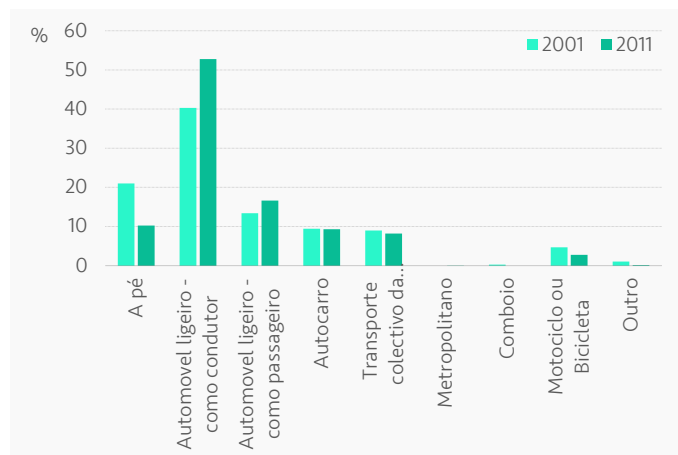
A utilização do transporte individual é hoje dominante nas deslocações por motivo de trabalho ou de estudo, sendo que mais de metade das deslocações em Alvaiázere é realizada em automóvel. De salientar o um aumento notório da utilização do transporte individual (automóvel) em detrimento do transporte coletivo. De facto, se em 2001 cerca de 53,7% da população utilizava o automóvel ligeiro como condutor ou como passageiro, no ano de 2011 esse valor passou a representar 69,4% (Figura 26).

Uma análise pormenorizada da utilização dos meios de transporte em 2011, permite destacar a primazia do automóvel nas deslocações diárias (cerca de 70%), seguindo-se o modo de deslocação a pé (10,2%) e autocarro (9,3%). Por fim, no município de Alvaiázere, importa referir que o transporte rodoviário coletivo tem um papel pouco significativo nas deslocações (8,2%), em comparação com o meio de transporte individual.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 25. População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo em 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 26. Meios de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, em 2001 e 2011.

3.3. Famílias

As famílias apresentam um papel central e estruturante na vida da sociedade, funcionando como um veículo de transmissão dos modelos sociais e um instrumento de socialização pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia.

Em virtude das mudanças sociais, culturais e económicas que se impõem na atualidade, os conceitos de família têm vindo a sofrer profundas alterações no que diz respeito aos seus valores, modelos e funções. De facto, o aparecimento de novos cenários e contextos familiares mais flexíveis, justifica-se pelo crescente aumento das uniões de facto, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, o aumento das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, a diminuição da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios e a redução da taxa de natalidade.

Neste contexto, importa conhecer o perfil das famílias do município de Alvaiazere, em termos do seu volume, composição e transformação nas últimas décadas. Relativamente

ao tipo de famílias existentes no município, assumem predominância as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento.

Em 2011 existiam cerca de 3017 famílias clássicas no município de Alvaiázere (Quadro 22). A leitura da evolução do número de famílias, entre 2001 e 2011, permite concluir que este município registou uma ligeira diminuição de famílias clássicas (-9.6%), ao contrário do que acontece na Região de Leiria, na Região Centro e ainda em Portugal Continental que registam um acréscimo de 7,8%; 6,3% e 10,2%; respetivamente. Em consequência da redução do número de famílias clássicas podemos prever uma tendência para a redução da dimensão média das famílias. No decorrer das transformações sociais e dinâmicas demográficas, verifica-se que a dimensão média das famílias no município de Alvaiázere é de 2.4 em 2011. O resultado da diminuição de população, neste mesmo município, reflete-se na estrutura familiar, que é cada vez mais reduzida, e consequentemente apresenta um valor inferior à média da região de Leiria (2,5) e do Continente (2,6).

As famílias de casais com filhos têm tendência para o decréscimo, sendo que em 2011 apenas 50,3% dos casais de Alvaiázere tinham filhos, valor inferior à média da região de Leiria (53,9%), da região Centro (55,8%) e do Continente (58,4%). No que toca à proporção de núcleos familiares monoparentais, Alvaiázere apresenta cerca de 11% em 2011, valor inferior à região de Leiria, à região Centro e ao Continente (12%; 12,6% e 14,8%, respetivamente).

Quadro 22. Caracterização global das famílias no contexto regional e nacional.

Unidade territorial		Alvaiázere	Região de Leiria	Região Centro	Continente
Famílias clássicas	2011	3017	114329	904770	3869188
	var. 01-11 (%)	-9,6	7,8	6,3	10,2
Dimensão média das famílias clássicas	n.º	2,4	2,5	2,5	2,6
Proporção de casais com filhos	2011	50,3	53,9	55,8	58,4
Proporção de núcleos monoparentais		10,9	12	12,6	14,8
Núcleos familiares reconstituídos		4	5,2	5,7	6,6
Famílias clássicas unipessoais		27,4	23,3	21,6	21,6
Famílias unipessoais de pessoas com 65 ou + anos		20	14	11,8	10,2

Fonte: INE, Censos 2001; Censos 2011.

A família portuguesa, apesar de manter traços tradicionais, tem mudado a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como se estabelecem as relações, assumindo-se atualmente como uma família diferente. O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, juntando-se os filhos da atual relação conjugal. São as denominadas

famílias reconstituídas ou recompostas. Em Alvaiázere, cerca de 4% dos núcleos familiares dizem respeito a núcleos familiares recompostos ou reconstituídos, ainda assim trata-se de um valor abaixo da média do Continente (6,6%).

O aumento de famílias clássicas unipessoais é uma consequência das mudanças que vêm correndo na nossa sociedade. O aumento acentuado do divórcio, o aumento do nível de escolaridade e a independência financeira dos jovens são alguns dos principais fatores para o qual este tipo de características familiares aumentem. Em Alvaiázere, cerca de 27,4% dos núcleos familiares correspondem a famílias clássicas unipessoais, valor superior à média da região de Leiria (23,3%), da região Centro e do Continente (ambos com 21,6%). Neste contexto, as famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, em Alvaiázere, correspondem a 20% dos núcleos familiares.

Numa referência ao número de pessoas existente nas famílias clássicas no ano de 2011, no município de Alvaiázere, verifica-se uma predominância de famílias constituídas por duas pessoas (1045 famílias, correspondendo a 34,6%). A dimensão média das famílias portuguesas tende a diminuir progressivamente. Uma família com um número acrescido de indivíduos, nos dias de hoje, é pouco comum, passando a ser o normal a existência de núcleos familiares pouco numerosos.

Em confirmação do que foi referido anteriormente, as famílias clássicas constituídas por um elemento são as que apresentam o segundo valor mais significativo, 827 famílias, correspondendo a 27,4%. Desta forma, as famílias compostas por três e quatro pessoas apresentam uma menor representatividade no contexto do município de Alvaiázere (573 e 421 famílias, correspondendo a 19,0% e 14,0%, respetivamente). As famílias formadas por cinco ou mais elementos são as que revelam o valor menos significativo apresentando apenas 151 famílias que corresponde a 5,0% das famílias do município (Quadro 23).

A freguesia de Almoester e Pelamá apresentam percentagens mais significativas de famílias com uma e duas pessoas (33,2%; 31,1 e 38,0%; 38,6%; respetivamente). Por outro lado, as freguesias de Alvaiázere, Pussos de São Pedro e Mações de Dona Maria são as que registam uma maior expressão de famílias numerosas (com três, quatro, cinco e mais elementos).

Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e da sua composição, é possível observar uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares no município de Alvaiázere. Predominam as famílias clássicas com um núcleo (71,0%), seguindo-se as famílias sem núcleos (26,9%), ou seja, pessoas a viver sozinhas ou outro tipo de família (Quadro 24). Assumindo valores de menor expressão, surgem as famílias com dois núcleos (2,1%, correspondendo a 71 famílias). E ainda, no município de Alvaiázere não existe registo que nenhuma família com três ou mais núcleos.

No que diz respeito às famílias com um núcleo (Quadro 25), o casal de direito continua a ser a forma predominante de organização da família em Alvaiázere, destacando-se o casal de direito com filhos como a estrutura predominante (42,6% em Alvaiázere e 44,6% no Continente). É ainda importante referir o elevado número de casais sem filhos neste município (41,2%) algo que surge relacionado com o progressivo adiamento da idade parental e com o contexto socioeconómico desfavorável com que se deparam inúmeras

famílias. Deste modo, trata-se de um valor superior à média da região de Leiria (31,9%), da região Centro (34,1%) e do Continente (30,3%).

Quadro 23. Famílias clássicas segundo a dimensão no município de Alvaiázere, em 2011.

Unidade territorial	1 pessoa		2 pessoas		3 pessoas		4 pessoas		5 e mais		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoster	105	33,2	120	38,0	48	15,2	31	9,8	12	3,8	316
Alvaiázere	217	26,8	257	31,7	165	20,3	132	16,3	40	4,9	811
Maças de Dona Maria	206	27,6	268	35,9	131	17,6	94	12,6	47	6,3	746
Pelmá	104	31,1	129	38,6	52	15,6	35	10,5	14	4,2	334
Pussos São Pedro	195	24,4	271	33,9	177	22,1	129	16,1	28	3,5	800
Alvaiázere	827	27,4	1045	34,6	573	19,0	421	14,0	151	5,0	3017
Região de Leiria	24320	21,3	37521	32,8	25906	22,7	20907	18,3	5675	5,0	114329
Região Centro	195368	21,6	301017	33,3	209076	23,1	149577	16,5	49732	5,5	904770
Continente	834680	21,6	1232982	31,9	923812	23,9	637236	16,5	240478	6,2	3869188

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 24. Famílias clássicas segundo os núcleos familiares, em 2011.

Unidade territorial	Famílias sem núcleos		Famílias com um núcleo		Famílias com dois núcleos		Famílias com três ou mais núcleos		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoster	89	27,1	226	68,9	13	4,0	0	0,0	328
Alvaiázere	204	24,8	606	73,6	13	1,6	0	0,0	823
Maças de Dona Maria	265	29,8	612	68,8	12	1,3	0	0,0	889
Pelmá	120	29,6	276	68,1	9	2,2	0	0,0	405
Pussos São Pedro	189	21,9	649	75,3	24	2,8	0	0,0	862
Alvaiázere	897	26,9	2369	71,0	71	2,1	0	0,0	3337
Região de Leiria	21064	19,9	83325	78,6	1631	1,5	36	0,0	106056
Região Centro	163857	19,3	658718	77,7	23968	2,8	722	0,1	847265
Continente	675801	19,3	2724633	77,7	101142	2,9	3716	0,1	3505292

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 25. Famílias clássicas com um núcleo segundo o tipo, em 2011.

Unidade territorial	Famílias com um núcleo													
	Casal de direito				Casal de facto				Pai com filhos		Mãe com filhos		Total	
	sem filhos		com filhos		sem filhos		com filhos							
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	
Almoster	91	45,5	78	39,0	8	4,0	1	0,5	1	0,5	21	10,5	200	
Alvaiázere	174	31,8	266	48,5	29	5,3	18	3,3	4	0,7	57	10,4	548	
Maças de Dona Maria	233	44,7	210	40,3	14	2,7	17	3,3	5	1,0	42	8,1	521	
Pelmá	112	50,5	77	34,7	2	0,9	5	2,3	5	2,3	21	9,5	222	
Pussos São Pedro	233	39,4	268	45,3	15	2,5	18	3,0	7	1,2	51	8,6	592	
Alvaiázere	870	41,2	899	42,6	68	3,2	59	2,8	22	1,0	192	9,1	2110	
Região de Leiria	27622	31,9	39940	46,1	3820	4,4	4749	5,5	1526	1,8	8938	10,3	86595	
Região Centro	229890	34,1	302437	44,9	27853	4,1	34337	5,1	10862	1,6	68630	10,2	674009	
Continente	864598	30,3	1273042	44,6	139212	4,9	185025	6,5	52815	1,8	341253	11,9	2855945	

Fonte: INE, Censos 2011.

É de salientar que no município de Alvaiázere há um maior número de casais de facto sem filhos (68 famílias, correspondendo a 3,2%), comparativamente ao número de casais de facto com filhos (59 famílias, correspondendo a 2,8%).

Os núcleos familiares monoparentais (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades), no município de Alvaiázere correspondem a 192 famílias compostas por mãe e filhos (9,1%) e apenas 22 famílias constituídas por um pai e filhos (1,0%).

A análise por freguesia segue de perto o observado anteriormente, sendo de destacar uma grande expressividade de casais de direito sem filhos na freguesia de Pelmá (50,2%). No que diz respeito aos casais de facto sem filhos, a freguesia de Alvaiázere (5,3%) apresenta valores mais significativos. E ainda, relativamente, ao núcleo familiar monoparental mãe com filhos destacam-se as freguesias de Almoester e Alvaiázere com 10,5% e 10,4%, respetivamente.

Analisando o número de famílias segundo a condição para o trabalho, sobressaem com uma maior expressividade as famílias sem desempregados (91,6%, correspondendo a 2763 famílias), seguindo-se as famílias com um elemento em situação de desemprego (7,7%, correspondendo a 231 famílias), sendo menos expressivo o número de famílias com 2 ou mais desempregados (0,8%, correspondendo a 23 famílias) (Quadro 26).

Quadro 26. Famílias clássicas segundo a condição para o trabalho dos elementos da família, por freguesia, em 2011.

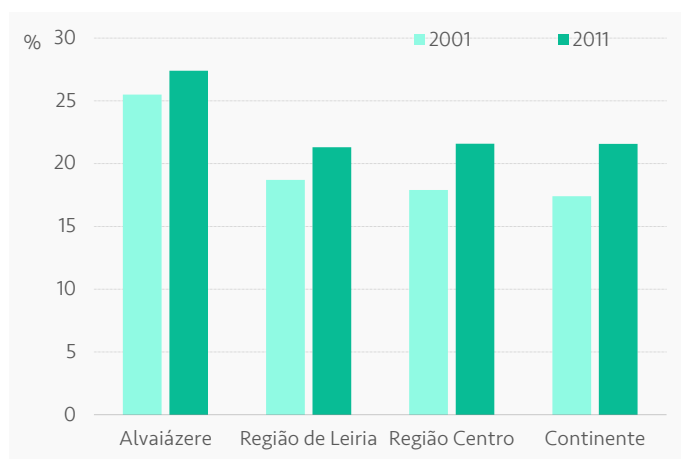
Unidade territorial	Famílias clássicas sem desempregados		Famílias clássicas com 1 desempregado		Famílias clássicas com 2 ou + desempregados		Famílias clássicas
	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoester	298	94,3	16	5,1	2	0,6	316
Alvaiázere	740	91,2	65	8,0	6	0,7	811
Maçãs de Dona Maria	675	90,5	66	8,8	5	0,7	746
Pelmá	313	93,7	18	5,4	3	0,9	334
Pussos São Pedro	737	91,0	66	8,1	7	0,9	810
Alvaiázere	2763	91,6	231	7,7	23	0,8	3017
Região de Leiria	102310	89,5	10966	9,6	10017	8,8	114329
Região Centro	801121	88,5	92493	10,2	11156	1,2	904770
Continente	3317385	85,7	481877	12,5	69926	1,8	3869188

Fonte: INE, Censos 2011.

Uma das transformações na estrutura das famílias está relacionada com o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viver sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados, divorciados e viúvos).

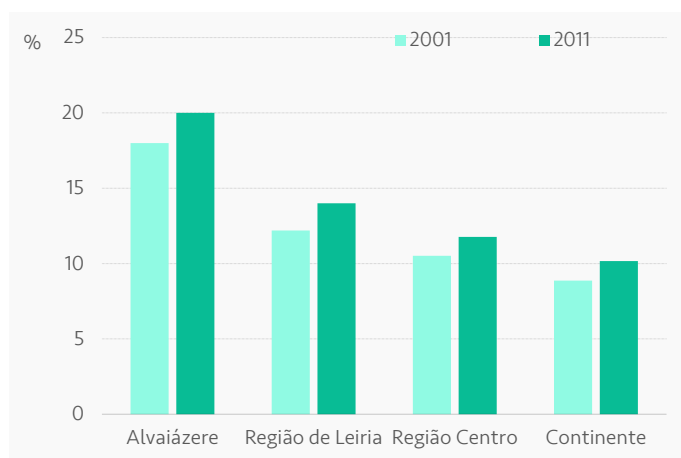
As famílias com uma só pessoa apresentavam uma proporção significativa no contexto familiar de Alvaiázere, com um valor de 27,4%, valor acima da média registada na região de Leiria (21,3%), na região Centro e no Continente (ambos com 21,6%). É importante referir o acréscimo deste tipo de famílias em todas as unidades territoriais consideradas entre 2001 e 2011 (Figura 27). Esta situação merece um especial destaque se se considerar a proporção de famílias clássicas unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos de idade (Figuras 28 e 29). O município de Alvaiázere registava em 2011 uma percentagem deste tipo de famílias de 20,0% (sendo que em 2001 era de 18,0%). Trata-se de valores superiores ao observado no Continente (10,2%), o que vem reforçar a tendência acentuada para o envelhecimento populacional sentido neste território.

Ao nível das freguesias, e considerando o ano de 2011, destacam-se as freguesias de Almoster (25,6%) e Pelamá (23,4%) com maiores percentagens de famílias unipessoais com 65 ou mais anos de idade. No entanto, é importante referir que apenas a freguesia de Pussos São Pedro denota valores inferiores ao valor do município de Alvaiázere. E, ainda, todas as freguesias apresentam valores superiores ao do Continente.



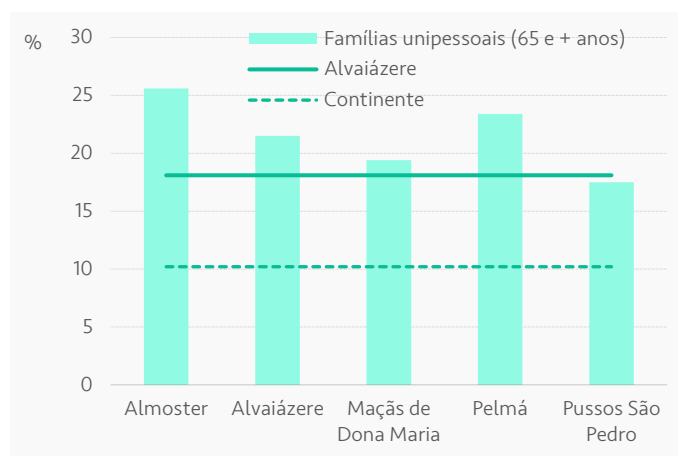
Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 27. Proporção das famílias clássicas unipessoais, em 2001 e 2011.



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

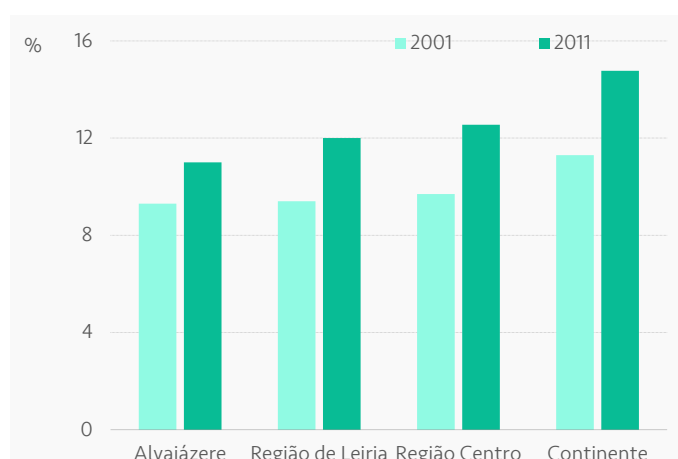
Figura 28. Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade, em 2001 e 2011.



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 29. Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade, por freguesia, em 2011.

A temática da monoparentalidade merece também aqui um destaque. Os núcleos familiares monoparentais (conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s)), registavam no município de Alvaiázere em 2011 uma proporção de 11,0%, valor inferior ao registado na região de Leiria (12,0%), na região Centro (12,6%) e no Continente (14,8%) (Figura 30). Deste modo, tal como já foi referido, as mudanças na estrutura familiar estão relacionadas com a crescente independência dos indivíduos em todas as idades (solteiros, separados, divorciados e viúvos) sendo compreensível o aumento significativo entre os anos 2001 e 2011, tanto em Alvaiázere, como na região de Leiria, na região Centro e no Continente.

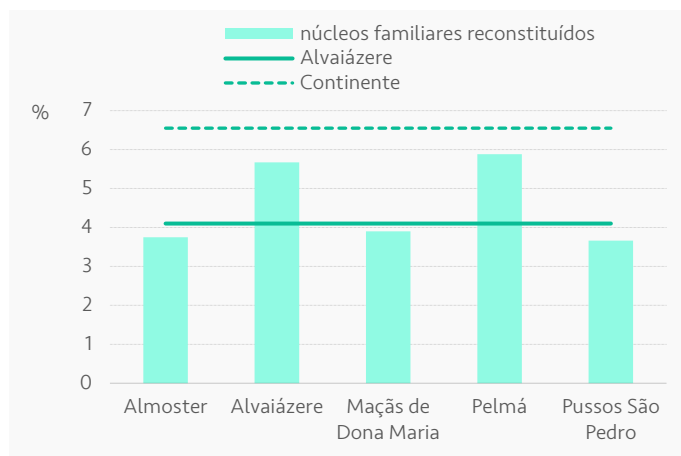


Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 30. Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2001 e 2011.

Tal como já foi referido anteriormente, o aumento acentuado do divórcio, nas últimas décadas, torna comum a formação de uma nova família, em consequência, o número de famílias reconstruídas ou recompostas, também, tende a aumentar.

No município de Alvaiázere, cerca de 4,1% dos núcleos familiares dizem respeito a núcleos familiares recompostos ou reconstituídos, um valor abaixo da média do Continente (6,6%). Ao nível das freguesias assume destaque as freguesias de Pelmá (5,9%) e Alvaiázere (5,7%), que possuem maiores proporções de núcleos familiares reconstituídos. Estas são, ainda, as únicas freguesias que registam valores superiores ao valor municipal. De salientar que todas as freguesias registam valores inferiores à média do Continente (Figura 31).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 31. Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por freguesia, em 2011.

3.4. Condições de vida

3.4.1. Habitação e construção

A análise sumária de indicadores relacionados com os edifícios e alojamentos, no que diz respeito à sua tipologia, época de construção e condições de habitabilidade, constitui um contributo para a compreensão das dinâmicas territoriais recentes.

Alvaiázere apresenta cerca de 5472 edifícios, sendo que entre 2001 e 2011 observou-se um aumento pouco significativo de 3,3%.

Neste contexto, este município apresenta um índice de envelhecimento dos edifícios bastante superior (304,8) em relação à região de Leiria (186,3) e ao Continente (178,4). No entanto, a porção de edifícios muito degradados de Alvaiázere (1,0%) é inferior à média da região de Leiria (1,8%), da região Centro e do Continente (ambos com 1,7%).

No que diz respeito ao número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, Alvaiázere apresenta 2999 alojamentos, em 2011, apresentando, também, uma variação decenal (2001-2011) negativa (-7,9%), o que significa que houve uma perda de 258 alojamentos. Comparativamente à região de Leiria, à região Centro e ao Continente, este município apresenta uma diminuição no número de edifícios, sendo que, as unidades de referência apresentam uma variação positiva (10,7%; 8,0%; 12,0%, respetivamente). Relativamente aos alojamentos familiares clássicos sem pelo menos uma infraestrutura básica, Alvaiázere (3,8%) apresenta valores superiores à região de Leiria (2,4%), à região Centro (2,1%) e ao Continente (1,9%).

A existência de um grande número de alojamentos vagos, demonstra, por um lado, o desajustamento entre a oferta potencial e a procura de habitação, e por outro, a existência de alojamentos devolutos, sem utilização. No caso do município de Alvaiázere, cerca de 13,9% dos alojamentos encontram-se vagos, sendo um valor superior à região Centro (13,6%) e ao Continente (12,5%), ao contrário da região de Leiria que apresenta um valor superior ao de Alvaiázere (14,1%) (Quadro 27).

No que concerne aos fogos concluídos de habitação familiar, entre 2011 e 2019 foram concluídos cerca de 51 fogos. No entanto, entre 2011 e 2019, ao contrário da região de Leiria (-33,4%), da região Centro (-52,8%) e do Continente (-46,0%) que registam um decréscimo no número de fogos concluídos em habitação familiar Alvaiázere apresenta um aumento de 71,4% (de 7 fogos em 2011 para 12 em 2019).

Quadro 27. Caracterização da habitação no contexto regional e nacional.

Unidade territorial			Alvaiázere	Região de Leiria	Região Centro	Continente
Edifícios	2011	nº	5472	133325	1111952	3353610
	var. 01-11	%	3,3	12,5	12,1	11,9
Índice de envelhecimento dos edifícios		nº	304,8	208,4	186,3	178,4
Edifícios construídos nos últimos 10 anos	2011	%	10,4	13,2	13,9	14,2
Proporção de edifícios muito degradados			1,0	1,8	1,7	1,7
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual	2011	nº	2999	112928	893857	3818574
	var. 01-11	%	-7,9	10,7	8,0	12,0
Alojamentos familiares clássicos sem pelo menos uma infraestrutura básica	2011	%	3,8	2,4	2,1	1,9
Alojamentos familiares clássicos vagos			13,9	14,1	13,6	12,5
Fogos concluídos habitação familiar	2011-2019	nº	51	3660	30723	109202
	var. 11-19	%	71,4	-33,4	-52,8	-46,0

Fonte: INE, Censos 2001; Censos 2011.

Numa análise mais pormenorizada da época de construção ou reconstrução dos edifícios, dos cerca de 5472 edifícios existentes em Alvaiázere, 31,5% foram construídos entre 1971 e 1990 e 27,9% foram construídos ou reconstruídos entre 1946 e 1970 (Quadro 28).

A freguesia de Alvaiázere apresenta um parque habitacional mais recente, com cerca de 33,8% dos edifícios construídos nos últimos 20 anos. Por seu turno, a freguesia de Pelma apresenta um menor número de edifícios construídos ou reconstruídos nos últimos 20 anos (9,7%). No que concerne à época de construção ou reconstrução dos edifícios antes de 1919, em contrapartida, é esta mesma freguesia (Pelma) que apresenta um parque habitacional mais antigo (6,6%).

Quadro 28. Época de construção ou reconstrução dos edifícios nas freguesias de Alvaiázere.

Unidade territorial	Antes de 1919		1919 - 1945		1946 - 1970		1971 - 1990		1991 - 2011		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoster	5	0,9	59	10,3	192	33,6	184	32,2	131	22,9	571
Alvaiázere	73	5,8	124	9,8	249	19,6	393	31,0	429	33,8	1268
Maças de Dona Maria	71	5,2	162	12,0	363	26,8	440	32,5	318	23,5	1354
Pelmá	56	6,6	130	15,3	310	36,6	269	31,8	82	9,7	847
Pussos São Pedro	32	2,1	411	27,1	440	29,0	317	20,9	317	20,9	1517
Alvaiázere	237	4,3	707	12,9	1525	27,9	1726	31,5	1277	23,3	5472
Região de Leiria	3794	2,8	10121	7,6	34978	26,2	46851	35,1	37581	28,2	133325
Região Centro	57408	5,2	100388	9,0	264198	23,8	368429	33,1	321529	28,9	1111952
Continente	195169	5,8	288132	8,6	756245	22,6	1112000	33,2	1002064	29,9	3353610

Fonte: INE, Censos 2011

Considerando os edifícios segundo o número de alojamentos no ano de 2011, verifica-se um claro predomínio de edifícios com apenas um alojamento no município de Alvaiázere (98,3%, correspondendo a 5359 edifícios). Dos restantes edifícios, 65 apresentam entre dois e quatro alojamentos, 18 edifícios apresentam entre 5 e 6 alojamentos e 10 edifícios registam um total de 7 ou mais alojamentos (Quadro 29).

Quadro 29. Edifícios segundo o número de alojamentos em 2011.

Unidade territorial	1 alojamento		2 - 4 alojamentos		5 - 6 alojamentos		7 ou mais alojamentos		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoster	568	99,5	3	0,5	0	0,0	0	0,0	571
Alvaiázere	1215	95,8	28	2,2	16	1,3	9	0,7	1268
Maças de Dona Maria	1343	99,2	11	0,8	0	0,0	0	0,0	1354
Pelmá	483	99,2	4	0,8	0	0,0	0	0,0	487
Pussos São Pedro	1410	98,5	19	1,3	2	0,1	1	0,1	1432
Alvaiázere	5379	98,3	65	1,2	18	0,3	10	0,2	5472
Região de Leiria	124988	93,7	4763	3,6	1267	1,0	2307	1,7	133325
Região Centro	1029542	92,6	51401	4,6	11167	1,0	19842	1,8	1111952
Continente	2909440	86,8	246933	7,4	54177	1,6	143060	4,3	3353610

Fonte: INE, Censos 2011

Dos 5715 alojamentos familiares existentes no município em estudo, cerca de 13,9% estão vagos, correspondendo a 796 alojamentos (Quadro 30). Nas freguesias de Almoster, Maças de Dona Maria e Pelmá observam-se percentagens superiores de alojamentos vagos, comparativamente à média concelhia.

De salientar que 33,6% dos alojamentos existentes correspondem a residência secundária, sendo esta forma de ocupação mais expressiva nas freguesias de Pelmá e Pussos São Pedro (37,2% e 36,5% respetivamente).

Quanto à forma de residência habitual, as freguesias de Pussos São Pedro e Alvaiázere apresentam um maior número de alojamentos (805 e 806, respetivamente).

A consideração de algumas condições dos alojamentos revela que o município de Alvaiázere apresenta uma cobertura quase total considerando a existência de água canalizada (99,2%) e o sistema de drenagem residual (99,4%). Relativamente à instalação

de banho ou duche, a cobertura apresenta valores semelhantes (96,1%). Quanto à instalação de aquecimento central, apenas 7,5% das habitações em Alvaiázere possuem aquecimento central (Quadro 31).

Quadro 30. Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação nas freguesias do município de Alvaiázere, no ano de 2011.

Unidade territorial	Residência habitual		Residência secundária		Vago		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoster	310	54,0	179	31,2	85	14,8	574
Alvaiázere	806	55,5	479	33,0	168	11,6	1453
Maçãs de Dona Maria	746	54,8	407	29,9	209	15,3	1362
Pelmá	332	39,1	316	37,2	202	23,8	850
Pussos São Pedro	805	54,5	539	36,5	132	8,9	1476
Alvaiázere	2999	52,5	1920	33,6	796	13,9	5715
Região de Leiria	11928	17,3	33240	48,2	23765	34,5	68933
Região Centro	893857	61,9	353055	24,5	196974	13,6	1443886
Continente	3818574	67,9	1098470	19,5	704054	12,5	5621098

Fonte: INE, Censos 2011.

Quanto aos alojamentos familiares que não têm água canalizada é a freguesia de Pelmá que apresenta valores mais elevados (1,5%), apresentando um valor superior ao município de Alvaiázere (0,8%), assim, como a freguesia de Pussos São Pedro (1,4%).

No que concerne aos alojamentos familiares clássicos sem sistema de drenagem de águas residuais, são as mesmas freguesias (Pelmá e Pussos São Pedro) que apresentam, também, valores mais elevados (ambas com 1,2%), sendo este valor superior à percentagem municipal (0,6%), à região de Leiria (0,4%), à região Centro (0,6%), e ainda, ao Continente (0,5%).

No que toca aos alojamentos familiares sem banho ou duche são as freguesias de Pelmá e Almoster que apresentam valores mais elevados (6% e 5,8%, respetivamente).

Quadro 31. Alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de infraestruturas nas freguesias do município de Alvaiázere, no ano de 2011.

Unidade territorial	Água canalizada				Sistema de drenagem de águas residuais				Banho ou duche				Aquecimento Central				Total
	Com		Sem		Com		Sem		Com		Sem		Com		Sem		
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
Almoster	308	99,4	2	0,6	309	99,7	1	0,3	292	94,2	18	5,8	26	8,4	284	91,6	310
Alvaiázere	808	99,6	3	0,4	811	100	0	0,0	783	96,5	28	3,5	68	8,4	743	91,6	811
Maçãs de Dona Maria	743	99,6	3	0,4	744	99,7	2	0,3	730	97,9	16	2,1	62	8,3	648	86,9	746
Pelmá	329	98,5	5	1,5	330	98,8	4	1,2	314	94,0	20	6,0	21	6,3	313	93,7	334
Pussos São Pedro	794	98,6	11	1,4	795	98,8	10	1,2	769	95,5	36	4,5	48	6,0	757	94,0	805
Alvaiázere	2982	99,2	24	0,8	2989	99,4	17	0,6	2888	96,1	118	3,9	225	7,5	2781	92,5	3006
Região de Leiria	112496	99,5	565	0,5	112620	99,6	441	0,4	111312	98,5	1749	1,5	20948	18,5	92113	81,5	113061
Região Centro	888393	99,2	6921	0,8	889781	99,4	5533	0,6	875590	97,8	19724	2,2	119812	13,4	775502	86,6	895314
Continente	3799582	99,3	25449	0,7	3805100	99,5	19931	0,5	3748640	98,0	76391	2,0	424717	11,1	3400314	88,9	3825031

Fonte: INE, Censos 2011.

3.4.2. Meio de vida e prestações sociais

A caracterização do território, e da população, deve também incidir sobre os elementos que consubstanciam a componente social. Nas últimas décadas, as condições de vida da população portuguesa sofreram importantes e profundas alterações, assistindo-se a um aumento gradual do rendimento das famílias. Fundamentalmente desde a década de oitenta, tem-se verificado um aumento das suas capacidades aquisitivas, não só ao nível dos equipamentos, mas também das infraestruturas, nomeadamente na introdução de melhorias nas condições básicas das habitações.

As mudanças registadas na sociedade devem ser analisadas ponderando as variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente as habitações dos residentes, a utilização dos meios de transporte, as dificuldades dos residentes, a inserção no mercado de trabalho, e as situações de exclusão social, quer por via do desemprego, quer por via de outros subsídios de sobrevivência.

É neste quadro que é efetuada uma análise mais detalhada dos principais aspetos das condições de vida, destacando-se as situações mais problemáticas do ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver. Esta dinâmica, sob o ponto de vista económico e social, tem tradução naturalmente no posicionamento que os territórios revelam em termos de nível de vida (poder de compra).

Referindo-nos aos encargos de aquisição de habitação, Alvaiázere (350,4€) apresenta um valor abaixo da média da região de Leiria (375,6€), da região Centro (378,4€) e do Continente (392,6€). Por sua vez, o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos (241,3€), assume-se superior à média da região de Leiria (225,3€), da região Centro (228,9€) e do Continente (235,2€) (Quadro 32).

No que diz respeito às deslocações pendulares, tal como já era esperado, fazem-se sobretudo através do transporte individual. Quando se analisa a proporção de população residente que utiliza o automóvel nas suas deslocações, cerca de 69,4% serve-se deste meio de transporte, valor considerado relevante, uma vez que é ligeiramente superior à média do Continente (61,6%).

Quadro 32. Caracterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Encargos médios mensais por aquisição de habitação	Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados	Proporção de utilização do automóvel nas deslocações	População residente com pelo menos uma dificuldade
	2011			
	€	€	%	%
Alvaiázere	350,4	241,3	69,4	28,9
Região de Leiria	375,6	225,3	71,4	41,7
Região Centro	378,4	228,9	69,4	20,7
Continente	392,6	235,2	61,6	17,9

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Desempregados com nível de escolaridade superior completo	Beneficiários subsídio de desemprego por 1000 hab	Beneficiários subsídio de desemprego com menos de 25 anos	Beneficiários RSI por 1000 hab	Beneficiários RSI com menos de 25 anos	Poder de Compra (Indicador per capita)
	2011			2019		2017
	%	nº/1000 hab.	%	nº/1000 hab.	%	PT = 100
Alvaiázere	11,8	40,2	9,0	23,3	32,9	66,5
Região de Leiria	17,5	54,8	5,8	14,9	38,8	92,2
Região Centro	16,7	65,3	5,3	20,1	38,0	88,3
Continente	15,4	72,7	5,5	28,3	40,6	100,7

Fonte: INE, Censos 2011; INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio 2017.

As dificuldades em realizar uma determinada tarefa são mais comuns entre a população com idades mais avançadas. Uma vez que Alvaiázere é um município onde o fenómeno do envelhecimento tem vindo a atingir valores muito expressivos (com a passagem do índice de envelhecimento de 224,2 em 2001, para 303,8 em 2011), a proporção de população residente com pelo menos uma dificuldade apresenta um valor muito relevante (28,9%), sendo superior ao observado na região Centro (20,7%) e no Continente (17,9%).

Embora o desemprego não conduza necessariamente a situações de pobreza e exclusão social devido ao seu carácter temporário, na realidade os dados estatísticos têm vindo a confirmar que o período de desemprego tende a atingir horizontes temporais mais alargados, estando os desempregados mais sujeitos a entrar em situações de maior desfavorecimento económico e social. Em Alvaiázere cerca de 11,8% dos desempregados possuíam um nível de escolaridade superior, sendo esta uma média inferior à média da região de Leiria (17,5%), da região Centro (16,7%) e do Continente (15,4%).

No ano de 2019, contabiliza-se aproximadamente um total de 40,2 beneficiários do subsídio de desemprego por 1000 habitantes, valor inferior ao observado na região de Leiria (54,8), e na região Centro (65,3) e do Continente (72,7). De entre os beneficiários deste subsídio, uma percentagem de 9% apresenta idade inferior a 25 anos, afigurando-se este como um valor superior aos registados na região de Leiria, na região Centro e no Continente.

Tendo em atenção ainda os dados de 2019, existiam 23,3 beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes no município de Alvaiázere. Este valor é superior ao observado na região de Leiria e na região Centro (14,9 e 20,1; respetivamente). Por sua vez, apresenta um valor inferior ao Continente (28,3). Destes beneficiários, cerca de 32,9% apresentavam menos de 25 anos.

Por último, o indicador per capita do poder de compra, que pretende traduzir o poder de compra que é manifestado quotidianamente, por habitante, no município de Alvaiázere. De acordo com os dados para 2017, Alvaiázere apresenta um indicador per capita de 66,5, sendo um valor abaixo da média da região de Leiria (92,2), da região Centro (88,8) e do Continente (100,7).

É de sublinhar que o principal meio de vida da população residente relaciona-se com a reforma/pensão, tal como se observa dos dados registados: quase metade dos residentes

com 15 e mais anos tem como principal meio de vida a reforma/pensão (43%) (Quadro 33). Isto pode ser justificado devido incremento do envelhecimento e da esperança média de vida e ainda o aumento da emigração. O trabalho é a segunda principal fonte de rendimento da população deste município, com cerca de 35,7% dos residentes a trabalhar. Em seguida, surgem os indivíduos que estão a cargo da família (14,7%).

Comparando as freguesias de Alvaiázere no que diz respeito à população residente com 15 e mais anos, segundo o principal meio de vida, pode-se observar que nas freguesias de Pussos São Pedro (723) e Alvaiázere (700), existem mais indivíduos que tem como principal meio de vida o trabalho.

Quadro 33. População residente com 15 e mais anos segundo o principal meio de vida, nas freguesias do município de Alvaiázere, em 2011.

Unidade territorial	Trabalho		Reforma/Pensão		Subsídio de desemprego		Subsídio por acidente de trabalho ou doença		Rendimento social de inserção	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Almoster	175	28,3	307	49,7	12	1,9	0	0,0	20	3,2
Alvaiázere	700	38,9	731	40,6	34	1,9	3	0,2	17	0,9
Maçãs de Dona Maria	532	32,2	729	44,1	34	2,1	7	0,4	18	1,1
Pelmá	191	28,1	340	50,0	13	1,9	3	0,4	5	0,7
Pussos São Pedro	723	41,3	678	38,7	29	1,7	3	0,2	8	0,5
Alvaiázere	2321	35,7	2797	43,0	122	1,9	16	0,2	50	0,8
Região de Leiria	123272	49,0	73990	29,4	6283	2,5	626	0,2	1559	0,6
Região Centro	930727	46,3	621714	31,0	53592	2,7	4087	0,2	14413	0,7
Continente	4125949	48,2	2366476	27,6	286036	3,3	17732	0,2	100389	1,2

(continua)

(continuação)

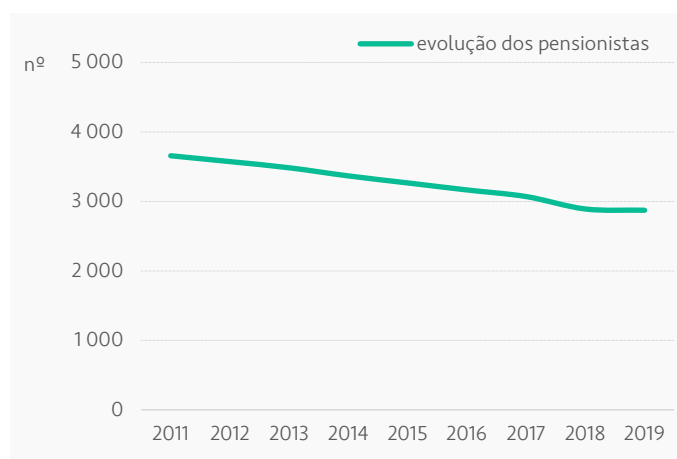
Unidade territorial	Outro subsídio temporário		Rendimento da propriedade ou da empresa		Apoio social		A cargo da família		Outro		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Almoster	0	0,0	2	0,3	0	0,0	98	15,9	22	3,6	618
Alvaiázere	3	0,2	7	0,4	7	0,4	248	13,8	72	4,0	1800
Maçãs de Dona Maria	11	0,7	7	0,4	10	0,6	266	16,1	38	2,3	1652
Pelmá	2	0,3	2	0,3	3	0,4	96	14,1	25	3,7	680
Pussos São Pedro	12	0,7	5	0,3	4	0,2	247	14,1	41	2,3	1750
Alvaiázere	28	0,4	23	0,4	24	0,4	955	14,7	164	2,5	6500
Região de Leiria	1370	0,5	931	0,4	872	0,3	36367	14,4	6479	2,6	251758
Região Centro	10077	0,5	8261	0,4	8211	0,4	303206	15,1	54209	2,7	2008497
Continente	47823	0,6	39039	0,5	36453	0,4	1300656	15,2	242948	2,8	8563501

Fonte: INE, Censos 2011.

Consequentemente, quanto à Reforma/Pensão, é nas freguesias de Pelmá (340) e Almoster (307) que existem mais indivíduos a viver com estes auxílios. Por outro lado, verifica-se que é em Maçãs de Dona Maria que existem valores mais elevados de indivíduos a viver com o subsídio de desemprego, num total de 34 pessoas, correspondendo a 2,1%.

No que diz respeito ao rendimento social de inserção como principal meio de vida, sobressaem as freguesias de Almoester (20 indivíduos), e Mações de Dona Maria (18 indivíduos).

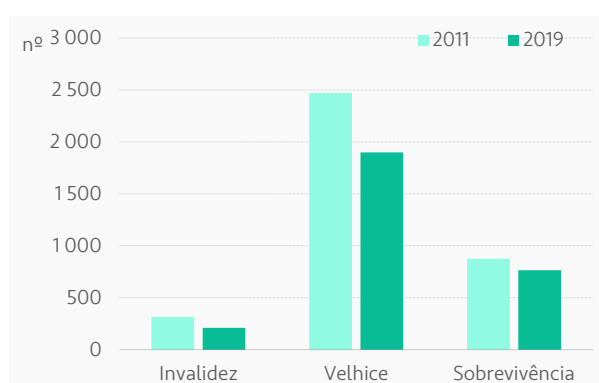
Considerando a evolução da população pensionista, observa-se uma clara tendência para o decréscimo entre 2011 e 2019. De facto, se em 2011 existiam 3658 pensionistas em Alvaiázere, no ano de 2019 esse valor passou a 2874, correspondendo a uma diminuição de 784 indivíduos (Figura 32).



Fonte: ISS/MTSSS; Pordata

Figura 32. Evolução do número de Pensionistas em Alvaiázere entre 2011 e 2019.

Considerando a estrutura da população pensionista em 2019, 1 899 indivíduos receberam subsídios de velhice, 765 indivíduos receberam subsídios de sobrevivência e 210 indivíduos receberam subsídios de invalidez. A evolução observada entre 2011 e 2019 destaca um decréscimo em todos os escalões, sendo que, os pensionistas por invalidez correspondiam a 314 indivíduos e passaram a ser 210 indivíduos; as pensões de velhice eram atribuídas a 2 470 indivíduos e passaram a ser apenas a 1 899, e ainda, os pensionistas por sobrevivência eram atribuídos a 874 indivíduos e passaram a ser a 765 indivíduos (Figura 33).



Fonte: ISS/MTSSS; Pordata.

Figura 33. Pensionistas em Alvaiázere, segundo a tipologia, em 2011 e 2019.

No ano de 2019 existiam 395 pensionistas por 1000 habitantes em Alvaiázere, sendo este valor superior ao observado na região de Leiria (291), na região Centro (296) e no Continente (273),

A análise entre 2011 e 2019, tal como já tinha sido observado anteriormente, evidencia uma diminuição dos valores de pensionistas por 1000 habitantes em Alvaiázere. A principal diferença reside no número de pensionistas por velhice, com a passagem de 340 por 1000 habitantes para 261 por 1000 habitantes, ou seja, com uma perda de 79 indivíduos por 1000 habitantes (Quadro 34).

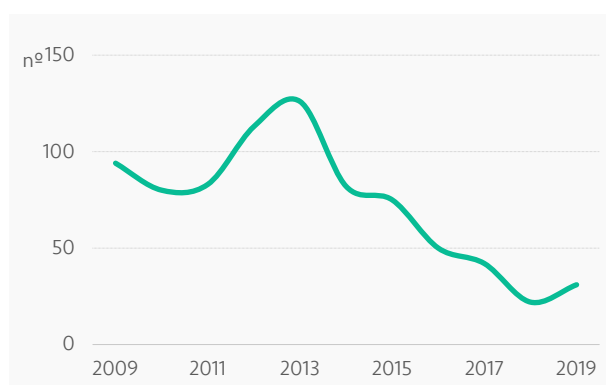
No ano de 2019 existiam no município de Alvaiázere cerca de 261 indivíduos por 1000 habitantes a receber subsídios de velhice, 105 por 1000 habitantes a receber subsídios de sobrevivência e 29 por 1000 habitantes a receber subsídios de invalidez.

Quadro 34. Pensionistas (pessoas por 1000 habitantes), por tipologia, em 2011 e 2019.

Unidade territorial	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
	n.º (por 1000 habitantes)							
Alvaiázere	43	29	340	261	120	105	503	395
Região de Leiria	35	27	190	196	68	67	292	291
Região Centro	28	19	203	205	74	72	305	296
Continente	26	17	182	191	65	66	273	273

Fonte: ISS/MTSSS; Pordata.

Quanto à evolução dos beneficiários de subsídio de desemprego da segurança social, em Alvaiázere, entre 2009 e 2019 verifica-se uma evolução no sentido do aumento gradual entre os anos 2011 até 2013, sendo que a partir daí verifica-se uma descida no número de beneficiários de subsídio de desemprego até ao ano 2019 (Figura 34).



Fonte: INE, Anuário Estatístico da região Centro 2009 a 2019.

Figura 34. Evolução do número de beneficiários do subsídio de desemprego em Alvaiázere entre 2009 e 2019.

Entre 2009 e 2010 é registado uma diminuição significativa no número de beneficiários do subsídio de desemprego, com a passagem de 94 para 80 indivíduos). No entanto, entre 2011 e 2013 o acréscimo foi bastante expressivo, com a passagem de 83 para 126 indivíduos. Já entre 2013 e 2019, inverte-se a tendência, para um decréscimo com a passagem de 126

para 31 indivíduos (uma perda de 95 indivíduos). No último ano em análise verifica-se um ligeiro aumento com a passagem de 22 indivíduos, em 2018, para 31, em 2019. Em termos globais, entre 2009 e 2019 observou-se uma diminuição muito relevante de 67% no número de beneficiários.

Relativamente aos beneficiários de subsídio de desemprego verifica-se que no município de Alvaiázere cerca de 4,3 indivíduos por 1000 habitantes receberam este tipo de subsídio no ano de 2019 (Quadro 35). Este valor é bastante inferior, tendo por comparação as médias da região de Leiria (10,1 indivíduos por 1000 habitantes), da região Centro (10,5 indivíduos por 1000 habitantes) e do Continente (13,6 indivíduos por 1000 habitantes).

Os beneficiários de subsídios de desemprego no município de Alvaiázere assumem maior expressividade no caso das Mulheres (5 indivíduos por 1000 habitantes) e menor representatividade no caso dos Homens (3,5 indivíduos por 1000 habitantes).

Comparativamente ao ano de 2011 verifica-se um decréscimo de beneficiários masculinos (de 14,4 para 3,5 beneficiários por 1000 habitantes) assim como de beneficiários do sexo feminino (de 11,4 para 4,3 beneficiários por 1000 habitantes).

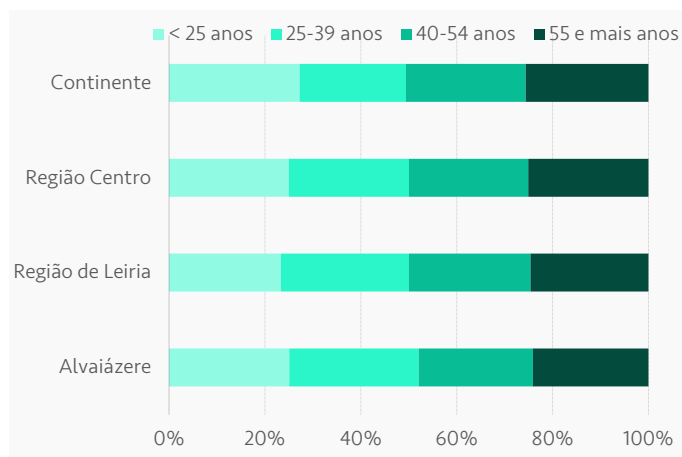
Quadro 35. Beneficiários de subsídio de desemprego (pessoas por 1000 habitantes), por sexo, em 2011 e 2019.

Unidade territorial	Homens		Mulheres		Total	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019
	nº (por 1000 habitantes)					
Alvaiázere	14,4	3,5	8,8	5,0	11,4	4,3
Região de Leiria	19,4	72,5	21,2	11,5	20,3	10,1
Região Centro	21,2	9,3	20,0	11,7	20,6	10,5
Continente	26,7	121,8	23,3	14,9	24,9	13,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da região Centro 2011 e 2019.

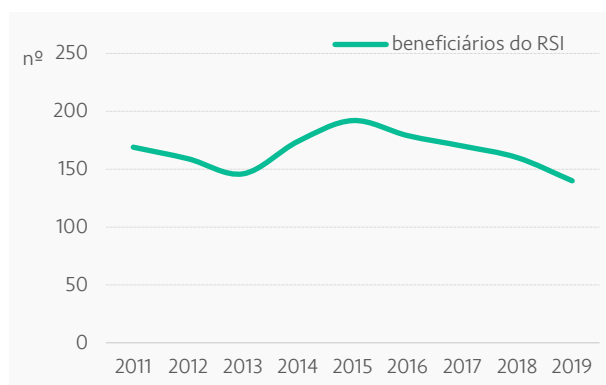
No que diz respeito aos 97 indivíduos que em 2019 recebiam subsídio de desemprego (Figura 35), 35 indivíduos pertenciam ao grupo dos 40 a 54 anos (36%), 31 indivíduos pertenciam ao grupo dos 25 aos 39 anos (32%), 26 pertenciam ao grupo etário dos 55 e mais anos (correspondendo a 26,8%), e por fim, no grupo de população com menos de 25 anos existiam apenas 5 beneficiários (5,2%).

No que diz respeito aos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), de um modo geral, observou-se um decréscimo pouco significativo entre 2011 e 2019 (-29 indivíduos), com a passagem de 169 indivíduos, em 2011, para 140 indivíduos, em 2019. Denota-se, que entre 2011 e 2013 ocorreu uma ligeira diminuição deste número, com a passagem dos 169 para 146 indivíduos, correspondendo a uma perda de 23 indivíduos. A partir deste ano observa-se um ligeiro acréscimo até 2015, com o aumento de 46 indivíduos. Entre 2015 e 2019, o número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) volta a diminuir, com a passagem de 192 indivíduos para 140 indivíduos, o que significa uma perda de 52 indivíduos (Figura 36).



Fonte: INE, Anuário Estatístico da região Centro 2019.

Figura 35. Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário, em 2019.



Fonte: PORDATA.

Figura 36. Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Alvaiázere, entre 2011 e 2019.

A leitura do número de beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa em Alvaiázere (35,6) deixa antever que se trata de um valor mais alto, tendo por comparação tanto a região de Leiria como a região Centro (12,26 e 26,17 beneficiários por 1000 habitantes em idade ativa). Embora que a diferença não seja muito significativa o Continente apresenta valores mais elevados do que o município de Alvaiázere (36,1 beneficiários por 1000 habitantes em idade ativa).

A evolução entre 2011 e 2019 vem comprovar o que foi dito anteriormente, observando-se uma diminuição no número de beneficiários, com a passagem de 40,4 para 35,6 beneficiários por 1000 ativos (Quadro 36). Relativamente aos 140 indivíduos que em 2019 recebiam o RSI (Quadro 37), cerca de 46 pertenciam ao grupo etário com menos de 25 anos (correspondendo a 32,9%), 37 indivíduos tinham 55 ou mais anos (26,4%) e 42 indivíduos entre os 40 e os 54 anos (30%). Por outro lado, e assumindo menor representatividade, existiam 15 indivíduos beneficiários entre os 25 e os 39 anos (10,7%).

Quadro 36. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (pessoas por 1000 habitantes em idade ativa), em 2011 e 2019.

Unidade territorial	Beneficiários RSI		Beneficiários RSI por 1000 habitantes em idade ativa	
	2011	2019	2011	2019
Alvaiázere	169	140	40,4	35,6
Região de Leiria	6723	3710	34,9	12,3
Região Centro	62660	39153	41,9	26,2
Continente	414861	239341	6,8	36,1

Fonte: PORDATA.

Quadro 37. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário, em 2019.

Unidade territorial	Total	Sexo		Idade							
		H	M	< 25 anos		25-39 anos		40-54 anos		55 e mais anos	
		n.º		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alvaiázere	140	63	77	46	32,9	15	10,7	42	30,0	37	26,4
Região de Leiria	3 710	1 790	1 920	1 440	38,8	522	14,1	896	24,2	852	23,0
Região Centro	39 153	19 622	19 531	14 874	38,0	6 112	15,6	9 064	23,2	9 102	23,2
Continente	239 341	115 412	123 929	97 168	40,6	37 234	15,6	54 726	22,9	50 210	21,0

Fonte: INE, I.P.

3.5. Escolarização da população

A população residente em Alvaiázere, que se apresenta com 15 e mais anos, é relativamente menos escolarizada do que a globalidade da população do país. Para esta afirmação contribui a análise da população em dois níveis extremos considerados. Por um lado, a população residente em Alvaiázere com apenas o ensino básico concluído (64,5%), é superior à média do Continente (54,9%). Por outro lado, a população que atinge níveis de escolaridade superiores (ensino superior), é inferior (8,7%) à proporção no Continente (18,3%), sendo igualmente inferior à proporção na região de Leiria e na região Centro (15,6% e 16,2%, respetivamente).

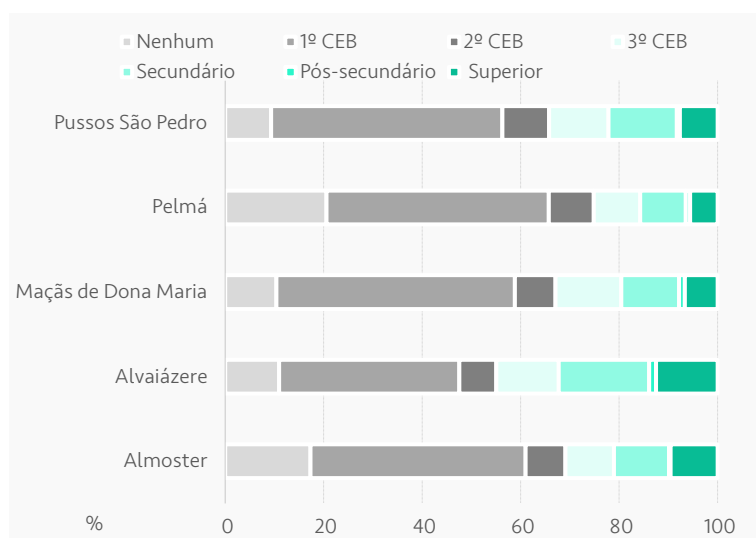
Numa leitura ao perfil de habilitações da população residente, assume maior relevância a população que possui o 1º CEB (44,0%), seguindo-se a população com o ensino secundário (13,8%) e com o 3º CEB (12,1%). No que diz respeito à proporção de população com o ensino secundário, esta é inferior em Alvaiázere, comparativamente a todas as unidades de referência. Cerca de 8,4% da população possui o 2º CEB, e apenas 1,0% o ensino pós-secundário (Quadro 38). Importa destacar que cerca de 12,0% da população com 15 e mais anos, em Alvaiázere, não apresenta nenhum nível de escolaridade, sendo este valor superior ao observado quer para a região Centro (7,1%), quer para o Continente (6,0%).

Quadro 38. População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011.

Unidade territorial	Completo, em 2011.															
	Nenhum		Básico								Secundário		Pós-secundário		Superior	
			1º CEB		2º CEB		3º CEB		Total							
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Almoster	107	17,3	270	43,7	50	8,1	61	9,9	381	61,7	69	11,2	2	0,3	59	9,5
Alvaiázere	197	10,9	659	36,6	135	7,5	228	12,7	1022	56,8	331	18,4	25	1,4	225	12,5
Maças de Dona Maria	172	10,4	800	48,4	136	8,2	221	13,4	1157	70,0	194	11,7	19	1,2	110	6,7
Pelma	140	20,6	307	45,1	62	9,1	64	9,4	433	63,7	63	9,3	6	0,9	38	5,6
Pussos São Pedro	163	9,3	822	47,0	166	9,5	211	12,1	1199	68,5	243	13,9	11	0,6	134	7,7
Alvaiázere	779	12,0	2858	44,0	549	8,4	785	12,1	4192	64,5	900	13,8	63	1,0	566	8,7
Região de Leiria	19180	7,6	80507	32,0	21926	8,7	38596	15,3	141029	56,0	49011	19,5	3236	1,3	39302	15,6
Região Centro	142660	7,1	672677	33,5	181658	9,0	295171	14,7	1149506	57,2	369952	18,4	20294	1,0	326085	16,2
Continente	513873	6,0	2565162	30,0	801623	9,4	1334511	15,6	4701296	54,9	1690743	19,7	87429	1,0	1570160	18,3

Fonte: INE, Censos 2011.

Numa leitura ao nível de escolaridade da população, segundo a freguesia de residência, sobressai a freguesia de Alvaiázere, com a maior percentagem de população com um nível de escolaridade superior (12,5%, correspondendo a 225 indivíduos). Por outro lado, é mais expressiva a percentagem de população sem nenhum nível de escolaridade nas freguesias de Pelmá (20,6%, correspondendo a 140 indivíduos) e Almoster (17,3%, correspondendo a 107 indivíduos) (Figura 37).



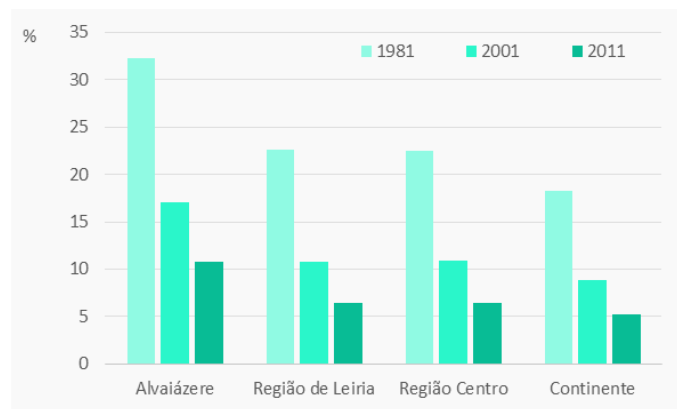
Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 37. População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.

Tal como a generalidade do país, Alvaiázere tem vindo a registar melhorias significativas nas componentes relacionadas com a qualificação da sua população residente.

Uma variável que permite analisar o grau de escolarização é a taxa de analfabetismo. Em 2011, Alvaiázere apresentava uma taxa de analfabetismo de 10,8%, sendo superior à observada na Região de Centro (6,4%) e no Continente (5,2%). Importa sublinhar a evolução registada, uma vez que Alvaiázere passou de uma taxa de analfabetismo de 32,3% em 1981, para 17,1% em 2001, e para 10,8% em 2011, à semelhança do observado na generalidade dos territórios portugueses. Considerando o Continente, os valores são

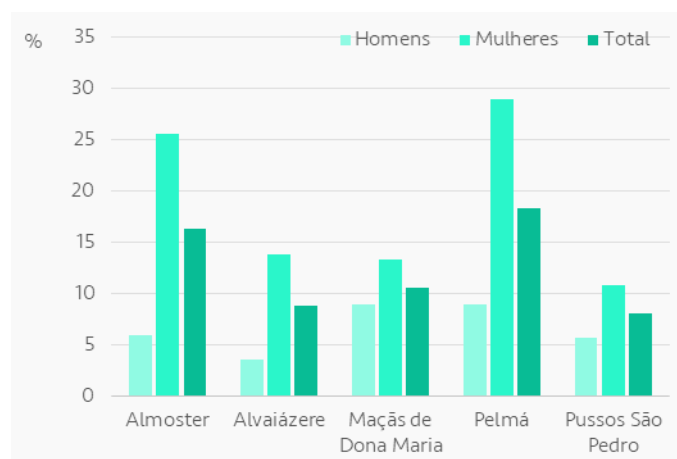
inferiores para os três anos, passando de 18,3% em 1981, para 8,9% em 2001, e para 5,2% em 2011 (Figura 38).



Fonte: INE, Censos 1981, 2001 e 2011; PORDATA.

Figura 38. Taxa de analfabetismo, entre 1981 e 2011.

Note-se que existe uma desigualdade entre os sexos: a taxa de analfabetismo no sexo feminino é de 15,5%, enquanto que no sexo masculino esse valor se limita aos 6,3% no ano de 2011. Ao nível das freguesias, destaca-se a freguesias de Pelmá, com percentagens muito expressivas de população analfabeta (29,0% no sexo feminino e 8,9% no sexo masculino) (Figura 39).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 39. Taxa de analfabetismo, por sexo, nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.

Ademais, é possível encontrar um conjunto de indivíduos que, embora saibam ler e/ou escrever, não completaram qualquer nível de ensino, em muitos casos assumindo contornos do habitualmente designado “analfabetismo funcional”.

O município de Alvaiázere apresenta uma percentagem muito relevante neste indicador, sendo que 21,0% da população com 15 e mais anos não apresenta nenhum nível de escolaridade completo, valor superior à média da região Centro (12,6%) e do Continente (10,3%). No contexto da região de Leiria, Alvaiázere é, a par de Pedrógão Grande (20,0%),

o município que apresenta uma maior percentagem, contrariamente a Marinha Grande (9,7%) (Quadro 39).

A baixa escolaridade da população é um dos traços mais visíveis do abandono escolar, e as causas deste fenómeno impedem que se cumpra o direito universal à educação, em particular no cumprimento da escolaridade obrigatória, entendida como a base da formação necessária para a população. Muitas são as causas do abandono escolar, sendo que a Estratégia Portugal 2020 procura nos seus compromissos o objetivo de recuperar jovens que já tenham abandonado o sistema de ensino, sem terem concluído os ciclos de estudos obrigatórios.

Cerca de 0,7% dos indivíduos entre os 6 e os 15 anos do município de Alvaiázere não estão a frequentar o sistema de ensino, valor inferior à média nacional (1,6%) e da região Centro (1,4%). Portanto, o valor apresentado por Alvaiázere assume-se baixo, algo que se deve fundamentalmente à instituição do ensino obrigatório pela Lei nº 46/86, de 14 de outubro. Em sentido contrário, os municípios de Castanheira de Pêra e Ansião apresentam percentagens superiores face a Alvaiázere e às unidades de referência (2,3% e 2,2%, respetivamente).

Quadro 39. Proporção da população residente por ciclos de ensino completos e taxa de abandono precoce.

Unidade territorial	População com 15 e + anos sem nenhum nível de escolaridade completo	População 6-15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino	População 18-24 anos com o 3ºCEB que não está a frequentar o sistema de ensino	População 20-24 anos com pelo menos o ensino secundário completo	Proporção da população com ensino superior completo	População 30-34 anos com pelo menos o ensino superior completo
	2011					
	%					
Ansião	17,7	2,2	17,8	62,8	7,5	21,0
Batalha	11,1	1,1	13,6	72,3	10,8	27,8
Castanheira de Pêra	18,2	2,3	26,7	55,0	5,5	18,1
Figueiró dos Vinhos	18,8	1,0	18,6	63,2	7,1	15,2
Leiria	10,2	1,1	16,0	67,4	16,0	32,6
Marinha Grande	9,7	1,0	18,4	62,2	11,9	24,7
Pedrógão Grande	20,0	0,9	17,8	65,5	5,7	15,3
Pombal	18,8	1,3	15,0	68,6	8,5	22,1
Porto de Mós	12,4	1,4	16,8	65,3	9,5	20,1
Alvaiázere	21,0	0,7	18,8	65,5	6,3	21,6
Região Centro	12,6	1,4	18,8	64,4	13,1	27,7
Continente	10,3	1,6	21,5	61,6	15,1	29,0

Fonte: INE, Censos 2011.

No entanto, quando se analisa a população residente com idades entre os 18 e os 24 anos que completou o 3º CEB, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino, verifica-se que o município de Alvaiázere apresenta um valor que merece alguma preocupação, com 18,8%, ainda que seja um valor inferior ao observado no Continente (21,5%) e estando em linha com o verificado na região Centro (18,78%). No contexto da sub-região, Alvaiázere apenas apresenta valores inferiores relativamente a Castanheira de Pêra, que apresentou 26,7%.

Observando-se a população entre os 20 e 24 anos, com pelo menos o ensino secundário completo, destaca-se uma relevante percentagem de indivíduos com o ensino secundário concluído em Alvaiázere (65,5%), sendo um valor superior ao verificado para o Continente (61,6%) e para a região Centro (64,4%). No que se refere aos municípios pertencentes à região de Leiria, Batalha apresentou a maior percentagem, com 72,3%, ao invés de Castanheira de Pêra, que apresentou a menor percentagem (55,0%).

Por último, cerca de 21,6% da população entre os 30 e 34 anos de Alvaiázere apresenta o ensino superior nas suas habilitações, valor inferior à média do Continente (29,0%) e da região Centro (27,7%). Neste contexto, Alvaiázere está ainda um pouco aquém dos objetivos da Estratégia 2020, que consubstancia um aumento para, pelo menos, 40% a percentagem de população na faixa etária dos 30 aos 34 anos com um diploma de ensino superior. Deste modo, as políticas públicas em matéria de educação deverão ser orientadas para a elevação dos níveis de escolaridade superior.

Numa análise à proporção da população residente por níveis de escolaridade (Quadro 40), uma primeira ideia remete-nos para uma baixa proporção de população com pelo menos o 3º CEB em Alvaiázere (31,9%), uma vez que é um valor inferior ao observado no Continente (49,9%) e na região Centro (45,9%). No contexto da região de Leiria, apresenta-se como sendo o município com a percentagem mais baixa, sendo que Leiria e Marinha Grande apresentam as maiores proporções (52,7% e 51,7%, respetivamente).

No que se refere à população com pelo menos o ensino secundário em Alvaiázere (18,3%), os valores são muito inferiores comparativamente à região Centro (28,5%) e ao Continente (32%). Comparativamente aos municípios que constituem a sub-região, Alvaiázere apresenta uma vez mais uma proporção baixa neste contexto, sendo que, à exceção de Castanheira de Pêra (16,7%), a generalidade dos municípios apresenta percentagens superiores.

Quadro 40. Proporção da população residente por ciclos de ensino completos.

Unidade territorial	Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo			Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo			Proporção da população residente com pelo menos o ensino superior completo		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
	%								
Ansião	38,0	39,2	38,6	20,9	24,2	22,7	5,5	9,2	7,5
Batalha	45,2	46,5	45,9	24,0	30,7	27,5	7,6	13,7	10,8
Castanheira de Pêra	32,3	31,9	32,0	15,3	18,0	16,7	4,1	6,7	5,5
Figueiró dos Vinhos	34,3	35,1	34,7	17,3	21,7	19,7	4,7	9,1	7,1
Leiria	52,6	52,8	52,7	30,8	36,4	33,8	12,6	19,1	16,0
Marinha Grande	52,3	51,2	51,7	28,1	33,6	31,0	9,1	14,4	11,9
Pedrogão Grande	34,8	30,5	32,5	19,1	19,0	19,0	6,5	12,5	9,7
Pombal	39,9	40,2	40,1	21,3	25,1	23,3	6,4	10,3	8,5
Porto de Mós	42,0	43,5	42,8	21,1	27,5	24,4	6,6	12,0	9,5
Alvaiázere	32,2	31,6	31,9	17,1	19,5	18,3	5,2	7,3	6,3
Região Centro	46,4	45,5	45,9	26,5	30,3	28,5	10,4	15,4	13,1
Continente	50,2	49,6	49,9	30,2	33,5	32,0	13,0	17,3	15,3

Fonte: INE, Censos 2011.

O mesmo sucede com a proporção da população com ensino superior em Alvaiázere (6,3%), valor inferior ao da região Centro (13,1%) e do Continente (15,3%). Analisando a região de Leiria, uma vez mais, Alvaiázere e Castanheira de Pêra (5,5%) apresentam-se como sendo os municípios que registam proporções mais baixas neste contexto.

No que se refere à educação pré-escolar, sendo considerada como a primeira etapa da educação, encontra-se compreendida na Lei de Bases do Sistema Educativo Português, tendo as suas orientações sido complementadas posteriormente com a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, a qual reafirma o imperativo de garantir o acesso ao sistema educativo o mais precoce possível, devendo o Estado contribuir ativamente para a universalização da oferta educativa.

Sendo este nível de ensino inicial facultativo, os dados da Taxa Bruta de Pré-Escolarização permitem verificar que ao longo dos anos a frequência do pré-escolar em Portugal se tem expandindo a um número maior de crianças totalizando, apresentando em 2019/20, 96,9%, superando a meta estabelecida na Estratégia 2020 de pelo menos 95% das crianças entre os quatro anos e a idade de início do ensino primário obrigatório participarem no ensino pré-escolar. Neste contexto, Alvaiázere encontra-se em linha com o objetivo definido, apresentando uma taxa bruta de pré-escolarização de 95,2% (Quadro 41).

Quadro 41. Taxas de escolarização, de retenção, desistência, transição e conclusão, no ano letivo 2019/2020.

Unidade territorial	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário		
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos vocacionais
		%								
Ansião	106,1	124,0	155,2	0,8	0,9	0,5	1,0	96,0	98,8	93,2
Batalha	107,9	96,9	71,1	0,8	0,2	0,7	1,4	94,9	94,0	97,0
Castanheira de Pêra	103,2	122,5	-	1,2	0,0	0,0	3,2	-	-	-
Figueiró dos Vinhos	91,9	95,5	115,0	1,2	1,7	2,7	0,0	96,6	95,8	100,0
Leiria	103,8	110,1	118,6	1,5	1,2	1,3	1,9	92,3	91,3	94,6
Marinha Grande	109,3	110,6	136,6	1,0	1,3	0,7	0,7	93,7	95,4	91,2
Pedrógão Grande	120,4	95,2	187,8	0,9	1,1	0,0	1,3	88,4	-	88,4
Pombal	114,9	108,9	131,2	1,2	0,4	0,6	2,4	94,7	94,4	95,0
Porto de Mós	104,5	109,5	96,4	1,1	1,1	0,6	1,4	95,5	95,3	95,7
Alvaiázere	95,2	90,7	97,2	0,0	0,0	0,0	0,0	93,6	96,3	90,2
Região de Leiria	106,5	109,0	119,7	1,2	1,0	1,0	1,7	93,6	93,4	93,9
Região Centro	103,2	108,9	123,2	1,7	1,2	1,6	2,4	92,9	93,5	92,0
Continente	96,9	108,4	123,5	2,2	1,4	2,4	3,0	91,6	92,0	91,1

Fonte: INE, I.P.

Seguindo esse pressuposto, e remetendo agora a observação para o Ensino Básico e Secundário, a análise da Taxa Bruta de Escolarização destes graus de ensino demonstra que, em comparação com a realidade nacional (108,4% e 123,5%, respetivamente), no ano 2019/20, Alvaiázere apresenta uma taxa inferior em ambos os níveis de ensino (90,7% e 97,2%, respetivamente), sendo, inclusive, no contexto da região de Leiria (109,0% e 119,7%,

respetivamente), o município que regista taxas mais baixas (no ensino secundário apenas o município da Batalha apresenta uma taxa inferior: 71,1%).

A taxa de retenção e desistência² tem vindo a diminuir nos últimos anos em Portugal, sendo mais elevada consoante se avança nos ciclos de estudos. No Continente, no que se refere ao ensino básico, para o ano letivo 2019/20, a taxa de retenção e desistência vai aumentando à medida que se avança nos ciclos de ensino: 1,4% no 1º ciclo; 2,4% no 2º ciclo; 3,0% no 3º ciclo. Esta tendência aplica-se ao analisarmos a região de Leiria e a região Centro, apesar de registarem taxas mais baixas em todos os ciclos de ensino. Comparativamente a todas as unidades de referência, Alvaiázere apresenta uma posição muito favorável, uma vez que não apresenta quaisquer retenções e desistências no ensino básico, sendo, inclusive o único município no contexto da sub-região a apresentar esta posição.

No que se refere à taxa de transição/conclusão no ensino secundário, no Continente, situou-se, no ano letivo de 2019/2020, em 91,6%, tendo vindo a aumentar ao longo dos anos, o que reflete um maior nível de sucesso escolar neste nível de ensino. A região de Leiria e a região Centro registaram valores superiores à média nacional neste indicador (93,6% e 92,9%, respetivamente).

A análise da taxa de transição/conclusão no município sugere resultados favoráveis para o ano letivo 2019/20, apresentando Alvaiázere uma taxa superior (93,6%) relativamente às principais unidades de referência (Continente: 91,6%; região Centro: 92,9%). Importar referir, que a taxa de transição/conclusão em Alvaiázere é superior nos cursos gerais/científico-humanísticos (96,3%), comparativamente à verificada nos cursos vocacionais (90,2%), tal como se verifica na região Centro e Continente, contrariamente à região de Leiria (93,4% e 93,9%, respetivamente).

3.6. Dinâmica económica e mercado de trabalho

3.6.1. Empresas e território

No ano de 2019 existiam cerca de 824 empresas no município de Alvaiázere, sendo que entre 2008 e 2019 ocorreu um decréscimo no número de empresas na ordem dos 0,5%, correspondendo a 4 empresas (Quadro 42). Esta ligeira diminuição segue a tendência de decréscimo comum à generalidade dos territórios que constituem a região de Leiria, que apresentou um decréscimo de 4,2%, tendo sido menos marcado precisamente em Alvaiázere e Leiria (-1,2%), comparativamente a Figueiró dos Vinhos (-10,5%). Em sentido contrário, os municípios da Batalha e Pedrógão Grande foram os únicos que apresentaram um crescimento, correspondente a 2,2% e 5,1%, respetivamente. Importa referir que a

² A taxa de retenção e desistência diz respeito aos alunos que se encontram numa situação de retenção "(...) que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra" (DGEEC) ou numa situação de desistência "(...) que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formandos da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo" (DGEEC). De notar que na desistência é incluído o abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas.

tendência de decréscimo verificada no município, contrasta com o aumento verificado no contexto da região Centro (1,2%) e do Continente (6,4%).

A dinâmica do emprego em Alvaiázere pode ser caracterizada pelo pessoal ao serviço que no ano de 2019 apresenta um total de 2186 indivíduos, destacando-se um ligeiro acréscimo observado entre 2008 e 2019 (2,0%, correspondendo a 43 indivíduos). Em termos comparativos, as unidades de referência registaram igualmente um acréscimo do pessoal ao serviço, menos acentuado na região de Leiria (0,1%), comparativamente ao registado para a região Centro (3,1%) e Continente (6,9%).

Quadro 42. Dinâmica económica no contexto regional e nacional.

Unidade territorial			Alvaiázere	Região de Leiria	Região Centro	Continente
Número de empresas	2019	n.º	824	36788	269110	1260923
	var 08-19	%	-0,5	-4,2	1,2	6,4
Pessoal ao serviço	2019	n.º	2186	117946	759243	4073422
	var 08-19	%	2,0	0,1	3,1	6,9
Volume de negócios (milhões de euros)	2019	€	151,3	11007,8	68248,1	401346,5
	var 08-19	%	18,1	15,6	18,4	13,1
Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	2019	€	183,6	299,2	253,6	318,2
Valor acrescentado bruto (milhões de euros)			40,7	2904,5	16952,4	101306,4
	var 08-19		22,6	23,4	23,0	19,0
Taxa de cobertura das importações pelas exportações	2019	%	13,9	134,4	114,7	78,9
Poder de Compra per capita	2017	PT=100	66,5	92,2	88,3	100,7

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Não obstante a tendência de decréscimo do número de empresas, ocorreu um acréscimo nos valores do volume de negócios (18,1%), sendo um valor superior ao observado tanto pela Região de Leiria (15,6%), como pelo Continente (13,1%). De entre os municípios pertencentes à região de Leiria, Alvaiázere (151,3 milhões de euros) apenas ultrapassa Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande em termos do valor de volume de negócios (28.5, 91.2 e 44.8 milhões de euros, respetivamente).

No que diz respeito ao valor acrescentado bruto (VAB), observa-se um cenário idêntico ao observado no volume de negócios. Entre 2008 e 2019 ocorreu um acréscimo de 22,6% no município, sendo que a região de Leiria e a região Centro registaram acréscimos com maior expressividade (23,4% e 23,0%, respetivamente), contrariamente ao verificado para o Continente (19,0%). Estes acréscimos, tanto no volume de negócios como no valor acrescentado bruto vêm confirmar a superação da crise financeira sentida após o ano 2008.

Numa outra dimensão que se prende com a internacionalização das empresas, observa-se uma taxa de cobertura de 13,9% em Alvaiázere, o que evidencia um maior volume (em euros) de importações relativamente às exportações. Em termos

comparativos, esta relação assume-se superior no Continente (78,9%), bem como região de Leiria e na região Centro (134,4% e 114,7%, respetivamente).

Ainda no ano de 2019, o INE divulgou a 13ª edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC³), que integra informação estatística reportada ao ano de 2017. Neste estudo é possível verificar que o poder de compra *per capita* no município de Alvaiázere é de 66,5%, ou seja, é cerca de 33,5% inferior à média nacional. Este indicador traduz o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

Outros indicadores dão conta de uma densidade de empresas muito baixa, com apenas 5,1 empresas/km², cerca de metade do observado na região Centro (9,5 empresas/km²) e de cerca de um terço face à região de Leiria e Continente (15,0 e 14,2 empresa/km², respetivamente), sendo que, à exceção de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, a generalidade dos territórios da região de Leiria apresentava densidades superiores.

Cerca de 67,2% das empresas são de propriedade individual, valor superior à média do Continente (66,4%). A estrutura dimensional do tecido empresarial do município demonstra a prevalência de pequenas e muito pequenas empresas, sendo que cerca de 96,6% das empresas apresentam menos de 10 pessoas ao serviço. Desta feita, o número médio de pessoal ao serviço por empresa é de 2,7, valor considerado baixo, inferior à média do Continente (3,2).

Em termos da concentração do valor acrescentado bruto, cerca de 43,2% do VAB criado em Alvaiázere está concentrado nas 4 maiores empresas, sendo o município que no contexto da região de Leiria assume a concentração com maior expressividade, só equiparada ao verificado para o município de Castanheira de Pêra, com 42,2% (Quadro 43).

Quadro 43. Dinâmica económica no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Densidad e de empresas	Prop. empresas individuais	Prop. empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Indicador de concentração do VAB 4 maiores empresas
	nº/km ²	%	2019	nº	%
Alvaiázere	5,1	67,2	96,6	2,7	43,2
Região de Leiria	15,0	62,1	95,0	3,2	5,3
Região Centro	9,5	69,2	96,3	2,8	2,2
Continente	14,2	66,4	96,2	3,2	3,2

Fonte: INE, I.P.

A dinâmica empresarial de Alvaiázere assenta sobretudo na importância que as atividades agroindustriais têm no município. De facto, a agricultura assume-se como uma

³ O EPCC tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis.

das principais fontes produtivas, sobressaindo também a importância da horticultura, da indústria da construção civil e serralharias.

Segundo os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (Figura 40), no ano de 2019 existiam cerca de 824 empresas sediadas em Alvaiázere. As atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) contabilizam um maior número de empresas (174 empresas, correspondendo a 21,1% do total), seguindo-se as atividades de Construção (F) (141 empresas, correspondendo a 17,1% do total) e as atividades relacionadas com a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) (106 empresas, correspondendo a 12,9%), totalizando no seu conjunto cerca de 51,1% do total de empresas.

Seguem-se as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M), as atividades relacionadas com as indústrias transformadoras (C) e as atividades de alojamento, restauração e similares (I), que apresentam um peso com algum destaque na estrutura empresarial do município (67, 63 e 62 empresas, correspondendo a 8,1%, 7,6% e 7,5%, respetivamente).

No que se refere ao pessoal ao serviço nas empresas (Figura 41), constata-se uma maior representatividade das empresas de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G), das empresas de Construção (F), das empresas de transportes e armazenagem (H), das empresas de indústrias transformadoras (C) e das empresas de atividades de saúde humana e apoio social (Q), que representam cerca de 74,2% do total do pessoal ao serviço nas empresas do município (457, 350, 326, 255 e 233 trabalhadores, respetivamente). Sendo, como vimos, uma atividade com peso na estrutura empresarial do município, as empresas relacionadas com a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), apresentam cerca de 159 trabalhadores ao serviço, o que representa cerca de 7,3%.

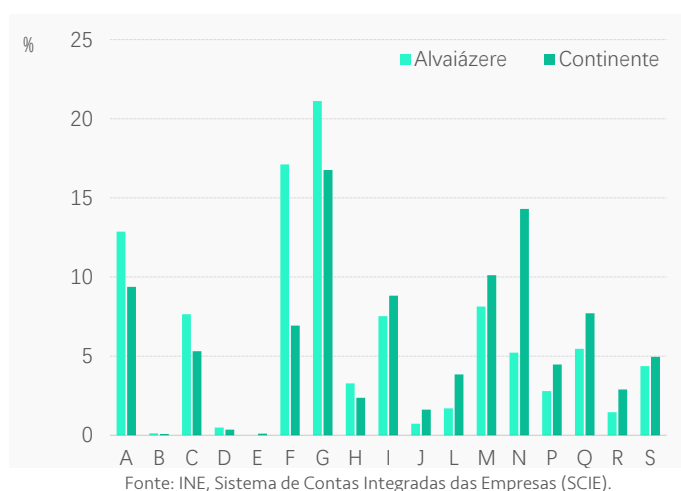


Figura 40. Empresas por tipo de atividade, em 2019.

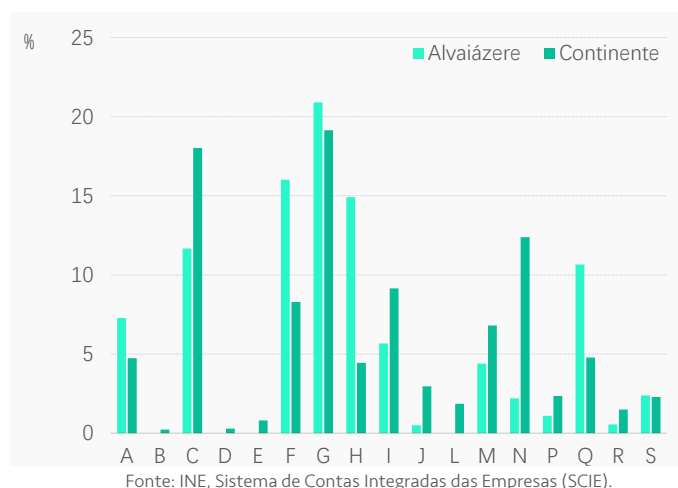


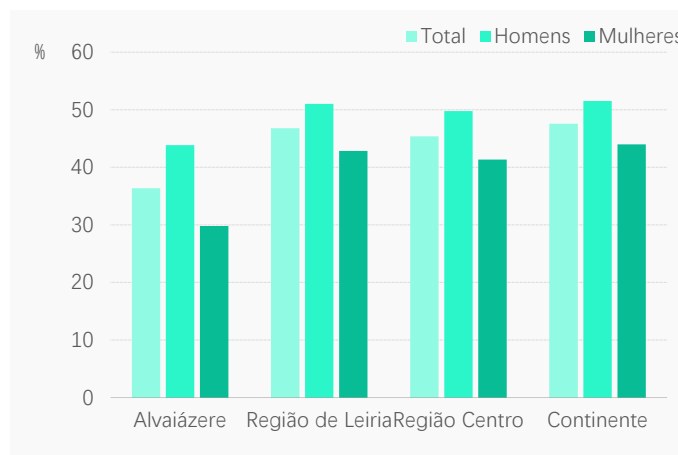
Figura 41. Pessoal ao serviço nas empresas, 2019.

3.6.2. Atividade, emprego e desemprego

O mercado de trabalho em Portugal tem sofrido grandes transformações decorrentes da grave crise económica que se iniciou em 2008 e que afetou negativamente a economia mundial, e em maior grau o nosso país. No entanto, a partir do ano de 2013, a economia portuguesa começou a evidenciar os primeiros sinais de recuperação económica.

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população ativa e a população residente com 15 e mais anos. A taxa de atividade no município era de 36,4% no ano de 2011, sendo, por um lado, superior apenas à taxa registada pelo município de Pedrógão Grande (36,0%) e, por outro, inferior comparativamente às unidades de referência, nomeadamente a região de Leiria (46,8%), a região Centro (45,4%) e o Continente (47,6%) (Figura 42).

O sexo masculino apresenta uma taxa de atividade muito superior (43,8%), comparativamente ao sexo feminino (29,8%). Devido à evolução demográfica, a população ativa tem vindo a diminuir. Não obstante esta diminuição, entre 2001 e 2011 o município registou um acréscimo nos valores da taxa de atividade (de 34,6% para 36,4%). Ainda assim, o município apresentou uma taxa de atividade muito semelhante. Esta estabilização nos valores resulta da diminuição da população jovem e comprometerá a renovação da população em idade ativa.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 42. Taxa de atividade, por sexo, em 2011.

A população empregada, 2370 indivíduos, no total do município, em 2011, apresentou um decréscimo em todo o território, tendo em conta os quantitativos registados no ano 2001 (-14,8%, correspondendo a -411 indivíduos), mais evidente nas freguesias de Maçãs de Dona Maria (26,2%) e Pelma (23,0%). No último ano em análise, verificava-se uma clara concentração dos efetivos nas freguesias de Alvaiázere. Maçãs de Dona Maria e Pussos São Pedro (1992 empregados), representando cerca de 84,1% do total da população empregada residente no município.

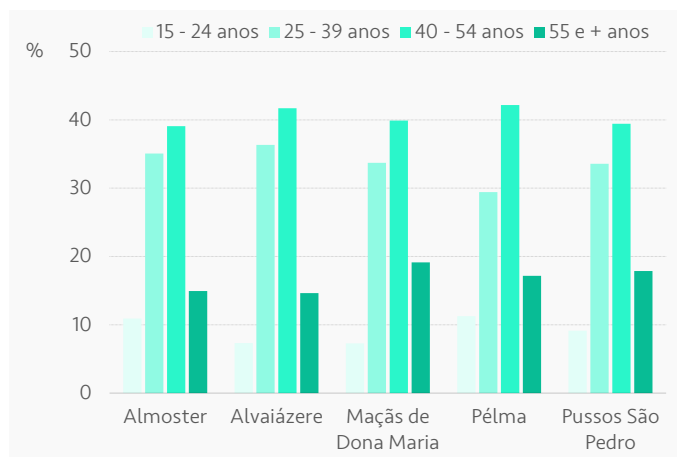
O maior número de empregados corresponde à faixa etária dos 40 aos 54 anos (958 indivíduos, correspondendo a 40,4% dos empregados), seguindo-se o grupo etário dos 25 aos 39 anos (810 indivíduos, correspondendo a 34,2%), sendo que para ambos os grupos etários, o sexo masculino assume uma maior expressividade. Relativamente ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, estavam empregados cerca de 201 indivíduos no município, correspondendo a 8,5% e no grupo etário com idades superiores a 55 anos estavam empregados 401 indivíduos, correspondendo a 16,9% (Quadro 44).

Quadro 44. População empregada, por grupo etário nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.

Unidade territorial	15 - 24 anos		25 - 39 anos		40 - 54 anos		55 e + anos		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
Almoster	19	10,9	61	35,1	68	39,1	26	14,9	174
Alvaiázere	52	7,3	258	36,3	296	41,7	104	14,6	710
Maçãs de Dona Maria	40	7,3	185	33,7	219	39,9	105	19,1	549
Pelma	23	11,3	60	29,4	86	42,2	35	17,2	204
Pussos São Pedro	67	9,1	246	33,6	289	39,4	131	17,9	733
Alvaiázere	201	8,5	810	34,2	958	40,4	401	16,9	2370
Região de Leiria	9001	7,2	50264	40,3	48581	39,0	16818	13,5	124664
Região Centro	62998	6,7	371319	39,5	370334	39,4	135560	14,4	940211
Continente	294137	7,1	1692987	40,8	1585977	38,2	577151	13,9	4150252

Fonte: INE, Censos 2011.

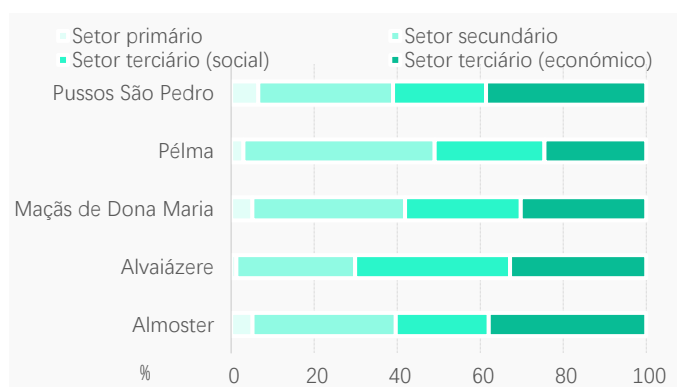
Numa leitura às freguesias do município, o destaque recai na freguesia de Pelma e Almoster, com maiores percentagens de população empregada com menos de 24 anos (11,3% e 10,9%, respetivamente) e na freguesia de Maçãs de Dona Maria, com uma maior percentagem de população com 55 e mais anos (19,1%, correspondendo a 105 indivíduos). No que se refere ao grupo etário dos 25 aos 39 anos, assume destaque a freguesia sede do município, apresentando uma percentagem de cerca 36,3%, sendo que também no grupo etário dos 40 aos 54 anos se apresenta, a par da freguesia de Pelma (42,2%), como a que detém a maior percentagem (41,7%) (Figura 43).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 43. Proporção da população residente que está empregada, por grupo etário nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.

A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município, uma vez que este setor representa no ano de 2011 cerca de 62,2% (Figura 44), valor superior ao verificado para a região de Leiria (60,3%). Ainda assim, trata-se de um valor inferior ao observado para o Continente (70,2%) e na região Centro (66,2%).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 44. População empregada segundo o setor de atividade económica, em 2011.

No contexto do setor terciário é manifestamente superior a importância do terciário económico (33,7%), comparativamente ao terciário social (28,5%). Já no que diz respeito ao setor secundário (33,6%), Alvaiázere apresenta uma proporção inferior à da região de Leiria (37,6%), e superior comparativamente aos valores percentuais verificados para a região Centro e Continente (30,1% e 26,9%, respetivamente). Neste sector, merece destaque a proporção de cerca 46,1% verificada na freguesia de Pélma.

Por último, os empregados no setor primário representam apenas 4,2% dos empregados totais, valor superior à média do Continente (2,9%) e da região Centro (3,7%), reforçando-se uma vez mais a importância das atividades do setor primário na estrutura económica do município.

A caracterização da população empregada em função das habilitações literárias é um aspeto importante na medida em que o grau de qualificação condiciona o desenvolvimento e competitividade dos territórios. Maiores níveis de qualificação proporcionam melhores desempenhos pelo que a promoção da educação e formação ao longo da vida devem ser objetivo das diversas políticas de índole municipal.

Comparativamente com a média de Portugal continental, a população empregada em Alvaiázere é um pouco menos qualificada. Com efeito, tendo em atenção a repartição dos empregados pelos diversos ciclos de ensino, verifica-se que naqueles com maiores habilitações, isto é, que completaram o ensino secundário ou pós-secundário e o ensino superior, os valores do município (que totalizavam 37,0%) ficavam aquém dos do Continente (52,1%). Importa salientar que cerca de 21,2% possuíam o ensino secundário e apenas 14,3% o ensino superior, valores inferiores aos do Continente (24,7% e 26,0%), refletindo um perfil de habilitações da população empregada nestes territórios ainda muito insatisfatório (Figura 45).

Já nos níveis de ensino menos elevados como o 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico, o seu número era proporcionalmente superior em Alvaiázere (62,0%), comparativamente ao Continente (46,9%). A este nível torna-se ainda muito expressiva a percentagem de empregados com apenas o 1º CEB no município (27,2%), sendo um valor superior ao observado no Continente (16,5%) e na região Centro (17,9%). De salientar que cerca de 25 indivíduos empregados não possuíam qualquer nível de escolaridade (1,1%), tratando-se de uma proporção semelhante à do Continente (1%) e da Região Centro (0,9%).

No contexto das freguesias de Alvaiázere, as freguesias de Pelmá, Maçãs de Dona Maria e Pussos São Pedro são as que apresentam maiores percentagens de população empregada com o ensino básico, o que se reflete naturalmente em piores níveis habilitacionais. Pelo contrário, na freguesia sede de município a percentagem de empregados com ensino superior assume uma maior relevância, verificando-se cerca de 20,8%.

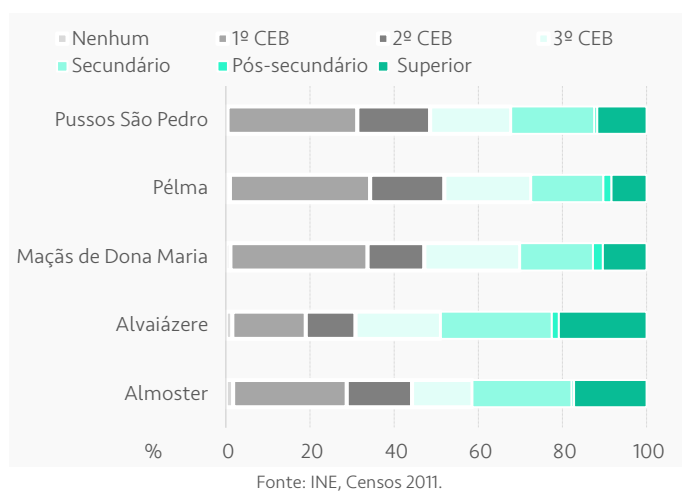


Figura 45. População empregada segundo o nível de escolaridade, em 2011.

A população analfabeta ou com baixa qualificação é reconhecida como um grupo social vulnerável, quer pela exclusão no contexto social, quer, e fundamentalmente, pela

incapacidade de competir no mercado de trabalho. Num contexto de pequenas e médias empresas, a população com maiores qualificações, porque mais versátil, resiliente e com maior aptidão para a inovação, é tendencialmente mais valorizada aos que detêm níveis mais baixos. Isto afirma-se no contexto de um município em que o setor terciário predomina e as indústrias transformadoras e da construção se apresentam como grandes empregadoras.

Reconhecendo que o sucesso da economia portuguesa em geral, e destes territórios em particular, passa pelo aumento do nível de escolaridade da sua população empregada, entende-se que o município de Alvaiázere deverá assumir como desígnio o aumento das qualificações destes indivíduos.

A leitura da evolução e da estrutura da população residente empregada segundo a situação na profissão e os grupos de profissões permite ampliar o conhecimento da socioeconomia do território (Figura 46). Relativamente à situação na profissão, predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (73,0%), apresentando um valor inferior face ao verificado para as unidades de referência (região de Leiria com 78,4%; região Centro com 79,8%; Continente com 81,1%). Seguem-se os empregadores (13,6%) e os trabalhadores por conta própria (10,8%), tratando-se de valores superiores face ao observado para as unidades territoriais de referência.

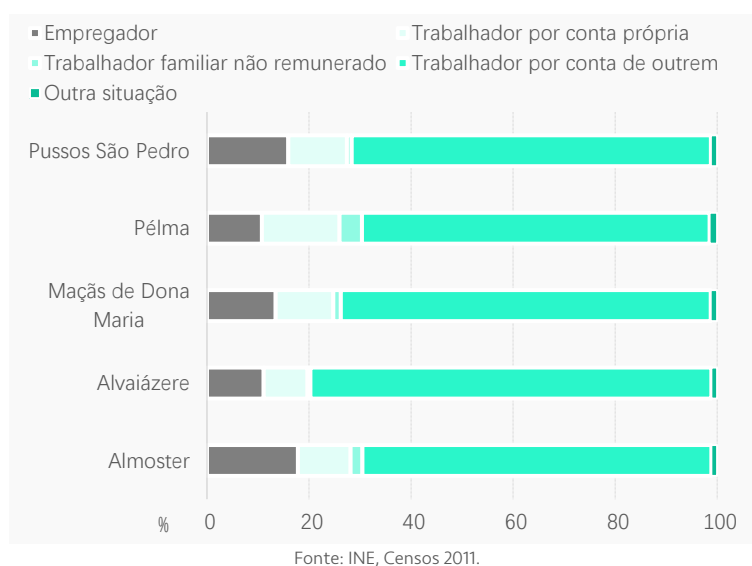


Figura 46. População empregada segundo a situação na profissão, em 2011.

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e profissões (Quadro 45), predomina o grupo dos trabalhadores nas profissões manuais qualificadas (37,6%, correspondendo a 890 indivíduos). Deste grupo destacam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (25,7%, correspondendo a 608 indivíduos). As profissões correspondentes a agricultores e trabalhadores da agricultura, pesca e floresta apresentam uma baixa representatividade no contexto municipal (4,0%, correspondendo a 94 empregados). Em seguida surgem as profissões não manuais qualificadas (27,2%, correspondendo a 645 indivíduos), de onde se destacam os trabalhadores dos serviços

peçoais, de proteção e segurança e vendedores (20,6%, correspondendo a 489 indivíduos).

Por outro lado, as profissões não manuais altamente qualificadas correspondem a 22,3% (529 indivíduos), aqui destacando-se, de forma residual, os técnicos e profissões de nível intermédio (7,9%, correspondendo a 187 indivíduos).

Por último, no que se refere aos níveis de qualificação, as profissões elementares, de que são exemplo os trabalhadores não qualificados, e outras profissões (profissões das forças armadas) apresentam uma menor importância no município (12,6% e 0,3%, correspondendo a 299 e 7 indivíduos, respetivamente).

Quadro 45. População empregada segundo os níveis de qualificação e profissões, em 2011.

Níveis de qualificação	Profissão	Alvaiázere		Região de Leiria		Região Centro		Continente	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	162	6,8	9959	8,0	67436	7,2	308866	7,4
	Especialistas das atividades intelectuais e	180	7,6	14324	11,5	129069	13,7	619892	14,9
	Técnicos e profissões de nível intermédio	187	7,9	12887	10,3	91610	9,7	459432	11,1
	Total	529	22,3	37170	29,8	288115	30,6	1388190	33,4
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	156	6,6	10585	8,5	76875	8,2	374227	9,0
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	489	20,6	22404	18,0	182781	19,4	813717	19,6
	Total	645	27,2	32989	26,5	259656	27,6	1187944	28,6
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	94	4,0	2267	1,8	27246	2,9	90910	2,2
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	608	25,7	25379	20,4	164352	17,5	657720	15,8
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da	188	7,9	10283	8,2	68364	7,3	255517	6,2
	Total	890	37,6	37929	30,4	259962	27,6	1004147	24,2
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	299	12,6	15676	12,6	125599	13,4	539266	13,0
Outras Profissões	Profissões das Forças Armadas	7	0,3	900	0,7	6879	0,7	30705	0,7
Total		2370	100	124664	100	940211	100	4150252	100

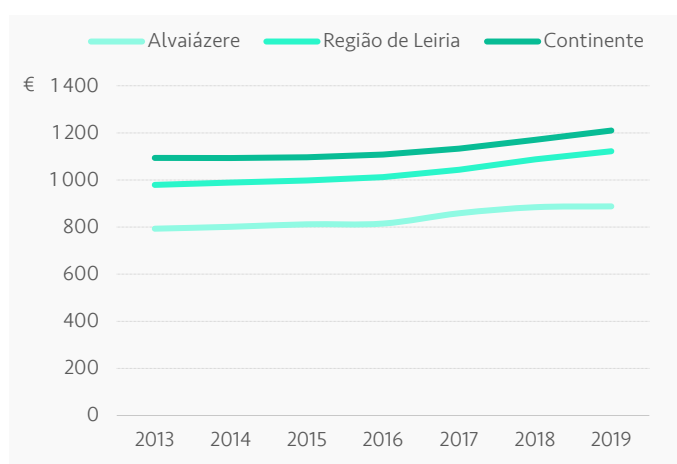
Fonte: INE, Censos 2011.

A educação, estando na base das escolhas pessoais e individuais, é aquela que tem maior impacto nos fatores relacionados com a produtividade do trabalho e nos ganhos salariais auferidos pelos trabalhadores.

As disparidades salariais variam em função do género, das atividades económicas, dos níveis de qualificação e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, constata-se que o diferencial salarial entre homens e mulheres se assume desfavorável às mulheres,

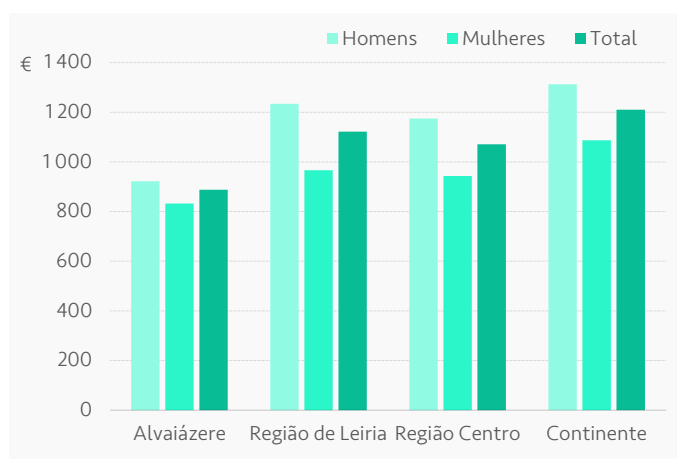
em todas as unidades espaciais consideradas, sendo, ainda assim, esta diferença menos marcada no contexto do município. Não obstante esta posição desfavorável, Alvaiázere apresentou um aumento contínuo do salário médio mensal, registando um acréscimo de 94,7€ entre 2013 e 2019 (Figura 47).

Com efeito, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Alvaiázere, era em termos médios de 887,9€ no ano de 2019, sendo superior nos homens (922,2€) e inferior nas mulheres (832,2€) (Figura 48). Este município apresenta uma posição pouco favorável, uma vez que o salário médio se apresenta inferior à média do Continente (1209,9€), da região de Leiria (1222€) e da região Centro (1070,7€).



Fonte: INE, I.P.; PORDATA.

Figura 47. Evolução do Ganho médio mensal por sexo, entre 2013 e 2019.



Fonte: INE, I.P.; PORDATA.

Figura 48. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o sexo, em 2019.

O setor dos Serviços é aquele que apresenta um ganho médio mensal superior no município (909,3€), sendo inferior em 299,5€ relativamente ao auferido em termos médios no Continente, e inferior em 91,3€ que o auferido em termos da Região Centro. Em seguida, surge o setor da Indústria e construção com uma média de remunerações a rondar os 844€, menos 261,6€ que no Continente e menos 247,2€ que a região Centro. Por último, os trabalhadores do setor primário apresentam um nível de rendimentos inferior,

auferindo em média 653,1€ mensais, menos 243,4€ quando comparado com o ganho médio do Continente e menos 207,2€ do que a região Centro (Quadro 46).

Tal como o que acontece na generalidade dos territórios portugueses, Alvaiázere apresenta grandes desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior), sendo que estes diferenciais explicam em grande medida os baixos níveis de atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada na generalidade dos municípios.

O nível salarial praticado em Alvaiázere, sendo genericamente inferior à média do Continente, não acompanha os patamares da região Centro. Por norma, quanto maior o nível de habilitação, maior é a discrepância do ganho médio auferido neste município e nos territórios de referência. De facto, em Alvaiázere as pessoas que possuem Licenciatura recebem menos 280,9€ do que a média da região Centro e os indivíduos com ensino secundário recebem menos 132,2€ (Quadro 47).

Quadro 46. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade, e diferença salarial face ao Continente, em 2018.

Unidade territorial	Ganho médio mensal (€)				Diferença salarial face ao Continente (€)			
	Total	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário	Total	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
Alvaiázere	884,5	653,1	844,0	909,3	-285,8	-243,4	-261,6	-299,5
Região de Leiria	1087,5	832,4	1164,0	1027,9	-82,8	-64,1	58,5	-181,0
Região Centro	1032,8	860,2	1091,2	1000,6	-137,4	-36,2	-14,3	-208,3
Continente	1170,3	896,4	1105,5	1208,9	-	-	-	-

Fonte: INE, I.P.; PORDATA.

Quadro 47. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2018.

Nível de habilitações	Alvaiázere	Região de Leiria	Região Centro	Continente
€				
< 1º CEB	-	799,0	758,5	767,7
1º CEB	802,5	908,8	845,1	841,7
2º CEB	890,1	979,4	901,3	880,6
3º CEB	842,0	988,9	913,7	920,9
Secundário	858,0	1055,2	990,2	1097,0
Curso técnico superior profissional	-	932,2	962,2	1043,5
Bacharelato	1083,7	1570,9	1522,1	1841,1
Licenciatura	1213,9	1474,5	1494,8	1851,6
Mestrado	963,7	1458,3	1511,4	1826,4
Doutoramento	-	2078,8	2356,3	2616,0
Total	884,5	1087,5	1032,8	1170,3

Fonte: INE, I.P.; PORDATA.

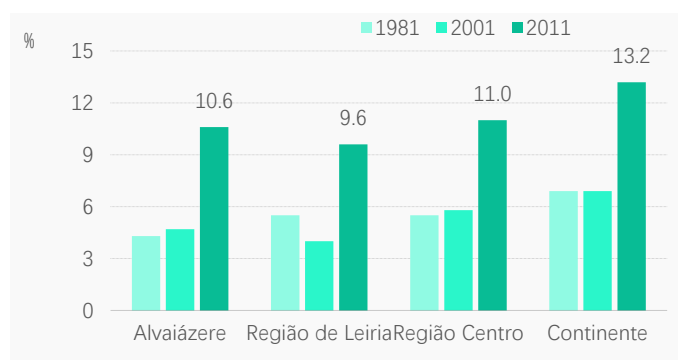
No entanto, as pessoas com o 1º ciclo têm uma diferença de menos 42,6€ e as que detêm o 2º ciclo auferem menos 11,2€. Já os que detêm habilitações ao nível do 3º ciclo, recebem menos 71,7€ do que a média da Região Centro.

Numa referência aos valores para este território, observa-se que os que detêm licenciatura ganham, em média, mais 411,4€ do que as pessoas que têm uma escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico, mais 371,9€ do que as que possuem o 3º ciclo e mais 356€ do que as que detêm o ensino secundário. Nesta linha, poder-se-á concluir que a frequência do ensino superior influencia positivamente, a retribuição salarial dos diferentes profissionais.

A pobreza e a exclusão social tornam-se fatores estruturantes numa sociedade cada vez mais seletiva, apresentando-se concentradas em territórios concretos, que por isso, se vão constituído como multiplicadores da privação, entrando-se num ciclo de pobreza. O aumento da taxa de desemprego constitui-se aqui como um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuirão para o decréscimo do nível e qualidade de vida. Aqui, como população mais vulnerável destaca-se o grupo das mulheres, com uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais graves são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser para aqui canalizadas as prioridades na intervenção.

Deste modo, a caracterização da problemática do desemprego assume-se como fundamental para a compreensão das dificuldades económicas e financeiras com que o país, em geral, e os municípios, em particular, se debatem na atualidade, sendo esse entendimento que irá permitir a criação de estratégias para minorar os impactos que a crise financeira e social tem tido ao nível do mercado de trabalho.

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da taxa de desemprego no município de Alvaiázere (de 4,7% para 10,6%), acompanhando a tendência generalizada observada nos restantes territórios da região Centro e do País, sendo que na região de Leiria, apenas o município de Castanheira de Pêra registou um decréscimo (de 16,6% para 14,4%), ainda que apresentando uma taxa superior (Figura 50). Ainda assim, a taxa de desemprego em Alvaiázere apresenta-se ligeiramente inferior à média do Continente (13,2%) e da região Centro (11%). Dos municípios que constituem a região de Leiria, importa referir que Alvaiázere apresenta valores percentuais inferiores aos verificados nos municípios de Figueiró dos Vinhos (15,1%), Pedrógão Grande (14,9%), Castanheira de Pêra (14,4%) e Marinha Grande (11,1%). Quanto a uma análise por género, constata-se que, em Alvaiázere a taxa de desemprego é mais elevada no sexo feminino (12,1%) do que no sexo masculino (9,4%).

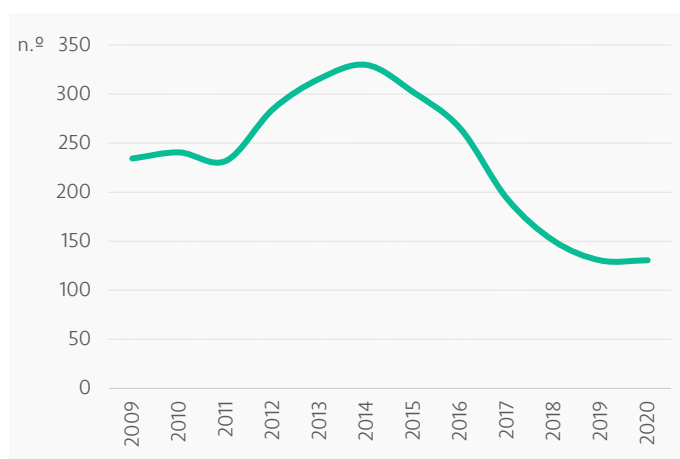


Fonte: INE, I.P.; PORDATA.

Figura 49. Taxa de desemprego em 1981, 2001 e 2011.

Por outro lado, e tendo por base as estatísticas do IEPF para o período 2009-2020, verifica-se uma evolução expressa em acréscimos e diminuições no número de desempregados (Figura 50). Se entre 2009 e 2011 ocorreu uma diminuição de 2 desempregados no município (aumento de 7 indivíduos de 2009 para 2010), a partir daí e até 2014 torna-se evidente a tendência de acréscimo no número de desempregados (+98 indivíduos). No entanto, entre 2014 e 2019, verificou-se novamente uma diminuição do número de desempregados em cerca de 199 indivíduos. Estes valores para os anos mais recentes, apesar do aumento residual verificado de 2019 para 2020 em 1 desempregado, devem ser lidos no quadro de uma ligeira recuperação económica do país, devendo-se, no entanto, ter presente o aumento da emigração observados nos últimos anos, principalmente dos indivíduos mais jovens e mais qualificados.

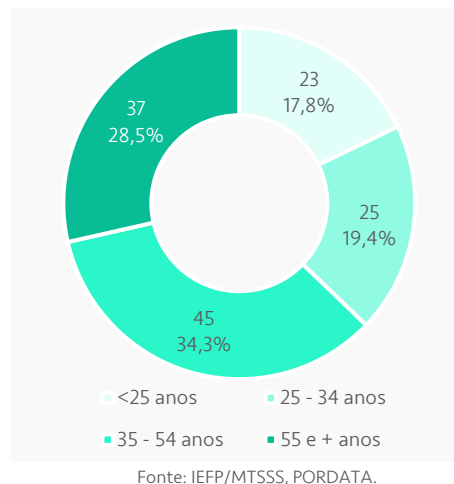
Deste modo quanto à variação entre 2009 e 2020 ocorreu um decréscimo de 104 desempregados no município, correspondendo a -44,3%, passando dos 234 desempregados em 2009 para os 131 desempregados em 2020.



Fonte: IEPF/MTSSS, PORDATA.

Figura 50. Evolução do número de desempregados, entre 2009 e 2020.

Tendo em consideração o ano mais recente de 2020, importa referir que a faixa etária dos 35 aos 54 é aquela que assume maior representatividade no número de desempregados em Alvaiázere (34,3%, correspondendo a 45 indivíduos), seguindo-se o grupo dos 55 e mais anos (28,5%, correspondendo a 37 indivíduos), sendo de sublinhar que cerca de 62,8% dos desempregados apresentam idade superior a 35 anos (Figura 51). Por último, os desempregados com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e com idade inferior a 25 anos, representam um peso de 19,4% e 17,8% no total de desempregados do município, correspondendo a 25 e 23 indivíduos, respetivamente. De salientar ainda que o peso de desempregados mais jovens é superior em Alvaiázere (17,8%), comparativamente à região Centro (12,8%) e à média do Continente (11,3%).

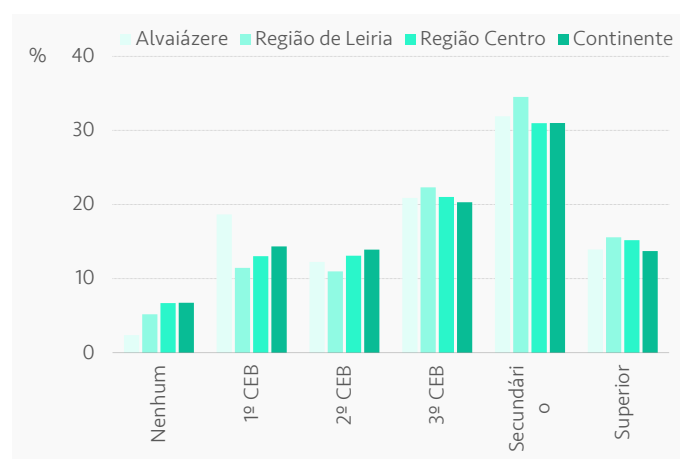


Fonte: IEF/MTSSS, PORDATA.

Figura 51. População desempregada em Alvaiázere, por grupo etário, em 2020.

O nível de ensino secundário é o mais representativo na estrutura de habilitações dos desempregados inscritos nos centros de emprego em Alvaiázere (31,9%), valor superior ao observado no Continente e região Centro (31,0%) e inferior ao verificado na região de Leiria (34,5%) (Figura 52).

Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias, importa referir os elevados valores da população que apenas concluiu o ensino secundário (31,9%, correspondendo a 42 indivíduos), seguindo-se os que apresentam apenas o 3º CEB (20,9%) e os que concluíram o 1º CEB (18,7%). Importa ainda constatar a percentagem relevante de desempregados no contexto do município com um diploma de ensino superior (13,9%, correspondendo a 18 desempregados). Ainda assim, trata-se de uma proporção inferior quando comparada com a região de Leiria (15,6%) e região Centro (15,2%), porém ligeiramente superior quando comparada com o Continente (13,7%).

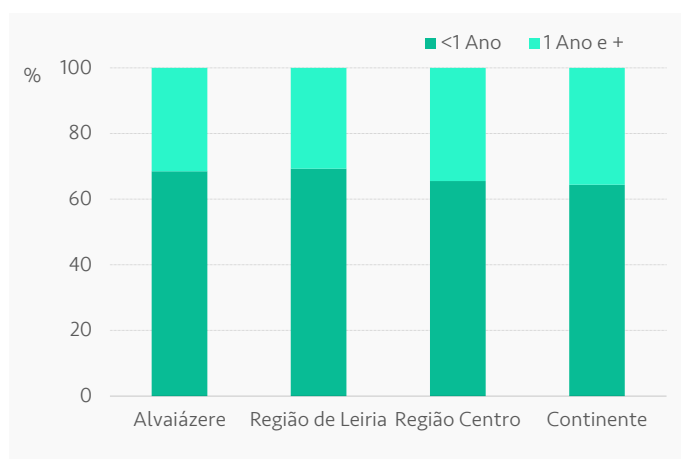


Fonte: IEF/MTSSS, PORDATA.

Figura 52. População desempregada, segundo o nível de escolaridade, em 2020.

Outro aspeto de grande relevância para o planeamento e desenvolvimento de estratégias de qualificação profissional está relacionado com a caracterização dos desempregados em função da duração da procura de emprego (Figura 53). Cerca de 68,5%

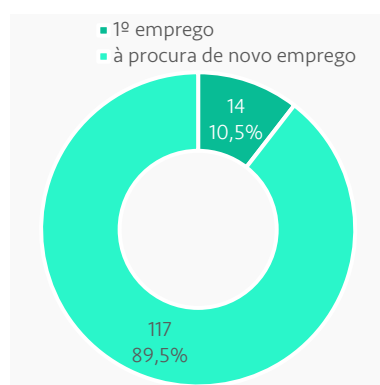
dos desempregados em Alvaiázere estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto os outros 31,5% estão inscritos há mais de um ano, demonstrando a escassez nas ofertas de emprego. Por sua vez, quando se observa a duração da procura de emprego nas unidades de referência, conclui-se, igualmente, que o número de desempregados que estão nesta condição há menos de 1 ano é superior ao número de desempregados que estão nesta condição há mais de um ano.



Fonte: IEF/MTSSS, PORDATA.

Figura 53. Desempregados registados segundo a duração da procura de emprego em 2020.

Os valores mais significativos de desempregados estão associados aos que se encontram à procura de novo emprego (89,5%, correspondendo a 117 indivíduos), sendo que os desempregados que se encontram numa situação de 1º emprego apresentam valores claramente inferiores (10,5%, correspondendo a 14 indivíduos) (Figura 54). Estes valores não se afastam do observado em termos do Continente (92,1% à procura de um novo emprego e 7,9% à procura de um primeiro emprego).



Fonte: IEF/MTSSS, PORDATA.

Figura 54. Desempregados registados segundo a situação face à procura de emprego no município de Alvaiázere em 2020.

3.7. Saúde

Em termos de infraestruturas básicas de saúde, o município do Alvaiázere possui 4 farmácias e um hospital (Santa Cecília - Unidade de Cuidados Continuados Integrados) (Quadro 48). A oferta complementar de cuidados de saúde é ainda assegurada por um centro de saúde (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP de Alvaiázere - sede) e pela UCSP Alvaiázere - Polo Mações de Dona Maria.

Quadro 48. Infraestruturas básicas de saúde.

Unidade territorial	Hospitais			Farmácias
	Total	Públicos e Parcerias público-privadas	Privados	
		2019		
Alvaiázere	1	0	1	4

Fonte: PORDATA.

Analisando alguns indicadores relacionados com a saúde (Quadro 49), no que concerne ao número de médicos por 1000 habitantes, Alvaiázere possui uma posição desfavorecida (1,4) possuindo um valor inferior ao observado na região de Leiria (2,7), na região Centro (4,8) e no Continente (5,3). O mesmo se verifica no valor de enfermeiros por 1000 habitantes, o município apresenta um valor inferior (3,2) relativamente à região de Leiria, à região Centro e ao Continente (5,3; 7,2 e 7,5, respetivamente). Alvaiázere apresenta 0,6 farmácias e postos farmacêuticos moveis por 1000 habitantes, apresentado, assim, um valor superior à região de Leiria, à região Centro e ao Continente (0,3).

No que concerne à observação de alguns indicadores relacionados com diferentes taxas de mortalidade, Alvaiázere não apresenta qualquer tipo de registo ao nível da mortalidade infantil (0‰) e de mortalidade neonatal (0‰), no ano de 2019.

Em contrapartida, relativamente à taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório Alvaiázere apresenta valores significativamente mais elevados (6,2‰) do que as restantes unidades territoriais analisadas (3,1‰ na região de Leiria, 3,8‰ na região centro e 3,3‰ no território nacional). Por fim, a taxa de mortalidade por tumores malignos apresenta, também, valores superiores em Alvaiázere (3,8‰), quando comparado à região de Leiria (2,8‰), à região Centro (9‰) e ao território nacional (2,9‰).

Dos 10 médicos presentes no município do Alvaiázere no ano de 2019, 3 apresentavam especialidade em medicina geral e familiar e os restantes (7) não apresentam qualquer especialidade. De salientar que não existem médicos com especialidade em cirurgia geral, estomatologia, ginecologia e obstetrícia e pediatria. É importante referir, ainda, que houve um aumento de 2 médicos entre 2001 e 2019, no entanto, ocorreu uma diminuição de profissionais com especialidade em Estomatologia e Ginecologia e obstetrícia, aumentando os profissionais sem especialidade (Figura 50).

Quadro 49. Caracterização global dos indicadores de saúde no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2014/2018)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2014/2018)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos
	nº		‰				
	2019						
Alvalázere	3,2	1,4	0,6	0,0	0,0	6,2	3,8
Região de Leiria	5,3	2,7	0,3	2,5	1,6	3,1	2,8
Região Centro	7,2	4,8	0,3	2,8	1,8	3,8	3,0
Continente	7,5	5,3	0,3	3,0	2,0	3,3	2,9

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2019.

Quadro 50. Médicos segundo as especialidades, em 2001 e 2019.

Médicos / Especialidade	Alvaiázere	
	2001	2019
Não especialistas	3	7
Cirurgia geral	0	0
Estomatologia	1	0
Ginecologia e Obstetrícia	1	0
Medicina geral e familiar	3	3
Pediatria	0	0
Total	8	10

Fonte: PORDATA.

No que se refere ao número de habitantes por médico e farmacêutico, desde logo se conclui que existe uma melhoria significativa deste indicador, uma vez que registou uma diminuição de 2001 para 2019, mais expressiva no número de habitantes por farmacêutico (sendo que passou de 1683,7 para 944) do que no número de habitantes por médico (passando de 1052,3 para 661,2), acompanhando a tendência registada no contexto regional e nacional. Esta evolução estará intimamente relacionada com as políticas adotadas no sentido de uma melhor organização dos serviços de saúde, principalmente no acesso aos cuidados de saúde primários e, por outro, num aumento generalizado do número de farmácias (Quadro 51).

Quadro 51. Habitantes por médico e por farmacêutico, em 2001 e 2019.

Unidade territorial	Habitantes por médico		Habitantes por farmacêutico	
	2001	2019	2001	2019
Alvaiázere	1052,3	661,2	1683,7	944,5
Região de Leiria	678,3	364,4	1587,6	909,3
Região Centro	373	197,6	1419,7	734,8
Continente	305,2	183,2	1328,7	730

Fonte: PORDATA.

Relativamente ao número de consultas médicas por habitante nos centros de saúde, ressalva-se o facto de em Alvaiázere, em 2012, se registar uma média de consultas (2,6) significativamente inferior face ao registado na Região Centro (3,1) e na sub-região (2,8).

No entanto, face a 2001, neste município, o número médio de consultas médicas por habitante sofreu um ligeiro aumento, passando de 2,3 para 2,6. (Quadro 52).

Quadro 52. Consultas médicas por habitante nos centros de saúde, em 2001 e 2012.

Unidade territorial	2001	2012
Alvaiázere	2,3	2,6
Região de Leiria	3,2	2,8
Região Centro	3,1	3,1
Continente	2,7	2,6

Fonte: PORDATA.

Síntese

- Em 2011, dos 7287 residentes do município, 7047 habitantes apresentavam nacionalidade portuguesa (96,7%) 158 residentes tinham nacionalidade estrangeira (22%) e 82 habitantes apresentavam dupla nacionalidade (1,1%). Relativamente aos países de origem, observa-se uma clara predominância dos indivíduos oriundos do Reino Unido.
- Em termos de estrutura familiar, em 2011, existiam, no município de Alvaiázere, 3017 famílias clássicas, no qual assistiram a um decréscimo de -9,6%, entre 2001 e 2011. Consequentemente, ocorre uma diminuição na dimensão média das famílias, sendo de 2,4 em 2011.
- Tendo em conta à evolução do envelhecimento é natural que as famílias de casais com filhos, neste município, seja inferior (50,3%), comparativamente ao contexto nacional (58,4%). Quanto a famílias com um núcleo, casal de direito continua a ser a forma predominante de organização familiar no município, destacando-se o casal de direito com filhos (42,6%), no entanto o casal de direito sem filhos apresenta uma elevada representatividade (41,2%).
- Alvaiázere apresentava cerca de 5742 edifícios, sendo que de 2001 para 2011 ocorreu um aumento pouco significativo (3,3%). Neste contexto, o índice de envelhecimento dos edifícios é bastante superior (304,8) comparativamente ao contexto nacional (178,4), o que pode estar relacionado com o facto de 31,5% terem sido construídos entre 1971-1990 e 27,9% construídos entre 1946-1970. No entanto, a proporção de edifícios muito degradados (1,0%) é inferior à do Continente (1,7%). Apesar da maioria do parque edificado ser de residência habitual (52,5%), em 2011, registaram-se 13,9% alojamentos vagos e 33,6% de residência secundária.
- O encargo médio por aquisição de habitação, em 2011, situava-se nos 350,5€/mês, um valor bastante expressivo relativamente aos valores dos rendimentos médios da população, assim como, o valor atribuído ao encargo médio mensal da renda dos alojamentos familiares clássicos arrendados (241,3€/mês).
- Como forma de comprovar o aumento do envelhecimento, no município de Alvaiázere, observa-se que o principal meio de vida da população é a reforma/pensão (43%), seguindo-se o trabalho (35,7%). De referir, que a freguesia de Pelma possuía 50% da população com mais 15 anos a sobreviver através da reforma/pensão, tendo o valor mais elevado do que a média municipal, regional (29,4%), sub-regional (31%) e do Continente (27,6%).
- Em 2011, a maioria da população residente no município de Alvaiázere, tinha apenas concluído o ensino básico (64,5%), sendo que destes 4192 indivíduos 2858 (44%) tinham apenas o 1ºCEB concluído. E, ainda, para comprovar que a população de Alvaiázere era relativamente menos escolarizada do que a globalidade da população do país, apenas 8,7% tinham atingido o nível superior de escolaridade, sendo inferior à média nacional e regional.
- Para corroborar, é visível que o município apresenta uma taxa de analfabetismo ainda elevada (10,8%), comparativamente ao contexto nacional (5,2%). No entanto, observa-se uma grande diminuição desde 1981 (com a passagem de 32,3% para 10,8%). Ainda assim, uma proporção significativa (11,8%) dos desempregados deste município possui o nível de ensino superior.

- No município, em 2019, existiam cerca de 824 empresas, correspondendo na sua maioria a empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (96,6%), sendo que entre 2008 e 2019 ocorreu uma diminuição de -0,5% das empresas. Não obstante esta tendência o número de ao serviço, desde 2008, teve um ligeiro aumento de 2%. Através do crescimento sentido nos valores do volume de negócios e do valor acrescentado bruto (VAB) é perceptível a superação da crise financeira.
- As disparidades salariais variam em função do género, das atividades económicas, das habilitações literárias e dos níveis de qualificação. No entanto, constata-se que Alvaiázere apresenta um aumento contínuo do salário médio mensal, tendo aumentado 94,7€ entre 2013 e 2019. Ainda assim, existindo uma grande diferença salarial comparativamente ao contexto nacional, mesmo no setor terciário que é o que regista um salário mais elevado.
- A existência de um número elevado de desempregados contribui para um cenário socioeconómico frágil. Deste modo, de 2001 para 2011, assistiu-se a um aumento da taxa de desemprego no município de Alvaiázere (4,7% para 10,6%), assim como em praticamente todo o país. No entanto, entre 2009 e 2020, destaca-se um decréscimo de 104 desempregados. Importa ainda referir que a população com o ensino secundário concluído é a que apresenta maior taxa de desemprego, assim como a população à procura do primeiro emprego.
- Alguns indicadores relacionados com a saúde apontam que Alvaiázere possui uma posição desfavorável no que concerne ao número de médicos e enfermeiros, comparativamente ao contexto regional e nacional. No entanto, apresenta um valor superior (0,6) de farmácias e postos farmacêuticos móveis do que o continente (0,3).



C. DIAGNÓSTICO SOCIAL

1. Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

Prospetivando a compreensão da realidade social do Município de Alvaiázere, pressupõe-se, nesta fase, o levantamento de um conjunto de elementos caracterizadores da rede de serviços e equipamentos sociais. Cumpre-se, para tal, o exercício expositivo-analítico da rede dos suprarreferidos serviços e equipamentos, a sua disposição espacial no Município e a respetiva caracterização geral das entidades gestoras, atendendo e diferenciando-as de acordo com a natureza jurídica e populações destinatárias.

A análise circunstanciada da rede de serviços e equipamentos sociais, sobretudo no que se refere à sua distribuição espacial e respetiva caracterização, designadamente no que se refere às entidades proprietárias, aos equipamentos sociais e às respostas sociais, sempre tendo em consideração a distinção entre as diferentes naturezas jurídicas, populações-alvo e grupos-alvo, é fundamental para a compreensão da realidade social do Município de Alvaiázere.

O presente relatório tem por base a informação obtida no período compreendido entre fevereiro e abril de 2021. De referir que, à semelhança do relatório da “Carta Social. Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório 2019”, também o presente trabalho integra os dados relativos aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública.

1.1. Análise Global

1.1.1. Entidades proprietárias

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais é produto da congregação de entidades de diferentes naturezas que, mobilizadas num esforço e envolvimento coletivo, prospetivam enfrentar as fragilidades decorrentes das dinâmicas sociais, sedeando-se no espaço que consideram como prioritário para intervenção social. Considera-se Entidade Gestora (ou Proprietária) “qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais” (GEP, 2017: 12).

1.1.1.1. Distribuição das entidades proprietárias segundo a natureza jurídica

No Município de Alvaiázere estão presentes e amplamente distribuídas pelo território municipal 12 entidades proprietárias⁴, sendo que, considerando a sua distribuição por natureza jurídica observa-se que 2 integram a rede pública, 8 pertencem à rede solidária e 2 integram a rede lucrativa. Todavia, considerando que a mesma entidade proprietária

⁴ No contexto da análise deste relatório, as entidades proprietárias de equipamentos sociais são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades públicas (Estabelecimentos de Educação Pré-escolar), entidades solidárias (Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Outras Instituições e Organizações Religiosas, Misericórdias, Uniões/Federações/Confederações, Organizações Não-Governamentais (ONG's), entre outras) e lucrativas (entidades particulares com fins lucrativos).

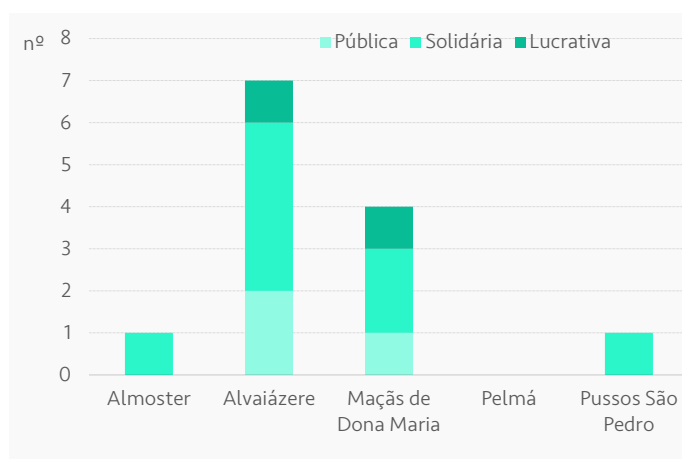
pode intervir em diferentes freguesias⁵, é facilmente constatável que esta tipologia de análise nos remete para a existência de 13 entidades proprietárias com responsabilidades na área social (Quadro 53 e Figura 55). Neste contexto, e considerando a sua natureza jurídica é facilmente constatável que estas se distribuem em função de três categorias: pública (3), solidária (8) e lucrativa (2).

A análise da distribuição das entidades proprietárias pelas diferentes freguesias que integram este território municipal revela a existência de um número mais significativo de entidades nas freguesias de Alvaiázere (7), Maçãs de Dona Maria (4), Almoester (1) e Pussos São Pedro (1), sendo que na freguesia de Pelmá não existe qualquer equipamento. Por outro lado, e tal como referido, também nas freguesias supracitas existe um predomínio das entidades solidárias, sendo que nas freguesias de Almoester (1) e Pussos São Pedro (1) é possível observar que a totalidade das entidades proprietárias integra a rede solidária. Será ainda de referir que as entidades proprietárias da rede lucrativa, apenas se encontram presentes nas freguesias de Alvaiázere (1) e Maçãs de Dona Maria (1).

Quadro 53. Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Freguesias	Rede			Total
	Pública	Solidária	Lucrativa	
Almoester	0	1	0	1
Alvaiázere	2	4	1	7
Maçãs de Dona Maria	1	2	1	4
Pelmá	0	0	0	0
Pussos São Pedro	0	1	0	1
Total das freguesias	3	8	2	13
Total do município	2	8	2	12

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 55. Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

⁵ O total de entidades proprietárias no Município não corresponde à soma das mesmas por freguesia, isto porque existem entidades proprietárias que assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias, estando, neste caso, contabilizadas mais do que uma vez.

1.1.1.2. Caracterização dos recursos humanos

Considerando a totalidade de 12 entidades proprietárias existentes no Município de Alvaiázere, e no que respeita aos técnicos especialistas, na rede pública é possível observar a existência de 1 animador sócio-cultural (5,9%), 1 médico (5,9%), 1 terapeuta (5,9%) e 1 nutricionista/dietista (5,9%). Nas que indicam 2 técnicos destacam-se as categorias de diretor técnico, de psicólogo e de enfermeiro (todas com 5,9%). Com 5 técnicos de referir a categoria de educador de infância (5,9%), enquanto com 6 técnicos se destacam as categorias de professor, enfermeiro e terapeuta (todas com 5,9%). É importante salientar que não existem categorias profissionais com 3 e 4 técnicos. No que diz respeito à rede solidária destacam-se, com maior representatividade das entidades que indicam a existência de 1 diretor técnico (29,4%) e 1 animador sócio-cultural (17,6%). Nas que indicam 2 técnicos destacam-se os valores associados às categorias de educador de infância e terapeuta (ambas com 11,8%). Com 3 técnicos denota-se categorias como diretor técnico, animador sócio-cultural e outros (todas com 5,9%). Por fim, no que concerne à rede lucrativa, com 1 técnico, os valores mais elevados encontram-se nas categorias de diretor técnico, assistente social, médico e enfermeiro (11,8%), enquanto com 2 técnicos realça-se a categoria de educador social/educólogo (11,8%).

Quadro 54. Caracterização dos recursos humanos, por natureza jurídica.

Categoria profissional		Técnicos por equipamento																	
		Pública						Solidária						Lucrativa					
		1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
		%																	
Técnicos especialistas	Diretor técnico	0	5,9	0	0	0	0	29,4	5,9	5,9	0	0	0	11,8	0	0	0	0	0
	Educador de infância	0	0	0	0	5,9	0	0	11,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Professor	0	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Assistente social	0	0	0	0	0	0	11,8	12	0	0	0	0	11,8	0	0	0	0	0
	Psicólogo	0	5,9	0	0	0	0	11,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sociólogo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Animador sócio-cultural	5,9	0	0	0	0	0	17,6	0	5,9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Educador social/educólogo	0	0	0	0	0	0	11,8	0	0	0	0	0	0	11,8	0	0	0	0
	Médico	5,9	0	0	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	11,8	0	0	0	0	0
	Enfermeiro	0	5,9	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0	11,8	0	0	0	0	0
	Terapeuta	5,9	0	0	0	0	5,9	0	11,8	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0
	Nutricionista/dietista	5,9	0	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal auxiliar	Outros	0	0	0	0	0	0	5,9	5,9	5,9	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0
	Ajudante familiar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17,6	0	0	0	0	0	5,9
	Ajudante de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0	0
	Auxiliar de ação educativa	0	0	0	0	0	5,9	17,6	0	0	5,9	0	0	5,9	0	0	0	0	0
	Cozinheiro	0	5,9	0	0	0	0	17,6	5,9	0	5,9	0	0	11,8	0	0	0	0	0
	Auxiliar de cozinha	0	0	0	0	0	5,9	5,9	0	0	0	0	5,9	11,8	0	0	0	0	0
	Auxiliar de lavandaria	0	0	0	0	0	0	0	5,9	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0	0
	Auxiliar de limpeza	0	0	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	5,9	5,9	5,9	0	0	0	0
	Empregado de serviços gerais	0	0	0	0	0	5,9	5,9	0	0	0	0	11,8	5,9	0	0	0	0	0
	Motorista	0	0	0	0	0	5,9	11,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pessoal administrativo	0	5,9	0	5,9	0	0	5,9	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0	0
	Outros	0	0	0	0	0	5,9	0	0	0	0	5,9	5,9	0	0	0	0	0	0

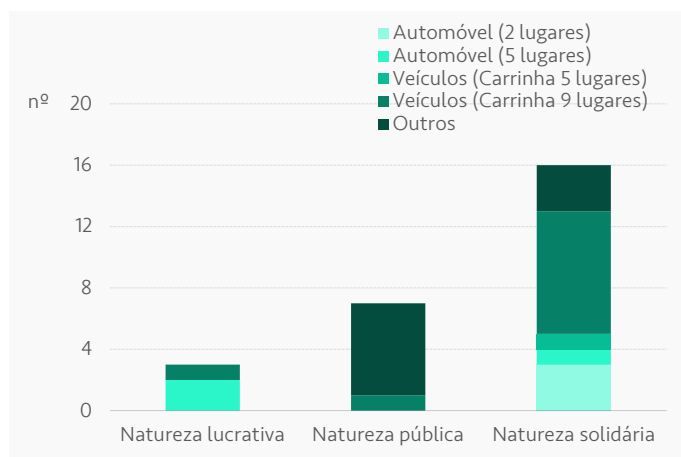
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Numa outra vertente de análise, e considerando o pessoal auxiliar nas entidades cuja natureza jurídica é pública, verifica-se nas que indicam 2 técnicos os únicos valores associados às categorias de cozinheiro e pessoal administrativo (ambas com 5,9%). Com 6 técnicos destacam-se as categorias de auxiliar da ação educativa, auxiliar de cozinha, empregado dos serviços gerais e outros (todas com 5,9%). Nas entidades da rede solidária, com a indicação de apenas um técnico, os valores mais elevados foram observados nas categorias de auxiliar de ação educativa e cozinheiro (ambas com 17,6%). Com 6 técnicos,

os maiores valores denotam-se nas categorias de ajudante familiar (17,6%) e de empregado dos serviços gerais (11,9%). Nas restantes variáveis em análise os valores rondam os 5,9%. No que se refere à rede lucrativa, destacam-se as categorias de cozinheiro e auxiliar de cozinha na qual 11,8% das entidades referem a existência de 1 técnico afeto a esta função.

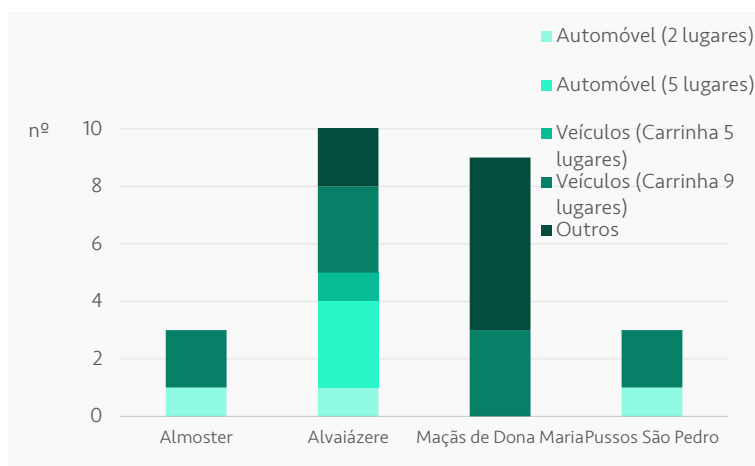
1.1.1.2. Caracterização da frota automóvel

Relativamente à caracterização da frota automóvel afeta a cada uma das entidades proprietárias presente no Município de Alvaiázere, na rede solidária verifica-se os valores mais elevados, pois apresenta 8 veículos na categoria de carrinha 9 lugares e 3 veículos na categoria de automóvel de 2 lugares e outros. No que diz respeito à rede pública denota-se a existência de 6 veículos na categoria de outros e 1 na categoria de carrinha 9 lugares. A rede lucrativa apresenta os valores mais reduzidos no que toca à existência de veículos, sendo que, apenas possuem 2 automóveis de 5 lugares e 1 carrinha de 9 lugares (Figura 56). É ainda importante referir que é a freguesia de Alvaiázere que apresenta uma maior quantidade de veículos (11), possuindo pelo menos 1 veículo por categoria (Figura 57).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 56. Caracterização da frota automóvel, por natureza jurídica.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 57. Caracterização da frota automóvel, por freguesia.

No que se refere à caracterização das parcerias com outras entidades é possível observar que na rede lucrativa a maioria das parcerias são efetuadas informalmente, com exceção das parcerias com o Centro Distrital de Segurança Social, o Estabelecimento de Ensino, Associações/Coletividades e Empresas, que aprestam 1 parceria formal e 1 parceria informal. Já no que diz respeito à rede pública verifica-se que, excluindo as parcerias com a Câmara Municipal (2 formal), o Hospital (2 informal), o Centro e/ou Extensão de Saúde (2 informal) e Empresas (2 informal), as restantes entidades apresentam o mesmo número de parcerias formal e informal. A rede solidária é possível observar que no caso das parcerias efetuadas com o Centro Distrital de Segurança Social (7), com a Câmara Municipal (4), o Estabelecimento de Ensino (4) e Instituições Particulares de Solidariedade Social (4) a maioria das parcerias é efetuada de forma formal, enquanto nas restantes entidades indicadas as parcerias estabelecidas são estabelecidas de forma informal (Quadro 55).

Quadro 55. Caracterização das parcerias com outras entidades, por natureza jurídica.

Parcerias com outras entidades	Lucrativa		Pública		Solidária	
	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
Centro Distrital de Segurança Social	1	1	1	1	7	0
Câmara Municipal	0	2	2	0	4	3
Junta de Freguesia	0	2	1	1	3	4
Hospital	0	2	0	2	1	6
Centro e/ou Extensão de Saúde	0	2	0	2	3	4
Corporação de Bombeiros	0	2	1	1	1	6
Estabelecimento de Ensino	1	1	1	1	4	3
Instituições Particulares de Solidariedade Social	0	2	1	1	4	3
Associações/Coletividades	1	1	1	1	1	6
Organizações Não Governamentais	0	2	1	1	2	5
Empresas	1	1	0	2	3	4

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

1.1.2. Equipamentos Sociais

Os equipamentos sociais constituem a materialização e aplicação prática das respostas sociais, definindo-se como as estruturas físicas nas quais são desenvolvidas as diferentes respostas sociais ou estão instalados serviços de enquadramento de determinadas respostas, independentemente da sua natureza residencial, ambulatorial ou mista (GEP, 2017). De salientar, ainda, que um equipamento social pode sediar múltiplas valências, vocacionadas para a mesma população destinatária ou para grupos-alvo diferentes, resultando na otimização dos recursos humanos e infraestruturas existentes.

1.1.2.1. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária

A análise dos equipamentos sociais presentes no município de Alvaiázere segundo a natureza jurídica da entidade gestora revela, uma vez mais, a prevalência das entidades

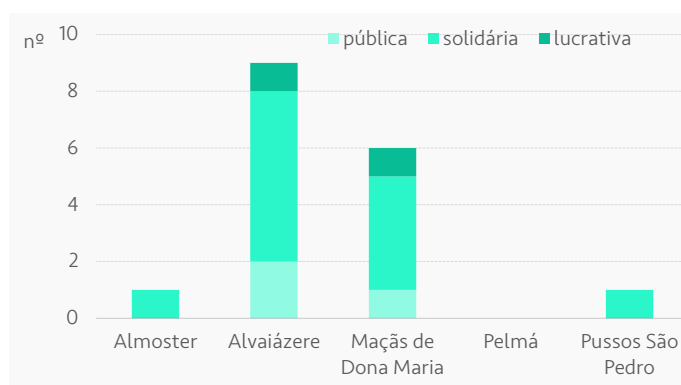
solidárias (12) sobre as entidades da rede pública (3) e privada (2), totalizando 17 equipamentos (Quadro 57 e Figuras 58 e 59).

Quadro 56. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por freguesia.

Freguesias	Rede			Total
	Pública	Solidária	Lucrativa	
Almoster	0	1	0	1
Alvaiázere	2	6	1	9
Maçãs de Dona Maria	1	4	1	6
Pelmá	0	0	0	0
Pussos São Pedro	0	1	0	1
Total do Município	3	12	2	17

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Tal como na análise efetuada anteriormente, a rede privada encontra-se presente apenas nas freguesias de Alvaiázere (1) e Maçãs de Dona Maria (1), sendo que os equipamentos da rede pública se encontram também localizados nas mesmas freguesias de Alvaiázere (2) e Maçãs de Dona Maria (1). Naturalmente, os equipamentos sociais da rede solidária encontram-se presentes em todas as freguesias do município, à exceção de Pelmá, embora com valores mais significativos na freguesia de Alvaiázere (6) e Maçãs de Dona Maria (4). Com valores inferiores, há que referir os equipamentos localizados na freguesia de Almoster (1) e Pussos São Pedro (1).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 58. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por freguesia.

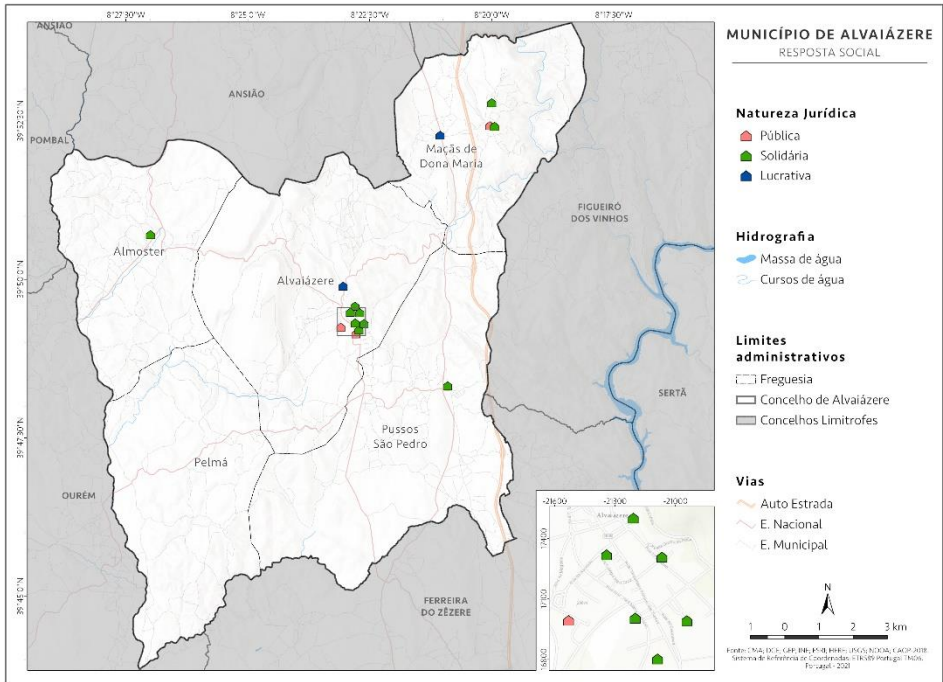


Figura 59. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por freguesia.

1.1.2.2. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a população-alvo

No Município de Alvaiázere verifica-se, muito pelo que foi referido nas características socioeconómicas do território, que os equipamentos sociais⁶ são dirigidos, na totalidade, a duas áreas de intervenção⁷: Infância e Juventude e População Adulta (Quadro 57). No caso da Infância e Juventude as respostas dirigem-se, essencialmente, para o grupo-alvo⁸ Crianças e Jovens, representando 44,4% da oferta do Município. Já no que se refere à População Adulta as valências para Pessoas Idosas representam 38,9% das respostas existentes no Município, enquanto as respostas destinadas a Pessoas em situação de Dependência têm uma representatividade de 11,1%. Já as Pessoas Adultas com Deficiência representam 5,6% (Figura 60). Quanto à distribuição dos equipamentos sociais, constata-se que, à exceção da freguesia de Pelmá, todas as freguesias do Município disponibilizam respostas sociais, com destaque para a freguesia de Alvaiázere (9), seguindo-se Maçãs de Dona Maria (6), Pussos São Pedro (2) e Almoster (1).

A freguesia de Alvaiázere é a única que dá resposta a Pessoas em situação de dependência e Pessoas Adultas com Deficiência.

6 O total de equipamentos sociais segundo a população-alvo não corresponde ao total de equipamentos sociais, isto porque existem equipamentos sociais que desenvolvem valências para mais do que um tipo de população-alvo, estando, neste caso, contabilizados mais do que uma vez.

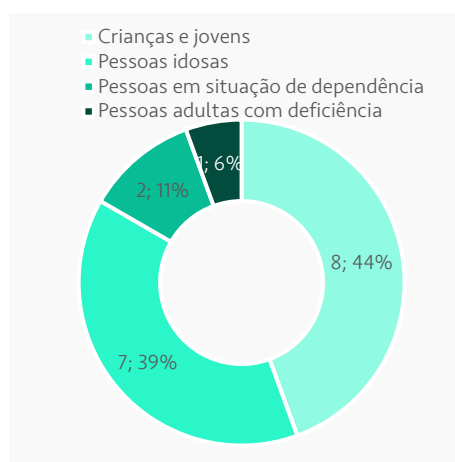
7 Por área de intervenção entende-se um grupo genérico de pessoas com características globais idênticas (ex. Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade).

8 Por grupo-alvo entende-se um grupo com características específicas inseridas numa população-alvo (ex. Crianças e Jovens, Crianças e Jovens com Deficiência, Pessoas Idosas e Pessoas Adultas com Deficiência).

Quadro 57. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.

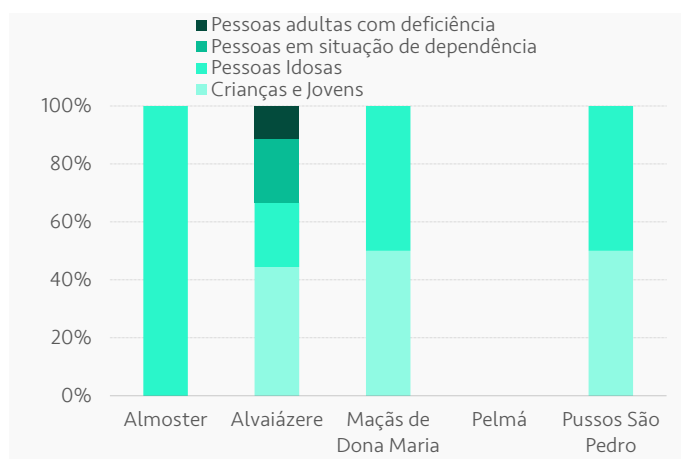
Freguesias	Número de equipamentos sociais	Infância e Juventude		População Adulta		Total
		Crianças e jovens	Pessoas idosas	Pessoas em situação de dependência	Pessoas adultas com deficiência	
Almoster	1	0	1	0	0	1
Alvaiázere	9	4	2	2	1	9
Maças de Dona Maria	6	3	3	0	0	6
Pelmá	0	0	0	0	0	0
Pussos São Pedro	1	1	1	0	0	2
Total do Município	17	8	7	2	1	18

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 60. Equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 61. Equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.

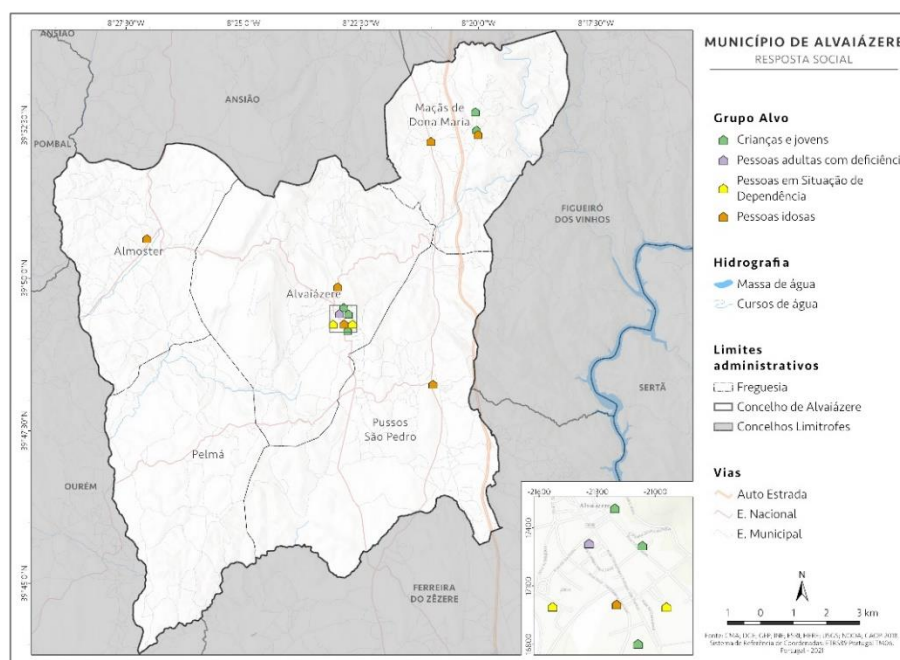
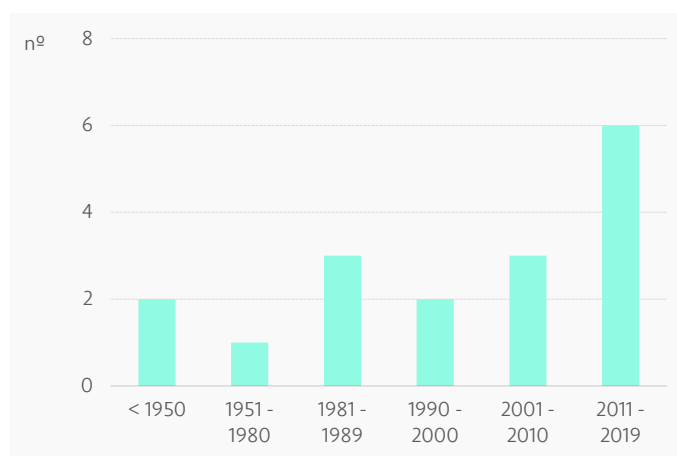


Figura 62. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo.

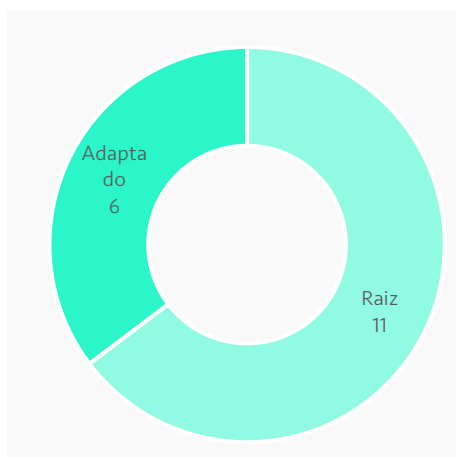
1.1.2.3. Caracterização do edificado

Uma análise bastante pertinente no contexto da caracterização dos equipamentos sociais onde se encontram sediadas as diferentes valências, prende-se com a caracterização do edificado. Neste sentido, considerando a totalidade de 17 equipamentos existentes no Município de Alvaiázere, é importante referir que a maioria (6) foram construídos entre 2011 e 2019 (Figura 63). Tendo em conta os dados fornecidos é possível observar que a maioria se encontra em edifícios edificados de raiz (11) (Figura 64). No que concerne aos equipamentos com Plano de Emergência observa-se que a maioria apresenta este plano (12) (Figura 65).



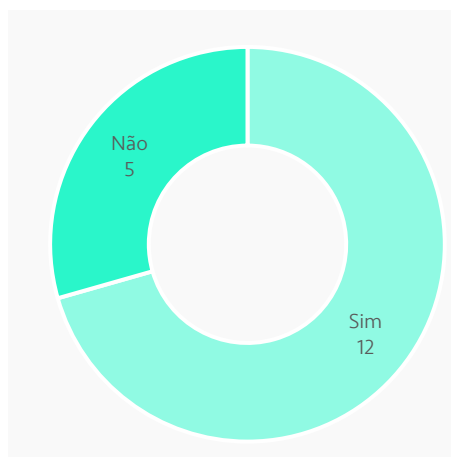
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 63. Ano de construção dos equipamentos.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

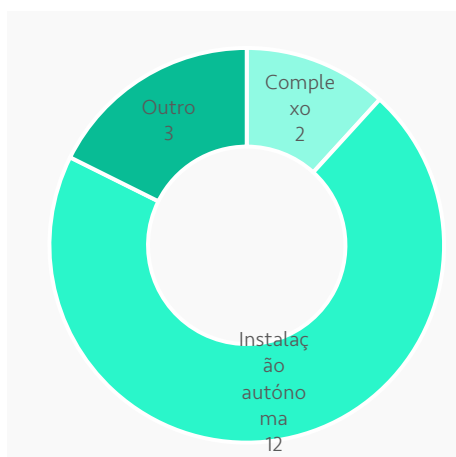
Figura 64. Tipo de construção.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

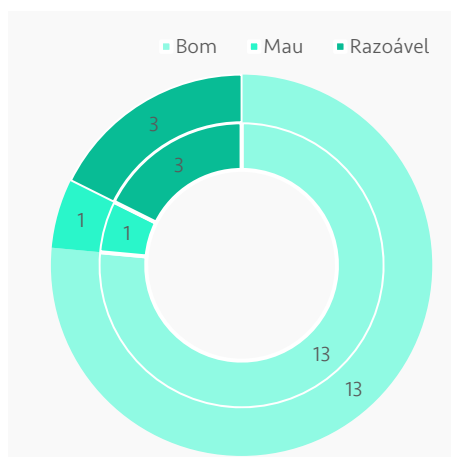
Figura 65. Existência de Plano de Emergência.

No que diz respeito ao tipo de instalação dos equipamentos denota-se que dos 17 equipamentos 12 possuem uma instalação autónoma, correspondendo a 70,6%, e o tipo de instalação complexo e outro apresentam 2 e 3 equipamentos, correspondendo a 11,8% e 17,7%, respetivamente. (Figura 66). No que concerne ao estado de conservação do edificado, tanto no estado de conservação do exterior como do interior 13 equipamentos apresentam um “bom” estado de conservação, correspondendo a 76,5%, enquanto que 17,6%, ou seja, 3 equipamentos, apresentam-se num “razoável” estado de conservação. Apenas 1 equipamento se apresenta num “mau” estado de conservação. (Figura 67). Relativamente à existência de espaços exteriores destes equipamentos é visível que 82,4% possuem jardim, correspondendo a 14 equipamentos com jardim e 3 sem jardim. É ainda visível que a maioria dos equipamentos não possuem equipamento/material desportivo (11 equipamentos) nem parque infantil (10 equipamentos), correspondendo a 64,7% e 58,8%, respetivamente (Figura 68).



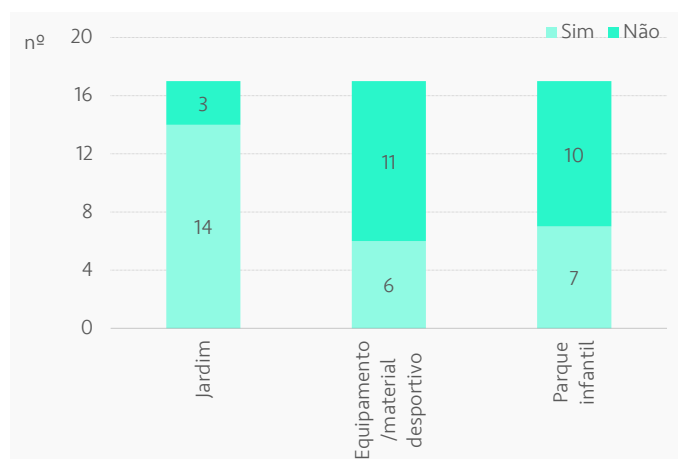
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 66. Tipo de instalação dos equipamentos.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 67. Estado de conservação exterior e interior.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 68. Existência de espaços exteriores.

1.1.2.4. Análise dos espaços interiores

A análise da tipologia e quantificação de salas presentes no município de Alvaiázere segundo a natureza jurídica da entidade gestora revela a prevalência das entidades solidárias (46 salas) sobre as entidades da rede pública (14 salas) e lucrativa (13 salas), totalizando 73 salas (Quadro 58). Neste sentido, é importante referir que a rede lucrativa apresenta 0 salas de berço, 3 salas de atividade, 4 salas de estar, 1 sala de convívio, 3 salas de polivalente e 2 salas de repouso, sendo que situação idêntica é registada na entidade pública, com a diferença no número de salas de convívio (4 salas) e de salas de repouso (0 salas). Já no que diz respeito à rede solidária é notório valores mais elevados, nomeadamente, 2 salas de berço, 19 salas de atividade, 6 salas de estar, 10 salas de convívio, 5 salas polivalente e 4 salas de repouso.

Quadro 58. Tipologia e quantificação de salas.

Salas	Natureza jurídica			
	Rede lucrativa	Rede pública	Rede solidária	Total
Salas de berço	0	0	2	2
Salas de atividade	3	3	19	25
Salas de estar	4	4	6	14
Salas de convívio	1	4	10	15
Salas polivalente	3	3	5	11
Salas de repouso	2	0	4	6
Total	13	14	46	73

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

No que diz respeito ao número de quartos, observa-se uma predominância de quartos individuais e quartos duplos. De facto, dos 17 equipamentos, 2 possuem 3 e 4 quartos individuais e 6 apresentam 5 e 6 ou mais quartos individuais. Os quartos duplos 8 equipamentos apresentam 6 ou mais quartos, correspondendo a 44,4%. Relativamente aos quartos triplos e outra tipologia apresentam 2 equipamentos 1 quarto (11,1%) e 1 equipamento 1 quarto (5,6%), respetivamente (Quadro 59).

Quadro 59. Tipologia e quantificação de quartos.

Tipologia	Quartos											
	1		2		3		4		5		> 6	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Individuais	-	-	-	-	1	5,6	1	5,6	3	16,7	3	16,7
Duplos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	44,4
Triplos	2	11,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,6
Outra tipologia	1	5,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

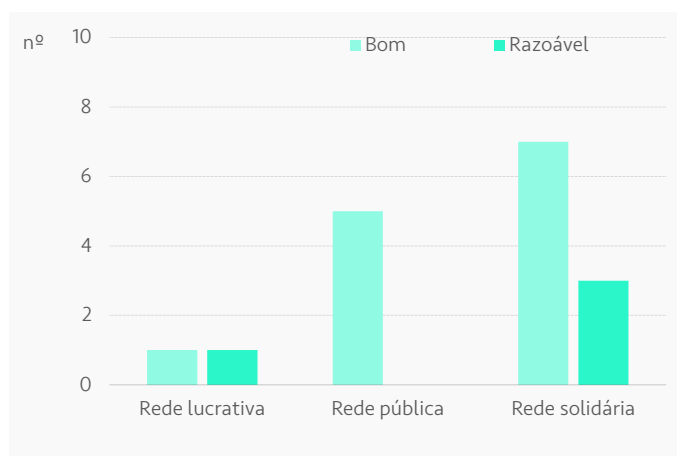
A existência de outros espaços traduz-se na valorização e reforço da qualidade dos serviços oferecidos pelos equipamentos de cariz social (Quadro 60). Deste modo, no município de Alvaiázere a análise da tipologia e quantificação de outros espaços sociais revela o predomínio das entidades solidárias (56) sobre as entidades da rede pública (32) e lucrativa (15), totalizando 103 espaços. Assim, são as arrecadações que apresentam uma maior representatividade de outros espaços no município de Alvaiázere (26, correspondendo a 25,2% do total) seguindo-se a presença de refeitórios (17, correspondendo a 16,5%). De salientar que depois das arrecadações (3 na entidade lucrativa, 10 na entidade pública e 13 na entidade solidária) são os refeitórios que possuem uma maior representatividade na entidade pública (5) e na entidade solidária (10).

Quadro 60. Tipologia e quantificação de outros espaços.

Outros espaços	Entidade lucrativa	Entidade pública	Entidade solidária	Total
Biblioteca	1	2	2	5
Cozinha	2	3	9	14
Copa	1	3	7	11
Refeitório	2	5	10	17
Consultório médico	2	3	3	8
Consultório enfermagem	2	3	3	8
Tratamento de roupa	2	3	9	14
Arrecadações	3	10	13	26
Total	15	32	56	103

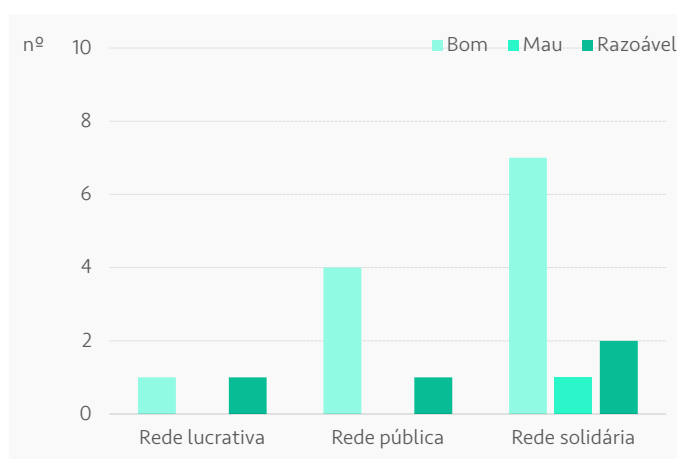
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

A avaliação da quantidade e qualidade do mobiliário existente nos equipamentos é um aspeto que merece ser valorizado na presente análise. Deste modo, quantitativamente os equipamentos da rede lucrativa avaliaram 1 como “bom” e 1 como “razoável”, na rede pública 5 equipamentos consideraram “bom” e na rede solidária 7 equipamentos avaliaram como “bom” e 3 como “razoável” (Figura 69). No que diz respeito à avaliação da qualidade do mobiliário na rede lucrativa avaliaram 1 como “bom” e 1 como “razoável”, na rede pública 4 equipamentos consideraram “bom” e 1 “razoável” e na rede solidária 7 equipamentos avaliaram como “bom”, 2 como “razoável” e apenas 1 foi avaliado como “mau” relativamente à qualidade do mobiliário (Figura 70).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 69. Avaliação da quantidade de mobiliário.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 70. Avaliação da qualidade do mobiliário.

No que diz respeito ao material audiovisual, denota-se que todos os equipamentos detêm pelo menos um material audiovisual. O destaque vai para a existência de 1 leitor/gravador de CD/DVD, uma vez que é comum em 13 equipamentos (72,1%), seguindo-se a existência de 2 televisões no mesmo equipamento (comum a 12 equipamentos, correspondendo a 66,7%), e ainda a existência de 10 equipamentos com 1 rádio e 1 máquina fotográfica/filmar (55,6%). É importante referir a existência de 6 equipamentos com 3 televisões (33,3%) e a existência de 3 equipamentos com 3 rádios e 3 máquinas fotográficas/filmar (ambos com 16,7%) (Quadro 61).

Quadro 61. Tipologia e quantidade do material audiovisual.

Tipologia	Material audiovisual					
	1		2		3	
	nº	%	nº	%	nº	%
Televisão	7	38,9	12	66,7	6	33,3
Vídeo	7	38,9	0	0,0	0	0,0
Rádio	10	55,6	8	44,4	3	16,7
Gravador	4	22,2	0	0,0	0	0,0
Leitor/Gravador de CD/DVD	13	72,2	0	0,0	0	0,0
Máquina fotográfica/Filmar	10	55,6	0	0,0	3	16,7
Retroprojektor	4	22,2	0	0,0	0	0,0
Data show	2	11,1	0	0,0	0	0,0

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Em relação ao material informático, torna-se notória a existência de um maior número de equipamentos dotados de pelo menos um aparelho WiFi (15 equipamentos correspondendo a 83,3%), uma impressora multifunções (12), uma fotocopiadora (11), um scanner (8) e uma impressora (8). Destaca-se ainda, a existência de 2 computadores fixos em 7 equipamentos (38,9%) e a existência de 2 computadores portáteis em 4 equipamentos (22,2%). De salientar, a existência de 3 equipamentos com mais de 5 computadores fixos (16,7%) (Quadro 62).

Quadro 62. Tipologia e quantidade do material informático.

Tipologia	Material informático									
	1		2		3		4		> 5	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Computador fixo	6	33,3	7	38,9	2	11,1	0	0,0	3	16,7
Computador portátil	7	38,9	4	22,2	6	33,3	0	0,0	0	0,0
Impressora	8	44,4	2	11,1	3	16,7	0	0,0	0	0,0
Scanner	8	44,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fotocopiadora	11	61,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Impressora multifunções	12	66,7	2	11,1	0	0,0	4	22,2	0	0,0
Fax	2	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
WiFi	15	83,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outro	2	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

1.1.3. Respostas Sociais

Denomina-se valência a resposta social desenvolvida no interior ou a partir de um equipamento social. Deste modo, mais do que analisar o número de equipamentos sociais, importa analisar a quantidade e a diversidade das valências existentes, as quais, progressivamente, se têm vindo a ajustar à evolução das necessidades sociais.

Numa perspetiva global, verifica-se que os 17 equipamentos sociais existentes no Município de Alvaiázere integram 26 valências, reforçando a tendência progressiva de um equipamento social abranger várias respostas sociais.

1.1.3.1. Distribuição das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária

A esmagadora maioria das valências existentes no município de Alvaiázere pertencem à rede solidária (21), sendo que a rede pública e a rede lucrativa disponibilizam 3 e 2 respostas, respetivamente (Quadro 63 e Figura 71). Nas entidades públicas sem fins lucrativos, as respostas são totalmente direcionadas para a valência de Educação Pré-escolar, enquanto a rede privada dá respostas ao nível da valência Estrutura Residencial para Idosos.

No que se refere às respostas sociais vocacionadas para Crianças e Jovens se encontra associada a Centros de Atividades de Tempos Livres (4), enquanto as valências de Creche e Estabelecimento de Educação Pré-escolar, apresentam uma oferta mais reduzida, com 2 e 2 respostas, respetivamente.

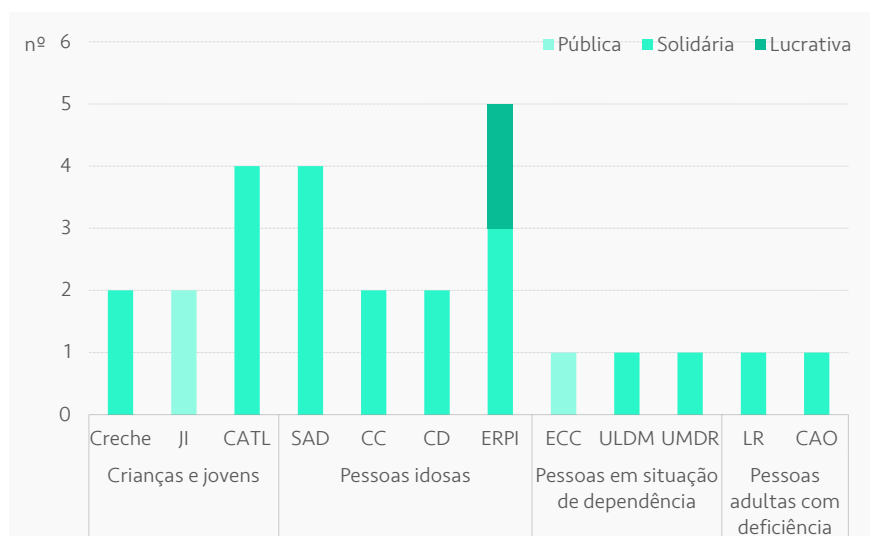
Relativamente às respostas sociais destinadas a Pessoas Idosas observa-se que a maioria das valências são de Estrutura Residencial para Idosos (5), Serviço de Apoio Domiciliário (4), Centro de Dia (2) e Centro de Convívio (2). As duas entidades lucrativas existentes no Município dizem respeito a Estrutura Residencial para Idosos.

No que diz respeito às Pessoas em situação de dependência existem três respostas sociais, designadamente Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) e Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR). Por último, existem duas respostas para Pessoas adultas com deficiência, designadamente Lar Residencial e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.

Quadro 63. Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por população-alvo e tipo.

Área de intervenção	Grupo-alvo	Resposta Social	Rede			Total
			Pública	Solidária	Lucrativa	
Infância e Juventude	Crianças e jovens	Creche	0	2	0	2
		Jl	2	0	0	2
		CATL	0	4	0	4
População Adulta	Pessoas idosas	SAD	0	4	0	4
		CC	0	2	0	2
		CD	0	2	0	2
		ERPI	0	3	2	5
	Pessoas em situação de dependência	ECC	1	0	0	1
		ULDM	0	1	0	1
		UMDR	0	1	0	1
	Pessoas adultas com deficiência	LR	0	1	0	1
		CAO	0	1	0	1
	Total do município			3	21	2

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 71. Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por população-alvo e tipo.

1.1.3.2. Distribuição das respostas sociais segundo a população-alvo

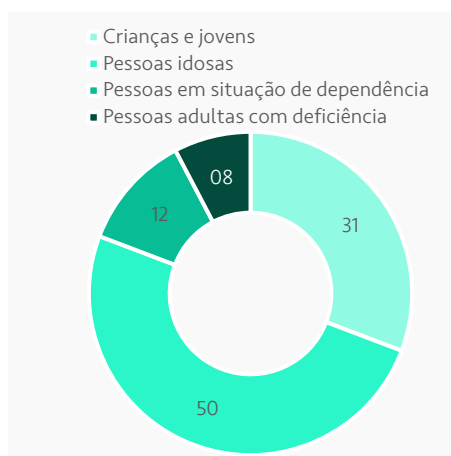
A análise da distribuição das valências⁹ permite observar que a maioria é dirigida à população-alvo População Adulta, mais concretamente ao grupo-alvo População Idosa (50%), muito em virtude da expressividade que o fenómeno de envelhecimento demográfico manifesta neste território. Desta forma, predominam as valências de Estrutura Residência para Idosos (ERPI) com 19% das respostas, sendo que 2 equipamentos se localizam na freguesia de Alvaiázere e 3 na freguesia de Maçãs de Dona Maria. E as valências de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) com 15% das respostas, sendo que todas as freguesias possuem 1 equipamento desta natureza, com exceção da freguesia de Pelmá. As valências da População Adulta ainda se subdividem em mais dois grupos-alvo: as Pessoas em situação de dependência (11,5%) e as Pessoas Adultas com Deficiência (7,7%), que assumem os valores menos expressivos. No que concerne à população-alvo Infância e Juventude, mais concretamente, Crianças e Jovens com 30,8% das respostas, onde predominam as valências de Atividades de Tempos Livres (ATL) (15%), sendo que 2 equipamentos se localizam na freguesia de Alvaiázere, 1 na freguesia de Maçãs de Dona Maria e 1 na freguesia de Pussos São Pedro. Seguidamente a valência de Jardim de Infância (JI) (8%) e a Creche (7%) (Quadro 64 e Figuras 72 e 73).

⁹ O total de valências segundo a população-alvo e tipo de valência não corresponde ao total dos equipamentos sociais, isto porque existem equipamentos sociais que desenvolvem mais do que um tipo de valência para a mesma ou diferentes populações-alvo, estando, neste caso, contabilizados mais do que uma vez.

Quadro 64. Distribuição das respostas sociais, segundo a população-alvo e tipo, por freguesia.

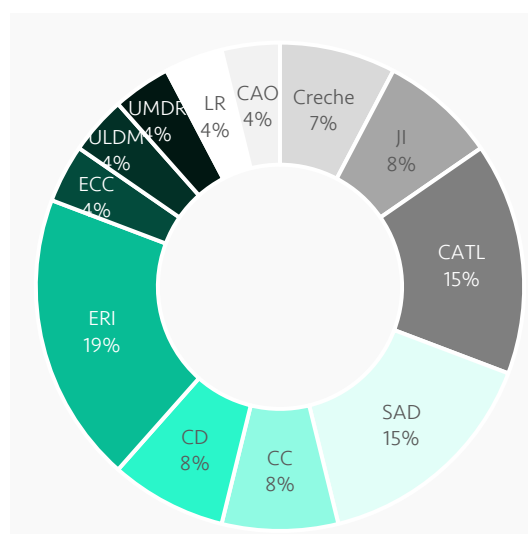
Quadro 84. Distribuição das respostas sociais, segundo a população-alvo e tipo, por freguesia.								
População -alvo/valências			Almoster	Alvaiázere	Maçãs de Dona Maria	Pelmá	Pussos São Pedro	Total do município
Equipamentos sociais			1	9	6	0	1	17
Infância e Juventude	Crianças e jovens	Creche	0	1	1	0	0	2
		Jl	0	1	1	0	0	2
		ATL	0	2	1	0	1	4
População Adulta	Pessoas idosas	SAD	1	1	1	0	1	4
		CC	0	0	1	0	1	2
		CD	1	1	0	0	0	2
	Pessoas em situação de dependência	ERI	0	2	3	0	0	5
		ECC	0	1	0	0	0	1
		ULDM	0	1	0	0	0	1
		UMDR	0	1	0	0	0	1
	Pessoas adultas com deficiência	LR	0	1	0	0	0	1
		CAO	0	1	0	0	0	1
Total			2	13	8	0	3	26

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 72. Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo.

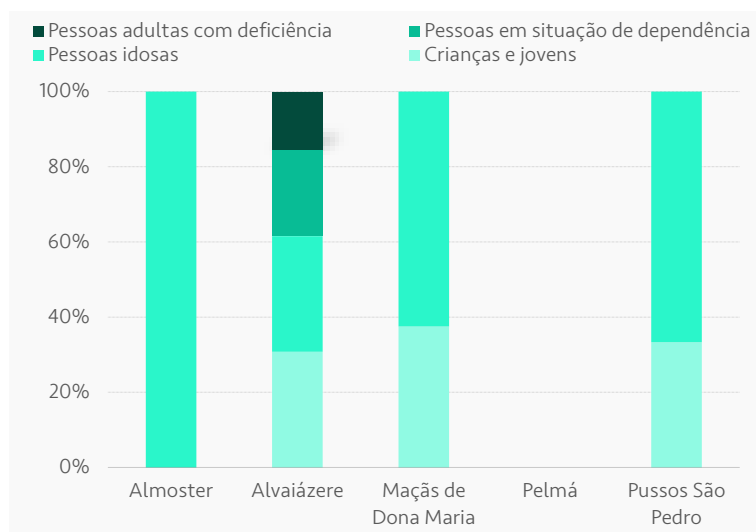


Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 73. Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo.

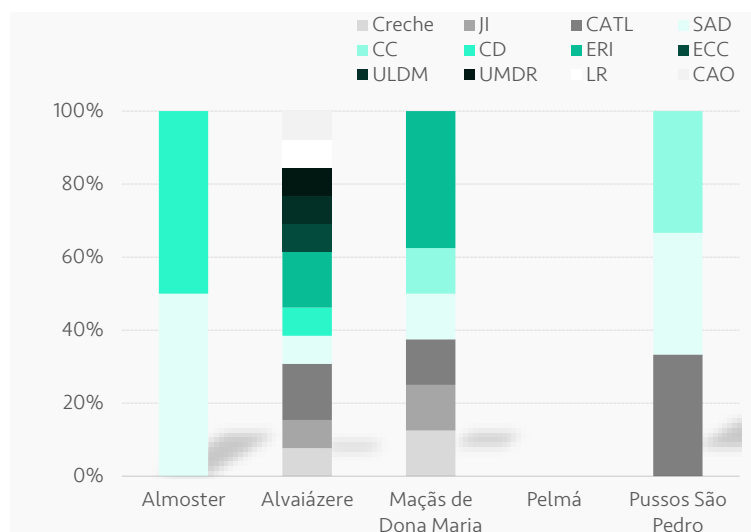
A análise da distribuição das respostas sociais pelo território municipal revela que apenas a freguesia de Alvaiázere apresenta valências destinadas a todos os grupos-alvo (Figura 74). Por outro lado, será de referir que a freguesia de Almoester apenas disponibiliza respostas vocacionadas para pessoas idosas e a freguesia de Pelmá não apresenta qualquer tipo de resposta.

Considerando o somatório das respostas sociais por freguesia, destaca-se claramente a freguesia de Alvaiázere e Maçãs de Dona Maria, onde a oferta é bastante abrangente, enquanto inversamente as freguesias de Almoester e Pussos São Pedro apresentam uma reduzida variedade de valências e a freguesia de Pelmá não apresenta qualquer tipo de valência (Figura 75). Da análise da distribuição dos diferentes tipos de valências, mais uma vez se observa que é na freguesia de Alvaiázere que se encontravam em funcionamento o maior número de valência por tipologia (9). Segue-se a freguesia de Maçãs de Dona Maria com 6 tipos de valências diferenciados. Com uma menor representatividade a freguesia de Pussos São Pedro apresenta apenas 3 valências e a freguesia de Almoester apenas 2, nomeadamente Estabelecimento Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD) e Centro do Dia (CD). Com especial atenção para as valências de Pessoas em situação de dependência e Pessoas adultas com deficiência que apenas se encontram presentes na freguesia de Alvaiázere.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 74. Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.

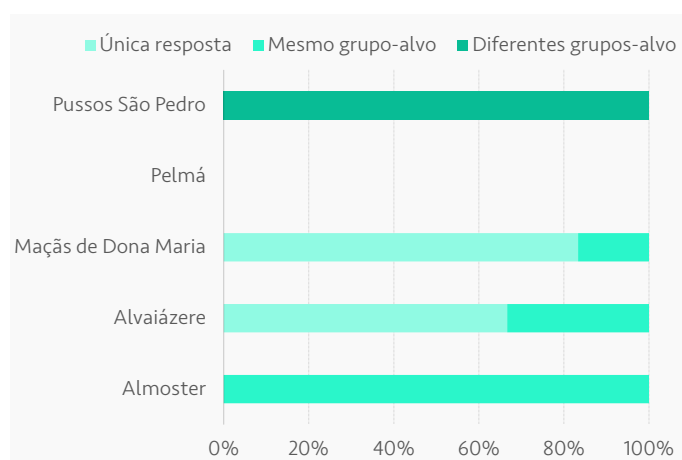


Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 75. Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, por freguesia.

1.1.3.3. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social

A análise do modo de inserção das respostas sociais no equipamento social no município de Alvaiázere revela que dos 17 equipamentos sociais as freguesias de Pussos São Pedro e Almoester apresentam uma resposta direcionada para diferentes grupos-alvo. A freguesia de Pelmá não apresenta qualquer tipo de resposta pois não possui nenhum equipamento social, tal como já foi referido. As freguesias de Maças de Dona Maria e Alvaiázere são as que apresentam uma maior variedade de respostas, pois são, também, são as que dispõem um maior número de valências. Desta forma, a freguesia de Maças de Dona Maria apresenta 5 únicas respostas e 1 direcionada para o mesmo grupo-alvo, já a freguesia de Alvaiázere possui 6 únicas respostas e 3 direcionadas para o mesmo grupo-alvo (Figura 76).

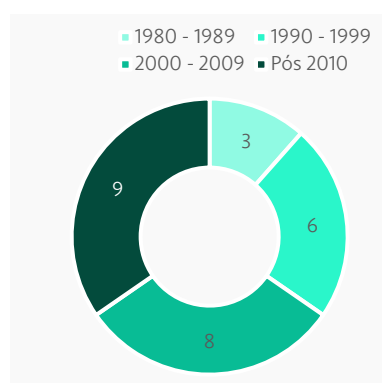


Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 76. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social.

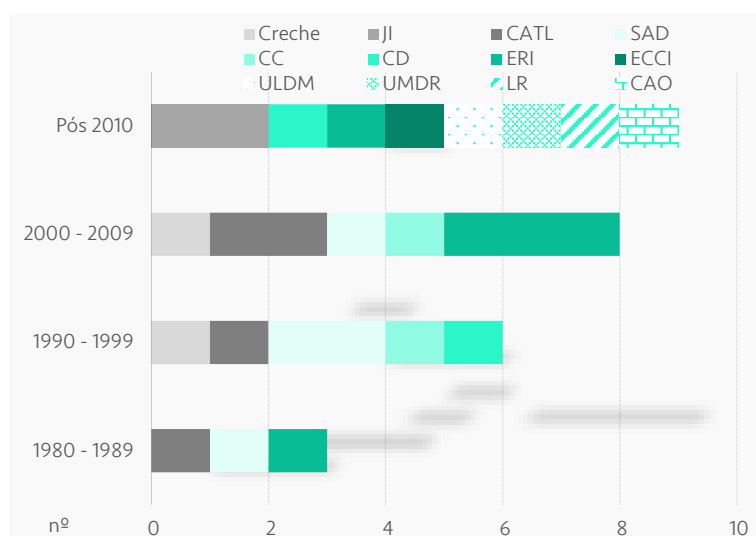
1.1.3.4. Início de funcionamento das respostas sociais

Analisando a data de entrada em funcionamento das diferentes respostas sociais presentes no município verifica-se que 1979 não existia nenhuma valência, sendo apenas no período decorrente entre os anos de 1980 e 1989 que surgiram as primeiras valências (3), nomeadamente Centro de Atividades para Tempos Livres (CATL), Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD) e Estrutura Residencial para Idosos (Figura 72 e 73). No período seguinte (1990-1999) surgem mais 6 valências, nomeadamente a Creche, um Centro de Atividades para Tempos Livres, dois Serviços de Apoio ao Domicílio, um Centro de Convívio e um Centro do Dia. No período seguinte, designadamente 2000-2009 entram em funcionamento mais 8 valências, sendo de destacar dois novos CATL e três ERI. No último período em análise, pós 2010, verifica-se o maior aumento de valências, com a entrada em funcionamento de mais 9 valências no município de Alvaiázere, designadamente 2 JI, 1 CD, 1 ERI, 1 ECCI, 1 ULDM, 1 UMDR, 1 LR e 1 CACI. Este período destaca-se pela entrada em funcionamento de valências maioritariamente direcionadas para Pessoas em situação de dependência e para Pessoas adultas com deficiência (Figura 77 e 78).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 77. Início de funcionamento das respostas sociais.



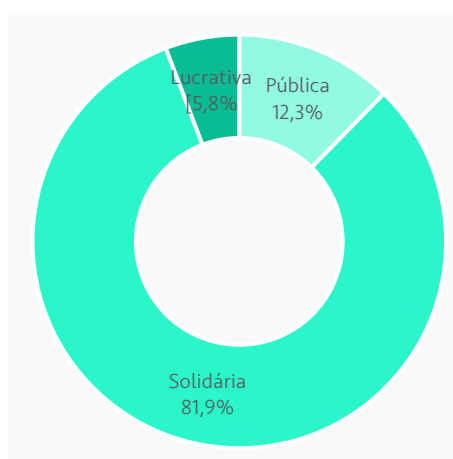
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 78. Início de funcionamento das respostas sociais.

1.1.3.5. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais segundo a população-alvo

No que diz respeito à capacidade de respostas sociais segundo a natureza jurídica denota-se que a sua maioria pertence à rede solidária (81,9%), seguindo-se a rede pública (12,3%) e a lucrativa (5,8%) (Figura 79).

Da análise da capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das valências segundo o grupo-alvo, constata-se que, no grupo-alvo Crianças e Jovens, a capacidade (379) é superior à frequência (283) mas também é superior à lotação do acordo (223), ao número de utentes com acordo (184) e ao número de utentes sem acordo (99). No grupo-alvo das pessoas idosas constata-se uma situação semelhante, mas com valores mais elevados. Neste sentido a capacidade (471) é superior à frequência (396) que por sua vez é superior à lotação do acordo (385) e ao número de utentes com acordo (337), ainda que existam alguns utentes sem acordo (59) o valor é inferior aos restantes. No grupo-alvo pessoas em situação de dependência verifica-se que a capacidade (29) é igual à frequência (29), não ocorrendo discrepância entre a lotação de acordo (29) ou no número de utentes com acordo (29). No grupo-alvo pessoas adultas com deficiência denota-se que a capacidade (54) é superior à frequência (53) mas esta também é superior à lotação de acordo (50) já o número de utentes com acordo (53) é superior à lotação de acordo. Tanto no grupo-alvo de pessoas em situação de dependência como no de pessoas adultas com deficiência devido aos valores serem muito semelhantes não existem utentes sem acordo (0) (Figura 80 e 81).



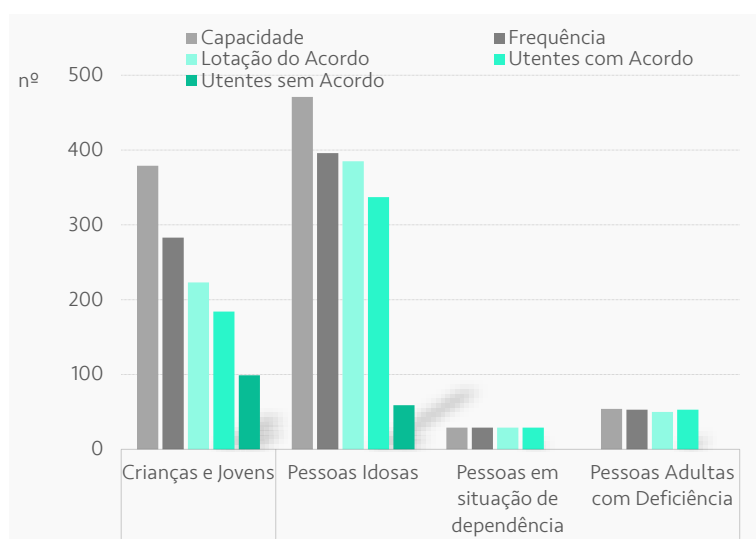
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 79. Capacidade das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária.

Quadro 65. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo.

Área de intervenção	Grupo-alvo	Capacidade	Frequência	Lotação do Acordo	Utentes com Acordo	Utentes sem Acordo
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	379	283	223	184	99
	Pessoas Idosas	471	396	385	337	59
População Adulta	Pessoas em situação de dependência	29	29	29	29	0
	Pessoas Adultas com Deficiência	54	53	50	53	0
Total do Município		933	761	687	603	158

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 80. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo.

Quadro 66. Rede de serviços e equipamentos sociais.

Freguesia	Entidade proprietária	Rede	Equipamento	Resposta social	Público-alvo	Área de intervenção
Almoster	Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoster	Solidária	Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoster	Centro de Dia	Pessoas idosas	População adulta
				Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas idosas	População adulta
	Administração Regional de Saúde do Centro, IP	Pública	Centro de Saúde de Alvaiázere	Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)	Pessoas em Situação de Dependência	População adulta
	Agrupamento de Escolas de Alvaiázere	Pública	EB Alvaiázere	Educação Pré-escolar	Crianças e jovens	Infância e juventude
	Cáritas Diocesana de Coimbra	Solidária	ATL EB2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira	Centro de Atividade de Tempos Livres	Crianças e jovens	Infância e juventude
Alvaiázere	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Alvaiázere	Solidária	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Alvaiázere	Centro de Atividade de Tempos Livres	Crianças e jovens	Infância e juventude
				Creche Santa Cecília	Crianças e jovens	Infância e juventude
	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere	Solidária	Lar Francisco Caetano da Silva	Centro de Dia	Pessoas idosas	População adulta
				Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Pessoas idosas	População adulta
				Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas idosas	População adulta
				Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	Pessoas em Situação de Dependência	População adulta
				Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	Pessoas em Situação de Dependência	População adulta
	Dani Cristina Marques Alves	Lucrativa	Centro de Apoio a Pessoas Idosas S. Jorge II	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Pessoas idosas	População adulta
	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere	Solidária	Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial da ACPA	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	População adulta
				Centro de Atividades Ocupacionais	Pessoas adultas com deficiência	População adulta
	Agrupamento de Escolas de Alvaiázere	Pública	EB Maças de Dona Maria	Educação Pré-escolar	Crianças e jovens	Infância e juventude
Maças de Dona Maria	Associação da Casa do Povo Maças de Dona Maria	Solidária	Lar de Idosos Dr. Álvaro Pinto Simões da Associação da Casa do Povo de Maças de Dona Maria	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Pessoas idosas	População adulta
				Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Pessoas idosas	População adulta
				Centro de Convívio	Pessoas idosas	População adulta
	Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva Maças de Dona Maria	Solidária	Creche da ACREDEM Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva Maças de Dona Maria	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas idosas	População adulta
				Creche	Crianças e jovens	Infância e juventude
				Centro de Atividade de Tempos Livres	Crianças e jovens	Infância e juventude
				Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Pessoas idosas	População adulta
Pussos São Pedro	Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Solidária	Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Centro de Atividade de Tempos Livres	Crianças e jovens	Infância e juventude
				Centro de Convívio	Pessoas idosas	População adulta
				Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas idosas	População adulta

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

1.2. Análise das Respostas Sociais por Grupo-Alvo

1.2.1. Infância e Juventude

Concluída uma trajetória histórica de contensão na compreensão da “imagem natural” da criança, entende-se, hoje, que a criança e o jovem são distintas de um adulto nas suas características, vulnerabilidades e fragilidades (Martins, 2005). Mais se reconhece que a progressiva aquisição de novas formas de perspetivar a infância, designadamente o (re)conhecimento das suas necessidades básicas, de estimulação para um desenvolvimento e crescimento saudáveis e de proteção, vem modificar determinadamente as atitudes e expectativas face à criança (Canha, 2017).

A mudança paradigmática na conceitualização da infância, com a reversão de conceções redutoras e simplistas da criança, vem ganhar novo fôlego e combustão em pleno século XX com a consagração da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), tendo a última sido ratificada por Portugal na Resolução da Assembleia da República nº 20/90, de 12 de setembro. Por tal,

cumprir-se a identificação do século XX como o século da criança por nele se verificar a sacralização e materialização de uma série de progressos resultantes de um sério investimento humanitário e científico na proteção da infância, que com "(...) a viragem do século exige a conceção de um novo paradigma de intervenção, marcado já não pela enunciação dos princípios, mas antes e sobretudo pela sua efetiva aplicação" (Xarepe, 2017, p. XXV; Tomé, 2012).

As sociedades contemporâneas mobilizam-se hoje pelo reconhecimento das necessidades específicas de crianças e jovens que se plurificam em diferentes domínios e dimensões: de saúde, "educacionais, sociais, ou ligadas a aspetos tão variados como a justiça, os tempos livres, desporto, arte, cultura, espaços livres, ambiente, ou outros bem mais amplos mas igualmente importantes como a educação para a paz, o combate à violência nos vários ecossistemas, a liberdade e os direitos civis, ou a espiritualidade (...)". (Cordeiro, 2015, p. 14).

A família contemporânea atribui ao século XXI, na sequência dos movimentos de modernização da sociedade portuguesa a partir do pós 25 de Abril (1974), a constatação de "uma vida familiar em mudança, [...] às vezes a um ritmo quase vertiginoso, aproximando os padrões demográficos e familiares dos que mais cedo se observaram noutras sociedades ocidentais" (Aboim, 2006, cit. por Pedroso & Branco, 2008). De acordo com Castells (2010, p. 2/3), "a fundamental redefinição of relationships between women, men and children has followed, and thus, of family, sexuality, and personality".

Atualmente, as sociedades ocidentais pautam-se pela desconstrução da família tradicional revertida na multiplicidade de modos de comunhão de vida e de experiências familiares, com repercussões também nas expectativas que as pessoas têm em relação aos outros (Giddens, 1999; Pedroso & Branco, 2008; Ferreira, 2011). Do conjunto de mutações familiares, descritas por Giddens (1999) como as que têm maior impacto na vida quotidiana, registam-se a desfragmentação das estruturas familiares clássicas, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a reversão na fertilidade, as novas perspetivas de parentalidade e o aumento dos divórcios (Esping-Andersen, 2016; Campanini, 2015).

Em Portugal, e atendendo ao período compreendido entre 2011 e 2017, a população entre os zero e os catorze anos de idade continua a registar decréscimos, particularizáveis para o Município de Alvaiázere (INE, 2018). De igual forma, os dados disponibilizados pelo INE (2018) demonstram para o mesmo período a constatação de uma redução percentual significativa na Taxa de Natalidade Bruta.

É, situados nesta consciência, que os Estados promovem equipamentos e serviços voltados para o desenvolvimento das competências educativas e promoção de espaços ocupacionais e lúdicos das crianças, consciencializados da imperatividade de supervisão e garantia de segurança das crianças e jovens nos momentos em que os pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto se encontrem indisponíveis. Os equipamentos, identificados subsequentemente, prospetivam o "apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares" (Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2018, p. 29).

Apense-se que, conforme estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), cumpre aos pais ou representantes legais a responsabilidade de educar e garantir o desenvolvimento das crianças, não obstante a que seja função do Estado “uma assistência adequada aos pais e representantes legais da criança no exercício da responsabilidade que lhes cabe de educar a criança e garantem o estabelecimento de instituições, instalações e serviços de assistência à infância” (Assembleia Geral nas Nações Unidas, 1989, p.13). Mais se acrescenta que é dever do Estado a concessão de serviços e instalações de assistência às crianças, cujos pais trabalhem (Assembleia Geral nas Nações Unidas, 1989).

Face a mudanças profundas e revolucionárias na estrutura e organização demográfica em Portugal e aos compromissos internacionais de prossecução comum, as respostas sociais orientadas para a Infância e Juventude constituem um papel fulcral na vida social e comunitária por cumprirem o papel de acompanhamento e supervisão das crianças e jovens, no horário laboral dos progenitores, e contribuir para a respetiva trajetória educacional, desenvolvimental e de socialização. Em Portugal a taxa de fecundidade é uma das mais baixas da União Europeia, tendo sido a descida mais rápida do que na maioria dos países europeus, chegando mesmo a ultrapassar os valores médios dos países vizinhos.

Na realidade, nos últimos anos tem-se assistido a um reforço das medidas sociais dirigidas à Infância e Juventude, especialmente no que se refere à Educação Pré-Escolar e à escolaridade obrigatória, mas ainda é longo o caminho a percorrer. A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude encontra-se dividida em três grupos-alvo, nomeadamente Crianças e Jovens, Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo, cada um com respostas específicas.

No caso particular do Município de Alvaiázere, a análise pormenorizada da distribuição das respostas sociais¹⁰ destinadas à população-alvo Infância e Juventude revela que o total de 8 respostas sociais se distribuem por creche (2), estabelecimento de educação pré-escolar (2) e CATL (4). A sua distribuição territorial permite observar que a concentração mais expressiva de respostas direcionada para esta área de intervenção se encontra localizada nas freguesias de Alvaiázere (4) e Maçãs de Dona Maria (3). Numa situação diametralmente oposta encontram-se as freguesias de Almoester e Pelmá, já que ambas não disponibilizam qualquer resposta destinada à Infância e Juventude. Verifica-se ainda que a freguesia de Pussos de São Pedro detém apenas uma resposta social (Quadro 67 e Figura 81).

Particularizando um pouco mais a análise, destaca-se que na resposta de creche as freguesias de Alvaiázere e Maçãs de Dona Maria são as únicas que integram 1 equipamento. No que diz respeito aos estabelecimentos de educação pré-escolar, os valores registados são exatamente iguais à reposta de creche, sendo, portanto, as freguesias de Alvaiázere e Maçãs de Dona Maria representadas por apenas 1 equipamento. Finalmente, no que se refere ao Centro de Atividades de Tempos Livres esta encontra-se representada em todas as freguesias com exceção de Almoester e Pelmá, que como já referido não apresentam qualquer resposta destinada à Infância e Juventude. O valor mais significativo observa-se na freguesia de Alvaiázere (2).

¹⁰ Ao longo deste relatório, os termos “valência” e “resposta social” são utilizados indiscriminadamente.

Quadro 67. Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.

Freguesias	Infância e Juventude			Total
	Crianças e Jovens			
	Creche	JI	CATL	
Almoster	0	0	0	0
Alvaiázere	1	1	2	4
Maças de Dona Maria	1	1	1	3
Pelmá	0	0	0	0
Pussos São Pedro	0	0	1	1
Total do Município	2	2	4	8

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

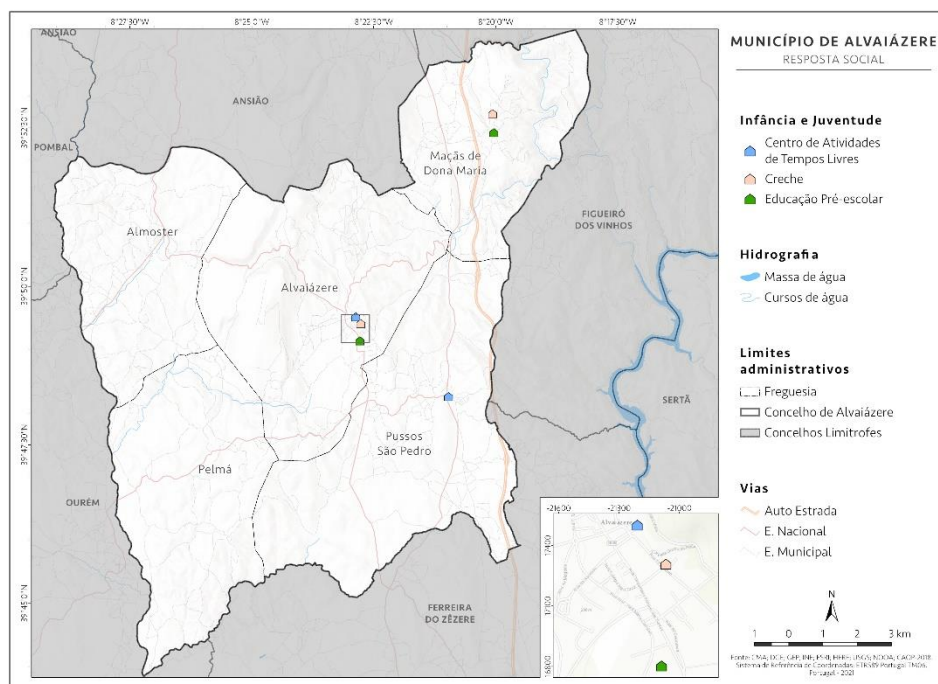


Figura 81. Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.

1.2.1.1. Crianças e Jovens

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, cabe aos pais a principal responsabilidade comum de educar a criança, e o Estado deve ajudá-los a exercer esta responsabilidade. O Estado deve conceder uma ajuda apropriada aos pais na educação dos filhos. As respostas existentes para o grupo-alvo Crianças e Jovens são: Ama, Ama (Creche Familiar), Creche, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres.

1.2.1.1.1. Creche

A Creche corresponde a uma “resposta social de natureza socioeducativa para acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período de impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto” (Direção-Geral da Segurança Social, 2018-a, p.17).

O Município de Alvaiázere disponibiliza 2 equipamentos sociais afetos à valência de Creche, sendo pertencentes à rede solidária (Quadro 68 e Figuras 82 e 83). Globalmente,

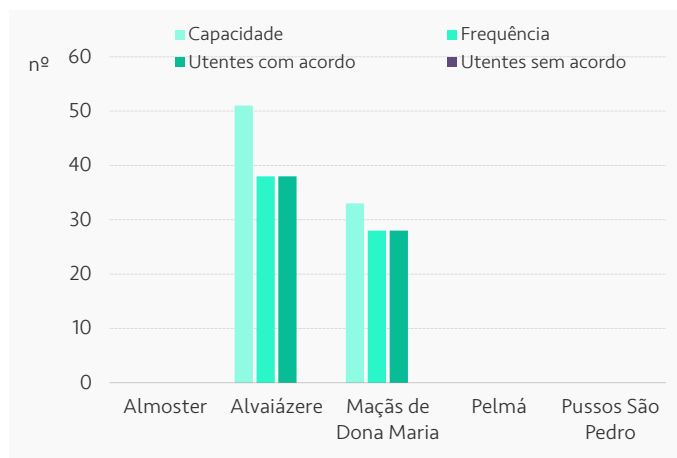
esta valência apresenta uma capacidade (84) ligeiramente superior à frequência (66), o que se traduz por uma taxa de utilização global de 85,7%. De referir, ainda, a existência de 6 crianças em lista de espera no ano letivo 2020-21.

Uma análise mais pormenorizada permite-nos perceber que esta resposta social, como já referido anteriormente, é frequentada por um total de 66 crianças, sendo que 38 frequentam a Creche Santa Cecília, localizada na freguesia de Alvaiázere e 29 pertencem à Creche ACREDEM, situada na freguesia Maçãs de Dona Maria.

Quadro 68. Caracterização geral da resposta social de creche.

Freguesias	Respostas sociais (nº)			Capacidade (nº)			Frequência (nº)			Com acordo (nº)	Sem acordo (nº)	Taxa de utilização (%)			Lista de espera (nº)		
	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa			Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa
Almoster	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alvaiázere	-	1	-	-	51	-	-	38	-	38	0	-	74,5	-	-	6	-
Maçãs de Dona Maria	-	1	-	-	33	-	-	28	-	28	0	-	84,8	-	-	0	-
Pelmá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pussos São Pedro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	0	2	0	0	84	0	0	66	0	66	0	0	79	0	0	6	0
Total do município	2				84			66		66	0		85,7			6	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 82. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de creche.

Uma análise por freguesia permite observar que as freguesias de Almoster, Pelmá e Pussos São Pedro não disponibilizam esta resposta social. Já em Alvaiázere e Maçãs de Dona Maria existe 1 resposta social de creche em cada uma delas e ambas da rede solidária. No que respeita às taxas de utilização verifica-se o valor mais significativo é observado na freguesia de Maçãs de Dona Maria (84,8%), seguindo-se a freguesia de Alvaiázere com 74,5%.

Denota-se que a maioria das 66 crianças que integram esta resposta são do sexo masculino (37), e que há o predomínio das crianças com 2/3 anos (36), já que as crianças que integram o berçário são em número mais reduzido, designadamente 6 utentes (Figura 84).

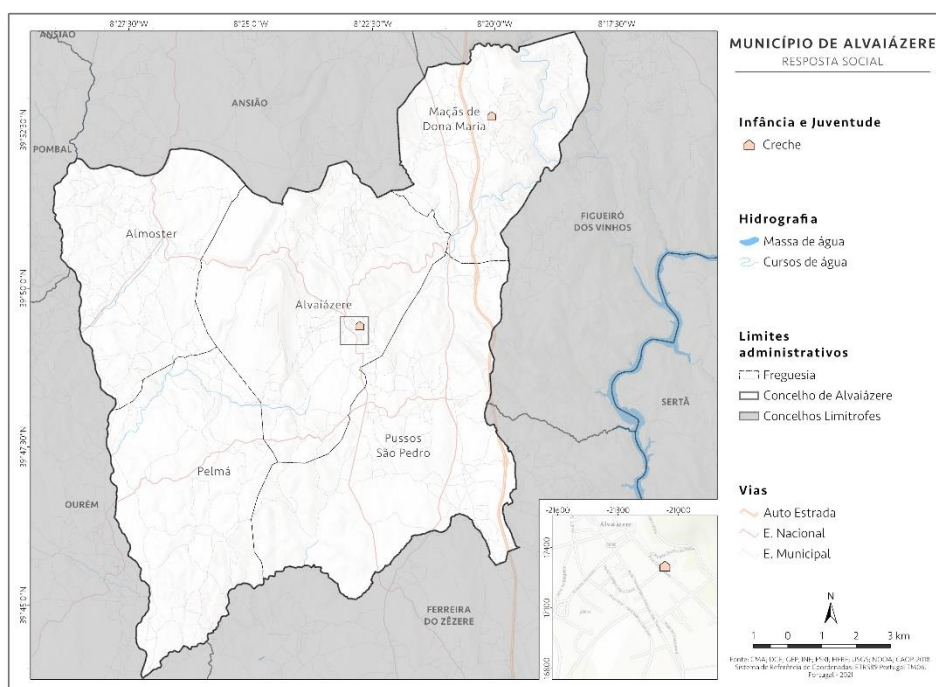
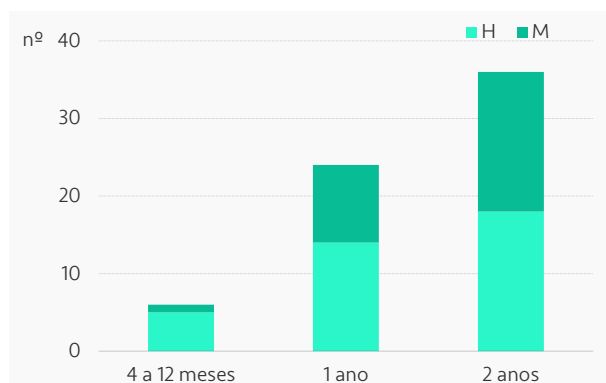


Figura 83. Distribuição da resposta social de Creche.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 84. Caracterização da população utente da resposta social de creche.

No que diz respeito à área de residência dos utentes na Creche Santa Cecília é possível observar que um elevado número de crianças são oriundas da freguesia de Alvaiázere (20), destacando-se, de igual modo, as freguesias de Almôster (6), e Pussos São Pedro (5), embora com valores mais reduzidos (Quadro 69).

Já na Creche ACREDEM verifica-se que o maior número das crianças é proveniente da freguesia Maças de Dona Maria (10), seguindo-se a freguesia de Alvaiázere (6).

De referir o facto de se encontrarem inscritas 15 crianças provenientes de outros municípios, valor que poderá estar relacionado com deslocações por motivos laborais dos pais e encarregados de educação.

Quadro 69. Freguesias de residência da população utente da resposta social creche.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	Creche Santa Cecília	Alvaiázere	20
		Almoster	6
		Pussos São Pedro	5
		Total do Município de Alvaiázere	31
		Ansião	2
		Figueiró dos Vinhos	1
		Leiria	2
		Ourém	1
		Tomar	1
		Total de outros Municípios	7
Total		38	
Maçãs de Dona Maria	Creche da ACREDEM	Alvaiázere	6
		Maçãs de Dona Maria	10
		Pussos São Pedro	4
		Total do Município de Alvaiázere	20
		Ansião	2
		Ferreira do Zêzere	1
		Figueiró dos Vinhos	4
		Penela	1
		Total de outros Municípios	8
Total		28	
Total do município		51	
Total de utentes		66	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Das 2 respostas sociais de creche existentes em território municipal verifica-se que 2 apresentam acordos de cooperação típicos, com uma lotação máxima para 68 utentes, sendo que as duas valências apresentam como fonte de financiamento os acordos com a Segurança Social e as mensalidades pagas pelos utentes (Quadro 70).

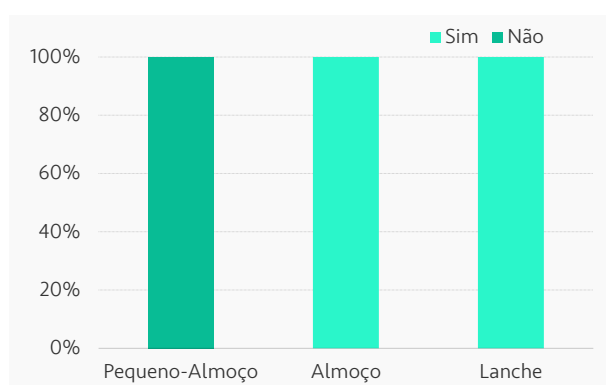
Quadro 70. Fontes de financiamento da resposta social de creche.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)
Fonte de financiamento	Acordos	2
	Mensalidades	2
	Outras Fontes	-
Acordo de cooperação	Típico	2
	Atípico	-
	Gestão	-
	Não aplicável	-
	Lotação do Acordo	68

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

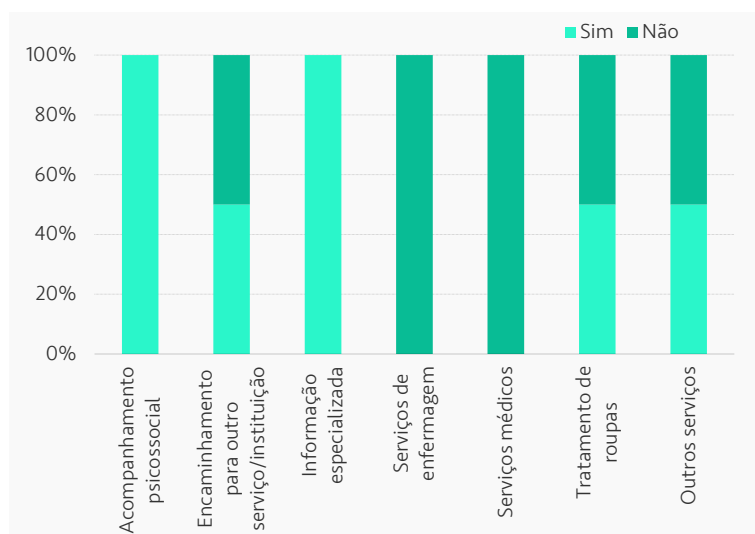
Em relação aos serviços prestados pela resposta social de creche e possível observar que na totalidade dos equipamentos existe serviço de almoço e lanche, enquanto o pequeno-almoço não é disponibilizado em nenhum equipamento (Figura 85).

Por outro lado, e no que se refere ao outro tipo de serviços prestados pela resposta social, verifica-se que a totalidade dos equipamentos disponibiliza acompanhamento psicossocial (2) e informação especializada (2). Por outro lado, é também possível observar que um dos equipamentos efetua encaminhamento para outro serviço/instituição (1), tratamento de roupas (1) e outros tipos de serviços (1) (Figura 86).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 85. Existência de serviços de refeição na resposta social de creche.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 86. Existência de outros serviços na resposta social de creche.

1.2.1.1.2. Estabelecimento de educação pré-escolar

O Estabelecimento de Educação Pré-Escolar funciona enquanto “resposta social orientada para o desenvolvimento de crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família” (Direção-Geral da Segurança Social, 2018-a, p. 18).

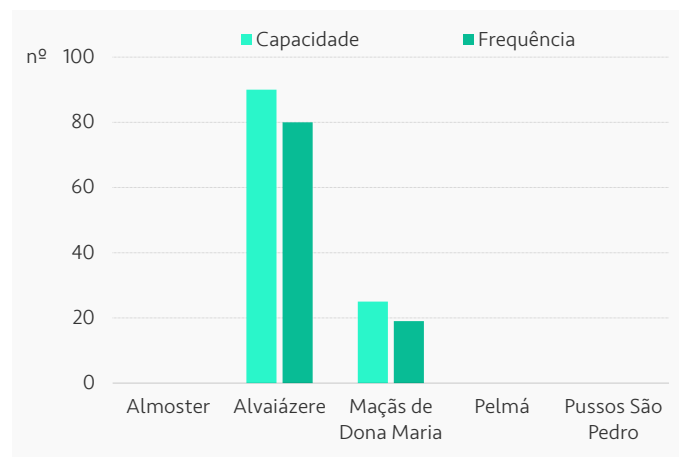
A análise dos equipamentos que ministram a resposta de educação pré-escolar no Município de Alvaiázere revela a existência de 2 respostas que integram a rede pública, designadamente a EB Alvaiázere, localizada na freguesia de Alvaiázere e a EB Maças de Dona Maria localizada na freguesia de Maças de Dona Maria (Quadro 71 e Figuras 87 e 88). De referir que, conjuntamente, esta resposta apresenta uma capacidade para 115 utentes, ainda que a frequência seja de apenas 99 crianças, significando uma taxa de utilização de 86,1%. De referir, ainda, a inexistência de crianças em lista de espera.

Por outro lado, e considerando as taxas de utilização por freguesia, verifica-se que o valor mais expressivo surge associado ao equipamento da freguesia de Alvaiázere, com uma taxa de 88,9%. Importa referir ainda, que a freguesia de Maças de Dona Maria apresenta uma taxa de 76%.

Quadro 71. Caracterização geral da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.

Freguesias	Respostas sociais (nº)			Capacidade (nº)			Frequência (nº)			Com acordo (nº)	Sem acordo (nº)	Taxa de utilização (%)			Lista de espera (nº)		
	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa			Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa
Almoster	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alvaiázere	1	-	-	90	-	-	80	-	-	-	-	88,9	-	-	0	-	-
Maças de Dona Maria	1	-	-	25	-	-	19	-	-	-	-	76,0	-	-	0	-	-
Pelmá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pussos São Pedro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2	0	0	115	0	0	99	0	0	0	0	86	0	0	0	0	0
Total do município	2			115			99			0	0	86,1			0		

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 87. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.

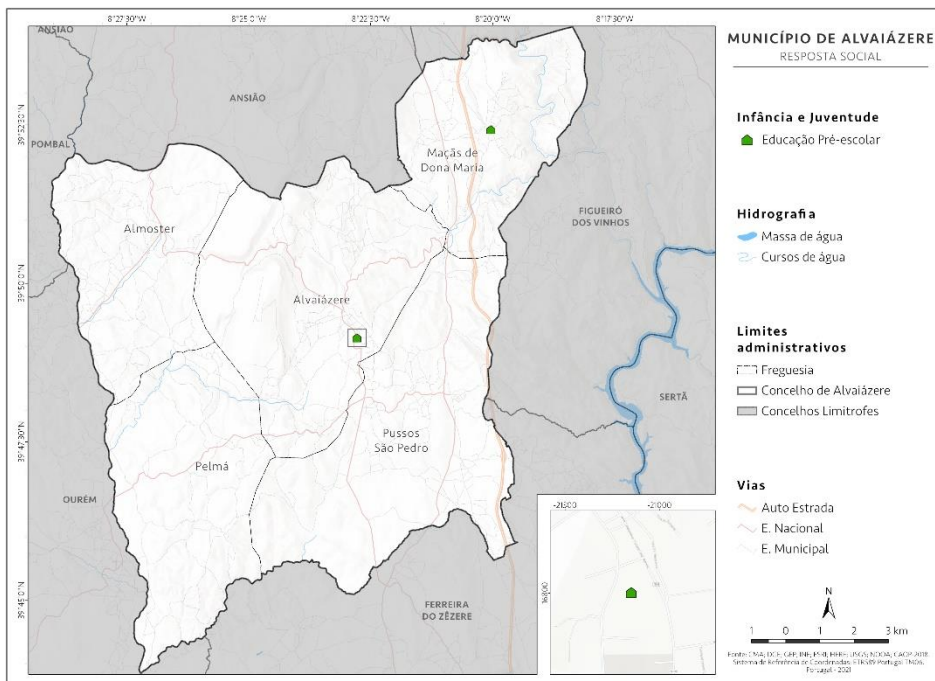
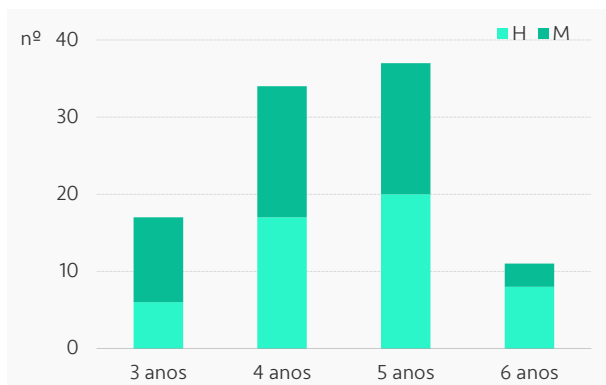


Figura 88. Distribuição da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.

No que diz respeito à frequência verifica-se que do total de 99 utentes que integram esta valência, é possível observar que 51 são do sexo masculino, enquanto 48 são do sexo feminino, sendo que os valores mais significativos são registados nos 4 e 5 anos, com 34 e 37 utentes, respetivamente (Figura 89).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 89. Caracterização da população utente da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.

Relativamente à freguesia de residência das crianças que frequentam a valência de Educação pré-escolar na Escola Básica de Alvaizere, verifica-se que a freguesia que apresenta o número mais elevado de crianças é Alvaizere (37), seguindo-se as freguesias de Pussos São Pedro (25), Almoster (7), Mações Dona Maria (2) e Pelamá (1). Apesar disto, verifica-se que o valor de utentes provenientes de outros municípios também se apresenta bastante elevado (8). Esta situação, tal como referido anteriormente poderá ser justificada pelas deslocações por motivos laborais dos pais.

Tendo em conta a Escola Básica de Maçãs de Dona Maria observa-se que o maior número de crianças é oriunda da freguesia Maçãs de Dona Maria (15), seguindo-se a freguesia de Alvaiázere (4) (Quadro 72).

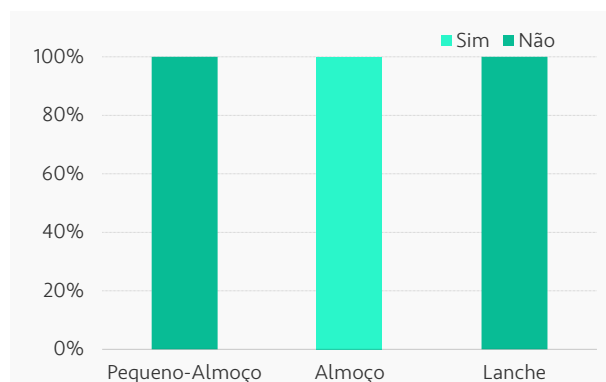
As crianças residentes nas freguesias que não disponibilizam este tipo de valência, designadamente Almoster, Pelmá e Pussos São Pedro, encontram-se inscritas em Estabelecimentos de Educação Pré-escolar de freguesias vizinhas.

Quadro 72. Freguesias de residência da população utente da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-Escolar.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	Escola Básica de Alvaiázere	Alvaiázere	37
		Almoster	7
		Maçãs de Dona Maria	2
		Pelmá	1
		Pussos São Pedro	25
		Total do Município de Alvaiázere	72
		Ferreira do Zêzere	4
		Figueiró dos Vinhos	1
		Ourém	1
		Penela	1
		Tomar	1
		Total de outros Municípios	8
		Total	80
Maçãs de Dona Maria	Escola Básica de Maçãs de Dona Maria	Alvaiázere	3
		Maçãs de Dona Maria	15
		Total do Município de Alvaiázere	18
		Figueiró dos Vinhos	1
		Total de outros Municípios	1
		Total	19
Total do município			90
Total de utentes			99

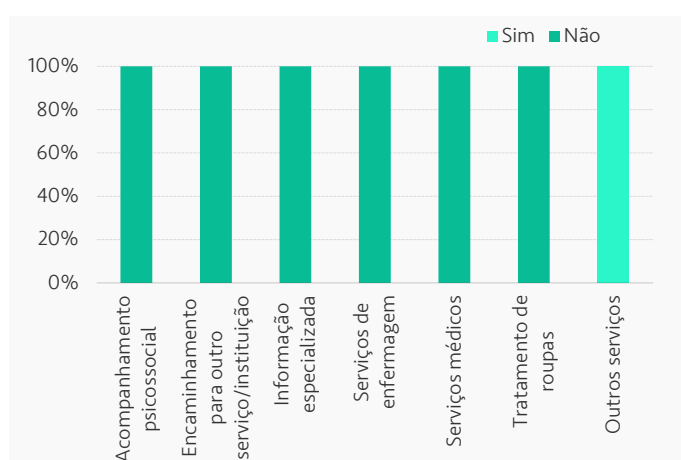
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Em relação às refeições é possível observar que apenas existe o serviço de almoço nos dois equipamentos (Figura 90). Por outro lado, e no que se refere ao outro tipo de serviços prestados pela resposta (Figura 91), verifica-se que a totalidade dos equipamentos não disponibiliza a maior parte dos serviços elencados.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 90. Existência de serviços de refeição na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 91. Existência de outros serviços na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.

1.2.1.1.3. Centro de atividades de tempos livres

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) constitui uma “resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos seis anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades (desporto, biblioteca, ludotecas, ateliers de expressão, cineclubes, clubes de fotografia e quintas pedagógica)” (Direção-Geral da Segurança Social, 2018-a, p. 18).

Da análise da resposta social de centro de atividades de tempos livres análise é possível observar que em território municipal são disponibilizados 4 CATL, os quais, na sua totalidade, integram a rede solidária (Quadro 73 e Figuras 92 e 93).

Fazendo uma análise mais pormenorizada quanto à resposta do Centro de Atividades de Tempos Livres verifica-se que está presente em 3 das 5 freguesias que integram o município de Alvaiázere, destacando-se a freguesia sede de município com 2 equipamentos afetos a esta resposta social. Detém um total de 103 utentes, estando estes distribuídos pelo ATL EB2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira (70) e pelo Centro Paroquial de Solidariedade

Social de Alvaiázere (33). Verifica-se, tal como esperado, que em ambos os equipamentos, a proveniência dos utentes advém maioritariamente de Alvaiázere.

Segue-se a freguesia Maçãs Dona Maria com um total de 9 utentes inscritos na Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva Maçãs de Dona Maria. A freguesia de Pussos São Pedro também apresenta um número muito reduzido de inscritos no Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos.

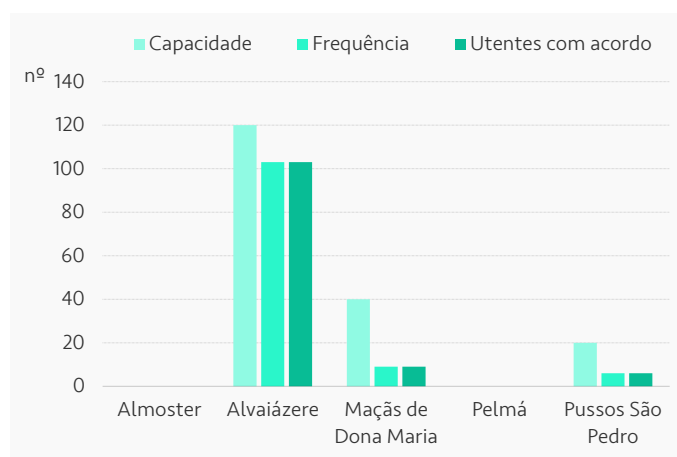
Em termos globais, esta resposta apresenta uma capacidade para 180 utentes, sendo que os valores associados à frequência ficam um pouco aquém, designadamente 118 utentes, o que traduz uma taxa de utilização de 65,6%. Por outro lado, verifica-se que a totalidade de utentes está abrangida pelo acordo, ou seja, 118 crianças/jovens. Nesta resposta deverá ser ainda referida a inexistência de uma lista de espera.

Quadro 73. Caracterização geral da resposta social de centro de atividades de tempos livres.

Freguesias	Respostas sociais (nº)			Capacidade (nº)			Frequência (nº)			Com acordo (nº)	Sem acordo (nº)	Taxa de utilização (%)			Lista de espera (nº)		
	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa			Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa
Almoster	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alvaiázere	-	2	-	-	120	-	-	103	-	103	-	-	85,8	-	-	0	-
Maçãs de Dona Maria	-	1	-	-	40	-	-	9	-	9	-	-	22,5	-	-	0	-
Pelmá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pussos São Pedro	-	1	-	-	20	-	-	6	-	6	-	-	30,0	-	-	0	-
Subtotal	0	4	0	0	180	0	0	118	0	118	0	-	65,6	-	-	0	-
Total do município	0	4	0	0	180	0	0	118	0	118	0	-	65,6	-	-	0	-

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

No que diz respeito à taxa de utilização é facilmente constatável que a freguesia de Alvaiázere se destaca com uma taxa de 85,8%, enquanto a freguesia de Maçãs de Dona Maria apresenta o valor mais reduzido, designadamente 22,5%. Por fim, na freguesia Pussos São Pedro denota-se um valor também baixo, apresentando uma taxa de 30%.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 92. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de centro de atividades de tempos livres.

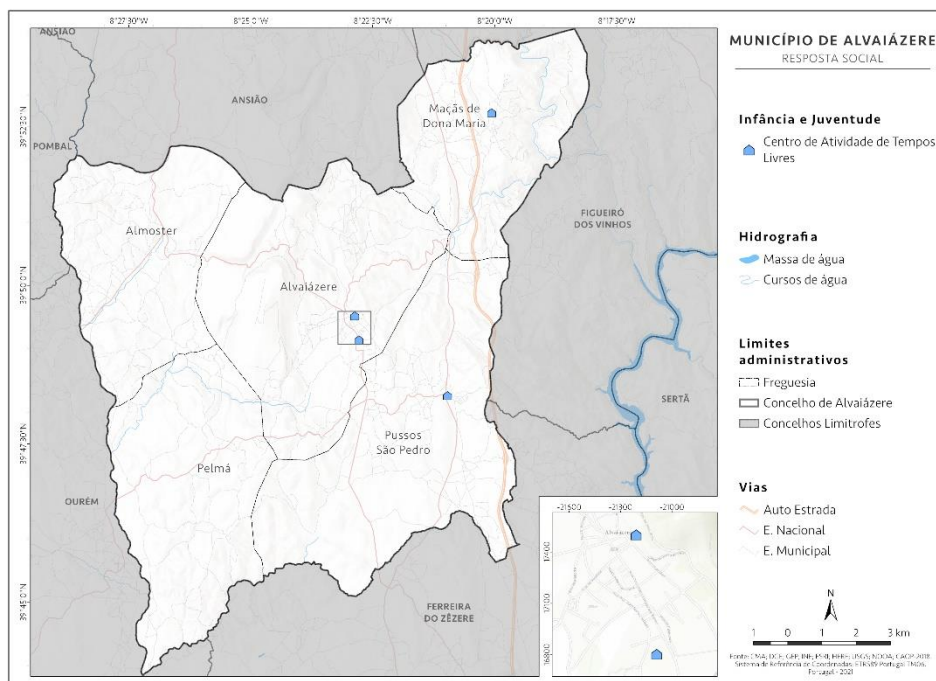


Figura 93. Distribuição da resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.

No que diz respeito à frequência verifica-se que do total de 118 utentes que integram esta valência, é possível observar que 60 são do sexo masculino, enquanto 58 são do sexo feminino, sendo que os valores mais significativos são registados na faixa etária dos 10 aos 14 anos, designadamente com 65 utentes (Figura 94).

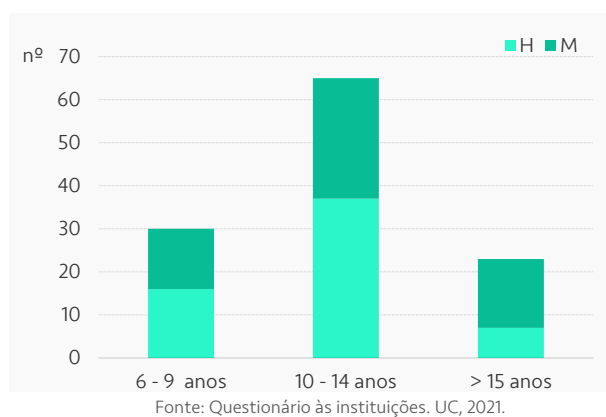


Figura 94. Caracterização da população utente da resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.

Fazendo uma análise mais pormenorizada quanto à resposta do Centro de Atividades de Tempos Livres verifica-se que a freguesia sede de município destaca-se com 2 equipamentos afetos a esta resposta social. Detém um total de 96 utentes, estando estes distribuídos pelo ATL EB2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira (63) e pelo Centro Paroquial de Solidariedade Social de Alvaiázere (33). Verifica-se, tal como esperado, que em ambos os

equipamentos, a proveniência dos utentes advém maioritariamente de Alvaiázere (Quadro 74).

A freguesia Mações Dona Maria apresenta um total de 9 utentes inscritos na Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva Mações de Dona Maria, e onde a sua proveniência é maioritariamente da mesma freguesia (6).

Das 4 respostas sociais de estabelecimento de CATL existentes em território municipal verifica-se que a totalidade apresenta acordos de cooperação, com uma lotação máxima para 155 utentes. Duas das valências apresentam como fonte de rendimento as mensalidades pagas pelos utentes. De referir ainda a existência de apenas uma resposta de um acordo de cooperação atípico, sendo que as restantes apresentam um acordo típico (Quadro 75).

Quadro 74. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Centro de Atividade de Tempos Livres.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	ATL EB2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira	Alvaiázere	32
		Almoester	3
		Maças de Dona Maria	3
		Pelmá	5
		Pussos São Pedro	20
		Total do Município de Alvaiázere	63
		Ansião	1
		Ferreira do Zêzere	3
		Figueiró dos Vinhos	3
		Total de outros Municípios	7
	Total	70	
	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Alvaiázere	Alvaiázere	33
		Total do Município de Alvaiázere	33
		Total	33
Maças de Dona Maria	Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva Maças de Dona Maria	Alvaiázere	1
		Maças de Dona Maria	6
		Total do Município de Alvaiázere	7
		Penela	2
		Total de outros Municípios	2
	Total	9	
Pussos São Pedro	Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Pussos São Pedro	6
		Total do Município de Alvaiázere	6
		Total	6
Total do município			109
Total de utentes			118

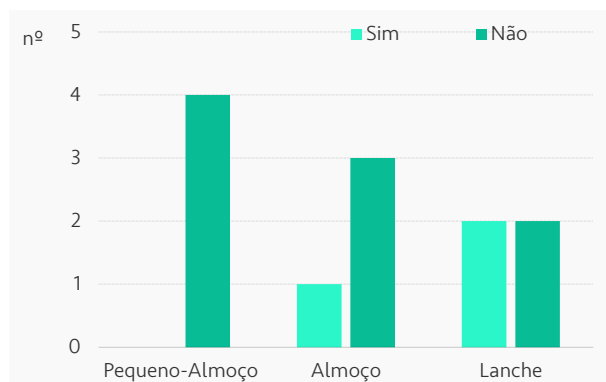
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 75. Fontes de financiamento da resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)	
Fonte de financiamento	Acordos	4	
	Mensalidades	2	
	Outras Fontes	-	
Acordo de cooperação	Tipo de acordo	Típico	3
		Atípico	1
		Gestão	-
		Não aplicável	-
	Lotação do Acordo		155

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Em relação às refeições é possível observar que o lanche apenas é disponibilizado em 2 respostas, o almoço é um serviço prestado apenas por 1 equipamento, e pequeno-almoço não é disponibilizado em nenhuma das respostas registadas (Figura 95).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 95. Existência de serviços de refeição na resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.

Relativamente a outros tipos de serviços prestados pela resposta de centro de atividades de tempos livres é possível observar que a totalidade dos equipamentos não disponibiliza serviços de enfermagem (4) e serviços médicos (4). Por outro lado, verifica-se que metade efetua acompanhamento psicossocial (2), encaminhamento para outro serviço/instituição (2) e outros tipos de serviços (2). Importa ainda referir que existem equipamentos que disponibilizam de Informação especializada (1) e tratamento de roupas (1) (Figura 96).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 96. Existência de outros serviços na resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.

1.2.2. Pessoas Adultas

1.2.2.1. Pessoas Idosas

Enquanto grupo de especial vulnerabilidade em razão da idade apresentada, à População Idosa, segundo o explanado no artigo 72º da Constituição da República Portuguesa, devem ser asseverados o direito à autonomia e à segurança económica, habitacional, familiar e comunitária e o direito de proteção face aos eventuais fenómenos de isolamento ou marginalização social (Assembleia da República, 2015).

As modificações observáveis na estrutura demográfica têm conduzido a uma reversão da pirâmide etária, registando-se um galopante aumento de pessoas de idade avançada. O envelhecimento da população é resultado da concertação de dois fatores: o aumento da longevidade e o declínio da fecundidade (Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2017).

Verifica-se a alteração dos perfis demográficos, designadamente através de um duplo envelhecimento no qual, a partir de 2001, o número de idosos ultrapassou o número de jovens com idade igual ou superior a quinze anos. As projeções efetivadas pelo Instituto Nacional de Estatística (2017) ilustram a tendência para o decréscimo da população nacional estimando, em 2080, um Índice de Envelhecimento correspondente a 317 idosos por cada 100 jovens, mais do dobro do que se constata atualmente.

Os novos desafios, despoletados pelos indicadores supra identificados, dirigem-se não só aos indivíduos, famílias e comunidades, mas também ao Estado: o envelhecimento demográfico tem evidentes implicações no sistema da Segurança Social e nas políticas públicas, com impactos inevitáveis no mercado do trabalho, no mercado de bens e serviços e no prolongamento da vida ativa (Perista & Perista, 2012).

As políticas não podem, no entanto, centralizar-se exclusivamente no Envelhecimento Coletivo, numa ótica de atualização demográfica com repercussões sociais devendo,

também, focalizar-se no Envelhecimento Individual, respeitando o inevitável envelhecimento cronológico e biopsicológico dos sujeitos (Rosa, 2012).

A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025) cimenta-se na premissa de empreendimento de uma “sociedade para todas as idades”, na qual seja reconhecida a importância de um envelhecimento ativo e saudável promovido a partir de políticas intersectoriais e interpretações holísticas do envelhecimento (World Health Organization, 2002 cit. por Direção-Geral da Saúde, 2017, p. 19). Importa, neste contexto, favorecer condições que permitam materializar os cuidados necessários, de molde a asseverar uma vida digna às populações de idade avançada.

De salientar, ainda, que é verificável uma feminização do envelhecimento registando-se um número mais elevado de Mulheres com idade igual ou superior a 65 anos do que o número de Homens compreendidos na mesma faixa etária (Perista & Perista, 2012). No Município de Alvaiázere, a distribuição da população idosa (com idade igual ou superior a 65 anos), em função do género, corresponde a 19,5% para a população feminina e 11,8% para a população masculina, enfatizando um quadro similar ao vigente a nível nacional (Instituto Nacional de Estatística, 2018).

Verifica-se no contexto específico de Alvaiázere, entre 2011 e 2021, um aumento considerável do índice de envelhecimento (303,8 para 415,6) o que obriga a sustentar uma reconfiguração nas respostas e equipamentos sociais disponibilizados no Município.

As respostas sociais previstas para promover a inclusão e a participação das populações idosas na comunidade, independentemente do seu grau de autonomia e dependência e de residirem em habitação própria ou instituição, referem-se à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário para idosos (SAD), Centro de Convívio, Centro de Noite e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas. Os suprarreferidos equipamentos prospetavam, ainda, a satisfação das Atividades Básicas (ABVD) e Atividades Instrumentais (AIVD) da Vida Diária (Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2018).

De referir, ainda, que as respostas sociais vocacionadas para a População Idosa, designadamente Centros de Dia, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Serviços de Apoio Domiciliário “têm verificado um desenvolvimento assinalável (59%) desde 2000, traduzindo um aumento superior a 2700 novas respostas” (Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2018, p. 43).

A análise das valências vocacionadas para a população idosa em Alvaiázere revela a existência de 13 valências se distribuem por serviço de apoio domiciliário (4), centro de convívio (2), centro de dia (2) e estrutura residencial para idosos (5).

A sua distribuição territorial permite observar que a concentração mais expressiva de respostas direcionada para esta área de intervenção se encontra localizada nas freguesias de Maçãs de Dona Maria (5) e Alvaiázere (4). Numa situação diametralmente oposta encontra-se a freguesia de Pelmá, não existindo qualquer resposta destinada a esta área de intervenção (Quadro 76 e Figura 98). Particularizando um pouco mais a análise, destaca-se que na resposta de SAD apenas a freguesia de Pelmá não disponibiliza resposta. Por outro lado, a resposta de centro de convívio apenas é disponibilizada por um equipamento

que se encontra sediado na freguesia de Pussos São Pedro e por outro situado na freguesia de Mações de Dona Maria. Relativamente à distribuição da resposta de centro de dia, verifica-se que, para além das freguesias de Mações de Dona Maria, Pelmá e Pussos São Pedro não apresentarem qualquer resposta social, Almofter e Alvaiázere apresentam 1 resposta. Relativamente à distribuição das estruturas residenciais para idosos, é facilmente constatável que apenas as freguesias de Mações de Dona Maria e Alvaiázere apresentam valências, com 3 e 2 respostas sociais, respetivamente.

No que se refere às pessoas em situação de dependência, as respostas são disponibilizadas apenas na freguesia de Alvaiázere, através de uma equipa de cuidados continuados integrados (ECCI) pertencente ao Centro de Saúde de Alvaiázere, uma unidade de longa duração e manutenção (ULDM) e unidade de média duração e reabilitação (UMDR), respostas estas dadas pelo Hospital Santa Cecília - Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Já no que se refere à população adulta com deficiência, as únicas respostas disponibilizadas neste território municipal são o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e lar residencial, pertencentes à Associação da Casa do Povo de Alvaiázere e que se encontram localizados na freguesia de Alvaiázere.

Quadro 76. Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.

Freguesias	População Adulta												Total
	Pessoas Idosas					Pessoas em situação de dependência				Pessoas adultas com deficiência			
	SAD	CC	CD	ERI	subtotal	ECC	ULDM	UMDR	subtotal	LR	CAO	subtotal	
Almofter	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Alvaiázere	1	0	1	2	4	1	1	1	3	1	1	2	9
Mações de Dona Maria	1	1	0	3	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Pelmá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pussos São Pedro	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Total do município	4	2	2	5	13	1	1	1	3	1	1	2	18

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

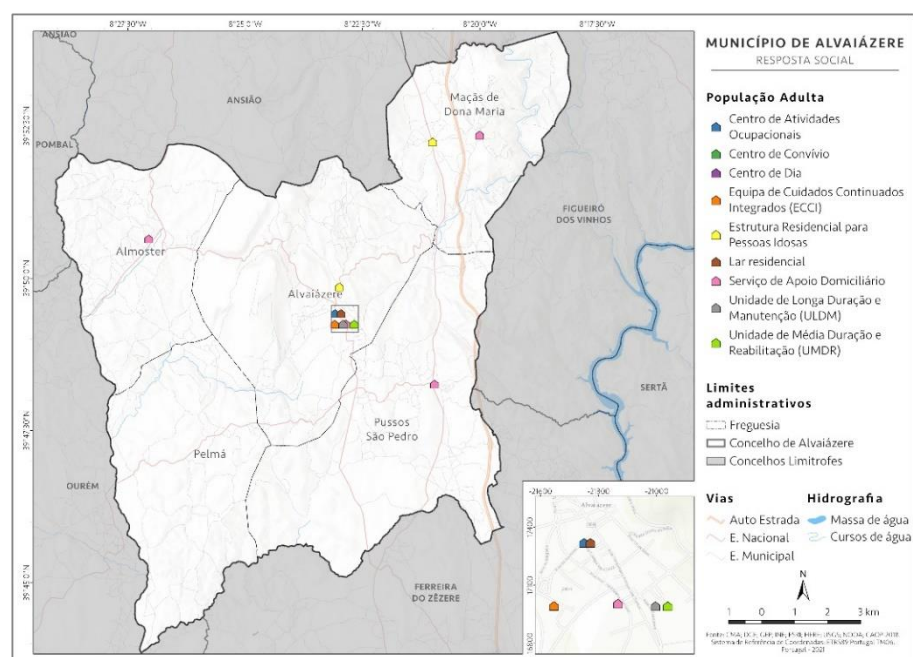


Figura 97. Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.

1.2.2.1.1. Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário fundamenta-se como “resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito (Instituto da Segurança Social, I.P., 2017, p. 5).

Da análise da resposta social de SAD é possível observar que em território municipal são disponibilizados 4 SAD, que, na totalidade, integram a rede solidária (Quadros 77 e 78 e Figuras 98 e 99). Em termos globais, esta resposta apresenta uma capacidade para 199 utentes, sendo que os valores associados à frequência ficam um pouco aquém, designadamente 168 utentes, o que traduz uma taxa de utilização de 84,4%. Por outro lado, e considerando que existem 168 utentes com acordo, o valor remanescente, ou seja, 46 utentes, não se encontram abrangidos pelo acordo. Nesta resposta deverá ser ainda referida a existência de uma lista de espera de 3 e 4 utentes no equipamento existente nas freguesias de Maçãs de Dona Maria e de Pussos São Pedro, respetivamente.

Numa outra perspetiva de análise, é possível observar que a freguesia de Pelmá não disponibiliza qualquer resposta de SAD, sendo que as restantes disponibilizam apenas uma resposta.

Por outro lado, uma situação particularmente interessante diz respeito à análise das taxas de utilização desta resposta, que são particularmente elevadas nas freguesias de Almoester e Maçãs de Dona Maria (100%). Também a freguesia de Pussos São Pedro apresenta uma taxa de utilização significativa, designadamente 83,3%, enquanto os valores mais reduzidos são registados na freguesia de Alvaiázere, apresentando 65,7%.

Quadro 77. Caracterização geral da resposta social de serviço de apoio domiciliário.

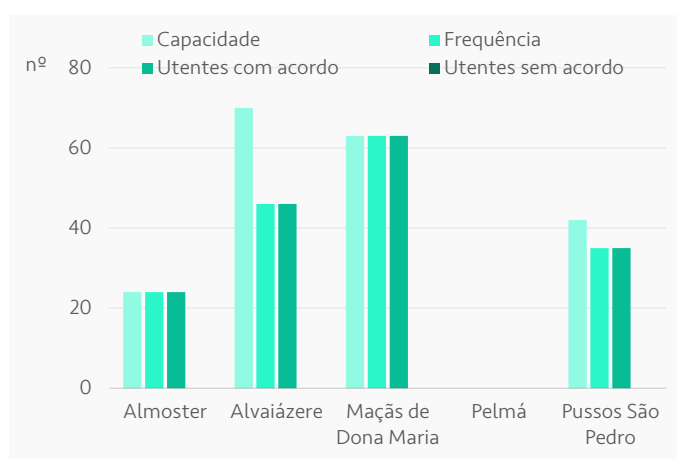
Freguesias	Respostas sociais (nº)			Capacidade (nº)			Frequência (nº)			Com acordo (nº)	Sem acordo (nº)	Taxa de utilização (%)			Lista de espera (nº)		
	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa			Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa
Almoester	-	1	-	-	24	-	-	24	-	24	0	-	100	-	-	-	-
Alvaiázere	-	1	-	-	70	-	-	46	-	46	0	-	65,7	-	-	-	-
Maçãs de Dona Maria	-	1	-	-	63	-	-	63	-	63	0	-	100	-	-	3	-
Pelmá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pussos São Pedro	-	1	-	-	42	-	-	35	-	35	0	-	83,3	-	-	4	-
Subtotal	4				199			168		168			84,4			7	
Total do município	4				199			168		168	0		84,4			7	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

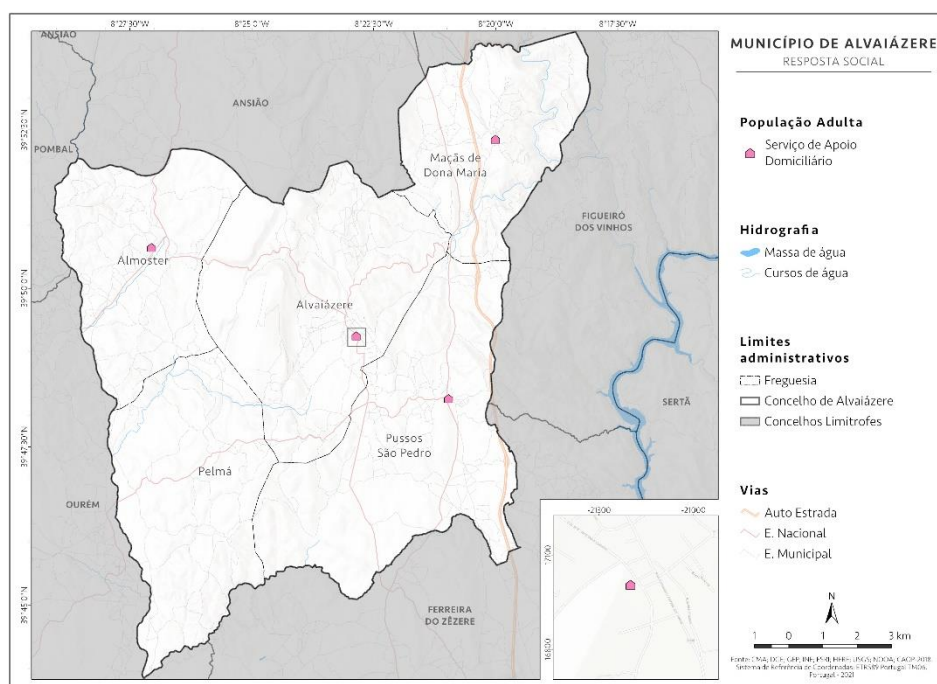
Quadro 78. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Utentes com acordo	Utentes sem acordo
Almoster	Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoster	Solidária	24	24	24	0
Alvaiázere	Lar Francisco Caetano da Silva	Solidária	70	46	46	0
Maços de Dona Maria	Lar de Idosos da Associação da Casa do Povo Maços de Dona Maria	Solidária	63	63	63	0
Pussos São Pedro	Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Solidária	42	35	35	0
Total			199	168	168	0

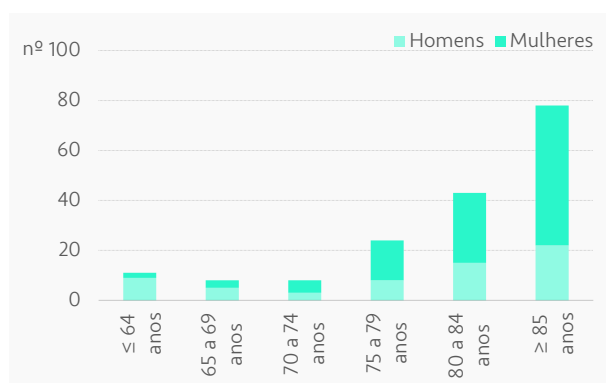
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

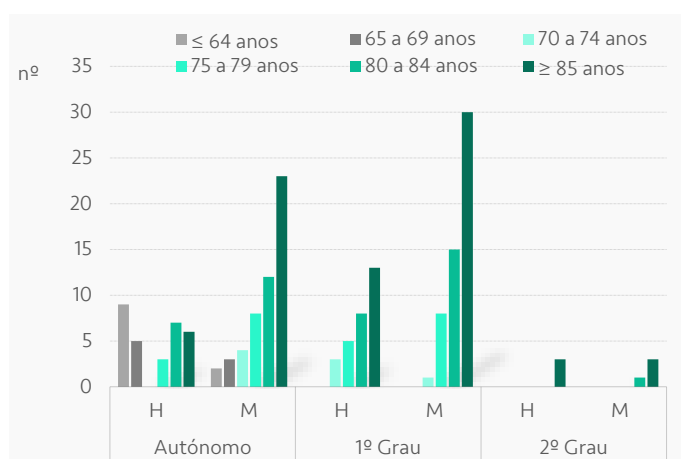
Figura 98. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de serviço de apoio domiciliário.**Figura 99.** Distribuição da resposta social de serviço de apoio domiciliário.

A valência de Serviço de Apoio Domiciliário apoia, maioritariamente, idosos entre os 80 e os 84 anos (43) e com idade igual ou superior a 85 anos (78), com predominância para os utentes do sexo feminino (Figuras 100 e 101). No que respeita ao grau de dependência, constata-se que o valor mais significativo é registado nos utentes que apresentam dependência de 1º grau (83), embora os utentes autónomos apresentem, de igual modo, valores elevados, designadamente 82 utentes. Naturalmente o menor número de utentes é registado na última categoria em análise, com apenas 7 utentes a apresentarem dependência de 2º grau, sendo que esta situação poderá ser justificada com o facto desta resposta, pela sua tipologia, não responder, da forma mais adequada, às necessidades das pessoas mais dependentes.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 100. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de serviço de apoio domiciliário.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 101. Caracterização da população utente por faixa etária e grau de dependência na resposta social de serviço de apoio domiciliário.

A resposta de Serviço de Apoio Domiciliário assume-se como uma resposta de cariz marcadamente municipal, uma vez que a totalidade dos utentes (168) reside nas diferentes freguesias que integram o município de Alvaiázere (Quadro 79). Verifica-se que a freguesia Mações de Dona Maria é a que apresenta o número mais elevado de inscritos (63), seguindo-se as freguesias de Alvaiázere (46), Pussos São Pedro (35) e Almoster (24).

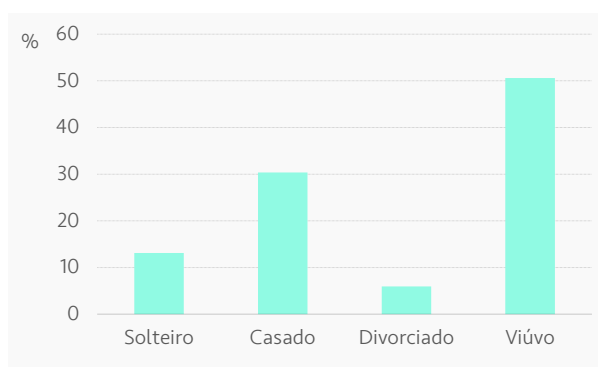
Relativamente à área de residência dos utentes, verifica-se que a totalidade reside nas freguesias onde se localiza cada um dos equipamentos, não se verificando registo de qualquer utente proveniente de outros municípios, à exceção do Lar Francisco Caetano da Silva que detém de utentes provenientes de outras freguesias do município de Alvaiázere, nomeadamente, Pussos São Pedro (10) e Pelmá (9).

Quadro 79. Freguesias de residência da população utente da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Almoster	Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoster	Almoster	24
		Total do Município de Alvaiázere	24
		Total	24
Alvaiázere	Lar Francisco Caetano da Silva	Alvaiázere	27
		Pelmá	9
		Pussos São Pedro	10
		Total do Município de Alvaiázere	46
		Total	46
Maças de Dona Maria	Lar de Idosos da Associação da Casa do Povo Maças de Dona Maria	Maças de Dona Maria	63
		Total do Município de Alvaiázere	63
		Total	63
Pussos São Pedro	Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Pussos São Pedro	35
		Total do Município de Alvaiázere	35
		Total	35
Total do município			168
Total de utentes			168

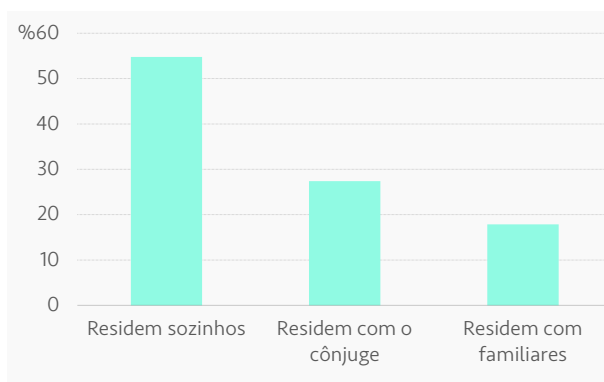
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Numa outra perspetiva de análise, é possível observar que a maioria dos utentes que integram esta resposta são casados (30,4%) ou viúvos (50,6%), enquanto as restantes categorias apresentam valores francamente residuais (Figura 102). Esta análise pode ser complementada com a análise dos utentes em função do apoio familiar, verificando-se que a maioria reside sozinho (Figura 103).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

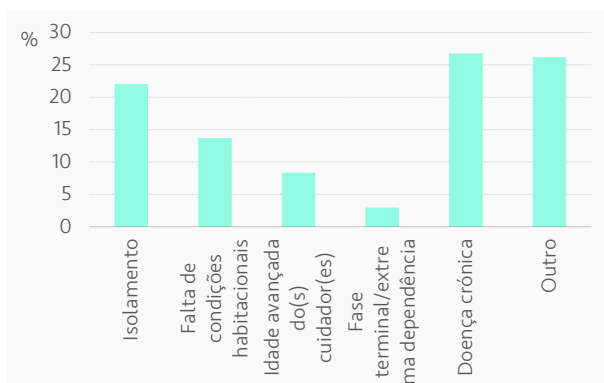
Figura 102. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de serviço de apoio domiciliário.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 103. Caracterização da população utente segundo o apoio familiar na resposta social de serviço de apoio domiciliário.

No que diz respeito à caracterização dos motivos de ingresso na valência de Serviço de Apoio Domiciliário (Figura 104) verifica-se que é a existência de doença crónica a principal razão para o ingresso nesta resposta (26,8%), bem como isolamento (22,0%) e outro motivo (26,2%).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 104. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de serviço de apoio domiciliário.

Das 4 respostas de estabelecimento de SAD disponibilizadas pelos diferentes equipamentos sediados no município de Alvaiázere verifica-se que 3 apresentam acordos de cooperação típicos, com uma lotação máxima para 192 utentes, sendo de referir a existência de uma resposta com acordo de cooperação atípico e cuja principal fonte de financiamento são as mensalidades (Quadro 80).

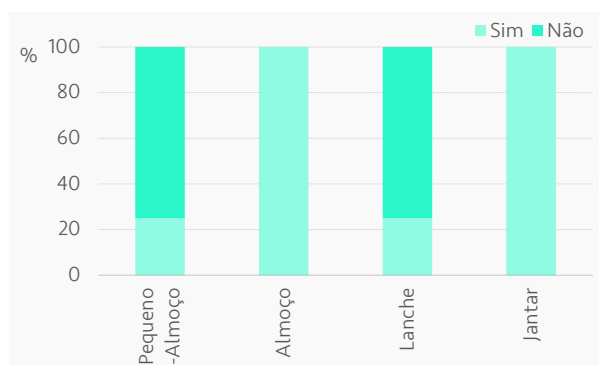
Quadro 80. Fontes de financiamento da resposta social de serviço de apoio domiciliário.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)	
Fonte de financiamento	Acordos	4	
	Mensalidades	1	
	Outras Fontes	-	
Acordo de cooperação	Tipo de acordo	Típico	3
		Atípico	1
		Gestão	-
		Não aplicável	-
	Lotação do Acordo		192

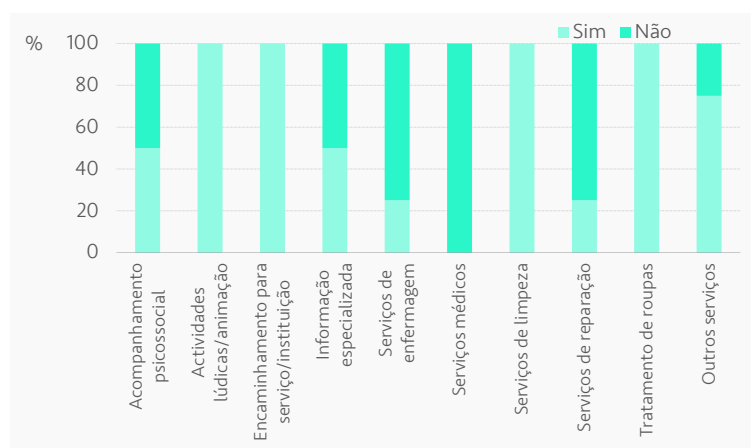
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Considerando as 4 respostas de SAD disponibilizadas pelos diferentes equipamentos que prestam apoio na área social neste território municipal é possível observar, por um lado, que estas, maioritariamente, não disponibilizam pequeno-almoço e lanche, sendo que, por outro, todas disponibilizam almoço e jantar (Figura 105).

Relativamente a outros tipos de serviços prestados torna-se evidente que os valores mais representativos se encontram associados às atividades lúdicas/animação, encaminhamento para serviço/instituição, serviços de limpeza e tratamento de roupas (Figura 106).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 105. Existência de serviços de refeição na resposta social de serviço de apoio domiciliário.

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 106. Existência de outros serviços na resposta social de serviço de apoio domiciliário.

1.2.2.1.2. Centro de Convívio

O Centro de Convívio corresponde a uma “resposta social que consiste no apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas, residentes numa determinada comunidade” (Direção-Geral da Segurança Social, 2019, p. 12).

Da análise da resposta social de Centro de Dia constata-se que apenas dois equipamentos no conjunto do território municipal disponibilizam esta resposta, os quais se encontram localizados nas freguesias de Mações de Dona Maria e Pussos São Pedro (Quadros 81 e 82). Em termos globais, relativamente a esta resposta, o município apresenta uma capacidade para 40 utentes (todos abrangidos por acordo), apresentando uma taxa de utilização de 82,5%, correspondente a 33 utentes (100% na freguesia de Mações de Dona Maria, correspondente a 20 utentes).

No que diz respeito à frequência verifica-se que do total de 40 utentes que integram esta valência, é possível observar que 21 são do sexo feminino, enquanto 12 são do sexo masculino, sendo que as faixas etárias com maior representatividade voltam a ser a dos ≥ 85 anos (13) e, ainda, 7 e 6 utentes no grupo etário dos 80 a 84 anos e 75 a 79 anos, respetivamente.

Quadro 81. Caracterização geral da resposta social de centro de convívio.

Freguesias	Respostas sociais (nº)			Capacidade (nº)			Frequência (nº)			Com acordo (nº)	Sem acordo (nº)	Taxa de utilização (%)			Lista de espera (nº)		
	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa			Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa
Almoester	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alvaiázere	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mações de Dona Maria	-	1	-	-	20	-	-	20	-	20	0	-	100	-	-	0	-
Pelmá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pussos São Pedro	-	1	-	-	20	-	-	13	-	13	0	-	65	-	-	0	-
Subtotal	-	2	-	-	40	-	-	33	-	33	0	-	82,5	-	-	0	-
Total do município	2			40			33			33	0	82,5			0		

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 82. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de centro de convívio.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Utentes com acordo	Utentes sem acordo
Mações de Dona Maria	Lar de Idosos da Associação da Casa do Povo de Mações de Dona Maria	Solidária	20	20	20	0
Pussos São Pedro	Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Solidária	20	13	13	0
Total			40	33	33	0

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

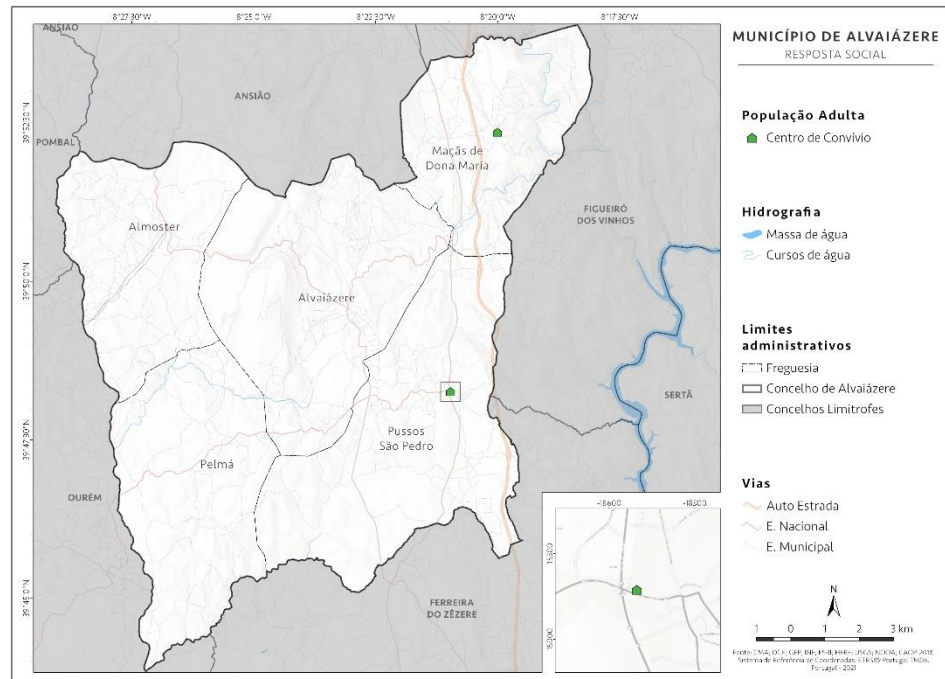
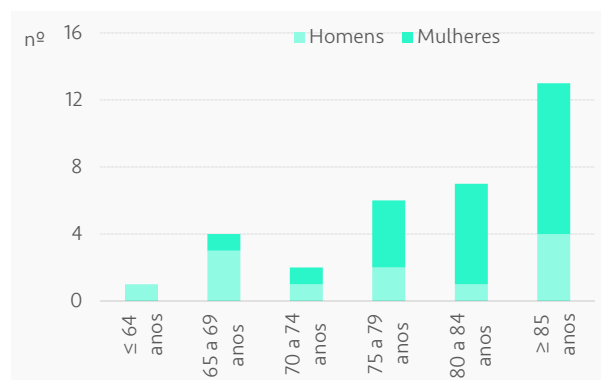
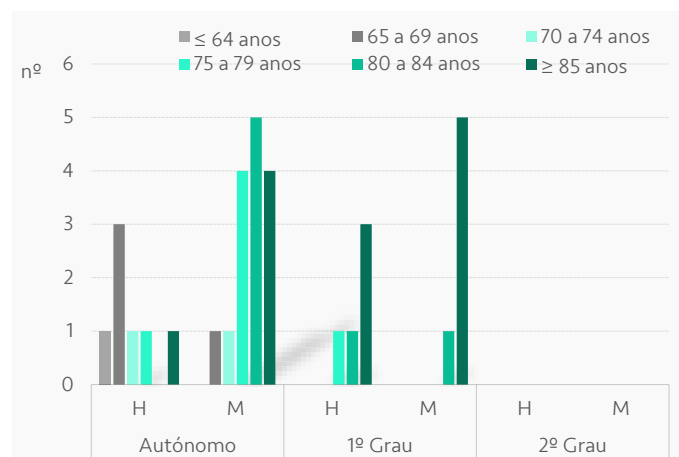


Figura 107. Distribuição da resposta social de centro de convívio.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 108. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de centro de convívio.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 109. Caracterização da população utente da resposta social de centro de convívio.

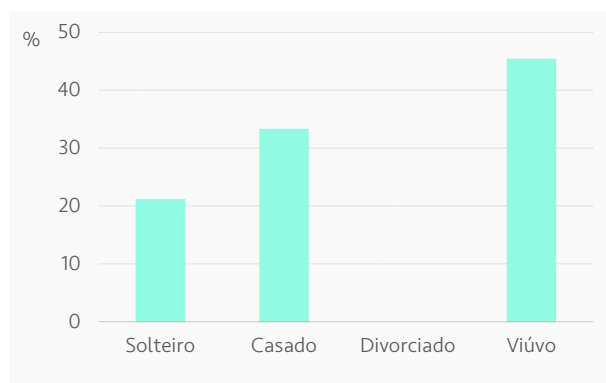
Como se pode observar a totalidade dos utentes que frequentam a resposta social de centro de convívio residem nas freguesias de Pussos São Pedro e Maçãs de Dona Maria (Quadro 83).

Quadro 83. Freguesias de residência da população utente da resposta social de centro de convívio.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Pussos São Pedro	Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Pussos São Pedro	13
		Total do Município de Alvaiázere	13
		Total	13
Maçãs de Dona Maria	Lar de Idosos da Associação da Casa do Povo de Maçãs de Dona Maria	Maçãs de Dona Maria	20
		Total do Município de Alvaiázere	20
		Total	20
Total do município			33
Total de utentes			33

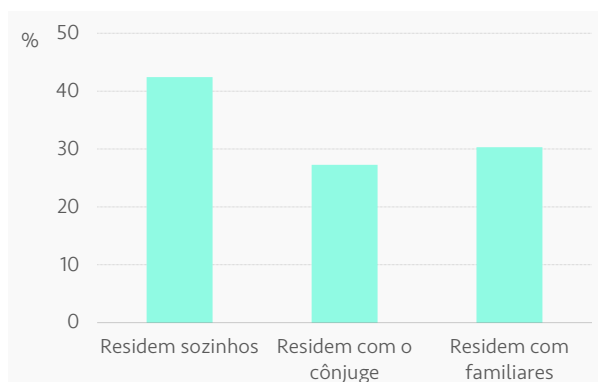
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Numa outra perspetiva de análise, é possível observar que uma percentagem bastante significativa dos utentes que integram esta resposta social é viúvo, designadamente 45,5%, sendo que os utentes casados e solteiros representam 33,3% e 21,2%, respetivamente (Figura 110), análise que é complementada com o estudo do apoio familiar, na qual é possível observar valores significativos no que diz respeito aos utentes que residem sozinhos, designadamente 42,4% (Figura 111).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

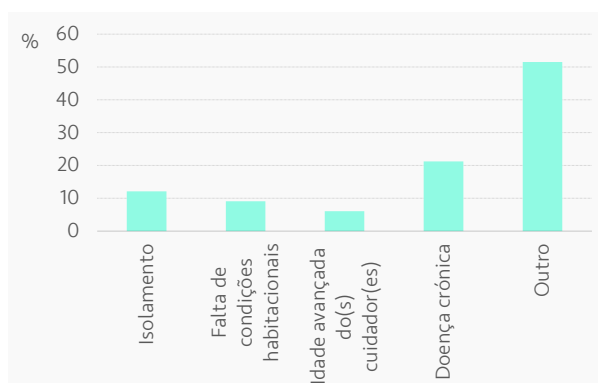
Figura 110. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de centro de convívio.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 111. Caracterização da população utente segundo o apoio familiar na resposta social de centro de convívio.

No que diz respeito à caracterização dos motivos de ingresso na valência de CC (Figura 112) verifica-se que a doença crónica (21,2%) é uma das principais razões invocadas para o ingresso nesta resposta social, sendo que outros motivos representam mais de metade das razões invocadas (51,5%). Das 2 respostas de estabelecimento de CC disponibilizadas pelos diferentes equipamentos presentes no município de Alvaiázere verifica-se que ambos apresentam acordos de cooperação típicos, com uma lotação máxima para 40 utentes, e cuja principal fonte de financiamento são simultaneamente os acordos e as mensalidades (Quadro 84).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

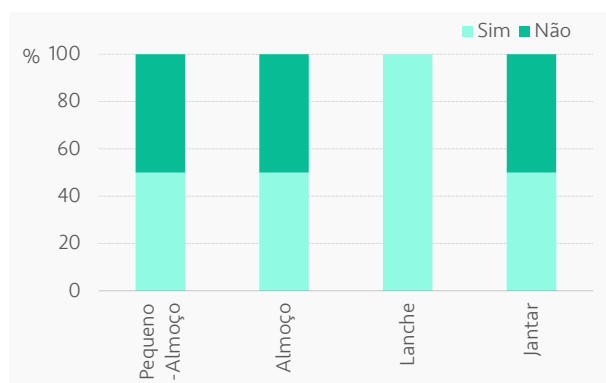
Figura 112. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de centro de convívio.

Quadro 84. Fontes de financiamento da resposta social de centro de convívio.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)	
Fonte de financiamento	Acordos	2	
	Mensalidades	2	
	Outras Fontes	0	
Acordo de cooperação	Tipo de acordo	Típico	2
		Atípico	0
		Gestão	0
		Não aplicável	0
	Lotação do Acordo		40

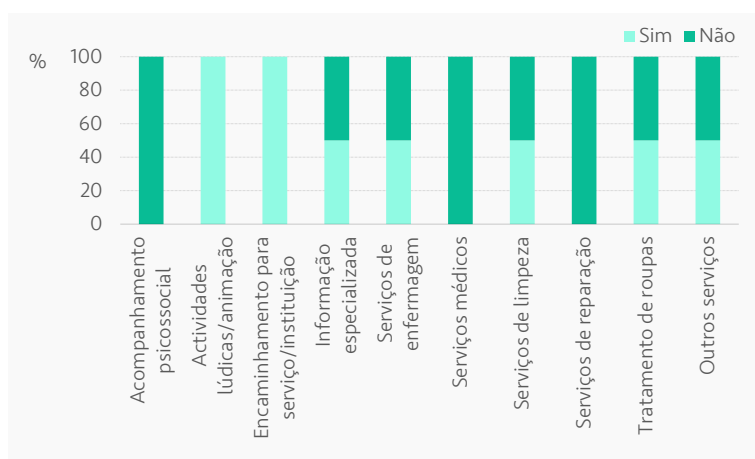
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Em relação aos serviços prestados pela resposta social de centro de convívio verifica-se que no que diz respeito ao serviço de refeições, apenas um equipamento disponibiliza todas as refeições, sendo que no outro somente é disponibilizado o lanche (Figura 113). Relativamente a outros tipos de serviços prestados verifica-se que em ambos os equipamentos se disponibilizam serviços associados às atividades lúdicas/animação e encaminhamento para serviço/instituição (Figura 114).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 113. Existência de serviços de refeição na resposta social de centro de convívio.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 114. Existência de outros serviços na resposta social de centro de convívio.

1.2.2.1.3. Centro de Dia

O Centro de Dia assume-se como uma “resposta social que consiste num conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia” (Direção-Geral da Segurança Social, 2019, p. 12).

A análise da resposta social de Centro de Dia dá conta da existência de 2 Centros de Dia neste território, que, na totalidade, integram a rede solidária (Quadros 85 e 86 e Figura 115). Em termos globais, esta resposta apresenta uma capacidade para 50 utentes, sendo que os valores associados à frequência ficam um pouco aquém, designadamente 15

utentes (com acordo), o que traduz uma taxa de utilização de 30% (33,3% no equipamento situado na freguesia de Almoester e 25% naquele sediado na freguesia de Alvaiázere).

Quadro 85. Caracterização geral da resposta social de centro de dia.

Freguesias	Respostas sociais (nº)			Capacidade (nº)			Frequência (nº)			Com acordo (nº)	Sem acordo (nº)	Taxa de utilização (%)			Lista de espera (nº)		
	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa			Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa
Almoester	-	1	-	-	30	-	-	10	-	10	0	-	33,3	-	-	0	-
Alvaiázere	-	1	-	-	20	-	-	5	-	5	0	-	25,0	-	-	0	-
Maças de Dona Maria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pelmá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pussos São Pedro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	2	-	-	50	-	-	15	-	15	-	-	30	-	-	0	-
Total do município	-	2	-	-	50	-	-	15	-	15	0	-	30	-	-	0	-

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 86. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de centro de dia.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Utentes com acordo	Utentes sem acordo
Almoester	Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoester	Solidária	30	10	10	0
Alvaiázere	Lar Francisco Caetano da Silva	Solidária	20	5	5	0
Total			50	15	15	0

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

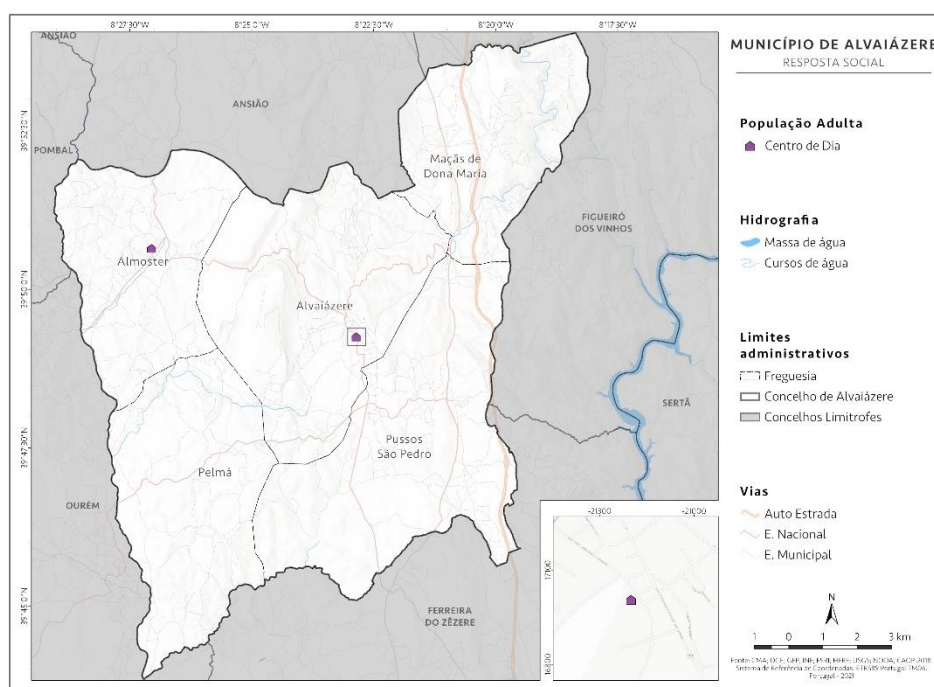
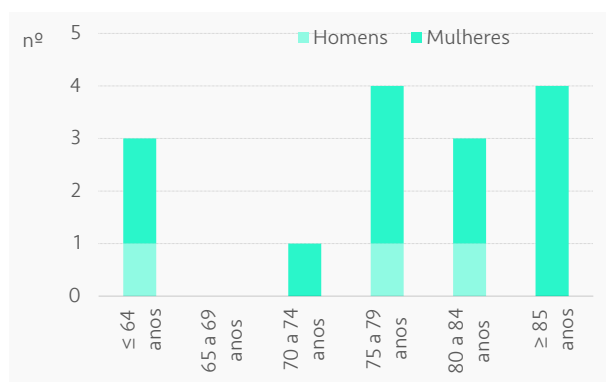


Figura 115. Distribuição da resposta social de centro de dia.

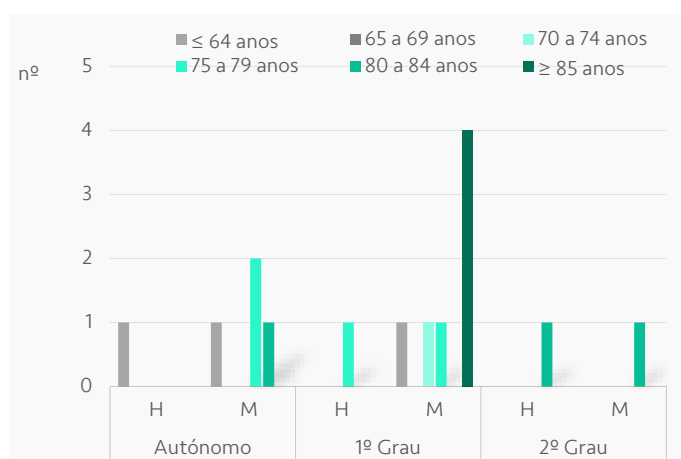
A valência de Centro de Dia apoia, maioritariamente, idosos com idade igual ou superior a 75 anos (11), sendo que os grupos etários em causa correspondem a cerca de 73,3% dos utentes (Figura 116). Em termos globais há uma clara predominância de utentes do sexo feminino (12) comparativamente ao sexo masculino (3).

No que respeita ao grau de dependência, constata-se que o valor mais significativo é registado nos utentes com dependência de 1º grau (8, correspondendo a 53,3%), seguindo-se os utentes que se apresentam autónomos (5, correspondendo a 33,3%) e por último os que apresentam dependência de 2º grau (2, correspondendo a 13,3%) (Figura 117).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 116. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de centro de dia.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 117. Caracterização da população utente por faixa etária e grau de dependência na resposta social de centro de dia.

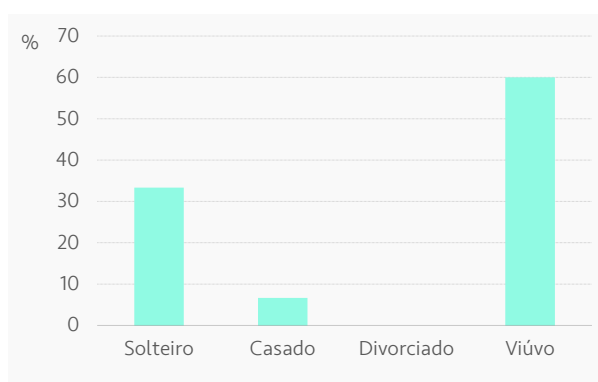
Já no que diz respeito à área de residência dos utentes desta resposta social, verifica-se que não há proveniência de outros municípios. A maioria dos utentes reside nas freguesias de Mações de Dona Maria (20) e Almoster (1) (Quadro 87).

Quadro 87. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Centro de Dia.

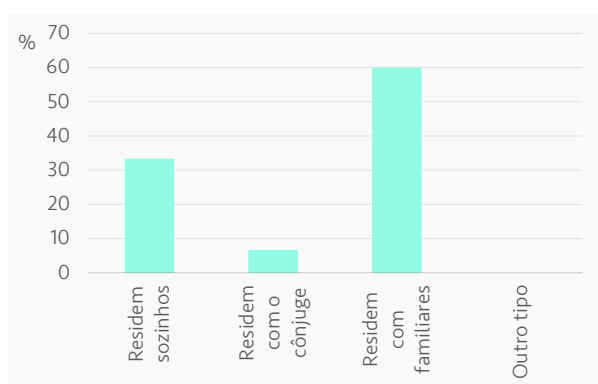
Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Almoster	Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoster	Almoster	10
		Total do Município de Alvaiázere	10
		Total	10
Alvaiázere	Lar Francisco Caetano da Silva	Alvaiázere	2
		Pussos São Pedro	3
		Total do Município de Alvaiázere	5
		Total	5
Total do município			35
Total de utentes			35

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Numa outra perspetiva de análise, é possível observar que a maioria dos utentes que integram esta resposta são viúvos (60%), enquanto as restantes categorias apresentam valores inferiores (Figura 118). Esta análise pode ser complementada com a análise dos utentes em função do apoio familiar, verificando-se que a maioria reside com os familiares ou sozinhos (Figura 119).



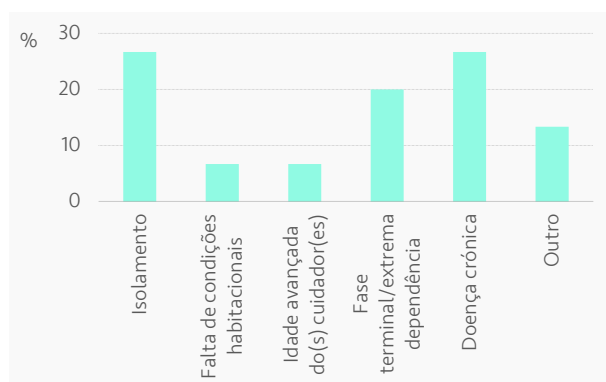
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 118. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de centro de dia.

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 119. Caracterização da população utente segundo o apoio familiar na resposta social de centro de dia.

No que diz respeito à caracterização dos motivos de ingresso na valência de Centro de Dia (Figura 120) verifica-se que o isolamento e a doença crónica são as principais razões para o ingresso nesta resposta (26,7%, em ambos os casos), bem como o facto dos utentes se apresentarem em fase terminal/extrema dependência (20%).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 120. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de centro de dia.

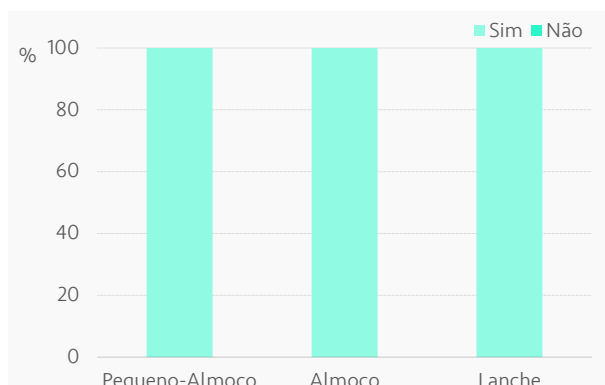
Das 2 respostas de estabelecimento de CD disponibilizadas pelos diferentes equipamentos presentes no município de Alvaiázere verifica-se que ambos apresentam acordos de cooperação típicos, com uma lotação máxima para 25 utentes, e cuja principal fonte de financiamento são simultaneamente os acordos e as mensalidades (Quadro 88).

Quadro 88. Fontes de financiamento da resposta social de centro de dia.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)	
Fonte de financiamento	Acordos	2	
	Mensalidades	2	
	Outras Fontes	0	
Acordo de cooperação	Tipo de acordo	Típico	2
		Atípico	0
		Gestão	0
		Não aplicável	0
	Lotação do Acordo		25

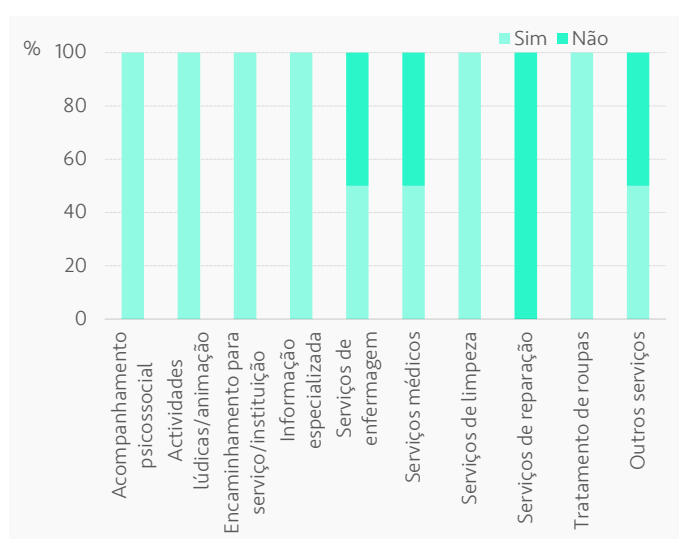
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Considerando as 2 respostas de Centro de Dia é possível observar que todas as valências disponibilizam pequeno-almoço, almoço e lanche (Figura 121). Relativamente a outros tipos de serviços prestados pelos equipamentos entre a listagem elencada apenas não são prestados serviços de reparação, sendo que em uma das valências não são prestados serviços de enfermagem, serviços médicos e outros serviços (Figura 122).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 121. Existência de serviços de refeição na resposta social de centro de dia.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 122. Existência de outros serviços na resposta social de centro de dia.

1.2.2.1.4. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) corresponde a uma “resposta social que consiste em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos” (Direção-Geral da Segurança Social, 2019, p. 13).

Da análise da resposta social de ERPI é possível observar que em território municipal são disponibilizados 5 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, sendo que 3 respostas são de cariz solidário e 2 respostas são de cariz lucrativo (Quadros 88 e 89 e Figura 123). Em termos globais, esta resposta apresenta uma capacidade para 182 utentes, sendo que os valores associados à frequência, designadamente 180 utentes, traduz-se numa taxa de utilização de 98,9%. Por outro lado, e considerando que existem 121 utentes com acordo, o valor remanescente, ou seja, 59 utentes, não se encontram abrangidos pelo acordo. Nesta resposta deverá ser ainda referida a existência de uma lista de espera de 361 utentes nos equipamentos sediados na freguesia de Alvaiázere.

Quadro 89. Caracterização geral da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

Freguesias	Respostas sociais (nº)			Capacidade (nº)			Frequência (nº)			Com acordo (nº)	Sem acordo (nº)	Taxa de utilização (%)			Lista de espera (nº)		
	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa			Pública	Solidária	Lucrativa	Pública	Solidária	Lucrativa
Almoster	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alvaiázere	-	1	1	-	53	24	-	52	24	52	24	-	98,1	100	-	358	3
Maçãs de Dona Maria	-	2	1	-	75	30	-	75	29	69	35	-	100	96,7	-	-	-
Pelmá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pussos São Pedro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	3	2	-	128	54	-	127	53	121	59	-	99,2	98,1	-	358	3
Total do município		5			182			180		121	59		98,9			361	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

A análise da distribuição desta resposta por freguesia permite verificar que as freguesias de Almoster, Pelmá e Pussos São Pedro não disponibilizam qualquer equipamento afeto a esta resposta. Uma situação diametralmente oposta é observada na freguesia de Alvaiázere e Maçãs de Dona Maria que disponibilizam 2 e 3 respostas de ERPI, respetivamente.

No que diz respeito à taxa de utilização é facilmente constatável que em ambas as freguesias com estas valências se observam taxas de utilização de 100% ou perto dessa percentagem.

Quadro 90. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Utentes com acordo	Utentes sem acordo
Alvaiázere	Lar Francisco Caetano da Silva	Solidária	53	52	52	0
	Centro de Apoio a Pessoas Idosas S. Jorge II	Lucrativa	24	24	0	24
	Subtotal		77	76	52	24
Maçãs de Dona Maria	Lar de Idosos Dr. Álvaro Pinto Simões da Associação da Casa do Povo de Maçãs de Dona Maria	Solidária	28	28	22	6
	Lar de Idosos da Associação da	Solidária	47	47	47	0
	Concheiro de Alvaiázere	Lucrativa	30	29	0	29
	Subtotal		105	104	69	35
Total			182	180	126	54

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

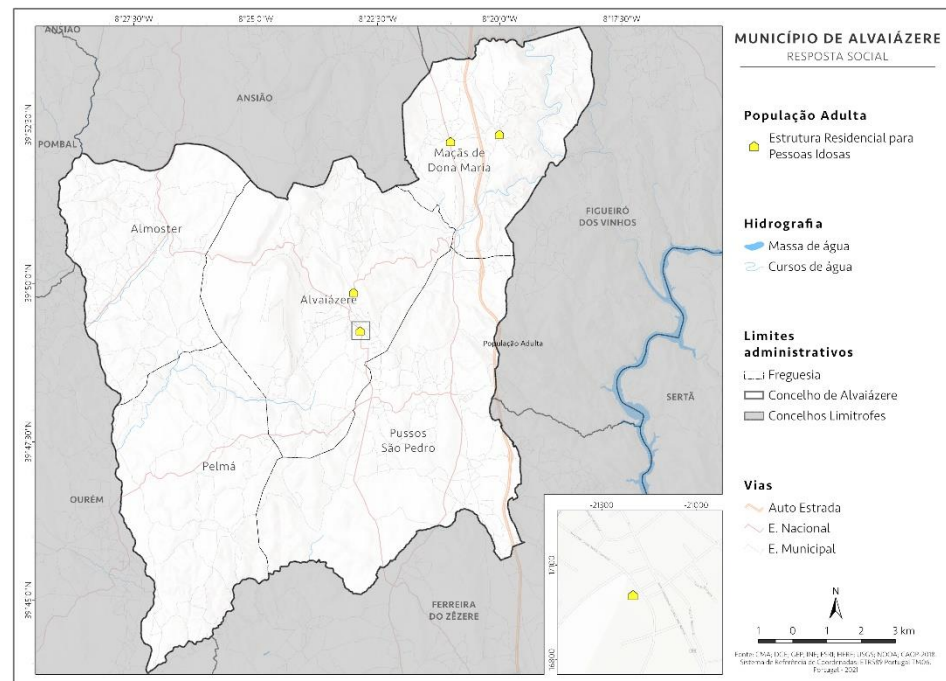
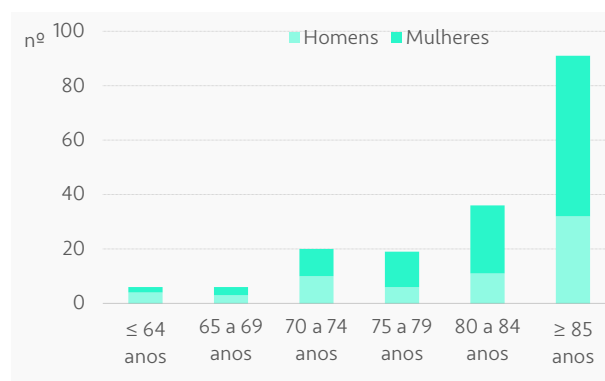


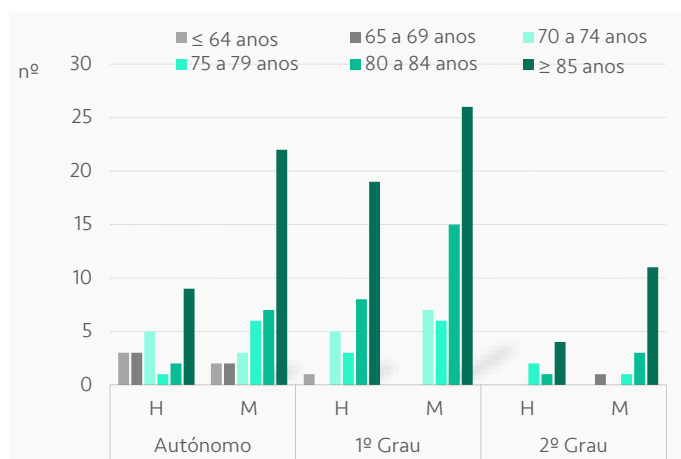
Figura 123. Distribuição da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

No que diz respeito à frequência verifica-se que do total de 180 utentes que integram esta valência, é possível observar nitidamente que a grande maioria corresponde ao sexo feminino, sendo que os valores mais significativos são registados na faixa etária dos 85 e mais anos, designadamente com 93 utentes, o que corresponde a 51,7% do total de utentes a usufruir desta resposta (Figuras 124 e 125).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 124. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

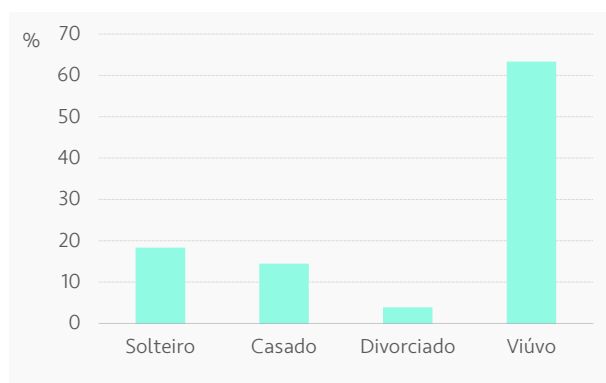


Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 125. Caracterização da população utente da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

Relativamente à proveniência dos utentes afetos à resposta social de estrutura residencial para idosos verifica-se que dos 180 utentes que integram esta resposta, 49 são provenientes de outros territórios municipais (Quadro 91). É de referir que o número de utentes provenientes de outros municípios nesta valência é relativamente elevado sobretudo no Centro de Apoio a Pessoas Idosas S. Jorge II (20) e no Concheiro de Alvaiázere (23). Em relação aos 131 residentes do município de Alvaiázere verifica-se que a maioria reside nas freguesias onde se localiza cada um dos equipamentos.

Numa outra perspetiva de análise, é possível observar que a maioria dos utentes que integram esta resposta são viúvos (63,3%), enquanto as restantes categorias apresentam valores muito inferiores (Figura 126).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

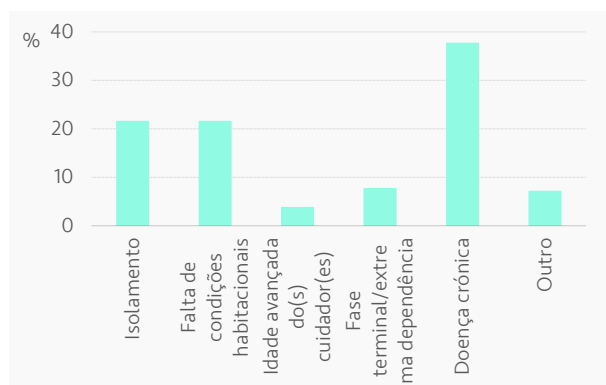
Figura 126. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

Quadro 91. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

para pessoas idosas					
Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes		
	Lar Francisco Caetano da Silva	Alvaiázere	30		
		Maçãs de Dona Maria	2		
		Pelmá	5		
		Pussos São Pedro	15		
		Total do Município de Alvaiázere	52		
Total			52		
Alvaiázere		Alvaiázere	2		
		Maçãs de Dona Maria	1		
		Pussos São Pedro	1		
		Total do Município de Alvaiázere	4		
	Centro de Apoio a Pessoas Idosas S. Jorge II	Ansião	5		
		Castanheira de Pêra	1		
		Coimbra	1		
		Ferreira do Zezere	2		
		Figueiró dos Vinhos	3		
		Matosinhos	1		
		Pedrógão Grande	3		
		Porto	1		
		Tomar	3		
		Total de outros Municípios	20		
		Total			24
		Lar de Idosos Dr. Álvaro Pinto Simões da Associação da Casa do Povo de Maçãs de Dona Maria	Maçãs de Dona Maria	24	
			Pelmá	2	
Total do Município de Alvaiázere	26				
Ansião	1				
Pombal	1				
Total de outros Municípios	2				
Total			28		
Maçãs de Dona Maria	Lar de Idosos da Associação da Casa do Povo Maçãs de Dona Maria	Maçãs de Dona Maria	42		
		Pussos São Pedro	1		
		Total do Município de Alvaiázere	43		
		Leiria	1		
		Marinha Grande	1		
		Peniche	1		
		Vila Franca de Xira	1		
	Total de outros Municípios	4			
	Total			47	
	Concheiro de Alvaiázere		Alvaiázere	2	
Maçãs de Dona Maria			4		
Total do Município de Alvaiázere			6		
		Águeda	1		
		Ansião	3		
		Castanheira de Pêra	1		
		Coimbra	1		
		Ferreira do Zêzere	3		
		Figueiró dos Vinhos	3		
		Lisboa	1		
		Vila Franca de Xira	2		
		Vila Nova de Gaia	1		
		Outros	7		
		Total de outros Municípios	23		
		Total			29
Total do município			131		
Total de utentes			180		

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

No que diz respeito à caracterização dos motivos de ingresso na valência de ERPI (Figura 127) verifica-se que a doença crónica é a principal razão para o ingresso nesta resposta (37,8%), seguindo-se o isolamento e a falta de condições habitacionais (21,7% em ambos os casos).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 127. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de estrutura residencial para pessoas idosas.

Das 5 respostas de estabelecimento de ERPI presentes no município de Alvaiázere verifica-se que a totalidade apresenta acordos de cooperação (2 típico, 1 atípico e 2 não aplicável), sendo que 3 valências apresentam em simultâneo como fonte de financiamento os acordos e as mensalidades, enquanto as restantes apresentam como única fonte de financiamento as mensalidades. A lotação máxima do acordo apresenta um valor de 128 (Quadro 92).

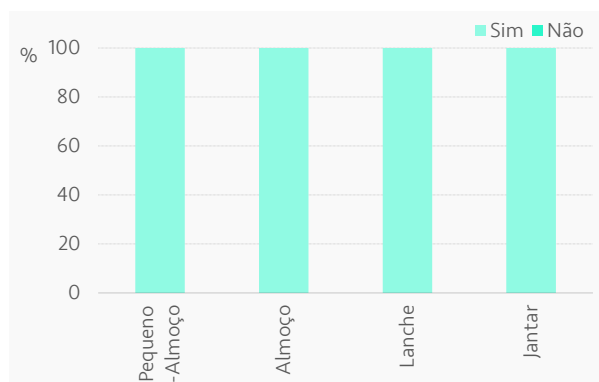
Quadro 92. Fontes de financiamento da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)
Fonte de financiamento	Acordos	3
	Mensalidades	5
	Outras Fontes	0
Acordo de cooperação	Típico	2
	Atípico	1
	Gestão	0
	Não aplicável	2
Lotação do Acordo		128

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

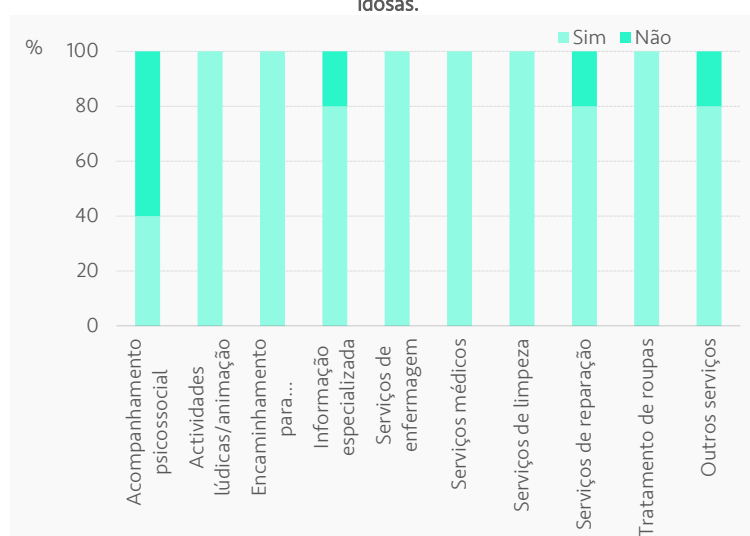
Em relação às refeições é possível observar que todas as respostas de ERPI existentes em território municipal disponibilizam pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar (Figura 128).

Relativamente a outros tipos de serviços prestados pela resposta de estrutura residencial para pessoas idosas é possível observar que todos prestam serviços diversificados, sendo que a totalidade das valências apresenta os serviços de atividades lúdicas/animação; encaminhamento para serviço/instituição; serviços de enfermagem; serviços médicos; serviços de limpeza e tratamento de roupas. Por outro lado, enquanto que os serviços associados ao acompanhamento psicossocial apenas são prestado por dois equipamentos, já os serviços de informação especializada; serviços de reparação e outros serviços apenas não são prestados por 1 das 5 valências em análise (Figura 129).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 128. Existência de serviços de refeição na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 129. Existência de outros serviços na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.

1.2.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência

A deficiência deve ser compreendida de forma contextualizada e ultrapassando a tendência de associação a uma questão meramente patológica ou incapacitante da corporeidade humana, razão pela qual o entendimento conceptual que lhe é associado esteja sujeito a variações consoante a área de estudos que a analisa (Fontes, 2016).

Face ao exposto, entende-se a deficiência como uma afetação de uma estrutura e/ou função do corpo (do ponto de vista psicológico, fisiológico ou anatómico) que se desvia do estado biomédico considerado padrão e que, daí derivado, pode incapacitar o indivíduo através da limitação de atividade – “as dificuldades que um indivíduo pode ter na execução de atividades” - e restrição de participação – “os problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real” (Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2006, p. 18).

Na promoção de um caminho que vise erradicar o contexto identificado por Pimenta & Salgado (2010, p.156) que referem que, “recorrendo a estudos recentes evidenciam-se alguns traços reveladores de uma condição social fragilizada em vários domínios de análise

e que apontam para a existência clara de uma relação entre a deficiência e desigualdade social”, importa sustentar a efetivação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, criando políticas internas inclusivas que fomentem o acesso aos diferentes níveis de ensino e ao mercado de trabalho e que melhorem as acessibilidades, numa lógica de capacitação e desenvolvimento das suas potencialidades.

De destacar, não obstante ao caminho que urge ser trilhado, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que vem promover a Educação inclusiva propondo-se a responder às necessidades e potencialidades de todos os alunos, reconhecendo a diversidade e as características de cada criança e/ou jovem. Cumpre, neste sentido, a materialização de políticas promotoras da inclusão social sendo dever do Estado, consoante o consagrado no artigo 71º da Constituição da República Portuguesa, o asseverar do cumprimento de uma política “de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias”, promovendo igualmente a sensibilização da sociedade “quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles” e a assunção de efetiva concretização dos seus direitos (Assembleia da República, 2015, p. 54).

Neste sentido, o Estado assume papel de fiscalização e acompanhamento, por via do Instituto da Segurança Social, dos equipamentos sociais existentes e destinados a esta população-alvo. Recorde-se a imprescindibilidade de respostas sociais vocacionadas para a População Adulta com Deficiência que, em consonância com o grau de dependência, requer respostas específicas, independentemente de se encontrarem residencializadas ou em habitação própria, com ou sem retaguarda familiar.

Integram as respostas sociais vocacionadas para a população-alvo Pessoas Adultas com Deficiência, as valências Acolhimento Familiar, Apoio em Regime Ambulatório, Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD), Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Estabelecimentos Residenciais (Lar Residencial, Residência Autónoma e Lar de Apoio), Serviço de Apoio Domiciliário e Transporte de Pessoas (Direção-Geral da Segurança Social, 2018-b, p. 11-14; Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2018).

De acordo com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2018), no período compreendido entre 2000 e 2017, é reconhecido um aumento na ordem dos 81% relativamente às respostas sociais existentes e dirigidas à População Adulta com Deficiência.

Existe ainda a resposta social de Intervenção Precoce na Infância, destinada a crianças e jovens portadores de deficiência, com vista a “garantir condições de desenvolvimento das crianças com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal e social e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso de desenvolvimento” (Direção-Geral da Segurança Social, 2018-b, p. 13).

No caso particular do Município de Alvaiázere, é disponibilizada a resposta social Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), sita na União de Freguesias de Alvaiázere e Gatões, integrada na rede privada sem fins lucrativos e destinada à População Adulta com Deficiência.

1.2.2.2.1. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) corresponde a uma “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respectivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.”.

No município de Alvaiázere a resposta de CACI apenas se encontra representada por um equipamento localizado na freguesia de Alvaiázere (Figura 130 e Quadro 93). Em termos de caracterização verifica-se uma capacidade para 30 utentes, ainda que a frequência seja de 29 crianças, significando uma taxa de utilização de 96,7%. De referir, ainda o facto de esta resposta apresentar uma lista de espera composta por 26 potenciais utentes.

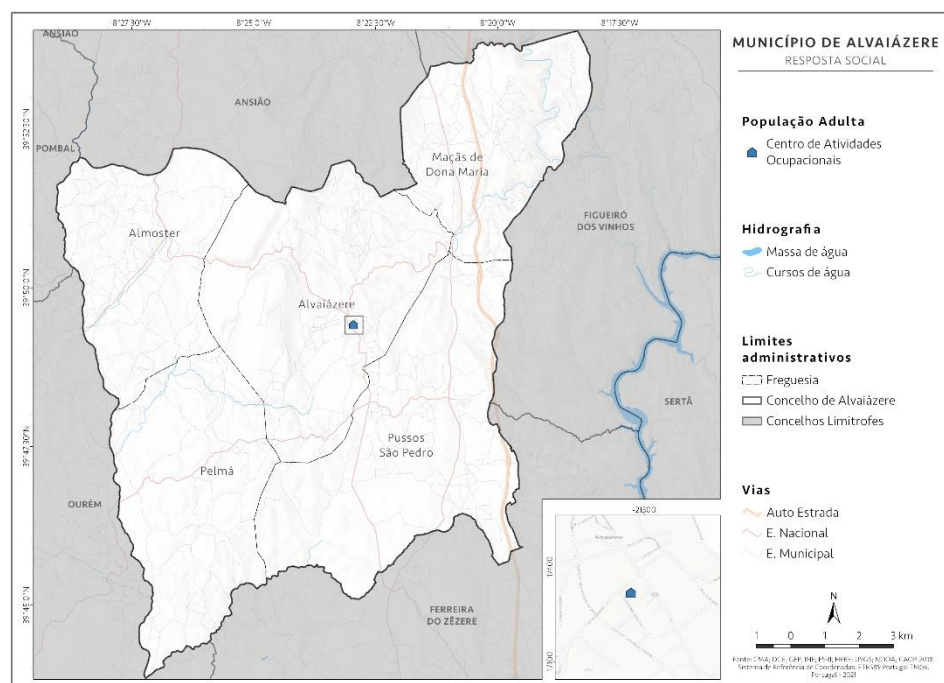


Figura 130. Distribuição da resposta social de CACI.

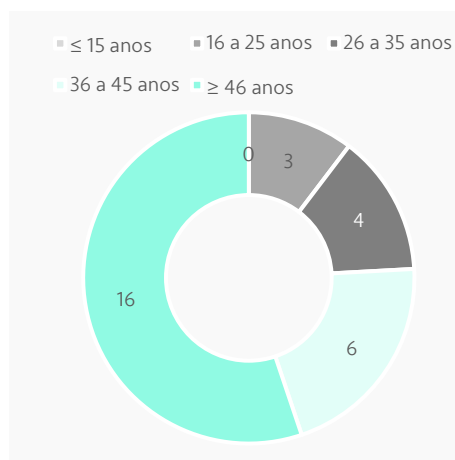
Quadro 93. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de CACI.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Taxa de utilização (%)	Lista de espera (nº)
Alvaiázere	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere	Solidária	30	29	96,7	26
Total			30	29	96,7	26

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

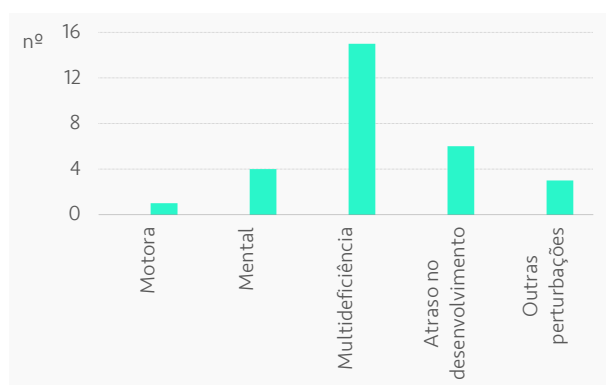
A análise da resposta social de CACI conta com um total de 29 utentes, sendo que a faixa etária mais representada é a ≥ 46 anos (Figura 131). Permite ainda observar que a maioria dos utentes se apresenta com multideficiências, especialmente na faixa etária que se apresenta com mais de 46 anos (10). De referir, ainda, que o atraso no desenvolvimento

e as dificuldades de foro mental apresentam valores elevados, com 6 e 4 utentes respetivamente (Figura 132).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 131. Caracterização da população utente por faixa etária na resposta social de CACI.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 132. Caracterização da população utente por tipo de deficiência na resposta social de CACI.

A única resposta de CACI existente no município de Alvaiázere localiza-se na freguesia sede de município e apresenta um total de 27 utentes.

Relativamente área de residência, verifica-se que o município de Alvaiázere apresenta um total de 11 utentes, sendo provenientes da freguesia sede do município o número mais elevado de utentes (7). Apesar disto, verifica-se que o valor de utentes provenientes de outros municípios também se apresenta bastante elevado (16), destacando-se a freguesia de Figueiró dos Vinhos (5) (Quadro 94).

O principal motivo de ingresso na valência em análise é a “Idade avançada do(s) cuidador(es)” com a existência de 15 utentes nesta situação. É de referir ainda, a existência de 5 utentes cuja falta de condições habitacionais os levaram a ingressar nesta resposta social, bem como os 4 utentes que não disponham de disponibilidade por parte dos familiares (Quadro 95).

Este tipo de valência apresenta como fonte de financiamento um acordo de cooperação típicos, com uma lotação para 28 utentes (Quadro 96).

Quadro 94. Freguesias de residência da população utente da resposta social de CACI.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial da ACPA	Alvaiázere	7
		Maças de Dona Maria	2
		Pussos São Pedro	2
		Total do Município de Alvaiázere	11
		Alcobaça	2
		Amadora	1
		Ansião	1
		Condeixa-a-Nova	1
		Ferreira do Zêzere	1
		Figueira da Foz	2
		Figueiró dos Vinhos	5
		Ourém	2
		Penela	1
		Sintra	1
		Tomar	1
		Total de outros Municípios	16
		Total do município	11
		Total de utentes	27

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 95. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de CACI.

Motivo	Nº de utentes
Falta de disponibilidade da família	10
Falta de condições habitacionais	2
Idade avançada do(s) cuidador(es)	15
Monoparentalidade	2
Total	29

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 96. Fontes de financiamento da resposta social de CACI.

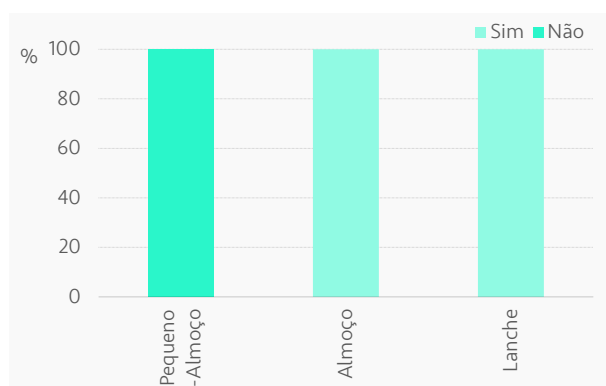
Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)
Fonte de financiamento	Receitas próprias	-
	Acordos de cooperação	1
	Outras Fontes	-
Acordo de cooperação	Típico	1
	Atípico	-
	Gestão	-
	Lotação do Acordo	28

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Em relação às refeições é possível observar que o almoço e o lanche são as únicas refeições disponibilizadas (Figura 133).

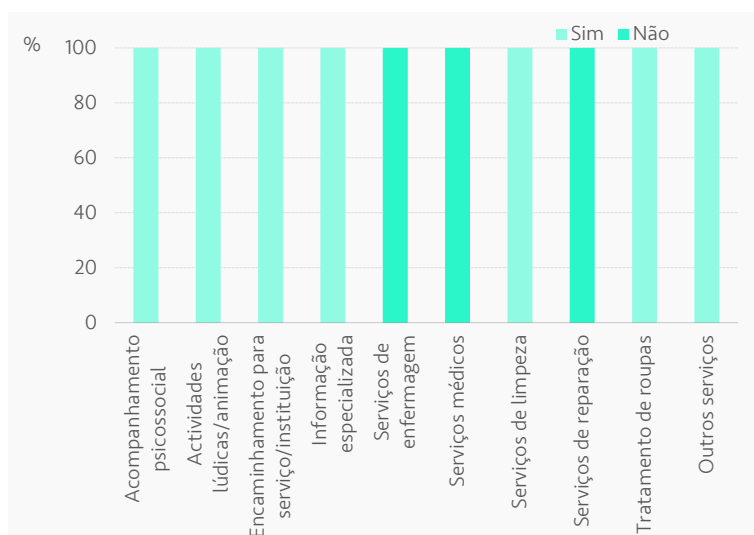
Relativamente a outros tipos de serviços prestados pela resposta de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão é possível observar que o equipamento não disponibiliza de serviços de enfermagem, serviços médicos e serviços de reparação. Por

outro lado, verifica-se que no geral a rede de serviços prestada por este equipamento é bastante diversificada (Figura 134).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 133. Existência de serviços de refeição na resposta social de CACI.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 134. Existência de outros serviços na resposta social de CACI.

1.2.2.2.2. Lar Residencial (LR)

O Lar Residencial corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

No município de Alvaiázere a resposta de LR apenas se encontra representada por um equipamento localizado na freguesia de Alvaiázere e designado de Associação da Casa do Povo de Alvaiázere. Em termos de caracterização verifica-se uma frequência de 24 utentes, valor que corresponde, de igual modo à capacidade máxima da resposta social e ao número de utentes com acordo, o que significa que a taxa de utilização é de 100%. De referir, ainda o facto de esta resposta apresentar uma lista de espera composta por 26 potenciais utentes (Figura 135 e Quadro 97).

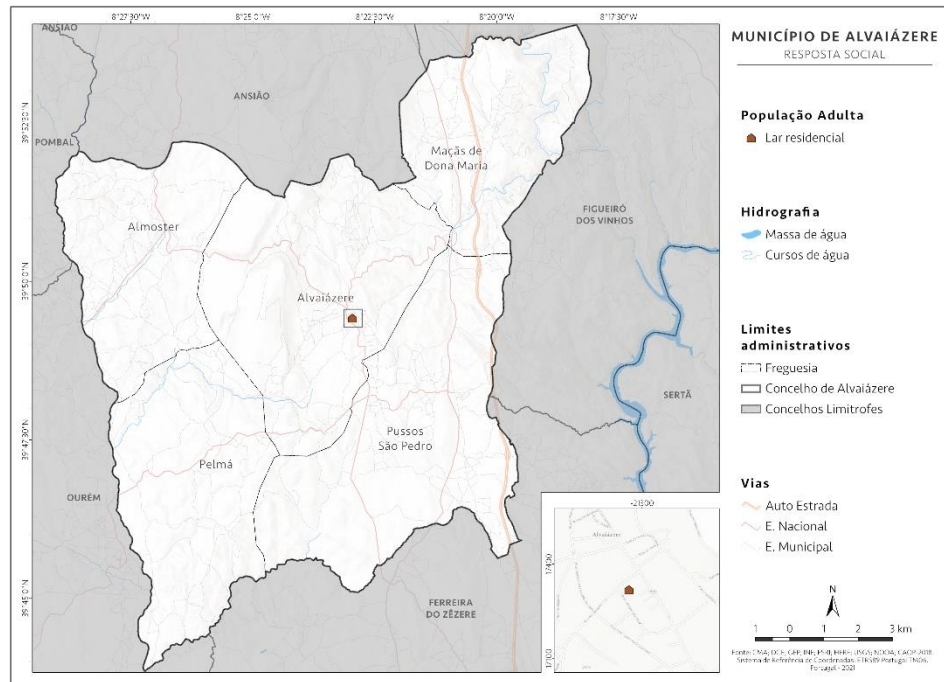


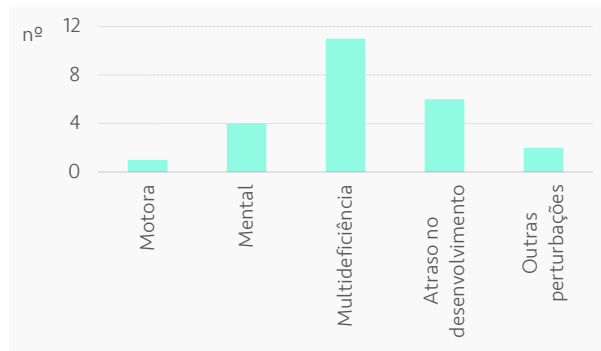
Figura 135. Distribuição da resposta social de Lar Residencial.

Quadro 97. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de Lar Residencial.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Taxa de utilização (%)	Lista de espera (nº)
Alvaiázere	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere	Solidária	24	24	100	26
	Total		24	24	100	26

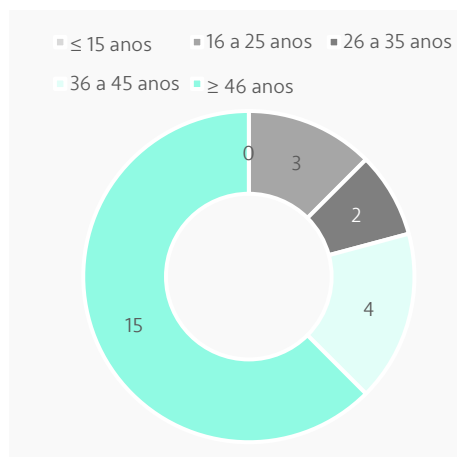
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

A análise da resposta social de LR permite observar que a maioria dos utentes se apresenta com multideficiências (11), sobretudo na faixa ≥ 46 anos (9). De referir, ainda, que o atraso no desenvolvimento e as dificuldades de foro mental apresentam valores elevados, com 6 e 4 utentes respetivamente (Figura 136).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 136. Caracterização da população utente por tipo de deficiência na resposta social de Lar Residencial.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 137. Caracterização da população utente por faixa etária na resposta social de Lar Residencial.

A resposta de Lar Residencial localizada na freguesia de Alvaiázere apresenta um total de 24 utentes, sendo que 18 são provenientes de outros municípios e apenas 6 são residentes das freguesias do município, nomeadamente Alvaiázere (3), Pussos São Pedro (2) e Maçãs de Dona Maria (1) (Quadro 98).

Quadro 98. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Lar Residencial.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial da ACPA	Alvaiázere	3
		Maçãs de Dona Maria	1
		Pussos São Pedro	2
		Total do Município de Alvaiázere	6
		Alcobaça	2
		Amadora	1
		Ansião	1
		Condeixa - a - Nova	1
		Ferreira do Zezêre	1
		Figueira da Foz	2
		Figueiró dos Vinhos	5
		Ourém	2
		Penela	1
		Sintra	1
		Tomar	1
		Total de outros Municípios	18
		Total	24
		Total do município	6
		Total de utentes	24

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

O principal motivo de ingresso na valência em análise é a “Idade avançada do(s) cuidador(es)” com a existência de 13 utentes nesta situação. É de referir ainda, a existência de 5 utentes cuja falta de disponibilidade da família os levaram a ingressar nesta resposta

social, bem como os 4 utentes que não disponham condições habitacionais (Quadro 99). Este tipo de valência apresenta como fonte de financiamento um acordo de cooperação típicos, com uma lotação para 22 utentes (Quadro 100).

Quadro 99. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de Lar Residencial.

Motivo	Nº de utentes
Falta de disponibilidade da família	5
Falta de condições habitacionais	4
Idade avançada do(s) cuidador(es)	13
Monoparentalidade	0
Outro	2
Total	24

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

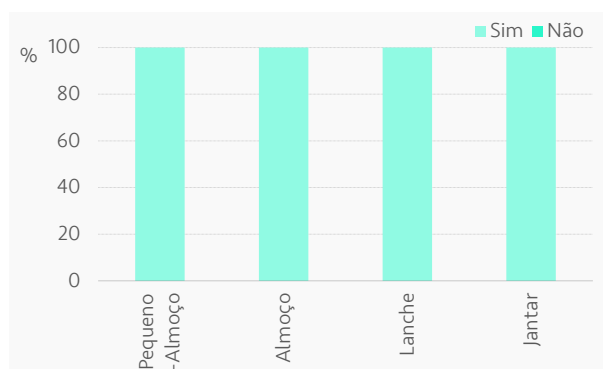
Quadro 100. Fontes de financiamento da resposta social de Lar Residencial.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)	
Fonte de financiamento	Receitas próprias	-	
	Acordos de cooperação	1	
	Outras Fontes	-	
Acordo de cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico	1
		Atípico	-
		Gestão	-
	Lotação do Acordo	22	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

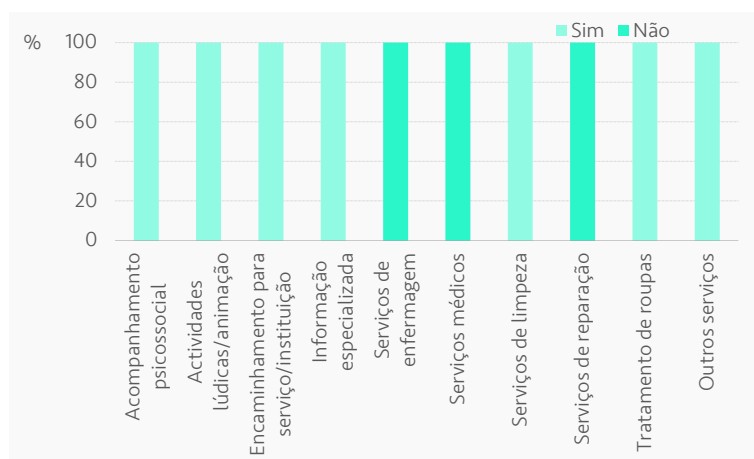
Em relação às refeições é possível observar que o equipamento disponibiliza pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar (Figura 138).

Relativamente a outros tipos de serviços prestados pela resposta de lar residencial é possível observar que o equipamento não disponibiliza de serviços de enfermagem e serviços médicos. Por outro lado, e no que se refere ao outro tipo de serviços prestados pela resposta, verifica-se que o equipamento disponibiliza da maior parte dos serviços elencados (Figura 139).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 138. Existência de serviços de refeição na resposta social de Lar Residencial.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 139. Existência de outros serviços na resposta social de Lar Residencial.

1.2.2.3. Pessoas em Situação de Dependência

1.2.2.3.1. Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)

A Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) é uma unidade que presta cuidados domiciliários a vários níveis, “prestando cuidados globais a pessoas em situação de dependência” (Dec. Lei nº 101/2006, de 6 de junho). Trata-se de uma resposta social que “se destina a pessoas em situação de dependência funcional transitória ou prolongada, que não se podem deslocar de forma autónoma, cujo critério de referenciação assenta na fragilidade, limitação funcional grave, condicionada por fatores ambientais, com doença severa, em fase avançada ou terminal, ao longo da vida, que reúnam condições no domicílio que permitam a prestação dos cuidados continuados integrados” (Guia Prático - RNCCI, Segurança Social, 2021, p. 7).

No município de Alvaiázere a resposta de ECCI encontra-se sediada no Centro de Saúde de Alvaiázere, localizado na freguesia de Alvaiázere e cuja entidade gestora é a Administração Regional de Saúde do Centro, IP (Figura 140). Em termos de caracterização verifica-se uma frequência de 8 utentes, valor que corresponde, de igual modo à capacidade máxima da resposta social e ao número de utentes com acordo, não existindo qualquer utente em lista de espera. Estes 8 utentes são provenientes da freguesia de Alvaiázere (Quadro 101).

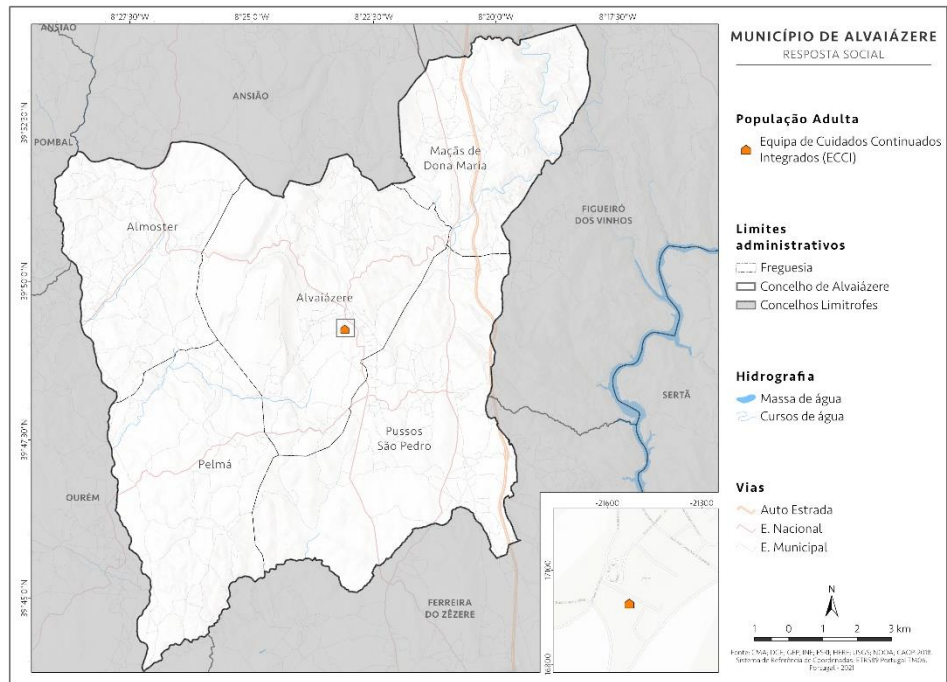


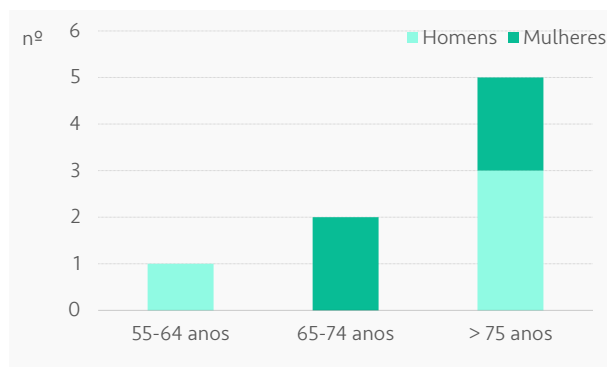
Figura 140. Distribuição da resposta social de Equipe de cuidados continuados integrados.

Quadro 101. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de ECCI.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Taxa de utilização (%)	Lista de espera (nº)
Alvaiázere	Centro de Saúde de Alvaiázere	Pública	8	8	100	0
Total			8	8	100	0

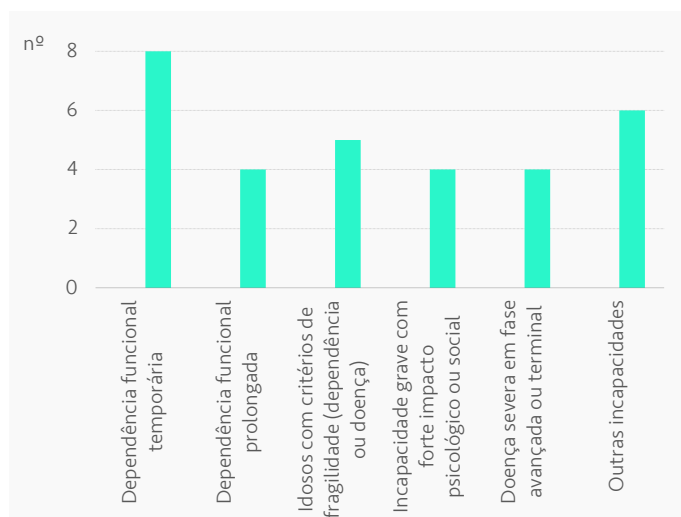
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

A análise da resposta social de ECCI permite observar que os utentes em situação de dependência se encontram nas faixas etárias dos 55 aos 64 anos (1), dos 65 aos 74 anos (2) e dos que apresentam mais de 75 anos (5) (Figura 141). Por outro lado, dos 8 utentes que usufruem desta resposta, 4 apresentam uma dependência funcional prolongada, 5 apresentam critérios de fragilidade (dependência ou doença), 4 apresentam incapacidade grave com forte impacto psicológico ou social, 4 têm doença severa em fase avançada ou terminal, sendo 6 dos 8 utentes apresentam ainda outras incapacidades (Figura 142).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 141. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de ECCI.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 142. Caracterização da população utente por tipo de dependência na resposta social ECCL.

Quadro 102. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Equipa de ECCL.

Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	Centro de Saúde de Alvaiázere	Alvaiázere	8
Total do município			8

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Este tipo de valência apresenta como fonte de financiamento um acordo de cooperação de gestão, com uma lotação para 8 utentes (Quadro 103).

Quadro 103. Fontes de financiamento da resposta social de ECCL.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)
Fonte de financiamento	Receitas próprias	-
	Acordos de cooperação	-
	Outras Fontes	1
Acordo de cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico
		Atípico
		Gestão
	Lotação do Acordo	8

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Relativamente a outros tipos de serviços prestados pela resposta de ECCL é possível observar que prestam serviços diversificados, tais como exames complementares de diagnóstico, laboratoriais e radiológicos; prescrição e administração de medicamentos; atividades de manutenção e de estimulação; exames complementares de diagnóstico; consulta, acompanhamento e avaliação de doentes internados e apoio no desempenho das atividades da vida diária (Quadro 104).

Quadro 104. Existência de outros serviços na resposta social de ECCL.

Tipo de serviço	Sim	Não
Cuidados médicos permanentes		X
Cuidados médicos diários		X
Cuidados de enfermagem permanentes		X
Exames complementares de diagnóstico, laboratoriais e radiológicos	X	
Cuidados de fisioterapia		X
Cuidados de terapia ocupacional		X
Prescrição e administração de medicamentos	X	
Apoio psicológico e social		X
Higiene, conforto e alimentação		X
Convívio e lazer		X
Atividades de manutenção e de estimulação	X	
Exames complementares de diagnóstico	X	
Controlo fisiátrico periódico		X
Consulta, acompanhamento e avaliação de doentes internados	X	
Animação sociocultural		X
Apoio no desempenho das atividades da vida diária	X	
Outros serviços		X

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

1.2.2.3.2. Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)

As Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) trata-se de uma resposta social destinada “a pessoas que, na sequência de doença aguda ou reagudização de doença crónica, perderam a sua autonomia e funcionalidade, mas com potencial de reabilitação funcional e que necessitem de cuidados de saúde, apoio social, que pela sua frequência ou duração, não podem ser prestados no domicílio” (Guia Prático - RNCCI, Segurança Social, 2021, p. 6).

No município de Alvaiázere a resposta de UMDR encontra-se sediada no Hospital Santa Cecília - Unidade de Cuidados Continuados Integrados, localizado na freguesia de Alvaiázere e cuja entidade gestora é a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere (Figura 143 e Quadro 105). Em termos de caracterização verifica-se uma frequência de 10 utentes, valor que corresponde, de igual modo à capacidade máxima da resposta social e ao número de utentes com acordo. De referir, ainda o facto de esta resposta não apresentar uma lista de espera.

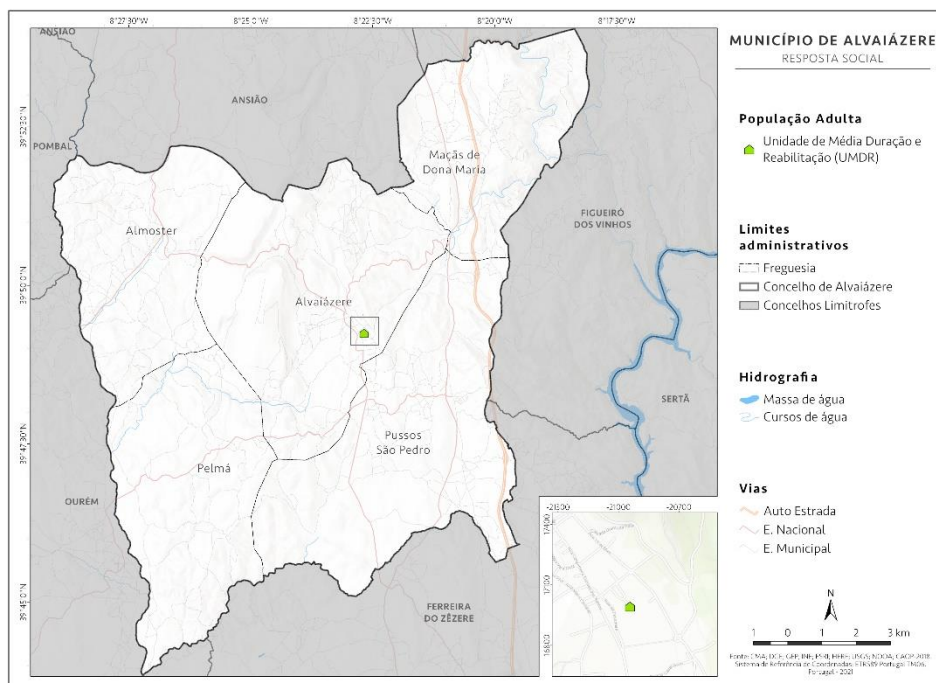


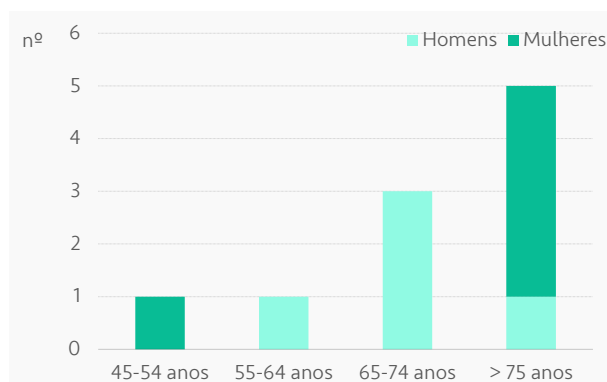
Figura 143. Distribuição da resposta social de Unidade de Média Duração e Reabilitação.

Quadro 105. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de UMDR.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Taxa de utilização (%)	Lista de espera (nº)
Alvaiázere	Hospital Santa Cecília - Unidade de Cuidados Continuados Integrados	Solidária	10	10	100	0
Total			10	10	100	0

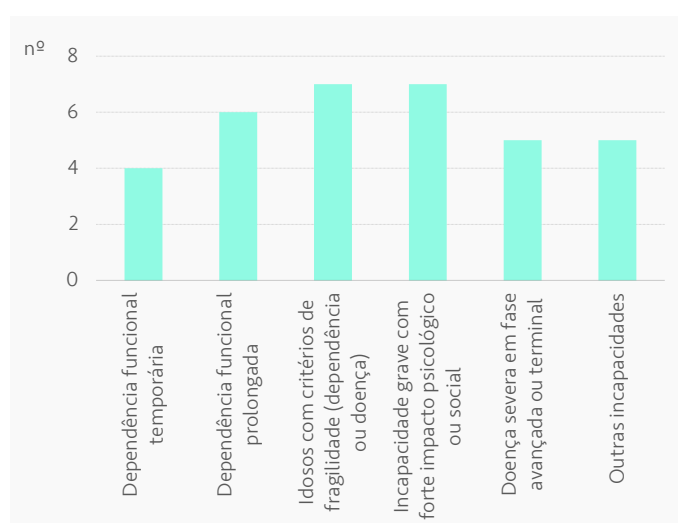
Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

A análise da resposta social de UMDR permite observar que os utentes em situação de dependência se encontram nas faixas etárias dos 45 aos 54 anos (1), 55 aos 64 anos (1), dos 65 aos 74 anos (3) e dos que apresentam mais de 75 anos (5) (Figura 144). Complementando esta análise, no que se refere ao tipo de dependência, dos 10 utentes que usufruem desta resposta, 4 apresentam uma dependência funcional temporária e os restantes 6 uma dependência funcional prolongada. Por outro lado, 7 dos utentes são idosos com critérios de fragilidade (dependência ou doença) e com uma incapacidade grave com forte impacto psicológico ou social, sendo que 5 têm doença severa em fase avançada ou terminal e outras incapacidades (Figura 145).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 144. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de UMDR.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 145. Caracterização da população utente da resposta de UMDR.

Já no que diz respeito à caracterização dos utentes segundo a área de residência, denota-se que existem 2 utentes provenientes do município de Alvaiázere e 8 utentes residentes noutros municípios, destacando-se o caso de Ansião (4) (Quadro 106).

Quadro 106. Freguesias de residência da população utente da resposta social de UMDR.

Quadro 100: Freguesias de residência da população utente da resposta social da			
Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	Hospital Santa Cecília - Unidade de Cuidados Continuados Integrados	Pelmá	1
		Pussos São Pedro	1
		Total do Município de Alvaiázere	2
		Ansião	4
		Condeixa-a-Nova	1
		Ferreira do Zêzere	1
		Ourém	1
		Pedrogão Grande	1
		Total de outros Municípios	8
		Total do município	2
Total de utentes			10

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

O principal motivo de ingresso na valência em análise não se enquadrava em nenhuma das categorias referenciadas, sendo indicado como “outro” motivo (7), sendo de referir a existência de 2 utentes cuja falta de disponibilidade da família o levou a ingressar nesta resposta social e de 1 utente cuja frequência foi motivada pela idade avançada do cuidador (Quadro 107).

Este tipo de valência apresenta como fonte de financiamento um acordo de cooperação típicos, com uma lotação para 10 utentes (Quadro 108).

Quadro 107. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de UMDR.

Motivo de ingresso	Número de Utentes	
	nº	%
Falta de disponibilidade da família	2	20,0
Falta de condições habitacionais	0	0,0
Idade avançada do(s) cuidador(es)	1	10,0
Monoparentalidade	0	0,0
Outro	7	70,0
Total	10	100

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 108. Fontes de financiamento da resposta social de UMDR.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)	
Fonte de financiamento	Acordos	1	
	Mensalidades	1	
	Outras Fontes	-	
Acordo de cooperação	Tipo de acordo	Típico	1
		Atípico	-
		Gestão	-
		Não aplicável	-
	Lotação do Acordo		10

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Relativamente a outros tipos de serviços prestados pela resposta de UMDR é possível observar uma diversidade de ofertas que permitem que esta valência assegure a reabilitação funcional, cuidados médicos diários, cuidados de enfermagem permanentes, cuidados de fisioterapia e de terapia ocupacional, prescrição e administração de medicamentos, apoio psicossocial, higiene, conforto e alimentação e convívio de lazer, conforme preconizado na RNCCI (Quadro 109).

Quadro 109. Existência de outros serviços na resposta social de UMDR.

Tipo de serviço	Sim	Não
Cuidados médicos permanentes	X	
Cuidados médicos diários	X	
Cuidados de enfermagem permanentes	X	
Exames complementares de diagnóstico, laboratoriais e radiológicos	X	
Cuidados de fisioterapia	X	
Cuidados de terapia ocupacional	X	
Prescrição e administração de medicamentos	X	
Apoio psicológico e social	X	
Higiene, conforto e alimentação	X	
Convívio e lazer	X	
Atividades de manutenção e de estimulação	X	
Exames complementares de diagnóstico	X	
Controlo fisiátrico periódico	X	
Consulta, acompanhamento e avaliação de doentes internados	X	
Animação sociocultural	X	
Apoio no desempenho das atividades da vida diária	X	
Outros serviços	X	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

1.2.2.3.3. Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)

As Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) trata-se de uma resposta social destinada “a utentes com doença ou processo crónico, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou noutro tipo de resposta. Presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida (Guia Prático - RNCCI, Segurança Social, 2021, p. 7).

O município de Alvaiázere dispõe de uma Unidade de Longa Duração e Manutenção que funciona no Hospital Santa Cecília-Unidade de Cuidados Continuados Integrados, a qual se encontra vocacionada para o apoio ao grupo-alvo de Pessoas em Situação de Dependência (Figura 146 e Quadro 110). Em termos de caracterização verifica-se uma frequência de 11 utentes, valor que corresponde, de igual modo à capacidade máxima da resposta social e ao número de utentes com acordo. De referir, ainda o facto de esta resposta não apresentar uma lista de espera.

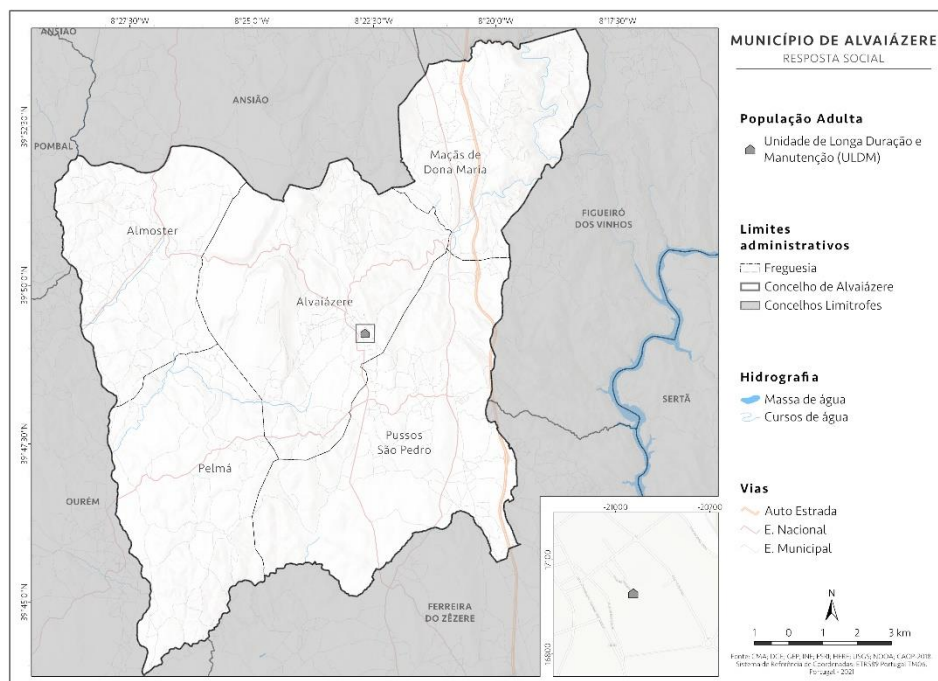


Figura 146. Distribuição da resposta social de Unidade de Longa Duração e Manutenção.

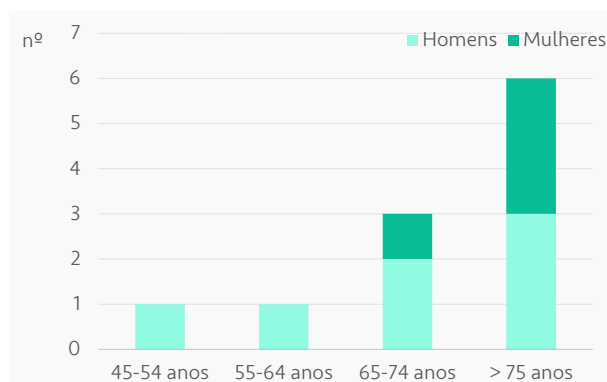
Quadro 110. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de ULDM.

Freguesias	Equipamento	Rede	Capacidade	Frequência	Taxa de utilização (%)	Lista de espera (nº)
Alvaiázere	Hospital Santa Cecília - Unidade de Cuidados Continuados Integrados	Solidária	11	11	100	0
Total			11	11	100	0

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

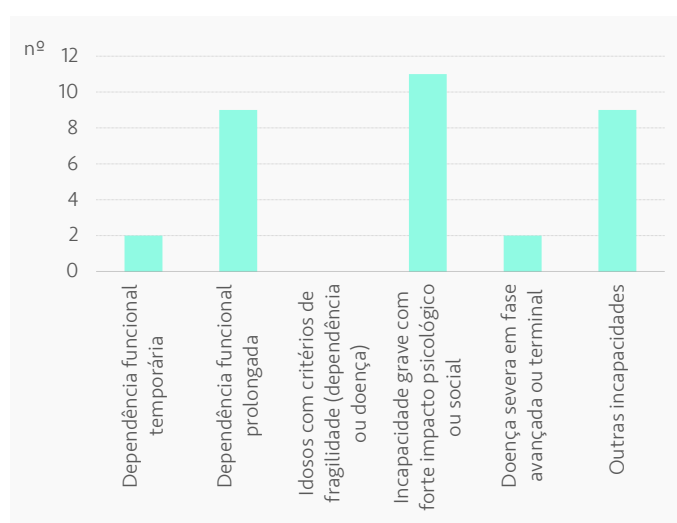
A análise da resposta social de ULDM permite observar que a maioria dos utentes se encontram nas faixas etárias dos 45 aos 54 anos (1), 55 aos 64 anos (1), dos 65 aos 74 anos (3) e dos que apresentam mais de 75 anos (6) (Figura 147). Complementando esta análise, no que se refere ao tipo de dependência, dos 11 utentes que usufruem desta resposta, 2 apresentam uma dependência funcional temporária e doença severa em fase avançada ou terminal, enquanto 9 dos utentes apresentam uma dependência funcional prolongada. Por outro lado, a totalidade dos utentes apresenta uma incapacidade grave com forte impacto psicológico ou social, sendo que apenas 2 têm outras incapacidades (Figura 148).

Relativamente à caracterização dos utentes segundo a área de residência é de referir os 4 utentes provenientes de outros municípios, nomeadamente Ansião (3) e Celorico da Beira (1). E ainda os 7 utentes residentes no município de Alvaiázere, mais propriamente nas freguesias de Pussos São Pedro (4), Alvaiázere (1) e Almoester (1) e Maçãs de Dona Maria (1) (Quadro 111).



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 147. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de ULDM.



Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Figura 148. Caracterização da população utente por tipo de dependência na resposta social ULDM.

Quadro 111. Freguesias de residência da população utente da resposta social de ULDM.

Quadro III. Freguesias de residência da população utente da resposta social de			
Freguesia	Designação	Proveniência	N.º de Utentes
Alvaiázere	Hospital Santa Cecília - Unidade de Cuidados Continuados Integrados	Alvaiázere	1
		Almoester	1
		Maços de Dona Maria	1
		Pussos São Pedro	4
		Total do Município de Alvaiázere	7
		Ansião	3
		Celorico da Beira	1
		Total de outros Municípios	4
		Total	11
Total do município		7	
Total de utentes		11	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

O principal e único motivo de ingresso na valência em análise remete para falta de disponibilidade da família (Quadro 112). Este tipo de valência apresenta como fonte de financiamento um acordo de cooperação típico, com uma lotação para 11 utentes (Quadro 113). Relativamente a outros tipos de serviços prestados pela resposta de ULDM é possível

observar que das categorias referenciadas, apenas não é prestado um controlo fisiátrico periódico (Quadro 114).

Quadro 112. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de ULDM.

Motivo de ingresso	Número de Utentes	
	nº	%
Falta de disponibilidade da família	11	100
Falta de condições habitacionais	0	0,0
Idade avançada do(s) cuidador(es)	0	0,0
Monoparentalidade	0	0,0
Outro	0	0,0
Total	11	100

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 113. Fontes de financiamento da resposta social de ULDM.

Financiamento/Acordo		Respostas sociais (nº)	
Fonte de financiamento	Acordos	1	
	Mensalidades	1	
	Outras Fontes	-	
Acordo de cooperação	Tipo de acordo	Típico	1
		Atípico	-
		Gestão	-
		Não aplicável	-
	Lotação do Acordo		11

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Quadro 114. Existência de outros serviços na resposta social de ULDM.

Tipo de serviço	Sim	Não
Cuidados médicos permanentes	X	
Cuidados médicos diários	X	
Cuidados de enfermagem permanentes	X	
Exames complementares de diagnóstico, laboratoriais e radiológicos	X	
Cuidados de fisioterapia	X	
Cuidados de terapia ocupacional	X	
Prescrição e administração de medicamentos	X	
Apoio psicológico e social	X	
Higiene, conforto e alimentação	X	
Convívio e lazer	X	
Atividades de manutenção e de estimulação	X	
Exames complementares de diagnóstico	X	
Controlo fisiátrico periódico		X
Consulta, acompanhamento e avaliação de doentes internados	X	
Animação sociocultural	X	
Apoio no desempenho das atividades da vida diária	X	
Outros serviços	X	

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Síntese

- No Município de Alvaiázere estão presentes e amplamente distribuídas pelo território municipal 12 entidades proprietárias, sendo que, 2 integram a rede pública, 8 pertencem à rede solidária e 2 integram a rede lucrativa. E, ainda, na freguesia de Pelma não existe qualquer equipamento.
- A análise dos equipamentos sociais presentes no município de Alvaiázere segundo a natureza jurídica da entidade gestora revela, a prevalência das entidades solidárias (12) sobre as entidades da rede pública (3) e privada (2), totalizando 17 equipamentos. Sendo que, a maioria dos equipamentos têm como população-alvo as crianças e jovens e as pessoas idosas (com 8 e 7 equipamentos, respetivamente) e foram contruídos recentemente, entre 2011-2019 (6).
- Verifica-se que dos 17 equipamentos sociais do município integram 26 valências, sendo que, a maioria pertence à rede solidária (21). Porém, a maioria da distribuição das valências é dirigida ao grupo-alvo População Idosa (50%), devido à expressividade do fenómeno de envelhecimento, sendo as freguesias de Maças de Dona Maria e Alvaiázere que apresentam maior número de respostas sociais para a população idosa (5 e 4, respetivamente).
- No município de Alvaiázere, até 1980 não existia qualquer tipo valência, sendo no período entre 1980 e 1989 que surgiram as primeiras 3, designadamente, CATL, SAD e ERI. A partir deste ano começaram a aumentar gradualmente, sendo que entre 1990 e 1999 surgiram mais 6 valências, entre 2000 e 2009 mais 8 e nos anos após 2010 surgiram 9 valências.
- Em Alvaiázere, a população entre os 0-14 anos de idade regista um decréscimo, entre 2011 e 2017. Assim, observa-se que é nas freguesias de Alvaiázere e Maças de Dona Maria que se regista o maior número de respostas sociais destinadas à população-alvo Infância e Juventude (4 e 3, respetivamente), distribuindo-se por creches, JI e CATL. De salientar as freguesias de Almoester e Pelma que não apresentam qualquer tipo de resposta social destinada à Infância e Juventude.
- O envelhecimento da população é resultado da concertação de dois fatores: o aumento da longevidade e o declínio da fecundidade. Assim, em Alvaiázere, existem 13 valências destinadas para a população idosa, distribuindo-se por SAD (4), CC (2), CD (2) e ERI (5), estando concentrado o maior número de respostas sociais nas freguesias de Maças de Dona Maria (5) e de Alvaiázere (4).
- No que se refere às pessoas em situação de dependência, as respostas são disponibilizadas apenas na freguesia de Alvaiázere, através de uma ECCI, pertencente ao Centro de Saúde de Alvaiázere, uma ULDM e uma UMDR. Em simultâneo, população adulta com deficiência, as únicas respostas disponibilizadas pertencem, também, à freguesia de Alvaiázere através do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e do lar residencial.

2. Prestações sociais: pecuniárias e em espécie

As prestações sociais são transferências para as pessoas, em dinheiro, em bens ou em serviços destinadas a cobrir os encargos financeiros fruto de necessidades sociais ou riscos como a invalidez, a doença, a velhice ou o desemprego. São exemplos de prestações sociais as pensões de velhice, reforma, subsídio de desemprego, abono de família, subsídio por doença e rendimento social de inserção, entre outras.

2.1. Rendimento Social de Inserção (RSI)

O rendimento social de inserção¹¹ é legalmente definido como “uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária”¹².

O Rendimento Social de Inserção é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por:

- uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e;
- um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

A atribuição do direito ao rendimento social de inserção depende da verificação das condições seguintes:

- a) *Possuir residência legal em Portugal;*
- b) *. Estar em situação de pobreza extrema.*
- c) *Assumir o compromisso, formal e expresso de celebrar o contrato de inserção, designadamente através da disponibilidade para o trabalho, para a formação ou para outras formas de inserção que se revelem adequadas.*
- d) *4. Ter 18 anos ou mais.*
- e) *Se tiver menos de 18 anos, e desde que tenha rendimentos próprios superiores a 70% do valor do RSI (132,76€), também poderá ter direito ao RSI, desde que: 1) esteja grávida; 2) for casado ou viver em união de facto há mais de 2 anos; 3) tiver menores ou deficientes a cargo que dependam exclusivamente do agregado familiar, (isto é, que não tenham rendimentos próprios iguais ou inferiores a 70% do valor do RSI (132,76€)*
- f) *Estar inscrito no Centro de Emprego da área onde mora, se estiver desempregado e tenha condições para trabalhar.*
- g) *Autorizar a Segurança Social a aceder a todas as informações relevantes para a avaliação da situação sócio económica (esta declaração faz parte do formulário quando pedir o RSI).*
- h) *Nas situações em que ficou desempregado por iniciativa própria (sem justa causa), só poderá pedir a prestação de RSI um ano após a data em que ficou desempregado.*

¹¹ O Decreto-Lei n.º 90/2017 de 28 de julho procede à sexta alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de maio que revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, e cria o rendimento social de inserção. Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro - Atualiza o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) no ano 2020

¹² Artigo 1º da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio.

- i) Não se encontrar em prisão preventiva ou a cumprir pena de prisão em estabelecimento prisional. No entanto, nos 45 dias anteriores à data previsível de libertação, já pode pedir o RSI.*
- j) Não se encontrar institucionalizado em equipamentos financiados pelo Estado, salvo se se encontrar transitoriamente acolhido em respostas sociais de natureza temporária com plano pessoal de inserção definido ou em situações de internamento em comunidades terapêuticas ou em unidades de internamento da rede nacional de cuidados continuados integrados. No entanto, nos 45 dias anteriores à data previsível da saída ou alta, já pode pedir o RSI.*
- k) Não se encontrar a beneficiar dos apoios sociais atribuídos no âmbito do regime de concessão do estatuto de asilo ou de refugiado.*

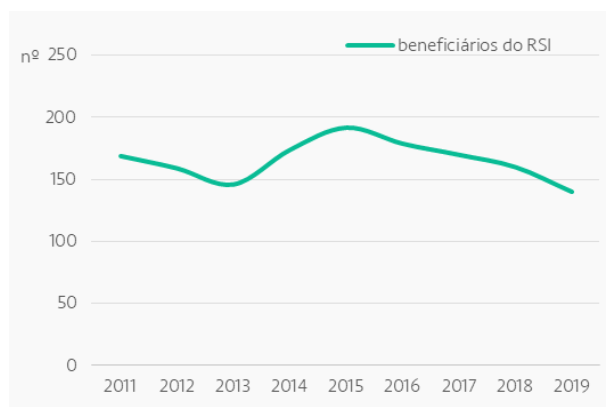
A competência para a atribuição da prestação cabe à entidade gestora das prestações do sistema de segurança social.

2.1.1. Caracterização da População Utente

No que diz respeito aos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), de um modo geral, observou-se um decréscimo pouco significativo entre 2011 e 2019 (-29 indivíduos), com a passagem de 169 indivíduos, em 2011, para 140 indivíduos, em 2019. Denota-se, que entre 2011 e 2013 ocorreu uma ligeira diminuição deste número, com a passagem dos 169 para 146 indivíduos, correspondendo a uma perda de 23 indivíduos. A partir deste ano observa-se um ligeiro acréscimo até 2015, com o aumento de 46 indivíduos. Entre 2015 e 2019, o número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) volta a diminuir, com a passagem de 192 indivíduos para 140 indivíduos, o que significa uma perda de 52 indivíduos (Figura 149).

A leitura do número de beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa em Alvaiázere (35,6) deixa antever que se trata de um valor mais alto, tendo por comparação tanto a região de Leiria como a região Centro (12,26 e 26,17 beneficiários por 1000 habitantes em idade ativa). Embora que a diferença não seja muito significativa o Continente apresenta valores mais elevados do que o município de Alvaiázere (36,1 beneficiários por 1000 habitantes em idade ativa).

A evolução entre 2011 e 2019 vem comprovar o que foi dito anteriormente, observando-se uma diminuição no número de beneficiários, com a passagem de 40,4 para 35,6 beneficiários por 1000 ativos (Quadro 115).



Fonte: PORDATA.

Figura 149. Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Alvaiázere, entre 2011 e 2019.

Quadro 115. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (pessoas por 1000 habitantes em idade ativa), em 2011 e 2019.

Unidade territorial	Beneficiários RSI		Beneficiários RSI por 1000 habitantes em idade ativa	
	2011	2019	2011	2019
Alvaiázere	169	140	40,4	35,6
Região de Leiria	6723	3710	34,9	12,3
Região Centro	62660	39153	41,9	26,2
Continente	414861	239341	6,8	36,1

Fonte: PORDATA.

Relativamente aos 140 indivíduos que em 2019 recebiam o RSI (Quadro 116), cerca de 46 pertenciam ao grupo etário com menos de 25 anos (correspondendo a 32,9%), 37 indivíduos tinham 55 ou mais anos (26,4%) e 42 indivíduos entre os 40 e os 54 anos (30%). Por outro lado, e assumindo menor representatividade, existiam 15 indivíduos beneficiários entre os 25 e os 39 anos (10,7%) (Quadro 117).

Quadro 116. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário, em 2019.

Unidade territorial	Total	Sexo		Idade							
		H	M	< 25 anos		25-39 anos		40-54 anos		55 e mais anos	
		n.º	n.º	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alvaiázere	140	63	77	46	32,9	15	10,7	42	30,0	37	26,4
Região de Leiria	3 710	1 790	1 920	1 440	38,8	522	14,1	896	24,2	852	23,0
Região Centro	39 153	19 622	19 531	14 874	38,0	6 112	15,6	9 064	23,2	9 102	23,2
Continente	239 341	115 412	123 929	97 168	40,6	37 234	15,6	54 726	22,9	50 210	21,0

Fonte: INE, I.P.

Quadro 117. Beneficiários com processamento de RSI em 2020, residentes no município de Alvaiázere, por sexo e por escalão etário

Faixa etária	Mulheres		Homens		Total
	nº	%	nº	%	nº
<18 anos	22	27,8	17	29,8	39
18 a 34 anos	16	20,3	5	8,8	21
35 a 54 anos	24	30,4	19	33,3	43
>=55 anos	17	21,5	16	28,1	33
Total	79	100	57	100	136

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI).

2.2. Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 6 meses e residentes em Portugal.

Podem candidatar-se ao CSI pessoas com baixos recursos, com mais de 66 anos e 6 meses e residentes em Portugal e que apresentem as condições necessárias para ter acesso:

1. Tem de ter recursos inferiores ao valor limite do CSI;
2. Residir em Portugal há pelo menos 6 anos seguidos na data em que faz o pedido (ver perguntas frequentes – condições específicas para quem teve o último emprego fora de Portugal).
3. Têm direito ao CSI os titulares de:
 - Pensão de velhice ou de sobrevivência que tenham idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão do regime geral de segurança social;
 - Pensão de Invalidez do Regime Geral que não sejam titulares da Prestação Social para a Inclusão (esta alteração só produz efeitos a partir de 1 de outubro 2018);
 - Durante 2019 continuam a ter também direito os titulares de pensões antecipadas iniciadas a partir de janeiro de 2014.
4. Ser cidadão português e não ter tido acesso à pensão social por ter rendimentos acima do valor limite de 174,30€ se for uma pessoa ou de 261,45€ se for um casal.
5. Autorizar a Segurança Social a aceder à sua informação fiscal e bancária (tanto da pessoa que faz o pedido, como da pessoa com quem está casada ou vive em união de facto);
6. Estar disponível para pedir outros apoios de segurança social, a que tenha direito e pedir para lhe serem pagas as pensões de alimentos que lhe sejam devidas (tanto a pessoa que faz o pedido como a pessoa com quem está casada ou vive em união de facto).

No ano de 2020 existiam cerca de 231 beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI), no município de Alvaiázere, sendo que 167 eram do sexo feminino e 64 do sexo masculino.

Numa leitura ao perfil etário destes beneficiários (Quadro 118), é visível que, cerca de 72 beneficiários têm 85 ou mais anos e 56 têm entre 80 e 84 anos. Entre os 75 a 79 existiam 46 beneficiários e entre os 70 a 74 existiam 34 beneficiários. Por último, com menos de 69 anos existiam 23 beneficiários, o pode ser justificado devidos às condições impostas para a realização da candidatura a este apoio, pois apenas se podem candidatar pessoas com mais de 66 anos e 6 meses.

Quadro 118. Beneficiários com processamento de CSI em 2020, residentes no município de Alvaiázere, por sexo e por escalão etário

Faixa etária	Mulheres		Homens		Total
	nº	%	nº	%	nº
<=69 anos	12	7,2	11	17,2	23
70 a 74 anos	23	13,8	11	17,2	34
75 a 79 anos	37	22,2	9	14,1	46
80 a 84 anos	38	22,8	18	28,1	56
85 ou mais anos	57	34,1	15	23,4	72
Total	167	100	64	100	231

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI).

2.3. Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal. Considerando que as principais causas são estruturais, mas agravadas por fatores conjunturais, o Programa foi desenhado numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

O Programa visa, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes.

Este programa tem alinhamento com os objetivos da Estratégia Europa 2020, nomeadamente no que respeita à meta de redução da pobreza, uma vez que pretende contribuir a meta de redução de, pelo menos, 200 mil pessoas em situação de pobreza até 2020.

A privação alimentar corresponde ao principal tipo de privação material a que o PO APMC dá resposta. A programação relativa ao apoio alimentar a prestar no quadro deste PO prevê mais do que um tipo de operação:

- a) Aquisição de produtos alimentares por entidades públicas;
- b) Atribuição de uma subvenção financeira às organizações parceiras;

c) Medidas de acompanhamento.

Os critérios para a identificação das pessoas/famílias carenciadas são definidos de acordo com o conceito de carência económica. Este conceito, aplicável igualmente no âmbito do subsistema de ação social, é definido pelos normativos internos estabelecidos pelos serviços da segurança social sendo, nesse âmbito, consultadas as organizações parceiras relevantes.

A identificação das pessoas/famílias mais carenciadas é efetuado, de acordo com o critério de carência económica em vigor, pelo técnico de ação social que acompanha a família. O técnico que procede à identificação das pessoas/famílias integra o quadro de uma organização parceira (pública ou privada sem fins lucrativos).

A situação de indocumentados, como é o caso das situações de pessoas sem-abrigo, configuram também critério suficiente de identificação de pessoa carenciada.

No ano de 2021 existiam cerca de 74 indivíduos beneficiários deste programa no município de Alvaiázere (Quadro 119). A Entidade coordenadora do POAPMC é a Santa Casa da Misericórdia de Ansião, sendo que as Entidades Mediadoras são 2: Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere (38 beneficiários – 14 agregados familiares) e a Associação Casa do Povo de Mações de Dona Maria (36 beneficiários – 16 agregados familiares).

Quadro 119. Agregados familiares a beneficiar do POAPMC e respetiva composição no Município de Alvaiázere

Território		Figueiró dos Vinhos Ansião Alvaiázere Pedrogão Grande Castanheira de Pêra
Consórcio entidade coordenadora		Santa Casa da Misericórdia de Ansião - Operação POAPMC 000024
Entidade Mediadora		Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere
N.º de destinatários apoiados		38
Masculino		14
Feminino		24
N.º Agregados Familiares		14
Entidade Mediadora		Associação Casa do Povo de Mações de Dona Maria
N.º de destinatários apoiados		36
Masculino		16
Feminino		20
N.º Agregados Familiares		16

Fonte: ISS, IP\UAP - Unidade de Apoio a Programas.

Síntese

- No que diz respeito aos beneficiários do RSI, de um modo geral, observou-se um decréscimo pouco significativo entre 2011 e 2019 (-29 indivíduos). Analisando os beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa, o município de Alvaiázere, apresentava em 2019, valores bastante mais elevados (35,6) do que a região de Leiria e a Região Centro (12,3 e 26,2, respetivamente). A população com menos de 25 anos de idade apresentava maior representatividade relativamente a este rendimento (32,9%).
- No ano de 2020 existiam cerca de 231 beneficiários de CSI, no município de Alvaiázere, sendo que 167 eram do sexo feminino e 64 do sexo masculino. As pessoas com 85 ou mais anos de idade assumiam maior representatividade (72 indivíduos).
- No ano de 2021 existiam cerca de 74 indivíduos beneficiários do POAPCM no município de Alvaiázere, sendo que a entidade coordenadora é a Santa Casa da Misericórdia de Ansião, com 2 Entidades Mediadoras: a Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere e a Associação Casa do Povo de Mações de Dona Maria.

3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

As comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ), criadas pela lei n.º 147/99 de 1 de setembro, posteriormente alterada pela lei n.º 31/2003 de 22 de agosto, e regulamentadas pelo decreto-lei n.º 332-B/2000 de 30 de dezembro, *são instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência.*

As autoridades administrativas e entidades policiais, bem como as pessoas singulares e coletivas que para tal sejam solicitadas têm o dever de colaborar com as CPCJ no exercício das suas funções.

As instalações e os meios materiais de apoio, nomeadamente um fundo de manei, necessários ao funcionamento das CPCJ são assegurados pelo município, podendo, para o efeito, ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado representados na comissão nacional de proteção de crianças e jovens em risco.

As CPCJ exercem a sua competência na área do município onde têm sede, no entanto, nos municípios com maior número de habitantes e quando tal se justifica, podem ser criadas várias, com competências numa ou mais freguesias.

Funcionam em modalidade alargada ou restrita. À comissão alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. Funciona em plenário ou por grupos de trabalho para assuntos específicos e o plenário reúne com a periodicidade exigida pelo cumprimento das suas funções, no mínimo de dois em dois meses. À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo. Funciona em permanência e o plenário reúne sempre que convocado pelo presidente, no mínimo com periodicidade quinzenal, e distribui entre

os seus membros as diligências a efetuar nos processos de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo.

Os membros da CPCJ representam e obrigam os serviços e as entidades que os designam, sendo que as suas funções têm carácter prioritário relativamente às que exercem nos respetivos serviços. São designados por um período de dois anos, renovável, não podendo prolongar-se por mais de seis anos consecutivos.

A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

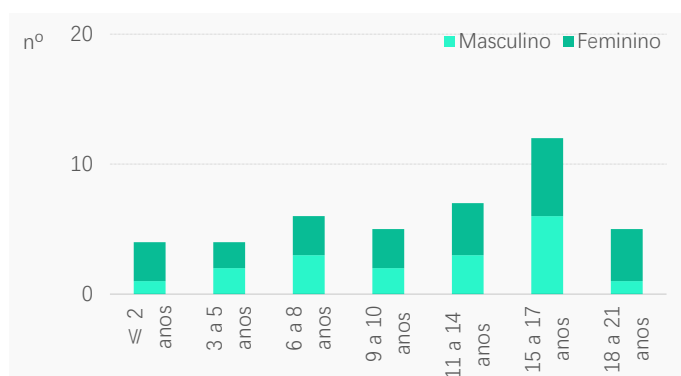
- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

No ano de 2021 a CPCJ de Alvaiázere era constituída por 10 elementos, em representação das seguintes entidades: a) Município (1), b) Segurança Social (1), c) Educação (1), d) Saúde (1), e) IPSS/ONG - Atividades de Carácter não Residencial (1), f) Associação de Pais (1), g) Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas (1) h) Associações de Jovens ou IPJ (1), i) Forças de Segurança (GNR) (1), j) Cidadãos Eleitores Designados Pela Assembleia Municipal (1).

A população sinalizada pela CPCJ no município de Alvaiázere era constituída por 43 crianças e jovens, sendo 18 do sexo masculino e 25 do sexo feminino, enquadrados, sobretudo, nas faixas etárias dos 15 aos 17 anos (12 jovens, dividindo-se em 6 raparigas e 6 rapazes), seguindo-se a faixa etária dos 11 aos 14 anos (7 jovens, sendo 4 do sexo feminino e 3 do sexo masculino) e dos 6 aos 8 anos (6 crianças, dividindo-se em 3 raparigas e 3 rapazes) (Figura 150).

No que diz respeito à nacionalidade de cada criança/jovem é notório que a maioria são de nacionalidade portuguesa (29 crianças/jovens) (Quadro 120). Sendo que 14

crianças/jovens apresentam nacionalidade desconhecida e apenas 2 crianças/jovens possuem nacionalidade venezuelana e 1 criança/jovem nacionalidade irlandesa.



Fonte: Relatório CPCJ Alvaiázere, 2021.

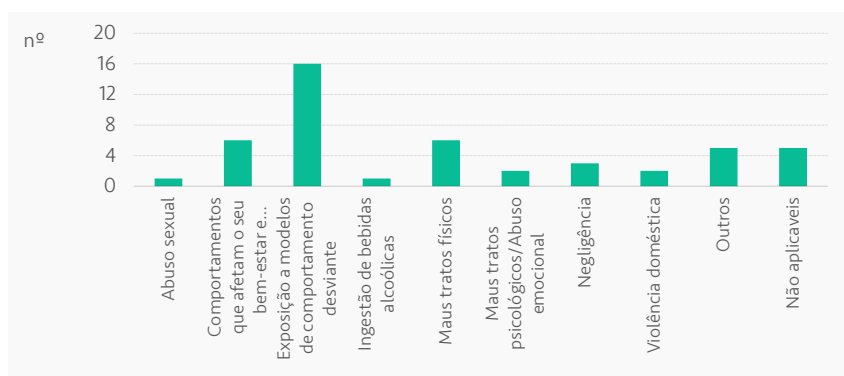
Figura 150. Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, sinalizados pela CPCJ, em 2021.

Quadro 120. Caracterização das crianças e jovens, segundo a nacionalidade, sinalizados pela CPCJ, em 2021.

País	Número de crianças e jovens
Portugal	29
Irlanda	1
Venezuela	2
Desconhecido	14
Total	46

Fonte: Relatório CPCJ Alvaiázere, 2021.

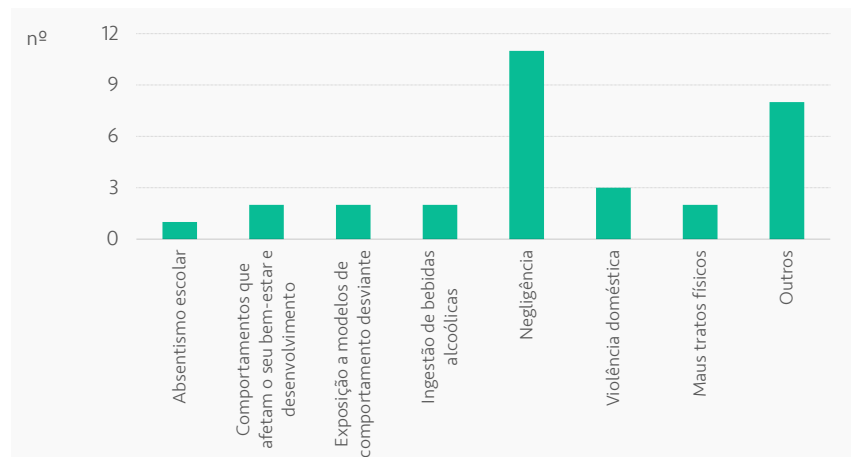
No que respeita à intervenção, e dando destaque às problemáticas sinalizadas verifica-se que a exposição a modelos de comportamento desviantes (16 crianças/jovens sinalizadas) é a adversidade mais sentida, seguindo-se a criança/jovem que assume um comportamento que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (6 crianças/jovens sinalizadas), os maus tratos físicos (6 crianças/jovens sinalizadas) e, ainda, com 5 crianças/jovens sinalizados os outros e os não aplicáveis (Figura 151).



Fonte: Relatório CPCJ Alvaiázere, 2021.

Figura 151. Caracterização das crianças e jovens, segundo as problemáticas sinalizadas, da CPCJ.

Já no que diz respeito às problemáticas diagnosticadas, destaca-se, claramente, a negligência, com 11 crianças sinalizadas por parte dos técnicos da CPCJ (Figura 152). Seguindo-se os outros, com 8 crianças sinalizadas e a violência doméstica, com 3 crianças sinalizadas, como motivos mais frequentes de sinalização.



Fonte: Relatório CPCJ Alvaiázere, 2021.

Figura 152. Caracterização das crianças e jovens, segundo as problemáticas diagnosticadas, da CPCJ.

Síntese

- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens visa proteger os direitos das crianças e jovens e defendê-los de situações que afetam a sua segurança, a sua saúde, o seu desenvolvimento e o seu bem-estar.
- A população sinalizada pela CPCJ do município de Alvaiázere era constituída por 43 crianças e jovens, sendo 18 do sexo masculino e 25 do sexo feminino. Na sua maioria eram jovens da faixa etária dos 15 aos 17 anos, correspondendo a 12 jovens.
- No que diz respeito às problemáticas sinalizadas verifica-se que a exposição a modelos de comportamento desviantes, com 16 crianças e jovens, é o motivo mais frequente de sinalização. Nas problemáticas diagnosticadas, destaca-se a negligência, com 11 crianças sinalizadas.

4. Outras Políticas, Programas e Medidas

Perante as constantes mutações da sociedade portuguesa, é fundamental uma mudança de atitudes e a aquisição de novos saberes na área social, no sentido de satisfazer as crescentes necessidades da população. Assim, e caso as respostas típicas se revelem insuficientes, poderão ser implementadas outras políticas, programas e medidas, capazes de responder às carências e problemáticas sociais evidenciadas pela população.

Face aos principais problemas de pobreza e exclusão social existentes no município, a autarquia de Alvaiázere tem definido como principal resposta aquela que assenta no enquadramento da consolidação da Rede Social de Alvaiázere. Existindo sempre a preocupação em fazer com algumas entidades que têm responsabilidades e tutelam a área da luta contra a pobreza e exclusão social, se possam juntar e criar dinâmicas comuns a partir desta estrutura.

Para dar resposta às necessidades sentidas em todo o território concelhio, com uma população dispersa e envelhecida, a autarquia tem desenvolvido e implementado uma política de apoio social através de respostas específicas de intervenção direta, bem como, interagindo de forma ativa em processos de cooperação interinstitucional (Quadro 121).

Quadro 121. Rede de outras políticas, programas, projetos e medidas sociais.

Grupo - Alvo	Equipamento Social	Resposta Social	Entidade Promotora	Nº total de munícipes a usufruir		
				2018	2019	2020
Crianças e Jovens	CM Alvaiázere	Cartão Jovem Municipal	CM Alvaiázere	0	0	0
	-	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alvaiázere		45 processos	43 processos	45 processos
	CM Alvaiázere	Apoios Socioeducativos	CM Alvaiázere	301	279	583
	CM Alvaiázere	PIICIE (Alunos do Pré-Escolar e 1º CEB)	CM Alvaiázere	-	-	-
Pessoas Idosas	CM Alvaiázere	Cartão da Idade Maior	CM Alvaiázere	20+7=27	27+2=29	29+2=31
	CM Alvaiázere	Universidade Sénior	CM Alvaiázere	19	30	30
	CM Alvaiázere	Projeto "SOS Solidão"	CM Alvaiázere	19	9	9
População em situação de dependência	CM Alvaiázere	Projeto "Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso"	CM Alvaiázere	11	13	15
Família e Comunidade em Geral	CM Alvaiázere	Banco Local de Voluntariado de Alvaiázere	CM Alvaiázere	1	0	1
	CM Alvaiázere	Cartão Social do Múncipe de Alvaiázere	CM Alvaiázere	17	15	10
	CM Alvaiázere	Loja de Apoio Social de Alvaiázere	CM Alvaiázere	24	21	8
		Grupos Sócio Caritativos (existentes nas paróquias de: Alvaiázere; Pelma e Pussos)	Cáritas Diocesana de Coimbra	-	-	-
	CM Alvaiázere	Protocolo com os BVA	CM Alvaiázere	6	9	9
	CM Alvaiázere	Parceria com a Ultriplo	CM Alvaiázere	1 604 Kg	2 163 Kg	8 537 Kg
	CM Alvaiázere	Protocolos CIG, ANMP para a cidadania e igualdade de género	CM Alvaiázere	0	0	0
	CM Alvaiázere	Regulamento de Apoio ao Associativismo	CM Alvaiázere	-	-	-
	CM Alvaiázere	Move	CM Alvaiázere	-	-	-
	CM Alvaiázere	CLDS 4G de Alvaiázere	CM Alvaiázere	-	-	-
	-	Mulher século XXI	CM Alvaiázere	-	-	-
População em situação de Vulnerabilidade Social	CM Alvaiázere	Banco de Ajudas Técnicas	CM Alvaiázere	4	3	1
	CM Alvaiázere	Habitações Sociais	CM Alvaiázere	29	26	29
	CM Alvaiázere	Apoio à Recuperação e Beneficiação de Habitações Degradadas	CM Alvaiázere	6	2	5
	CM Alvaiázere	Projeto "abem"	CM Alvaiázere	-	12	-
	-	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Alvaiázere	-	-	-	-
Empresas e Empreendedores	CM Alvaiázere	Regulamento do Ecosistema Empresarial e Empreendedor de Alvaiázere – Alvaiázere +	CM Alvaiázere	-	-	-
Bombeiros de Alvaiázere	CM Alvaiázere	Estatuto Social dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere	CM Alvaiázere	81	92	105
Emigrantes e Ex-emigrantes	CM Alvaiázere	Gabinete de Apoio ao Emigrante	CM Alvaiázere	3	3	3

4.1. Infância e juventude

4.1.1. Crianças e jovens

Cartão Jovem Municipal

O JOVEM +, emitido numa parceria entre o Município de Alvaiázere e a Movijovem, visa conceder benefícios, isenções e descontos aos jovens alvaiazerenses ao nível da utilização de bens e serviços públicos e privados existentes no território municipal.

Pretende-se que os benefícios resultantes do JOVEM + correspondam às necessidades reais sentidas pela camada mais jovem da população, facilitando a sua fixação e vivência no território municipal.

Simultaneamente, o JOVEM + assume-se também como veículo de informação, divulgação e promoção dos vários serviços existentes no território municipal e do comércio tradicional local.

O JOVEM + destina-se a todos os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 29 anos e são beneficiários todos os jovens residentes no Município de Alvaiázere e aqueles que, embora não residentes, tenham Cartão de Estudante válido em qualquer estabelecimento de ensino do território municipal.

Aos titulares do JOVEM + são atribuídos os seguintes benefícios:

- Redução no valor das tarifas de água para consumo doméstico, saneamento básico e resíduos sólidos urbanos, incluindo contadores e consumos, desde que o contrato seja feito em nome do beneficiário;
- Redução no valor do custo de ramais de ligação domiciliária das redes de água e saneamento básico, incluindo a ligação do contador, desde que o contrato seja feito em seu nome e se destine à habitação própria e permanente deste;
- Redução no valor das taxas municipais referentes a operações urbanísticas a realizar no prédio em que possua habitação própria e permanente;
- Redução no valor da taxa de limpeza de fossas;
- Redução no valor do custo de acesso a iniciativas culturais, recreativas e desportivas promovidas e/ou geridas pelo Município;
- Redução no custo de acesso à utilização nos equipamentos desportivos promovidos e/ou geridos pelo Município;
- Outros apoios que venham a ser objeto de deliberação da Câmara Municipal, os quais deverão ser previamente publicitados.

Disponível em: [Cartão Jovem Municipal](#)

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alvaiázere

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alvaiázere, criada no âmbito da Portaria n.º 1275/2005 de 12 de dezembro de 2005, é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional, visando promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Disponível em: [CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alvaiázere](#)

Apoios Socioeducativos

A Câmara Municipal aprovou por unanimidade um conjunto de apoios às famílias com crianças e jovens a cargo, desde a primeira infância até ao ensino superior.

Tal como se tem vindo a proceder desde o ano letivo 2017/2018, a autarquia vai manter os seguintes apoios:

- Refeições escolares gratuitas no pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico;
- Componente de apoio à família gratuito para as crianças do 1.º ciclo do ensino básico (CEB), através do acompanhamento das crianças antes e depois do horário letivo;
- Atividades de Animação e de Apoio à Família, nomeadamente através do prolongamento de horário gratuito, e através da oferta de atividades lúdico-pedagógicas nos períodos de férias letivas, para crianças e jovens dos 3 aos 15 anos, (a baixos custos e com preços escalonados de acordo com os escalões da segurança social);
- Atribuição de subsídio para aquisição de material escolar, de acordo com os escalões da segurança social;
- Transporte escolar “porta-a-porta” gratuito, para todas as crianças (independentemente da distância à escola), do pré-escolar e do primeiro ciclo;
- Redução de 100%, 75% ou 50% no custo do transporte escolar para os alunos do Secundário, conforme, estejam integrados no 1.º, 2.º ou 3.º escalão da segurança social, respetivamente.

A novidade deste ano letivo reside, pois, num conjunto de novos apoios e que estão enquadrados pelo regulamento municipal de apoios socioeducativos, que entrou recentemente em vigor.

Apoio na mensalidade com creches

- Foi aprovado um apoio para os bebés e crianças utentes das creches do município. A autarquia suportará 25% da despesa com mensalidades a todas as famílias.

Bolsas de estudo e de mérito

Foram ainda aprovadas a atribuição de quatro tipos de bolsas:

- Bolsa de mérito para alunos do 1.º CEB ao Secundário, que consiste na atribuição de um cheque renda anual no valor de €100,00 aos alunos que se distingam pelo mérito;
- Bolsa de mérito anual para alunos do ensino superior, através da concessão de cheque renda no valor do ordenado mínimo;
- Bolsa de reconhecimento de qualidades cívicas aos para alunos do 1.º CEB ao Secundário, através da atribuição de um cheque renda anual no valor de €100,00 aos alunos que se distingam pelas suas qualidades cívicas;
- Bolsa de estudo para alunos do ensino superior, através da concessão de um apoio financeiro de 50,00€, 100,00€ ou 150,00€ mensais, para alunos que estejam enquadrados, respetivamente, no terceiro, segundo ou primeiro escalão da segurança social.

PIICIE (Alunos do Pré-Escolar e 1º CEB)

Promovido e executado pela CIMRL, em parceria com os 10 municípios associados, tendo como público alvo principal as crianças do pré escolar e os alunos(as) do 1º CEB e como principal objetivo a promoção do sucesso escolar em todos os agrupamentos de escolas deste território. A estratégia agora adotada visa dar resposta aos anseios e dúvidas de toda a comunidade escolar, em especial aos pais, encarregados de educação, auxiliares de ação educativa, professores e educadores, tendo a criança/aluno na base de todas as medidas implementadas e nunca deixando de dar resposta individual às intervenções que já estavam a ser implementadas por estes técnicos ao longo de todo o projeto. Neste sentido, os alunos têm à sua disposição sessões de Terapia da Fala e Psicologia.

4.2. População adulta

4.2.1. Pessoas idosas

Cartão da Idade Maior

O Cartão de Idade Maior que visa proporcionar vantagens e benefícios aos munícipes idosos, portadores de deficiência ou em situação de invalidez que, assim, serão estimulados a participar de forma ativa nas atividades culturais, desportivas e recreativas do município, valorizando -se o seu papel na sociedade e potenciando os seus conhecimentos e saberes.

Por outro lado, este cartão implicará benefícios financeiros no comércio e serviços locais, pelo que contribuirá, também, para o desenvolvimento da atividade comercial local.

Podem ser beneficiários do i Maior as pessoas singulares que satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) Idade igual ou superior a 65 anos; ou b) Portador de deficiência com incapacidade declarada igual ou superior a 60 %; ou c) Titularidade de pensão de reforma por invalidez; e d) Habitação permanente no município de Alvaiázere com o mínimo de 12 meses à data da apresentação do pedido de concessão do i Maior; e) Rendimento per capita mensal igual ou inferior ao valor mensal da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG).

Tipos de apoios:

1 — Aos titulares do i Maior são atribuídos os seguintes apoios: a) Isenção no valor das tarifas fixas de água para consumo doméstico, de saneamento básico e de resíduos sólidos urbanos, previstas em regulamento municipal, desde que o contrato esteja em nome do titular do i Maior maior de idade e os serviços se destinem à habitação permanente deste; b) Aplicação do primeiro escalão ao consumo total do titular do i Maior na tarifa variável, até ao limite mensal de 15 m³, desde que o contrato esteja em nome do titular do i Maior maior de idade e os serviços se destinem à habitação permanente deste; c) Redução de 80 % do valor do custo dos ramais de ligação domiciliária das redes de água e de saneamento básico, previsto em regulamento municipal, desde que o contrato esteja em nome do titular do i Maior maior de idade e a ligação se destine à habitação permanente deste; d) Redução de 80 % no valor da tarifa de limpeza de fossas prevista em regulamento municipal na habitação permanente do titular do i Maior. 2 — Os titulares do i Maior podem ainda beneficiar de descontos em bens e serviços prestados por terceiros no âmbito de contratos a celebrar com o Município, nos termos previstos no artigo 15.º 3 — Os apoios atribuídos ao abrigo do Regulamento não são cumuláveis com quaisquer outros apoios sociais que sejam concedidos pelo Município ou por qualquer outra entidade pública ou privada, salvo decisão em contrário do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos vereadores, por manifesto risco de exclusão social e de pobreza ou de carência económica do requerente e do seu agregado familiar sem a cumulação dos apoios sociais.

Disponível em: [Cartão da Idade Maior](#)

Universidade Sénior

A Universidade Sénior, com sede no Museu Municipal, é uma iniciativa do Município de Alvaiázere com a finalidade de promover a valorização pessoal e social do público sénior através da aquisição de conhecimentos e novas aprendizagens.

A Universidade Sénior de Alvaiázere visa, num contexto de formação ao longo da vida, criar e dinamizar atividades educacionais, culturais, sociais e de convívio,

preferencialmente para e pelos maiores de cinquenta anos de idade. Este projeto promove a valorização pessoal e social, melhora a qualidade de vida e reduz o risco de isolamento e de exclusão social.

Disponível em: [Universidade Sénior](#)

Projeto “SOS Solidão”

Com o intuito de implementar mecanismos que promovam o bem-estar da população, o Município de Alvaiázere, no âmbito das suas competências e atribuições, criou o projeto “SOS – Solidão”. Esta iniciativa permite que os seniores e os cidadãos portadores de deficiência que vivam em situação de isolamento, solidão, exclusão social e de vulnerabilidade económica, através de um serviço de cedência de telemóvel, permaneçam por mais tempo e em segurança nos seus lares. Este serviço pretende que os beneficiários deste tipo de equipamento de comunicação móvel consigam criar sinergias de proximidade e interação com as instituições, comunidade e familiares.

4.2.2. Pessoas em situação de dependência

Projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso”

O Projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso” é um serviço prestado pela Câmara Municipal de Alvaiázere, de forma gratuita ou tendencialmente gratuita, que visa a prossecução de pequenos arranjos domésticos aos seniores com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, sem apoio familiar ou de proximidade e também aos munícipes portadores de mobilidade condicionada ou de outro tipo de limitação e/ou deficiência.

O Projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso” prestará serviços de forma gratuita de pequenas reparações e logística, integrados nas seguintes áreas:

- a) Carpintaria;
- b) Eletricidade;
- c) Eletrónica;
- d) Serralharia;
- e) Construção Civil;
- f) Apoio logístico;
- g) Outros disponíveis nos serviços do Município.

O projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso” poderá ser suspenso sempre que, motivos de logística ou de operacionalidade dos serviços da autarquia o justifiquem, tendo para o efeito, que avisar atempadamente os beneficiários.

Os serviços prestados pelo projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso” são executados por pessoal competente, que garanta a eficácia do serviço prestado. Os beneficiários deverão adquirir as matérias necessárias para a reparações a efetuar no seu domicílio.

Disponível em: [Projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso”](#)

4.3. Família e comunidade

4.3.1. Família e comunidade em geral

Banco Local de Voluntariado de Alvaiázere

A Lei n.º 71/98 de 3 de novembro visa promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em ações de voluntariado e definir as bases do seu enquadramento jurídico, definindo-o como o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de Projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

O voluntariado, enquanto expressão do exercício livre de uma cidadania ativa e solidária, obedece aos seguintes princípios enquadramentos:

1. O princípio da solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado;
2. O princípio da participação implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho;
3. O princípio da cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de ação concertada;
4. O princípio da complementaridade pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das atividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas;
5. O princípio da gratuidade pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário;
6. O princípio da responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da atividade que se comprometeu realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário;
7. O princípio da convergência determina a harmonização da ação do voluntário com a cultura e objetivos institucionais da entidade promotora.

O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.

A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora.

Consideram-se organizações promotoras as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

O BLVA tem como entidade promotora o Município de Alvaiázere e tem como objetivo acolher as candidaturas de pessoas interessadas em fazer voluntariado, bem como as inscrições das organizações que pretendem integrar voluntários, e proceder ao encaminhamento de voluntários para as organizações promotoras, acompanhando o processo da sua integração.

Este Banco Local pretende dinamizar um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por voluntários que desenvolvam

projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

O encaminhamento dos voluntários é feito em função das aptidões e preferências evidenciadas pelo candidato, bem como do perfil solicitado pela entidade promotora de voluntariado que os vai integrar. Posteriormente, com a periodicidade a acordar entre o BLVA e a entidade promotora de voluntariado, deverá ser feita uma avaliação geral da satisfação do voluntário e da entidade promotora de voluntariado pelo trabalho desenvolvido.

Disponível em: [Banco Local de Voluntariado de Alvaiázere](#)

Cartão Social do Município de Alvaiázere

O Cartão Social do Município de Alvaiázere (CASO) tem como objetivos proporcionar às pessoas singulares, considerando os seus agregados familiares, que vivam em situação de carência socioeconómica, melhores condições de vida, através da concessão de benefícios sociais, visando facultar oportunidades de uso e fruição de alguns serviços públicos, melhorar o seu bem-estar pessoal e social e minimizar situações de exclusão social e de pobreza.

Podem ser beneficiários do CASO as pessoas singulares que satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Habitação permanente no município de Alvaiázere com o mínimo de 12 meses à data da apresentação do pedido de concessão do CASO;
- b) Idade igual ou superior a 18 anos;
- c) Rendimento per capita mensal igual ou inferior a 70 % do valor mensal da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG).

Aos titulares do CASO são atribuídos os seguintes apoios:

a) Isenção no valor das tarifas fixas de água para consumo doméstico, de saneamento básico e de resíduos sólidos urbanos, previstas em regulamento municipal, desde que o contrato esteja em nome do titular do CASO e os serviços se destinem à habitação permanente deste;

b) Aplicação do primeiro escalão ao consumo total do titular do CASO na tarifa variável, até ao limite mensal de 15 m³, desde que o contrato esteja em nome do titular do CASO e os serviços se destinem à habitação permanente deste;

c) Redução de 80 % do valor do custo dos ramais de ligação domiciliária das redes de água e de saneamento básico, previsto em regulamento municipal, desde que o contrato esteja em nome do titular do CASO e a ligação se destine à habitação permanente deste;

d) Redução de 80 % no valor da tarifa de limpeza de fossas prevista em regulamento municipal na habitação permanente do titular do CASO;

e) Comparticipação nas despesas de saúde, consultas de saúde, medicamentos e próteses do titular do CASO, desde que devidamente comprovadas através da respetiva fatura ou recibo emitidos em seu nome, acompanhadas de fotocópia da receita médica em nome do beneficiário, até ao valor de 100€ (cem euros) anuais.

Disponível em: [Cartão Social do Município de Alvaiázere](#)

Loja de Apoio Social de Alvaiázere

A Loja de Apoio Social de Alvaiázere (LASA) é uma medida municipal que visa suprir as necessidades e carências de agregados familiares vulneráveis através da atribuição de bens novos ou usados, doados por particulares ou empresas, pelo que se assume como uma mais-valia para a população que revele maior vulnerabilidade económica e social.

A “LASA” tem os seguintes objetivos:

a) Contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade económica e social, através da atribuição de bens;

b) Envolver a sociedade civil e o tecido empresarial de modo a contribuírem, através da dádiva de bens, para atenuar os efeitos da pobreza e de exclusão social.

Poderão ser beneficiários dos serviços da “LASA” os munícipes que residam permanentemente no Município de Alvaiázere há mais de um ano e nele estejam recenseados, desde que satisfaçam uma das seguintes condições:

a) Estarem integrados em agregados familiares cujo rendimento, per capita, seja inferior ao valor percentual da Remuneração Mínimo Mensal (RMM), calculado nos termos do definido no nº 2 do presente artigo;

b) O valor percentual referido na alínea a) será fixado anualmente pelo Executivo Camarário, o qual terá que estar compreendido entre 10% e 30%, em função da política social definida pelo Executivo e da dotação orçamental capaz de a suportar;

Para a prossecução dos seus fins, a “LASA” poderá dispor dos seguintes bens:

- a) Alimentos não perecíveis;
- b) Vestuário, calçado e acessórios;
- c) Roupa de casa;
- d) Material escolar;
- e) Material de puericultura;
- f) Brinquedos;
- g) Mobiliário e electrodomésticos;
- h) Artigos de higiene e limpeza doméstica;
- i) Artigos de higiene pessoal;
- j) Outros

Disponível em: [Loja de Apoio Social de Alvaiázere](#)

Grupos Sócio Caritativos (existentes nas paróquias de: Alvaiázere; Pelmá e Pussos)

No Município de Alvaiázere é possível observar ainda a existência de quatro três sócio-caritativos, associados às paróquias de Alvaiázere; Pelmá e Pussos.

Parceria com a Ultriplo

Parceria para recolha de roupas, calçado, brinquedos, livros e outros, com vista a pôr em prática a política dos 3R's, por forma a reduzir a pegada ecológica.

Protocolos CIG, ANMP para a cidadania e igualdade de género

A promoção da igualdade entre mulheres e homens constitui um dos princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa (artigo 13º), sendo a sua promoção da responsabilidade do Estado, mais concretamente da administração pública, central e local (artigo 9º).

O Município de Alvaiázere, tendo em consideração as orientações da Resolução do Conselho de Ministros nº82/2007 de 22 de Junho, onde se assume a necessidade de integrar de forma transversal a perspetiva de igualdade de género em todos os domínios da política, enquanto requisito de boa governação, nomeou como Conselheira Local para a Igualdade Célia Margarida Gomes Marques. Assim, cabe às conselheiras e aos conselheiros locais para a Igualdade:

- Acompanhar e dinamizar a execução das medidas de política local na perspetiva de género;
- Acompanhar e dinamizar a implementação das medidas previstas nas estratégias locais de promoção da igualdade, nomeadamente o Plano Municipal para a Igualdade, e de prevenção da violência doméstica e outras formas de discriminação;
- Pronunciar-se, quando consultados, relativamente ao impacto de medidas de natureza administrativa, regulamentar ou outras que o município pretenda prosseguir nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação, da proteção da maternidade e paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres, do combate à violência doméstica e outras formas de discriminação;
- Apresentar propostas concretas de ação nos domínios referidos na alínea anterior;
- Divulgar informações sobre a igualdade de género, designadamente nos domínios da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação, da proteção da maternidade e paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres, do combate à violência doméstica e outras formas de discriminação;
- Participar no fórum anual das conselheiras e dos conselheiros locais para a igualdade;
- Assegurar a cooperação do município com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Disponível em: [igualdade de género | CM Alvaiázere \(cm-alvaiazere.pt\)](http://igualdade.de.genero | CM Alvaiázere (cm-alvaiazere.pt))

Regulamento de Apoio ao Associativismo

O movimento Associativo Alvaiazerense, pela diversidade e qualidade das suas atividades, constitui uma prova evidente da vitalidade da sociedade civil e assume -se como uma das maiores riquezas do Município. As associações, coletividades ou instituições concelhias apresentam uma postura extremamente dinâmica que procura dar resposta às necessidades que se fazem sentir no seio da sua comunidade, ao mesmo tempo que contribui inequivocamente para o desenvolvimento local.

A ação destas associações, coletividades ou instituições, enquanto agentes e atores de um programa contínuo e diversificado de atividades sociais, recreativas, artísticas, desportivas e culturais, tem assegurado a promoção do gosto pelas referidas atividades (contribuindo para a democratização da cultura) que potenciam o sentimento de pertença a um território único.

Consciente desta realidade, o Município de Alvaiázere sempre apoiou as associações, coletividades ou instituições do Município, quer ao nível financeiro, quer ao nível técnico, logístico e material, de forma a facilitar a prossecução dos seus objetivos, de acordo com as suas atribuições ao nível da educação, património, cultura, ciência, tempos livres, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, conforme previsto nas alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Por outro lado, a mesma Lei define como competência das câmaras municipais, na sua alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.

São **objetivos** deste programa de Apoio ao Associativismo:

a) Promover e fomentar o desenvolvimento social, recreativo, artístico, desportivo e cultural no Município de Alvaiázere;

b) Reconhecer o papel essencial das associações, coletividades e instituições na promoção e fomento da cultura e da prática desportiva, bem como em matéria recreativa, artística e social;

c) Apoiar de forma criteriosa a iniciativa das associações, coletividades e instituições que promovam atividades de natureza social, recreativa, artística, desportiva e cultural, de interesse municipal;

d) Criar condições para o normal funcionamento das associações, coletividades e instituições devidamente registadas, promovendo conceitos de participação e gestão eficaz e transparente, bem como o fortalecimento e estabilidade funcional das mesmas;

e) Estabelecer um bom clima de diálogo institucional entre a autarquia e as associações, coletividades e instituições, incentivando a participação e a criatividade dos agentes no desenvolvimento e na dinamização da rede de equipamentos, bem como no alargamento qualitativo e quantitativo da oferta social, recreativa, artística, desportiva e cultural do município de Alvaiázere.

Disponível em: [Regulamento de Apoio ao Associativismo](#)

Move

De forma a melhorar a mobilidade dos cidadãos dentro do território do município de Alvaiázere, o executivo camarário criou o MOVE, um sistema de transporte que funciona nos dias úteis, a preços reduzidos e de forma flexível, que facilita a mobilidade dos cidadãos e o respetivo acesso aos serviços públicos do município.

O serviço de transporte serve uma freguesia por cada dia útil da semana. No período da manhã percorre a freguesia, sendo o fim do circuito a vila de Alvaiázere. No início da tarde, faz o percurso inverso. Às segundas-feiras o sistema funciona na freguesia de Pussos São Pedro, às terças-feiras na freguesia de Maças de Dona Maria, às quartas-feiras na freguesia de Alvaiázere, às quintas-feiras na freguesia de Almoester e às sextas-feiras na freguesia de Pelmá.

Todos os lugares do município têm pelo menos uma paragem do MOVE. Porém, o veículo que fará o transporte não passa regularmente em todas as paragens.

Cada freguesia tem um percurso fixo do MOVE, que liga vários lugares, passando sempre nessas paragens, como se de uma carreira se tratasse. Para apanhar o transporte numa paragem servida pelo percurso fixo do MOVE basta estar na paragem há hora prevista.

Caso a paragem onde pretenda apanhar o MOVE (ou para onde se pretenda deslocar) não esteja abrangida pelo percurso fixo, o cidadão terá que efetuar a reserva prévia do transporte para esse lugar até às 16 horas do dia útil anterior ao da viagem, através do número gratuito 800 209 817. O veículo sairá do percurso fixo e vai à paragem servi-lo!

É muito fácil verificar se a paragem da sua localidade está ou não integrada no percurso fixo. Basta verificar no postalite que assinala a paragem se é mencionada a necessidade de reserva. Se não houver nenhuma referência, é porque a paragem é servida pelo circuito fixo.

Sendo este um projeto com o intuito de dar resposta a uma necessidade social, os preços dos bilhetes têm um custo reduzido, tendo sido estabelecidos em função das distâncias a percorrer, podendo ser de €1,50, de €2,00 ou de €2,50. Os bilhetes são adquiridos no próprio veículo.

CLDS 4 G de Alvaiázere

A Associação da Casa do Povo de Alvaiázere é a entidade coordenadora da parceria estabelecida com o Município de Alvaiázere e a Segurança Social, no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social + (CLDS+).

O Programa CLDS+ tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate das situações críticas de pobreza, especialmente a infantil, da exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades. Tem igualmente especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade.

Neste sentido, foi realizado um plano de ação para os próximos dois anos, tendo por base os três eixos de intervenção do programa: Emprego, formação e qualificação; Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; e Capacitação da comunidade e das instituições.

O CLDS+ de Alvaiázere tem já em funcionamento os gabinetes "Alvaiázere + Empreendedor", "Apoio à Família e à Comunidade" e o "Núcleo de Apoio ao Associativismo".

Com este projeto a Associação da Casa do Povo de Alvaiázere pretende aumentar as respostas sociais existentes no município e intervir junto da população mais carenciada, trabalhando em parceria com as entidades concelhias.

Disponível em: [CLDS de Alvaiázere](#)

Mulher século XXI

A Mulher Século XXI - Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres é uma Organização Não Governamental dos Direitos das Mulheres, constituída em 2001, sediada em Leiria e de âmbito nacional. Desde 2010 que esta é reconhecida pelo Estado Português como instituição de utilidade pública. A Mulher Século XXI tem vindo a trabalhar, nos últimos anos, sobre a problemática da Violência Doméstica, Igualdade de Género, Conciliação entre Vida profissional e familiar, entre outras, sendo a entidade responsável pela dinamização do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Leiria.

A associação destaca a "abrangência territorial do projeto", que se irá desenvolver nos 10 municípios da comunidade intermunicipal "em sinergia com outras estruturas de atendimento" da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, como casas de abrigo, serviços de saúde ou comissões de proteção de crianças e jovens.

4.3.2. População em situação de vulnerabilidade Social

Banco de Ajudas Técnicas

O Município de Alvaiázere, atento à realidade local e às necessidades básicas dos munícipes, percebendo que uma larga franja da população precisa em determinada altura da vida de qualquer equipamento, produto ou instrumento utilizado para atenuar as consequências da falta de mobilidade e/ou deficiência, criou o Banco de Ajudas Técnicas de Alvaiázere.

Esta resposta social pretende apoiar e melhorar a qualidade de vida da população mais fragilizada e com mobilidade reduzida, bem como dos familiares ou instituições que os acompanham.

Este projeto pretende ainda apoiar os munícipes na área da saúde, facilitando os processos de recuperação e conforto daqueles que necessitem temporariamente de Ajudas Técnicas em consequência da perda de autonomia física, desde que essa necessidade seja devidamente comprovada.

O Banco de Ajudas Técnicas de Alvaiázere tem os seguintes objetivos:

- 1 – Proporcionar apoio a pessoas em situação de dependência temporária, cuja situação de saúde requeira a utilização de Ajudas Técnicas;
- 2 – Minorar dificuldades de mobilidade;
- 3 – Facilitar os cuidados que dependam de terceiros;
- 4 – Envolver a comunidade, através da doação de material cuja utilização tenha deixado de ser necessária e seja passível de nova utilização nos cuidados de dependência da população com dificuldade de mobilidade.

Disponível em: [Banco de Ajudas Técnicas](#)

Habitações Sociais

O Município de Alvaiázere tem vindo a reforçar de forma ativa a sua política social e de habitação, de forma a contribuir eficazmente para garantir os direitos de todos a uma população particularmente mais vulnerável. É importante sublinhar que o apoio e acompanhamento destas famílias é fundamental para que se autonomizem e para que se assegure a sua integração social.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Município de Alvaiázere, entre 2000 e 2010 construiu-se os Bairros Sociais da Regueira e o Vera Cruz, ambos na freguesia de Alvaiázere. Nestes complexos de habitação social predomina a tipologia T2, com 12 unidades no B.S. da Regueira e 7 no da Vera Cruz, e estas tipologias variam entre a área de 62.7 e 73.2m² em ambos os bairros. De resto, a tipologia T1 (62.7m²) encontra apenas uma unidade na Vera Cruz, enquanto que a tipologia T3 (81.3m²) espelha a T2 na Regueira também com 12 unidades. De todas estas unidades habitacionais, 5 encontram-se desocupadas até ao concurso de atribuição de habitações sociais.

Disponível em: [Habitações Sociais](#)

Apoio à Recuperação e Beneficiação de Habitações Degradadas

O Município de Alvaiázere promove o apoio à recuperação e qualificação habitacional, com a cedência de materiais de construção, para as habitações degradadas ou que não se adequem às necessidades dos que nelas habitam, de forma a melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das famílias carenciadas.

Projeto “abem”

O Município de Alvaiázere celebrou um protocolo com a instituição particular de solidariedade social “Associação Dignitude”, para integrar a autarquia na Rede Solidária do Medicamento. O Programa abem tem como objetivo permitir o acesso, com dignidade e total descrição, a todos os medicamentos prescritos e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, por todos aqueles que não têm capacidade financeira para os adquirir, assegurando, no momento da dispensa, o valor não comparticipado pelo Estado Português.

4.3.3. Empresas e Empreendedores

Regulamento do Ecossistema Empresarial e Empreendedor de Alvaiázere – Alvaiázere +

O “Alvaiázere+” é o programa municipal de promoção e incentivo ao desenvolvimento empresarial local.

Este programa tem como principal objetivo tornar o Município de Alvaiázere um município de referência para o desenvolvimento de ideias de negócio e para a instalação de empresas, um verdadeiro ecossistema empresarial que crie valor para os agentes económicos com atividade no município de Alvaiázere.

Estão já em vigor um conjunto de apoios e incentivos ao empreendedorismo e à atividade empresarial, que incluem, entre outras medidas, a redução ou isenção das taxas municipais relacionadas com a atividade económica e que acresce, por exemplo, à inexistência de derrama sobre o lucro das empresas com operações no município de Alvaiázere.

A autarquia está a alargar e a qualificar uma zona industrial, a Zona Industrial de Troia, para aumentar a oferta de lotes industriais, a disponibilizar a preços simbólicos a empresas que pretendam ter atividade em Alvaiázere.

A Alvaiázere+ Incubadora de Negócios apoia empreendedores e empresários do município, disponibilizando condições de trabalho para quem quer desenvolver uma ideia de negócio, mas também oferecendo um vasto conjunto de serviços ao nível da formação e de mentoria.

O Município, em conjunto com os parceiros de primeira hora neste projeto, a Associação de Desenvolvimento Integrado de Alvaiázere (ADECA) e a empresa de consultoria especializada Territórios Criativos, estão, assim, a implementar um conjunto de instrumentos de apoio ao empreendedorismo e à atividade económica que estão a potenciar +IDEIAS, que trazem +INVESTIMENTO e que, consequentemente, vão gerar +EMPREGOS.

Disponível em: [Alvaiázere +](#)

4.3.4. Bombeiros de Alvaiázere

Estatuto Social dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere

O regulamento tem por objeto estipular deveres, obrigações, concessões, regalias e direitos aos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere.

1 - Os cidadãos que integram a Escola de Infantes e Cadetes e que sejam estagiários dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere têm direito aos seguintes benefícios:

- a) Concessão de refeições escolares gratuitas;
- b) Isenção de pagamento para participação nos programas ocupacionais municipais;
- c) Isenção dos valores inerentes à utilização de equipamentos municipais, como as piscinas ou o pavilhão municipal;
- d) Atribuição de bolsa de estudo anual no valor de €200,00, para alunos que integrem o quadro de mérito, no final de cada ano letivo.

2 - Os cidadãos que integram o Quadro de Comando, o Quadro Ativo e o Quadro de Honra dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere têm direito aos seguintes benefícios:

- a) Isenção de pagamento para participação dos respetivos filhos nos programas ocupacionais municipais, no caso dos mesmos ainda não possuírem idade mínima para ingressarem nos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere;
- b) Acesso à tarifa social dos serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos;
- c) Isenção dos valores inerentes à utilização de equipamentos municipais, como as piscinas ou o pavilhão municipal;
- d) Atribuição de bolsa de estudo anual para estudantes que frequentem o ensino superior, mediante aproveitamento em todas as disciplinas, no valor de um ordenado mínimo nacional;
- e) Preferência na atribuição de habitações sociais não urgentes em situações de igualdade com outros potenciais beneficiários;
- f) Isenção ou redução do valor das taxas fixadas no Regulamento Municipal de Urbanismo e Edificação (RMUE), quando efetuem pedidos referentes a obras e trabalhos destinados à construção, reconstrução, alteração ou ampliação de habitação própria e permanente, nos seguintes termos:
 - i) Até cinco anos de serviço completos — redução de 35 %;
 - ii) Entre seis e dez anos de serviço completos — redução de 50 %;
 - iii) Entre onze e quinze anos de serviço completos — redução de 75 %;
 - iv) Mais de quinze anos de serviço completos — isenção total;
- g) Apoio inicial para o encaminhamento jurídico em processos motivados no exercício das suas funções.

3 - Os benefícios do número anterior são devidos aos membros do agregado familiar de Bombeiros falecidos em serviço ou por facto de doença, enquanto esta durar, contraída no desempenho das suas funções

Disponível em: [Estatuto Social dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere](#)

4.3.5. Emigrantes e Ex-emigrantes

Gabinete de Apoio ao Emigrante

O Gabinete de Apoio ao Emigrante de Alvaiázere é uma estrutura de apoio aos emigrantes residentes ou não em Portugal, bem como aos seus familiares, mediante a celebração de um protocolo de colaboração entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Alvaiázere.

Este Gabinete presta um serviço gratuito aos munícipes que estejam ou tenham estado emigrados, aos que estão em vias de regresso, aos que residem ainda no país de acolhimento e aqueles que desejam emigrar, apoiando-os na resolução de diversos problemas.

Disponível em: [Gabinete de Apoio ao Emigrante](#)

Síntese

- Com o intuito de fixar jovens e de facilitar as suas experiências a Câmara Municipal criou uma parceria com a Movijovem, para todos os jovens entre os 12 e os 29 anos, no qual se desenvolveu o JOVEM+ que visa conceder benefícios, isenções e descontos aos jovens ao nível da utilização de bens e serviços públicos e privados existentes no território municipal.
- No município de Alvaiázere, desde o ano letivo de 2017/2018, foi aprovado um conjunto de apoios às famílias com crianças e jovens a cargo, desde a primeira infância até ao ensino superior. Apoios a nível das refeições, dos transportes, novas atividades, ajudas na compra do material escolar e atribuição de bolsas de estudo e mérito.
- O cartão de Idade Maior que visa proporcionar vantagens e benefícios aos munícipes idosos, portadores de deficiência ou em situação de invalidez que, assim, serão incentivados a participar nas atividades do município. E, ainda, traz vários benefícios, nomeadamente no comércio serviços locais.
- O “SOS – Solidão”, é um projeto com o intuito de aproximar as pessoas portadoras de deficiência que vivem sozinhas de instituições e dos familiares. Assim como, o projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso” que visa ajudar, gratuitamente, as pessoas idosas a fazer pequenos arranjos nas suas habitações.
- Como forma de apoio às famílias e a comunidade em geral, o município de Alvaiázere, desenvolveu vários projetos, como por exemplo, o banco local de voluntariado de Alvaiázere, o cartão social do munícipe de Alvaiázere (que visa ajudar as pessoas singulares que vivam em situação de carência socioeconómica), a loja de apoio social, move (com o intuito de melhorar a mobilidade dos cidadãos dentro do território do município de Alvaiázere), mulher século XXI (associação de desenvolvimento e apoio às mulheres), entre outros.
- No que diz respeito à população em situação de vulnerabilidade social, o município de Alvaiázere apresenta o Banco de Ajudas Técnicas, para ajudar pessoas com falta de mobilidade e/ou deficiência, as habitações sociais, o Apoio à Recuperação e Beneficiação de Habitações Degradadas e o Projeto “abem”, que ajuda todas as pessoas sem capacidade de financeira para obter os medicamentos que são necessários.
- Existe ainda, programas de apoio às empresas e empreendedores, aos bombeiros do município e aos emigrantes e Ex-emigrantes.

5. Síntese do diagnóstico

A rede de serviços e equipamentos sociais do Município de Alvaiázere deve ser analisada no contexto dos diferentes fatores intervenientes no processo, quer sejam de ordem natural ou demográfica e socioeconómica.

Localizado na Região Centro, Alvaiázere é um dos municípios da região de Leiria (NUTIII), que integra a região Centro (NUTII). Com aproximadamente 160 km² de superfície, Alvaiázere subdivide-se administrativamente em cinco freguesias: Almoster, Alvaiázere, Mações de Dona Maria, Pelmá e Pussos São Pedro, após a reorganização administrativa de freguesias de 2013.

Os principais traços físicos do Município refletem, de forma quase direta, as grandes linhas estruturais que definem, desde há muito, a morfologia do território e que, por sua vez, têm vindo a influenciar a própria ocupação humana na região.

Globalmente, entre 2001 e 2021, o município registou uma **quebra populacional** de cerca de 26,1% com uma diminuição de 2199 habitantes (de 8.438 residentes para 6.239 residentes).

Em termos globais, verifica-se uma tendência no sentido da **diminuição do número de nascimentos**, ganhando maior relevância nos anos mais recentes, sendo que o ano de 2020 foi aquele em que se registaram menos nascimentos (21).

A consideração da população residente por escalão etário permite destacar a crescente **diminuição das classes mais jovens**, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha de modo bastante claro o fenómeno de duplo envelhecimento da população. No último período intercensitário a população dos 0 aos 14 anos passou de 10,8% para 8,9% e a população com mais de 65 anos passou de 32,8% para 37%.

Esta evolução reflete-se no **aumento do índice de envelhecimento** entre 2011 e 2021 (de 303,8% para 415,6%) e do índice de dependência total (de 77,3% para 85%). Trata-se de valores preocupantes e superiores aos observados no País, onde esta relação era de 127,8% em 2011 e de 182,1% em 2021 para o índice de envelhecimento e de 51,3% em 2011 e 57% em 2021 para o índice de dependência total. A leitura destes resultados ajuda também a refletir sobre a necessidade de definir políticas ativas no que diz respeito à população.

Em Alvaiázere, o início do apoio à população, através de respostas sociais, em equipamento, ocorreu no princípio da década de 80, verificando-se a sua maior expansão nas décadas seguintes.

A **rede de serviços e equipamentos sociais** é constituída por 26 respostas sociais, as quais se distribuem pela rede solidária (21), rede pública (3) e rede lucrativa (2). Estas dão resposta a duas populações-alvo distintas, infância e juventude e população adulta e dentro destas aos grupos-alvo crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas em situação de dependência, pessoas adultas com deficiência (Quadro 122).

Quadro 122. Síntese da rede de serviços e equipamentos sociais.

Quadro 122. Síntese da rede de serviços e equipamentos sociais.													
População-Alvo		Resposta Social	Equipamentos (nº)	Respostas Sociais	Capacidade	Número de Utentes			Lotação do Acordo	Taxa de Utilização	Lista de Espera	Área de Influência	
						Frequência	Com Acordo	Sem Acordo				Município	Extra-município
			nº	nº	nº	nº	nº	nº	%	nº			
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Creche	17	2	84	66	66	0	68	78,6	6	51	15
		Jl		2	115	99	0	0	86,1	0	90	9	
		CATL		4	180	118	118	0	155	65,6	0	109	9
População Adulta	Pessoas Idosas	SAD		4	199	168	168	0	192	84,4	7	168	0
		Centro de Convívio		2	40	33	33	0	82,5	0	33	0	
		Centro de Dia		2	50	15	15	0	25	30,0	0	35	0
		Estrutura Residencial Pessoas Idosas		5	182	180	121	59	128	98,9	361	131	49
	Pessoas em situação de dependência	ECCI		1	8	8	8	0	8	100	0	8	0
		ULDM		1	11	11	11	0	11	100	0	7	4
		UMDR		1	10	10	10	0	10	100	0	2	8
	Pessoas adultas com deficiência	Lar Residencial		1	24	24	24	0	22	100	26	6	18
		CACI		1	30	29	29	0	28	96,7	26	11	18
Total				26	933	761	603	59	647	81,6	426	651	130

Fonte: Questionário às instituições. UC, 2021.

Fazendo uma análise da distribuição das **respostas sociais por grupo-alvo** é possível verificar que se direccionam maioritariamente para as pessoas idosas (13) e para as crianças e jovens (8). O elevado peso das respostas sociais para a população idosa põe em evidência a demografia deste território, que apresenta um acentuar do envelhecimento e cuja projeção indica um agravamento para níveis preocupantes. Os grupos-alvo pessoas em situação de dependência (3), e pessoas adultas com deficiência (2) concentram as restantes respostas sociais.

Passando a uma análise das **respostas sociais por tipologia**, é possível verificar que no grupo-alvo pessoas idosas a grande maioria das respostas sociais corresponde a Estrutura Residencial Pessoas Idosas (5) e a Serviços Apoio Domiciliário (4), seguindo-se os Centros de Dia (2) e os Centros de Convívio (2). No caso das crianças e jovens, a oferta está presente nos estabelecimentos de educação pré-escolar (2), nas Creches (2) e nos Centros de Atividades de Tempos Livres (4). Relativamente às pessoas adultas com deficiência são de referir o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e o Lar Residencial. Já no que diz respeito às pessoas em situação de dependência há a registar um conjunto de 3 respostas sociais: Equipa de Cuidados Continuados Integrados, Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Reabilitação.

Passando para uma análise ao nível da capacidade de resposta é possível constatar que algumas respostas sociais apresentam uma **taxa de utilização** muito elevada, muito próxima dos 100% ou ultrapassando este valor: ERPI, ECCI, ULDM, UMDR, Lar Residencial e CACI.

Ao nível das **listas de espera**, importa sublinhar o valor elevado nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, no entanto, este valor transmite uma falsa realidade, uma vez que o mesmo utente pode estar inscrito em diferentes instituições em simultâneo. O Lar Residencial e o CACI apresentam também valores significativos de lista de espera.

A análise global das **áreas de influência** permite concluir que as respostas sociais do Município de Alvaiázere servem 85,5% da população residente no próprio Município, sendo que os indivíduos que residem noutros Municípios e que aqui encontram apoio têm mais expressão na resposta de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, mas também nas respostas para a população adulta com deficiência.

Assim, pode-se dizer que as respostas sociais do Município de Alvaiázere assumem-se como apoios de cariz marcadamente municipal, uma vez que a esmagadora maioria dos seus utentes residem no Município, encontrando-se as exceções nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. Este panorama pressupõe uma reflexão sobre as potencialidades destas estruturas e a sua relação com o meio envolvente.

No município de Alvaiázere verifica-se também a existência de prestações pecuniárias, que se materializam na atribuição do RSI e do CSI, e de prestações em espécie, que se traduzem no POAPMC.

Em relação a outras políticas, programas e medidas será de referir o Cartão Jovem Municipal, o Cartão da Idade Maior, a Universidade Sénior, o Projeto “SOS Solidão”, Projeto “Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso”, a Loja de Apoio Social de

Alvaiázere, o CLDS 4G de Alvaiázere, Grupos Sócio-Caritativos, o Banco de Ajudas Técnicas, entre outros.

No âmbito do apoio a crianças e jovens do Município de Alvaiázere destaca-se o papel da CPCJ, cujo papel é determinante na implementação de medidas preventivas e/ou institucionalização direcionadas para crianças e jovens em situação de perigo.

Partindo desta análise à rede serviços e equipamentos sociais do município de Alvaiázere, suportada pela observação das tendências demográficas para as próximas décadas, que apontam para um acentuar do fenómeno de envelhecimento populacional para níveis muito preocupantes, é possível identificar algumas das carências ao nível das respostas sociais presentes no território.

Desde logo é evidente a **insuficiência da resposta social de estrutura residencial para idosos para grandes dependentes**, bem como das **respostas sociais direcionadas para pessoas com doenças degenerativas** e outras (Alzheimer, Parkinson, entre outras).

Neste último grupo-alvo esta realidade ganha particular destaque, uma vez que o crescente envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida e a **existência de um número cada vez maior de pessoas com doenças crónicas** se tem traduzido num crescimento do número de pessoas nesta situação. Este grupo-alvo caracteriza-se por apresentar grandes exigências sociais e económicas, pelo que é urgente a definição de medidas e programas específicos e adequados para assegurar a sua qualidade de vida. Qualquer intervenção deve, sempre que possível, garantir a permanência em casa e evitar a institucionalização.

Além destas carências mais evidentes ao nível das respostas sociais presentes no território, há ainda todo um conjunto de grupos sociais específicos que não podem ser esquecidos aquando do planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais. É o caso da população em idade ativa com baixo nível de escolaridade e de qualificação, das pessoas com deficiência, das crianças e jovens inseridas em contexto de risco, das pessoas vítimas de violência doméstica, das pessoas com dependências, da comunidade cigana, da comunidade imigrante e emigrante e das pessoas com mobilidade reduzida.

As temáticas abordadas correspondem a dimensões específicas de um tema global para as quais é necessário apontar linhas de intervenção suscetíveis de produzir impactos na qualidade das respostas e das intervenções.

Na atualidade, um dos maiores desafios que se coloca aos gestores da intervenção social territorializada nas sociedades modernas é a implementação de políticas que conduzam à operacionalização dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de coesão social. A síntese dos pontos fortes e fracos do município de Alvaiázere, assim como das oportunidades e ameaças, pode ser observada no quadro SWOT.

Quadro 123. Análise SWOT.

População-Alvo		Valências	Respostas sociais	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Potencialidades
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Creche	2		As respostas sociais de Creche e Jardim de Infância estão apenas presentes nas freguesias de Alvaiázere e Maçãs de Dona Maria.	Todas as respostas sociais apresentam taxas de utilização abaixo do limite (Creche - 78,6%; Jardim de Infância - 86,1% e Centro de Atividades de Tempos Livres - 65,6%).	
		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	2		Ao nível das áreas de influência verifica-se que o número de crianças oriundas de outros concelhos é reduzido, observando-se uma estreita relação entre a localização das valências e o padrão de distribuição das crianças/jovens.		
		Centro de Atividades de Tempos Livres	4				
População Adulta	Pessoas Idosas	Serviço de Apoio Domiciliário	4		A valência de Centro de Dia apenas é disponibilizada em duas freguesias (Almoester e Alvaiázere), com uma taxa de utilização baixa.	A taxa de utilização da valência de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas está próxima dos 100%, o que indica que esta se encontra no limite máximo da sua capacidade.	Relativamente à valência de Centro de Dia verifica-se que a taxa de utilização é de apenas 30%.
		Centro de Convívio	2	À exceção da freguesia de Pelma, todas apresentam a resposta social de SAD.	A resposta social de Centro de Convívio encontra-se presente nas freguesias de Maçãs de Dona Maria e Pussos São Pedro.	A lista de espera da Estrutura Residencial Pessoas Idosas apresenta um total de 361 pessoas, pese embora a multiplicação de inscrições em várias instituições.	A resposta social de Centro de Convívio é de 82,5%.
		Centro de Dia	2	A área de influência da valência de ERPI abrange municípios vizinhos.	A resposta social de ERPI é apenas disponibilizada nas freguesias de Maçãs de Dona Maria (3) e Alvaiázere (2).	Insuficiência das respostas sociais para idosos com grande dependência (estrutura residencial para idosos)	Crescente número de pessoas que querem envelhecer em casa (Ageing in Place).
		Estrutura Residencial Pessoas Idosas	5		A área de influência das valências de SAD, Centro de Convívio e Centro de Dia restringe-se apenas às freguesias do Município de Alvaiázere.	O índice de envelhecimento passou de 303,8 em 2011 para 415,6 em 2021.	O aumento da longevidade exige um maior apoio a um crescente número de idosos, que cada vez têm maior número de limitações e doenças crónicas
					Todas as freguesias apresentam uma taxa de crescimento natural negativa.		
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	1				
		ULDM	1				
		UMDR	1				
	Pessoas adultas com deficiência	Lar Residencial	1				
		CACI	1			Dificuldade de integração social das pessoas com deficiência	



D. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

“O futuro pode ser influenciado pela ação individual e coletiva.”

(Wendell Bell, 1997)

O **Plano de Desenvolvimento Social** (PDS) é um documento essencial no processo de planeamento estratégico onde é feita a definição das linhas orientadoras do desenvolvimento social local e das prioridades de intervenção e que é acordado como matriz orientadora da política social local para um horizonte temporal de 3 anos.

A elaboração de um plano estratégico é o elemento central de afirmação dos municípios em termos de liderança e empenho na demonstração das competências locais. A dimensão estratégica consiste na co-construção de visões de futuro e a determinação das ações necessárias e prioritárias, a curto, médio e longo prazo, para as consubstanciar, ou para influenciar elementos parcelares das mesmas. Contém tudo o que emerge da conceção, da decisão, da condução e do conteúdo das ações a empreender durante um determinado eixo temporal. É uma peça-chave que liga o presente ao futuro.

Neste documento são concebidas diversas possibilidades de futuro, de modo a assegurar uma maior preparação de comportamentos individuais e organizacionais. Compreende, uma agenda política e social que necessariamente atende às transformações atuais e à complexificação da realidade, cada vez mais incerta e indeterminável, emergindo de forma cada vez mais premente a importância de processos e metodologias que permitam revelar cenários, possibilidades e sobretudo tendências (Albuquerque, 2017; Godet, 1993, 2011; Saragoça, Silva e Fialho, 2016).

Portugal é um país relativamente pequeno num mundo globalizado, mas que está em movimento, com dinâmicas migratórias importantes e a dar tímidas respostas socioeconómicas para inverter espirais de subdesenvolvimento, sendo, por isso, possível antever um futuro cheio de desafios de integração e de gestão da diversidade a vários níveis (Góis e Marques, 2018; CID, 2019). Um país com a nossa longa história quase milenar terá de libertar-se das dicotomias de Litoral/ Interior, Norte/Sul, Urbano/Rural e aprender a desenvolver políticas capazes de reconhecer as novas dinâmicas com a expectativa de ter de lidar com riscos e oportunidades face às novas realidades (CID, 2019; PNPOT, 2019).

Compreende-se, assim, que uma visão territorial informada permite identificar com maior acuidade as características e as tendências de desenvolvimento que podemos observar em cada localidade de forma particular e no país em geral. Em todos os domínios, ambientais, sociodemográficos, tecnológicos, económicos e sociais existem fatores que são encarados como ativos estratégicos essenciais para o desenvolvimento do país e das regiões. Os territórios são dinâmicos e a ação humana é determinante na transformação e uso dos espaços renovando incessantemente as realidades socio territoriais. As alterações espaciais, demográficas e socioprofissionais transformam a configuração das regiões e do país colocando em evidência o confronto entre velhas e novas identidades.

Planear o futuro de um território consoante as necessidades e as características de cada território potencia o seu desenvolvimento e as condições de atratividade. Com efeito, a elaboração do diagnóstico territorial a montante constitui-se como um elemento de

extrema relevância para o planeamento a jusante da intervenção que se quer integrada, prospetiva, inovadora e consequente em termos de resultados.

A construção do futuro torna-se estratégica quando o seu promotor se interroga sobre as ações que pode concretizar face ao que pode acontecer no futuro e, depois de as eleger e hierarquizar, implementa um conjunto de ações articuladas e orientadas para alcançar os objetivos delineados (Saragoça, Fialho e Silva, 2017).

1. Missão, visão e valores

A construção e implementação de uma estratégia de desenvolvimento social que articule e integre as decisões através das quais se formalizam compromissos e estratégias de mudança, social e territorial, numa configuração participada sobre o futuro desejável e conducente à melhoria da qualidade de vida dos munícipes constitui o principal desígnio deste PDS. Foi partindo deste pressuposto, bem como das competências e atribuições no domínio das funções sociais delegadas pelo Estado nos municípios, que foram definidos os elementos fundamentais, enquadramentos da estratégia de desenvolvimento social (Figura 153).



MISSÃO

A missão do PDS é planejar, organizar e executar medidas promotoras de um desenvolvimento social universal, acessível e de qualidade, visando a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudança.



VISÃO

Potenciar os níveis de eficiência, qualidade, produtividade, criatividade, domínio, fruição e concretizações que permitam a promoção de processos de mudança social conducentes a uma melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos nossos cidadãos. Neste âmbito, a visão perfilhada é a de tornar o município de Alvaiázere num espaço territorialmente coeso e inclusivo, com uma rede social adequadamente distribuída e dimensionada, que permita responder, com elevados níveis de eficiência, à evolução dos desafios sociais identificados no quadro de um desenvolvimento sustentável.



VALORES

- Subsidiariedade
- Integração
- Articulação
- Participação
- Inovação Social
- Responsabilidade Intergeracional

FIGURA 153.. Missão, Visão e Valores do Plano de Desenvolvimento Social de Alvaiázere.

Tendo em conta a missão e visão evidenciadas, encontra-se subjacente desenvolver os seguintes valores:

- **Subsidiariedade**, atendendo a que é no local que se constroem processos participativos, pelo contexto de proximidade com a comunidade, e que se torna possível a construção de caminhos transformadores das situações de vulnerabilidade social, através da conscientização e emancipação, mas também da identificação dos recursos e potencialidades que viabilizam a concertação coletiva no âmbito do desenvolvimento das ações que procuram ir ao encontro da resolução dos problemas concretos locais;
- **Integração**, uma vez que a integração social é um dos princípios centrais de todo o trabalho social, que apela ao desenvolvimento de intervenções dinâmicas, coesas e participativas que permitam responder, de forma efetiva, ao caráter multidimensional da vulnerabilidade social, com destaque para os fenómenos de pobreza e exclusão social;
- **Articulação**, que parte da necessidade de articular a ação dos distintos agentes com atividade no município, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades, procedendo-se para tal à construção de um suporte da ação que permita a mobilização dos recursos e das competências existentes na comunidade e contribua para a promoção dos projetos de ação coletivos;
- **Participação**, tendo em conta que o combate às situações de vulnerabilidade social só é possível de forma efetiva, se o processo de promoção do desenvolvimento social for amplamente participado, alargando-se aos atores locais e às populações, sobretudo as que estão em situação de desvantagem;
- **Inovação Social**, face à emergência da resposta a novas problemáticas e às mutações sociais que ocorrem a um ritmo acelerado, tornando-se necessário a implementação de novas medidas e programas portadores de inovação para se adequarem às realidades em presença, a partir de uma descentralização da intervenção social baseada na parceria estratégica, capaz de criar dinâmicas inovadoras nos processos de trabalho e das práticas.
- **Responsabilidade Intergeracional**, dever das gerações presentes de preservar o meio ambiente e a cultura, adotar comportamentos sustentáveis no uso dos recursos naturais e culturais, com o Objetivo: de não privar as futuras gerações da possibilidade de usufruto.

2. Objetivos e parâmetros orientadores

A estratégia de desenvolvimento social do município de Alvaiázere é estruturada em torno de quatro objetivos fundamentais:

O primeiro objetivo estratégico visa **potencializar a rede de serviços e equipamentos sociais** disponível através da rentabilização dos recursos humanos e materiais existentes, de forma a evitar desperdícios, a melhorar a sustentabilidade económica e a aumentar a eficácia da resposta.

O segundo objetivo estratégico tenciona **qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais** disponível através do reforço das condições humanas e materiais existentes, de modo melhorar a qualidade do serviço prestado ao utente.

O terceiro objetivo estratégico pretende **reforçar a rede de serviços e equipamentos sociais** existente nas áreas e públicos em que se evidencia insuficiência ou ausência de resposta sociais, com vista a atenuar ou prevenir carências identificadas.

O quarto e último objetivo estratégico ambiciona **innovar socialmente na geração de respostas sociais**, nomeadamente ao nível de pessoas e grupos em situação de maior fragilidade social.

Partindo dos objetivos traçados, definiram-se os princípios base e os critérios locativos que orientarão a atuação da rede social (Figura 154), designadamente:

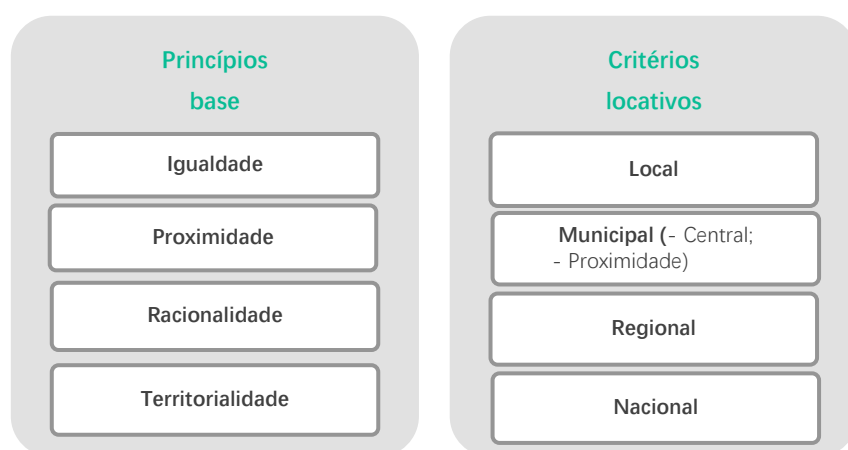


FIGURA 154. Princípios base e critérios locativos.

PRINCÍPIOS BASE:

- **Igualdade:** garantir a igualdade de oportunidade no acesso aos serviços e equipamentos sociais;
- **Proximidade:** assegurar a proximidade dos utentes aos equipamentos sociais;
- **Racionalidade:** permitir a maximização dos resultados e a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos;
- **Territorialidade:** contribuir para a redução de assimetrias territoriais e para a estruturação do território.

CRITÉRIOS LOCATIVOS:

- **Local:** A localização dos serviços e equipamentos sociais depende da proximidade ao grupo-alvo, correspondendo essencialmente a respostas sociais para os grupos-alvo Crianças e Jovens e Pessoas Idosas, que se pretendem universais e difundidas por todo o território municipal;
- **Municipal:** Este nível de atuação subdivide-se em dois subníveis:

Central: Serviços e equipamentos sociais dirigidos para grupos-alvo com um padrão de distribuição espacial difuso, necessitando, assim, de uma localização acessível;

Proximidade: Serviços e equipamentos sociais vocacionados para grupos-alvo específicos com um padrão de distribuição espacial pontual e concentrado num determinado local, justificando-se, assim, que seja aí localizado, principalmente considerando o facto de se dirigir, maioritariamente, a população com carências económicas e dificuldades de mobilidade.

- **Regional:** Serviços e equipamentos sociais com um grau de especificidade elevado;
- **Nacional:** Serviços e equipamentos sociais com um grau de especificidade muito elevado.

3. Articulação com outros instrumentos estratégicos

O Plano de Desenvolvimento Social de Alvaiázere permite integrar as medidas e políticas definidas nos vários níveis da Administração local, regional, nacional e internacional, nos vários sectores e favorecendo a sua adequação aos contextos locais, potenciando as respetivas complementaridades e detetando as suas fragilidades. Assim, o PDS de Alvaiázere beneficia dos princípios da Agenda Territorial 2030 “Um Futuro para Todos os Lugares” e da Estratégia Portugal 2030, bem como das Políticas para a Valorização do Interior aprovadas no Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT). A Estratégia Portugal 2030 integra 4 agendas temáticas:

Agenda temática 1 – “As pessoas primeiro”: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;

Agenda temática 2 – Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;

Agenda temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos;

Agenda temática 4 – Um País competitivo externamente e coeso internamente.

A **nível internacional**, o PDS de Alvaiázere tem, como referência a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** que, sob o lema «Ninguém pode ficar para trás», estabelece um plano de ação assente nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está dependente do papel ativo dos governos locais e regionais, não apenas enquanto implementadores da Agenda, mas como agentes transformadores. Todos os ODS têm metas que estão direta ou indiretamente ligadas ao trabalho diário dos municípios. Ao serem o nível de governação mais próximo da população, com um conhecimento profundo do contexto e comunidades locais, com a capacidade de convocar e mobilizar atores territoriais, e com legitimidade democrática e institucional para promover o diálogo e o empenho em diferentes níveis, os governos locais estão numa posição ideal para traduzir uma agenda ampla e abstrata numa agenda concreta e eficiente, tornando-a realidade para os cidadãos. Por outro lado, a Agenda 2030 é também uma oportunidade para os municípios, na medida em que fornece um roteiro de médio prazo para o processo de

desenvolvimento, constitui uma linguagem comum que pode ser base para a mobilização dos atores locais em torno de Objetivos comuns e para a formulação de políticas que se reforcem mutuamente, para além de ser uma ferramenta que facilita a comunicação das políticas prosseguidas pelos municípios, uma oportunidade de capacitação e envolvimento dos quadros municipais, e um veículo para alargar parcerias e oportunidades de financiamento. Os governos locais estão particularmente vocacionados para abordarem os ODS de forma pragmática, adaptarem-nos aos contextos locais e ajudarem os cidadãos a compreender como a ação local tem impactos relevantes ao nível global (Ferreira, 2020).

O PDS de Alvaiázere assume-se como um instrumento que pretende cumprir os seguintes ODS: ODS 1 - Erradicar a pobreza; ODS 2 - Acabar com a fome; ODS 3 - Vida Saudável; ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 - Igualdade de género; ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento económico; ODS 10 - Reduzir as Desigualdades; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 16 - Paz e justiça; ODS 17 - Parcerias para o Desenvolvimento (Figura 155), ou seja, mais de metade dos objetivos definidos pelas Nações Unidas (10).



Fonte: Nações Unidas.

FIGURA 155. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O PDS de Alvaiázere garante coerência e articulação com documentos estratégicos de âmbito local, regional, nacional, como sendo:

- Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação
- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
- Plano Estratégico para as Migrações
- Plano Nacional de Saúde
- Programa Nacional para a Saúde Mental
- Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
- Estratégia da Saúde na Área das Demências

- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria “Região de Leiria 2030”
- Estratégia de Habitação Local de Alvaiázere

4. Desafios do território para a intervenção numa agenda para a Inclusão

Alvaiázere está confrontado com a necessidade de responder a um conjunto de novos desafios e tendências de transformação económica e social, nomeadamente, os **desafios: demográfico, inovação em saúde, da atratividade, da digitalização, e da internacionalização** para abrir as oportunidades do mercado de trabalho no contexto local. A estes novos desafios, junta-se ainda a necessidade de completar os esforços para continuar a combater problemas estruturais ainda não resolvidos, como são os casos da qualificação da população, o desemprego de longa duração, as assimetrias socioeconómicas e de estruturação de medidas de apoio ao combate à pobreza e exclusão social e a internacionalização da economia regional.

A resposta aos bloqueios e aos novos desafios exige assim um novo ciclo de políticas locais, estruturalmente sustentadas por um enquadramento nacional compatível com a Agenda Estratégia Portugal 2030 que tem como princípio fundamental “Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial” (AEP2030:8).

Do mesmo modo, e em paralelo, a valorização do saber-fazer e do saber-ser local, pelo reconhecimento da qualidade e do potencial dos produtos tradicionais, **do estímulo ao único e à especificidade regional**, é um elemento crucial de desenvolvimento estratégico. Este necessita, porém, da revitalização de vontade e implicação política, bem como de mobilização das populações e das forças vivas do território.

Os grandes **desafios** a enfrentar pelo território de Alvaiázere, a curto, médio e longo prazo situam-se:

A) Na **inversão da tendência do duplo envelhecimento**, o que implica a criação, não só de **oportunidades de trabalho** (relacionadas desde logo com a existência ou não de população qualificada e de medidas políticas de incentivo à inovação e à atratividade de empresas, serviços e recursos humano), mas também de **condições de vida com qualidade** e adequadas à atração e fixação de jovens (acesso a habitação a preços concorrenciais, existência de mercado de arrendamento, existência de mais estruturas culturais e desportivas, acesso a serviços com qualidade de apoio à família, condições para conciliação

entre trabalho e vida familiar, entre outras); assim como de **equipamentos e serviços de apoio social e de saúde** capazes de assegurar serviços de acompanhamento em todas as fases do ciclo da vida.

B) **No incremento de estratégias de inovação e de desenvolvimento socio-territorial e económico**, por via de respostas e negócios que possam ser diferenciadores e que aproveitem o potencial do município, mas também, de processos de **articulação interterritorial**, definindo ações e estratégias de desenvolvimento comuns e articuladas entre as diversas freguesias do município e com os demais municípios da Região de Leiria.

C) **No delineamento de processos e estratégias de desenvolvimento cultural e de educação para todos**, que possam contribuir para a abertura a novos valores e a novas práticas, para a proatividade e empreendedorismo como atitudes perante a vida e para a minimização de determinadas problemáticas sociais (como o alcoolismo ou a violência doméstica). Trata-se de uma transformação social, cultural e axiológica, preconizando intervenções multidimensionais, progressivas e a longo prazo, que se constituem como uma etapa fundamental para a promoção de um verdadeiro desenvolvimento a “partir de dentro” do território e, como tal, mais perene e adaptado.

Neste sentido, as prioridades definidas a curto, médio e longo prazo para a região, resultantes das especificidades e necessidades identificadas no Diagnóstico Social do município de Alvaiázere, cumpre a apropriação e ajustamento dos Eixos Prioritários definidos pela Estratégia Portugal 2030, enquanto enquadramento condutor das pautas de desenvolvimento social local propostas, pese embora, se formulem estritamente como referencial meramente indicativo.

Os eixos aqui apresentados constituem-se sobretudo como motes para equacionar a reflexão coletiva e a tomada de decisões políticas sobre os caminhos de desenvolvimento pelos quais optar e de que forma. Tais prioridades, plasmadas **nos 7 eixos de intervenção e respetivas coordenadas de ação**, permitem, na verdade, perspetivar alternativas integradas de ação transformadora para a região.

5. Eixos de intervenção, objetivos e ações



Figura 156. Eixos do Plano de Desenvolvimento Social de Alvaiázere.



**EIXO 1:
POPULAÇÃO E
CONDIÇÕES DE
VIDA**

Eixo	Objetivos Gerais	Estratégias de Intervenção	Entidades Envolvidas	Calendarização
EIXO 1: POPULAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA	■ Melhorar as condições de vida da população em situação de vulnerabilidade socioeconómica.	> Beneficiação do Parque de Habitação Social;	CM de Alvaiázere	2022-2030
	■ Proporcionar melhor qualidade de vida à população que apresenta dificuldades em termos de mobilidade e de acessibilidade.	> Medidas de apoio à população residente com incapacidade;	IEFP	
		> Iniciativas de apoio à acessibilidade e à participação das pessoas com deficiência e incapacidade;	IEFP	
		> Produtos de apoio;	IEFP	
		> Programa Acessibilidades 360º - Intervenções em Habitações;	IEFP INR	

Informação que fundamenta o apoio à execução dos objetivos do Eixo 1:

Medidas de apoio à população residente com incapacidade no local de trabalho:	Consiste na adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas, sempre que a pessoa com deficiência necessite, para um adequado desempenho profissional ou mesmo para poder aceder ou deslocar-se na empresa, de uma adaptação dos equipamentos, instrumentos ou alfaia que tenham de utilizar ou da eliminação de barreiras físicas. Nestas situações, o IEFP, IP poderá atribuir subsídios a fundo perdido, destinados a compartilhar os custos incorridos com a adaptação dos postos de trabalho ou a eliminação de barreiras arquitetónicas;
Acessibilidade e eliminação de barreiras arquitetónicas	Refere-se a qualquer produto, instrumento, equipamento ou sistema técnico, usado por uma pessoa com deficiência, especialmente produzido ou disponível no mercado que previne, compensa, atenua ou neutraliza a limitação de atividade ou restrição de participação decorrente da interação entre a pessoa com deficiência ou incapacidade e as condições do meio. Quando se comprove que, para efeitos de aceder ou manter o emprego ou progredir na carreira ou, ainda, para aceder ou frequentar a formação, a pessoa com deficiência e incapacidade necessita de um produto de apoio (ajuda técnica), o IEFP, IP pode compartilhar o seu custo até 100%.
Produtos de apoio	Os Produtos de Apoio são instrumentos e dispositivos fundamentais que permitem compensar ou atenuar as limitações funcionais e restrições ao nível da participação no contexto de vida das pessoas com deficiências e/ou incapacidades.
Programa Acessibilidades 360º - Intervenções em Habitações	O Instituto Nacional para a Reabilitação coordena o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) que tem em conta as necessidades e as características específicas de cada pessoa e o cumprimento dos normativos e procedimentos estabelecidos legalmente. <i>Disponível em:</i> https://www.inr.pt/produtos-de-apoio e em www.iefp.pt Trata-se de um Programa de Intervenções em Habitações (PIH), integrado na Componente 3 – Respostas Sociais, Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360º, no âmbito do PRR, no período de programação de 2021-2025. O PIH visa a promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldade no acesso e na fruição das suas habitações, nomeadamente mediante aplicação das Normas Técnicas de Acessibilidade (NTA) previstas no anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual, e tem o objetivo de apoiar intervenções (especificamente relacionadas com a condição de deficiência em concreto) em, pelo menos, 1.000 habitações. A receção das candidaturas pode ser prolongada ou cancelada, em função da dotação. <i>Disponível em:</i> https://www.inr.pt/programa-acessibilidades-360-intervencoes-em-habitacoes



**EIXO 2:
EDUCAÇÃO,
EMPREGO E
QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL**

Eixo	Objetivos Gerais	Estratégias de Intervenção	Entidades Envolvidas	Calendarização
EIXO 2: EDUCAÇÃO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	■ Contribuir para a qualificação de todos os munícipes (empregados e desempregados).	Promoção de iniciativas direcionadas para a educação, emprego e qualificação profissional dos munícipes através dos seguintes mecanismos:	IEFP, IPSS, setor empresarial.	2022-2030
		> Medida cheque formação profissional;		
		> Medida de compromisso sustentável;		
		> Medida Incentivo Ativar.pt;		
		> Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego;		
		> Emprego Interior MAIS;		
	■ Reforçar a articulação entre as vertentes de formação (ensino; formação profissional) e o mercado de trabalho.	> Estabelecimento de protocolo de parceria com a “Forma-te” (Associação Nacional da Formação e Ensino Profissional);	IEFP, Setor Empresarial, IPSS.	
	■ Potenciar oportunidades para a prossecução de percursos de qualificação (ensino profissional e superior).	> Articulação com Centros de Formação de Gestão participada.	ETPSicó, Centro Qualifica, IEFP, IPSS.	

Informação que fundamenta o apoio à execução dos objetivos do Eixo 2:

Cheque Formação Profissional	Pretende-se incentivar a formação profissional, constituindo-se como um instrumento potenciador da criação e da manutenção do emprego e do reforço da qualificação e empregabilidade. Os destinatários são a população com idade igual ou superior a 16 anos, os ativos empregados e os desempregados. As entidades empregadoras, relativamente aos seus trabalhadores consideradas para este efeito, são as pessoas coletivas ou singulares de direito privado, com ou sem fins lucrativos. Disponível em: https://iefponline.iefp.pt. Nota: O Cheque-Formação tem um regime de candidatura aberta. As candidaturas são aprovadas até ao limite anual da dotação orçamental.
Compromisso emprego sustentável	Visa prevenir e combater o desemprego e estimular a contratação de desempregados, nomeadamente jovens e pessoas com deficiência e incapacidade; fomentar e apoiar a criação líquida de postos de trabalho; promover a melhoria da qualidade do emprego, incentivando vínculos laborais mais estáveis e promovendo a fixação de salários adequados; promover a igualdade de género no acesso e condições do mercado de trabalho. Os períodos de abertura e encerramento de candidaturas são definidos por deliberação do conselho diretivo do IEFP e divulgados no sítio eletrónico www.iefp.pt. Disponível em: https://iefponline.iefp.pt/IEFP/medCompromissoEmpregoSustentavel.do
ATIVAR.PT, nas seguintes modalidades:	Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEFP, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados. A medida tem um regime de candidatura fechada, sendo os respetivos períodos de abertura e encerramento, a realizar anualmente, definidos por deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, IP e divulgados no sítio eletrónico, www.iefp.pt. Para além dos períodos de candidatura definidos anualmente, o Conselho Diretivo pode deliberar a abertura de períodos extraordinários.
Prémio de Conversão	O período para apresentação de candidaturas ao Prémio de Conversão previsto na medida Incentivo ATIVAR.PT decorre entre as 9h00 do dia 27 de março de 2023 e as 18h00 do dia 29 de dezembro de 2023.
Estágios Ativar.pt	Medida que abrange estágios com a duração de 9 meses, não prorrogáveis, tendo em vista promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados. Os estágios que tenham como destinatários pessoa com deficiência e incapacidade, pessoa que integre família monoparental; pessoa cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente inscrito como desempregado no IEFP; vítima de violência doméstica; refugiado; ex-recluso ou que cumpra/tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade; toxicodependente em processo de recuperação; pessoas em situação de sem-abrigo; pessoa a quem tenha sido reconhecido o Estatuto de Cuidador Informal e que tenha prestado cuidados enquanto cuidador informal principal, têm a duração de 12 meses, não prorrogáveis. Estes estágios assumem como objetivos: complementar e desenvolver as competências dos desempregados, nomeadamente dos jovens, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através de experiência prática em contexto de trabalho; apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, nomeadamente, promovendo a inserção na vida ativa dos jovens com níveis adequados de qualificação; promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas; apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva. A comparticipação financeira do IEFP é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por estágio + Prémio ao Emprego. O período de candidaturas à medida Estágios ATIVAR.PT decorre entre as 9h00 do dia 16 de dezembro de 2022 e as 18h00 do dia 31 de maio de 2023 Disponível em: www.iefp.pt/documents/10181/10178040/Ficha+Sintese+Estagios+ATIVAR.PT+%28vf+07-01-2022%29.pdf/8bcec4e1-2a37-4777-a75c-53e1d702b4dc

Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego	A medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego consiste num apoio financeiro aos desempregados titulares de prestações de desemprego que aceitem ofertas de emprego apresentadas pelo IEFP ou colocação pelos próprios meios, a tempo completo, com uma remuneração inferior ao valor da prestação de desemprego que se encontra a receber. Disponível em: https://iefponline.iefp.pt/IEFP/miaoe2.do?action=overview
Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável	Apoio financeiro à mobilidade geográfica no mercado de trabalho, atribuído pelo IEFP, IP, nas seguintes modalidades: Para trabalhadores que celebrem contratos de trabalho ou criem o seu próprio emprego ou empresa, cujo local de trabalho implique a sua mobilidade geográfica para território do interior; Para trabalhadores subordinados e profissionais independentes que exerçam atividade profissional, prestada de forma remota, à distância e em território do interior. Disponível em: https://iefponline.iefp.pt/IEFP/interiorMais.do?action=overview
Protocolo de parceria com a "Forma-te" (Associação Nacional da Formação e Ensino Profissional):	O Forma-te é uma Comunidade de Aprendizagem, uma Rede de Aprendizagem Colaborativa, de todos os profissionais da Formação e Ensino Profissional. O Forma-te é, assim, um espaço de partilha de informação, conhecimentos e experiências entre os profissionais da formação e ensino profissional. Esta associação possui como objetivos: a) Participar na avaliação e no acompanhamento das políticas e instrumentos de formação e ensino profissional, propondo estratégias de inovação e desenvolvimento; b) Promover a formação e ensino profissional e a aprendizagem ao longo da vida, como fatores que contribuem para a valorização pessoal e profissional, facilitando o acesso à cultura, ao emprego e à cidadania ativa; c) Promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na formação e aprendizagem ao longo da vida; d) Fomentar o acesso à formação e à aprendizagem ao longo da vida a pessoas com necessidades especiais como trabalhadores pouco qualificados, trabalhadores com deficiência, minorias étnicas, etc. e) Impulsionar a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem e formação; f) Promover e apoiar todos os profissionais que trabalham no sistema de formação e ensino profissional, valorizando e dignificando o papel de cada um, com vista a apoiar e assegurar a qualidade, rigor, exigência e inovação da formação e ensino profissional (e-mail: geral@forma-te.com)
Articulação com Centros de Formação	Os centros de formação de gestão participada abrangem serviços na área da formação que têm uma vocação marcadamente setorial (construção civil, metalurgia, metalomecânica, cortiça, alimentar, moda, comércio, etc.) e que visam complementar e reforçar a ação das unidades locais do IEFP, IP. Estes centros possuem autonomia administrativa e financeira, para a execução e a programação das ações de formação profissional e para a sua gestão. Existe uma rede de Centros de Gestão Participada criada ao abrigo de protocolos celebrados entre o IEFP, IP e os Parceiros Sociais (Associações Patronais, Sindicais e Profissionais), que complementa e reforça a ação das unidades locais do IEFP, IP.



**EIXO 3:
DINÂMICA
ECONÓMICA E
MERCADO DE
TRABALHO**

Eixo	Objetivos Gerais	Estratégias de Intervenção	Entidades Envolvidas	Calendarização
EIXO 3: Dinâmica Económica e Mercado de Trabalho	Contribuir para fortalecer a economia e desenvolvimento local (agentes empresariais, de economia social...)	Promoção do reconhecimento das empresas sediadas no Município como entidades inclusivas através de candidatura para obtenção da marca Entidade Empregadora Inclusiva.	CM de Alvaiázere, IEFP, Agentes de Economia Social, Empresas	A Marca é atribuída de 2 em 2 anos, nos anos ímpares.
	Promover o empreendedorismo no espaço geográfico do município.	- Dar continuidade ao "Alvaiázere+" programa municipal de promoção e incentivo ao desenvolvimento empresarial local. - Articulação com o conjunto de apoios e incentivos ao empreendedorismo e à atividade empresarial já em curso, que incluem, entre outras medidas, a redução ou isenção das taxas municipais relacionadas com a atividade económica.	CM de Alvaiázere, Associação de Desenvolvimento Integrado de Alvaiázere (ADECA), Territórios Criativos	2023-2030
	Criar medidas de política de combate às desigualdades sociais e de género.	Articulação com as ações do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.	CM de Alvaiázere	2023-2030

Informação que fundamenta o apoio à execução dos objetivos do Eixo 3

Candidatura para obtenção da marca Entidade Empregadora Inclusiva	Reconhecer e distinguir práticas de gestão abertas e inclusivas, desenvolvidas pelas entidades empregadoras relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade. A Marca Entidade Empregadora Inclusiva distingue as práticas de referência nos domínios do recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional; da manutenção e retoma do emprego; das acessibilidades, do serviço e relação com a comunidade. Às entidades a quem seja atribuída a Marca Entidade Empregadora Inclusiva e que se destaquem por práticas exemplares nos quatro domínios será atribuída a menção de Excelência. A marca entidade empregadora inclusiva é atribuída pelo IEFP, IP de dois em dois anos (anos ímpares), através de um júri, constituído por representantes de associações empresariais, sindicatos, organizações da economia social, entidades que apoiam pessoas com deficiência e entidades públicas. <i>Disponível em:</i> www.iefp.pt <i>Nota: Últimas candidaturas abertas - 2 de janeiro de 2023 e 1 de março de 2023.</i>
--	--



Eixo	Objetivos Gerais	Estratégias de Intervenção	Entidades Envolvidas	Calendarização
EIXO 4: Saúde e Bem Estar	- Promoção da Saúde Mental da população (infância, adolescência, população adulta e idosa). - Apoiar e reforçar a implementação da rede de cuidados continuados de Saúde Mental.	Promover ações de informação e de prevenção da saúde mental, através de:	CM de Alvaiázere,	2022-2030
		> Folhetos informativos sobre a saúde mental;	Administração Regional de Saúde do Centro,	
		> Workshops, Seminários e Palestras;	Escolas,	
		> Serviços de Saúde Mental – Adultos;	IPSS, Setor empresarial e demais agentes locais.	
		> Serviços de Saúde Mental – Infância e Adolescência;		

Informação que fundamenta o apoio à execução dos objetivos do Eixo 4

Folhetos informativos sobre a saúde mental	A tendência de envelhecimento crescente da população de Alvaiázere e sobretudo a que se reporta à 4ª idade, é um preditor de surgimento de patologias do foro da saúde mental. Contudo e visto que estas patologias são também transversais a outros grupos populacionais, identificam-se de seguida algumas iniciativas direcionada para a prevenção neste âmbito. Disseminação de informação sobre problemas de saúde mental a nível de depressão, perturbação bipolar, perturbação obsessivo-compulsivo, entre outras. <u>Disponível em: https://saudemental.pt/folhetos-informativos/</u>
Plataforma Web eSaúde	Contém conteúdos relacionados com saúde mental e permite aos utilizadores testar a sua saúde mental. <u>Disponível em: https://esms.dei.uc.pt/</u>
Serviços de Saúde Mental – Adultos	Disponibiliza informação a nível de contatos de saúde mental associados às cinco ARS (Administração Regional de Saúde do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).
Serviços de Saúde Mental – Infância e Adolescência	Disponibiliza informação a nível de contatos de saúde mental para a infância e adolescência associados às cinco ARS (Administração Regional de Saúde do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). <u>Disponível em: https://saudemental.min-saude.pt/contactos-de-saude-mental-infancia-e-adolescencia/</u>
Kit Básico de Saúde Mental	Minicurso com a informação essencial sobre saúde mental que possibilita um melhor conhecimento sobre a doença mental e formas de lidar com dificuldades a si associadas. <u>Disponível em: https://www.manifestamente.org/kit-baacutesico-de-sauacutede-mental.html</u>
Criação de equipas comunitárias de Saúde Mental	O despacho n.º 8455/2022 de 11 de julho de 2022, determinou a constituição de cinco equipas comunitárias de saúde mental para a população adulta (ECSM-PA) e cinco equipas comunitárias de saúde mental para a infância e adolescência (ECSM-IA), conforme previsto no PRR, e determina que o membro do Governo responsável pela área da saúde pode autorizar o recrutamento, através da celebração de contratos de trabalho sem termo, de até 60 profissionais para as referidas ECSM-PA e ECSM-IA (Diário da República, 2.ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro de 2020). As equipas são criadas pela Administração Regional de Saúde, I. P., em várias instituições de saúde, entre elas, a ECSM -IA: Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E.; <u>Disponível em: https://files.dre.pt/2s/2022/07/132000000/0008700089.pdf</u> <u>https://saudemental.min-saude.pt/mais-dez-equipas-para-a-saude-mental/</u>



Eixo	Objetivos Gerais	Estratégias de intervenção	Entidades Envolvidas	Calendarização
EIXO 5: ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL	Fomentar a qualidade de vida dos idosos no município de Alvaiázere.	> Dinamização de programas destinados à idade Sénior. > Universidade Sénior, Semana da Idade Maior.	CM de Alvaiázere, IPSS.	2022-2030
	Contribuir para o reconhecimento do município de Alvaiázere como o município amigo da pessoa idosa.	> Candidatura a um programa de reconhecimento.	CM de Alvaiázere	

Informação que fundamenta o apoio à execução dos objetivos do Eixo 5

Saúde Sénior	Dinamizar iniciativas em articulação com atividades locais visando potenciar a mobilidade/prática da atividade física, hidrogenástica, exercícios terapêuticos entre outras dinâmicas.
Universidade Sénior	A Universidade Sénior, com sede no Museu Municipal, é uma iniciativa do Município de Alvaiázere com a finalidade de promover a valorização pessoal e social do público sénior através da aquisição de conhecimentos e novas aprendizagens. A Universidade Sénior de Alvaiázere visa, num contexto de formação ao longo da vida, criar e dinamizar atividades educacionais, culturais, sociais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de cinquenta anos de idade. Este projeto promove a valorização pessoal e social, melhora a qualidade de vida e reduz o risco de isolamento e de exclusão social.
Semana da Idade Maior	A Semana da Idade Maior é uma iniciativa que tem como objetivos contribuir para a integração social da comunidade sénior (institucionalizada e não institucionalizada), consciencializar e combater o isolamento que muitas vezes afeta esta faixa da população e para a coesão social da comunidade Alvaiazerense.



**EIXO 6:
EQUIPAMENTOS
RESPOSTAS
SOCIAIS E REDE
SOCIAL**

Eixo	Objetivos Gerais	Estratégias de Intervenção	Entidades Envolvidas	Calendarização
EIXO 6: EQUIPAMENTOS, RESPOSTAS SOCIAIS E REDE SOCIAL	Coordenar e supervisionar as ações interventivas no município em função dos problemas e necessidades sinalizadas.	- Reconfiguração e/ou reforço dos equipamentos para a Infância e Juventude na sequência da medida Garantia para a Infância, destinada a apoiar as famílias com crianças e jovens. - Criação de Equipa Local de Intervenção Precoce de Alvaiázere (ELI) do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.	- ISS, IP e IPSS. - ISS, IP e IPSS, SNIPI.	2022-2030
	Criar, adequar e requalificar respostas sociais e serviços/projetos/programas sociais para os diferentes grupos-alvo.	- Fomentar a articulação com instituições da rede solidária para apoio ao nível da recuperação e beneficiação de habitações degradadas dos utentes (informação) e ao abrigo do Projeto "Câmara Solidária – Uma ajuda em troca de um sorriso". - Apoio ao reforço da sustentabilidade e transição ecológica nas organizações sociais por via de candidaturas a projetos anuais (Frota Solidária, Programa EDP Energia Solidária). - Criação de um programa de apoio ao cuidador informal. - Criação do Núcleo Municipal de Cuidado de Proximidade/Recursos sociais comunitários de proximidade do Município de Alvaiázere. - Instalação de unidades de habitação de emergência.	- CM de Alvaiázere e IPSS - CM de Alvaiázere, IPSS, Fundação EDP, Fundação Montepio - CM de Alvaiázere, IPSS, RNCCI - CM de Alvaiázere, RNCCI - CM de Alvaiázere	
		Construção de ERPI apresentada pelo Centro Cultural, Recreativo e Social de Pussos	Centro Cultural, Recreativo e Social de Pussos, CM de Alvaiázere.	
		Construção de ERPI apresentada pela Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoester.	Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoester, CM de Alvaiázere.	
		Construção de ERPI e remodelação da ERPI já existente, apresentadas pela Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere.	Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere, CM de Alvaiázere.	
		Remodelação da ERPI I apresentada pela Associação Casa do Povo de Mações de D. Maria.	Associação Casa do Povo de Mações de D. Maria, CM de Alvaiázere.	
	Apoiar a edificação de respostas no âmbito da rede de equipamentos e serviços locais, para pessoas com défices cognitivos e demências.	Construção de Residências Autónomas apresentada pela Associação da Casa do Povo de Alvaiázere	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere, CM de Alvaiázere.	
	Promover uma cultura de participação das pessoas e das entidades no desenvolvimento social local.	Dinamização de programas de animação sociocultural para pessoas em isolamento social e incapacidades.	CM de Alvaiázere, IPSS, ISS, IP, IEFP.	

Informação que fundamenta o apoio à execução dos objetivos do Eixo 6

Infância	O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social deverá lançar, brevemente, um aviso de abertura de candidatura para a reconversão de salas de pré-escolar em salas de creche , com o objetivo de aumentar a capacidade instalada do setor social e solidário (objeto de aviso).
Salas de creche	Articulação com o Instituto da Segurança Social no sentido de criação de Equipa Local de Intervenção Precoce de Alvaiázere (ELI) do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). A ELI é um serviço especializado e gratuito sendo os seus destinatários crianças dos 0 aos 6 anos de idade, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como, crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento e respetivas famílias. Vide portal do Instituto da Segurança Social: www.seg-social.pt e o SNIPI.
Equipa Local de Intervenção Precoce	O SNIPI integra um conjunto organizado de serviços da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Segurança Social e da Educação dirigido a crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias e tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância (Decreto-Lei n.º 281/2009). <i>Disponível em:</i> https://snipi.gov.pt/quem-somos#no-back
Pessoas adultas com deficiência	Programas de animação sociocultural para pessoas com deficiência e incapacidades a promover pelas entidades da rede solidária em colaboração com os recursos sociais e culturais do município de Alvaiázere.
Candidaturas de apoio ao setor social	A Fundação Montepio identifica e promove boas práticas de intervenção social, assumindo um papel relevante no estabelecimento de parcerias e na concessão de apoios ao setor da Economia Social. A Frota Solidária é um projeto central da Fundação Montepio, que há 10 anos entrega viaturas adaptadas a instituições particulares de solidariedade social (IPSS), no âmbito da Lei da Liberdade Religiosa (Consignação Fiscal). <i>Disponível em:</i> e-social.pt/portfolio/frota-solidaria-da-fundacao-montepio/ A Fundação EDP abre anualmente candidaturas abrangendo as instituições do setor social, as quais pretendem apoiar o terceiro setor na transição justa e informada para a mobilidade elétrica promovendo a redução da pegada carbónica do setor e a poupança dos consumos. No primeiro ano de atividade, promoveu o acesso a veículos 100% elétricos a instituições do setor social. Ver abertura de candidaturas em: https://www.fundacaoedp.pt/pt/node/15476 Os projetos candidatos deverão enquadrar-se nas áreas de energias renováveis, da eficiência energética e da mobilidade sustentável. As entidades interessadas poderão candidatar-se à nova edição do Energia Solidária entre 1 e 31 de maio de 2023 (regulamento disponível abaixo). A este programa, dinamizado pelas fundações EDP em território ibérico e no Brasil, podem candidatar-se todas as organizações legalmente constituídas. A relevância social, o carácter inovador e a sua sustentabilidade a longo e médio prazo são alguns dos critérios pelos quais os projetos serão avaliados. Em Portugal e em Espanha, vários voluntários colaboradores do grupo EDP estarão disponíveis para apoiar as entidades. https://www.fundacaoedp.pt/pt/noticias/programa-edp-energia-solidaria-2023

6. Acompanhamento, Monitorização e Avaliação

A realização da carta social municipal não termina no ato de elaboração da estratégia de intervenção. A última fase é dedicada à monitorização e avaliação, que garante a sua utilidade contínua. Essa etapa permite que a carta social municipal seja constantemente adaptada às mudanças nas dinâmicas demográficas e socioeconômicas, bem como no desenvolvimento local e na política social, garantindo que ela permaneça um instrumento válido ao longo do tempo.

A Câmara Municipal de Alvaiázere é a entidade responsável pela elaboração, monitorização e avaliação da carta social municipal. Compete à Câmara Municipal a tarefa de atualização, em consonância com o diagnóstico social e o PDS e com a evolução da rede de serviços e equipamentos sociais.

A monitorização e avaliação permitem uma resposta rápida a possíveis desvios em relação ao planeado inicialmente, permitindo que sejam tomadas medidas corretivas para manter o equilíbrio e a sustentabilidade da rede de serviços e equipamentos sociais, garantindo a adequação da oferta à procura. É recomendado que a Câmara Municipal de Alvaiázere promova um processo de monitorização e avaliação da carta social municipal para garantir o acompanhamento contínuo do progresso da implementação da estratégia de intervenção e garantir a atualização regular e sistemática dos principais indicadores da evolução da rede de serviços e equipamentos sociais, tanto na situação atual quanto nas perspectivas futuras. O plano de monitorização e avaliação é composto por diversas componentes, tais como:

i) Recolha e atualização dados

Os indicadores de caracterização selecionados para recolha devem refletir a informação relevante para obter uma perspetiva abrangente da evolução da rede de serviços e equipamentos sociais, com foco na oferta e procura e no estado de conservação. É essencial atualizar os inquéritos e criar uma base de dados para organizar toda a informação. As entidades do setor social, solidário ou lucrativo devem informar obrigatoriamente os municípios sobre o encerramento e/ou criação de respostas sociais no território municipal, bem como sobre as necessidades e vagas ocupadas e/ou disponíveis nas respostas sociais em funcionamento, para efeitos de atualização da carta social municipal. As taxas de cobertura devem ser atualizadas pelos serviços competentes da segurança social com base na informação reportada.

O Conselho Local de Ação Social de Alvaiázere (CLASA) terá um papel fundamental na monitorização destes indicadores. A atualização da informação num documento, deverá consistir num processo dinâmico, que assente na participação das entidades que desenvolvem respostas sociais no município de Alvaiázere e na colaboração dos serviços da Câmara Municipal de Alvaiázere e do Instituto de Segurança Social, IP.

ii) Acompanhamento e avaliação intermédia e final

Garantir uma avaliação contínua da Carta Social é crucial para permitir uma resposta atempada a possíveis desvios e alterações ao inicialmente programado.

Compete à câmara municipal o acompanhamento da execução da carta social municipal, bem como a elaboração e envio obrigatório aos serviços competentes da segurança social de relatórios de evolução das cartas, com uma periodicidade, pelo menos, bienal (Artigo 8.º, Portaria n.º 66/2021).

Os relatórios a que se refere o número anterior devem incidir sobre a evolução da rede de serviços e equipamentos sociais constantes na carta social municipal, identificando os serviços e equipamentos sociais que se encontrem em funcionamento e a respetiva capacidade, assim como os equipamentos sociais que se encontrem em fase de construção ou em fase anterior a esta e a respetiva capacidade.

Dessa forma, é recomendável realizar uma avaliação intermédia (em 2024) e final (em 2026). Ambos devem ser objeto de análise por parte do CLASA e ser enviados aos serviços competentes da segurança social

iii) Revisão

A carta social municipal tem uma vigência de quatro anos, pelo que a sua revisão é obrigatória findo esse período ou sempre que a rede de serviços e equipamentos sociais se revele desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede aplicáveis.

Constituem fundamento para a revisão da carta social municipal transformações que se reflitam significativamente no planeamento estratégico e no ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais anteriormente aprovados, bem como alterações na orientação das políticas públicas nacionais ou locais, por solicitação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais ou por iniciativa do próprio município.

À revisão da carta social municipal são aplicáveis os procedimentos estabelecidos para a sua elaboração e aprovação.

BIBLIOGRAFIA

- Adam, S., & Kriesi, H. (2007). The Network Approach. In Paul A. Sabatier (org.), *Theories of the Policy Process* (pp. 129-154). Boulder, CO: Westview Press.
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (2014). *Portugal 2020: Objetivos, Desafios e Operacionalização*.
- Albuquerque, C. Guerra, J.; Seixas, A; Ferreira, A. (2018b). "Diagnóstico Social do município da Sertã". Balcão Sertã 3G, Centro de Assistência Social da Freguesia do Troviscal e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
- Albuquerque, C; Guerra, J.; Marques, J. (2018a). "A rede social como processo de governança local estratégica – fatores críticos e recomendações a partir de um estudo sobre comissões sociais de freguesia". In Fialho, J. et al (coords.) *Redes Sociais. Para uma compreensão multidisciplinar da sociedade*, 1ª edição. Lisboa: Edições Sílabo (Pp- 67-84).
- ANIMAR (2017). *Trabalho Digno e Crescimento Económico – Recomendações e Proposta do Grupo de Trabalho – Trabalho Digno e Crescimento Económico*. Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade: Roteiro para a Cidadania e Igualdade.
- Assembleia da República. (2015). *Constituição da República Portuguesa: Sétima Revisão Constitucional – 2005*. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições.
- Assembleia Geral nas Nações Unidas. (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova Iorque: UNICEF.
- Balaceanu, C., Apostol, D., & Penu, D. (2012). Sustainability and social justice. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 62, 677-681.
- Baltazar, M. S. (2004). *Políticas Sociais: "solidariedades planeadas"*. Retirado de <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaSaudadeBaltazar.pdf>
- Banco Mundial (não datado). *Descentralization: what, why, and where*. Retirado de <http://www1.worldbank.org/publicsector/decentralization/what.htm>
- Bandeira, M. L. (2004). *Demografia - Objecto, teorias e métodos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Bandeira, M. L. (dir.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Campanini, Annamaria. (2015). Intervenção com Famílias numa Ótica Sistémica. p. 1-25. In Carvalho, Maria Irene. (Coord.). (2015). Serviço Social com Famílias. Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Canha, Jeni. (2017). A Criança Maltratada – Capítulo 19. In Oliveira, Guiomar & Saraiva, Jorge (Coords.). Lições de Pediatria - Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carreira, Marta. (2012). Infância invisível e em risco: condições para a parentalidade (des)protectora e intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Lisboa: ISCTE – IUL.
- Carrilho, M. (1990). Perspectivas de evolução da população residente no Continente até ao ano 2010. Planeamento, vol.12, n.º 1/2, pp. 29-48.
- Carrilho, M. e Patrício, L. (2010). A situação demográfica recente em Portugal. Revista de Estudos Demográficos, 48, 147-184.
- Casimiro, F. S. (2003). Os conceitos de família e núcleo familiar nos recenseamentos da população em Portugal. Revista de Estudos Demográficos, n.º 33.
- Castells, Manuel. (2010). The Rise of the Network Society. (2ª ed.). Oxford: Wiley-Blackwell.
- Cedefop (2008). Skill needs in Europe Focus on 2020. European Centre for the Development of Vocational Training. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Comissão Europeia (2013). Compreender as políticas da União Europeia «Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Comissão Europeia (2017a). Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Establishing a European pillar of social rights. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=COM:2017:0250:FIN>
- Comissão Europeia (2017b). Livro Branco sobre o Futuro da Europa. Reflexões e Cenário para EU-27 para 2025. Retirado de https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/livro_branco_sobre_o_futuro_da_europa_pt.pdf
- Comissão Europeia (2018a). O pilar europeu dos direitos sociais. Retirado de <http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/Pilar.pdf>
- Comissão Europeia (2018b). Communication from the Commission to the European Parliament and the Council Report on the evaluation of the EU Framework for National Roma Integration Strategies up to 2020. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0785>
- Cordeiro, A. (Coord.), Paredes, L., Amado, M., Fernandes, L., Carvalho, G., Coelho, S., Freitas, A., Gamas, R., Patrício, O., & Manso, D. (2011). Carta Social Dinâmica do Município de Montemor-o-Velho: Uma estratégia de intervenção planeada. Coimbra: FLUC – CEGOT.
- Cordeiro, A. E Santos, L. (2013). Carta Social Municipal: uma estratégia de intervenção integrada. Cadernos de Geografia, n.º32. Coimbra, FLUC - pp. 357-372.

- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Ferreira, A.G. (2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia* n.º 30/31, 305-315.
- Cordeiro, A. M. R.; Alves, C.; Gama, R.; Barros, C.; Figueiredo, P.; Ferreira, S. (2015). Territories and educational (un)success. A case study in a Portuguese supra-municipal community. 6th World Conference on Learning, Teaching and Educational Leadership. Paris.
- Cordeiro, A. M. R.; Barros, C. & Caridade, P. (2013). Projeções demográficas e as suas relações com o desenvolvimento regional. Uma análise às dinâmicas populacionais prospetivas na região Centro (Portugal). *Atas do 19º Congresso da APDR*. Braga: Universidade do Minho.
- Cordeiro, Mário (2015). *Crianças e Famílias num Portugal em Mudança*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Coleção Ensaios da Fundação, n.º 52.
- Costa, J. (Coord.) (2002). *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Dass, P. & Parker, B. (1999). *Strategies for managing human resource diversity: from resistance to learning*. The Academy of Management Executive, London.
- Daveau, S. et al. (1985). Mapas climáticos de Portugal. Nevoeiro e nebulosidade. Contrastes térmicos. *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, (7).
- Direção-Geral da Saúde. (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável: 2017-2025*. Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º 12427/2016).
- Direção-Geral da Segurança Social. (2018-a). *Proteção Social – Crianças e Jovens*. Lisboa.
- Direção-Geral da Segurança Social. (2018-b). *Proteção Social – Pessoas com Deficiência*. Lisboa.
- Direção-Geral da Segurança Social. (2019). *Proteção Social – Pessoas Idosas*. Lisboa.
- EAPN (S/data). *O que é a pobreza?* Porto. Retirado de <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>
- Esping-Andersen, Gøsta. (2016). *Families in the 21st Century*. Alemanha: Books on Demand.
- EU/AWG (2014). *The 2015 Ageing Report Underlying Assumptions and Projection Methodologies*. Bruxelas: European Commission.
- Feio, M. & Daveau, S. (2004). *O relevo de Portugal*. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos.
- Ferrão, J. (2002). Portugal, Três Geografias em Recombinação: Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais. *Lusotopie*, (2), pp. 151-158.
- Ferrão, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991 – 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 34.
- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas demográficas: uma visão panorâmica. In C. Medeiros (dir.) *Geografia de Portugal 2, Sociedade, paisagens e cidades*, 50-71.
- Ferreira, A. B. (2005). Formas do relevo e dinâmica geomorfológica. In C. Medeiros (dir.) *Geografia de Portugal 1: Ambiente Físico*, 67-69.
- Ferreira, A. B. (2005). O Ambiente Climático. In C. Medeiros (dir.) *Geografia de Portugal 1: Ambiente Físico*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Ferreira, Jorge M. L. (2011). Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a Infância – Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à Criança e à Família. Lisboa: Quid Juris – Sociedade Editora.
- Fonseca, F. & Ramos, R. (2011). Formas de cooperação interurbana: o caso da rede de cidades do Quadrilátero Urbano. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n.º 25-26.
- Fontes, Fernando. (2016). Pessoas com deficiência em Portugal. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fraser, Nancy (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, p. 7-20.
- Fundação Calouste Gulbenkian (2016). Uma metrópole para o Atlântico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Iniciativa Cidades.
- Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. (2006). 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (2006-2009). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, não datado. Carta Social 2018. Retirado de http://www.cartasocial.pt/carta_social.php?img=0
- Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2017). Relatório de Portugal: Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) – Terceiro Ciclo de Revisão e Avaliação da Estratégia de Implementação Regional (RIS) do Plano Internacional de Acção de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA).
- Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2018). Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2017. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Gama, R. & Fernandes, R. (2012). A Europa do conhecimento e da aprendizagem: principais comportamentos espaciais da “Europa dos 27”. Atas do Congresso Luso Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Brasília: PLURIS.
- Gama, R.; Barros, C. e Cordeiro & A. M. Rochette (2015). Dinâmicas demográficas, educação e desenvolvimento sustentado na região Centro (Portugal). In Cordeiro, A. R.; Alcoforado, L.; Ferreira, A. (ed.) Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável. Coimbra: DG-FLUC.
- Giddens, Anthony (1999). O Mundo na Era da Globalização. 8ª Ed. Barcarena: Editorial Presença.
- Giroux, H. (1983). Theories of reproduction and resistance in the new sociology of education: a critical analysis. Harvard Educational Review, 53, 3.
- Guerra, I. (2006) Participação e Acção Colectiva. Interesses, conflitos e consensos. Lisboa: Principia.
- Guerra, J., Leitão, C., Barata, C., Anders, Y., Barnes, J., Barzagui, A., ... Zachrisson, H. D. (2019). Interview study of service providers and coordinators on inter-agency coordination for children and families. ISOTIS. Retirado de <http://www.isotis.org/resources/publications/isotis-publications/>

- Guerra, Paulo. (2018). Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – Anotada. (3ª ed). Coimbra: Edições Almedina.
- Haub, C. (1987). Understanding population projections. Washington: Population Reference Bureau.
- INE (2014). Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU 2014). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2017). Guia Prático: Apoios Sociais – Pessoas Idosas.
- Instituto para o Desenvolvimento Social. (2002). Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social.
- Instituto Nacional de Estatística (2010). Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Lema, P. & Rebelo, F. (1997). Geografia de Portugal. Meio físico e recursos naturais, n.º 97. Lisboa: Universidade Aberta.
- Majone, G. (1994) The rise of the regulatory state in Europe. *West European Politics*, 17(3), 77-101.
- Martins, Ernesto. (2005). O retrato histórico-educativo da criança abandonada: Monarquia Constitucional e 1ª República. In Fernandes, Rogério & Vidigal, Luís (Coords.). *Infantia et puerita: introdução à história da infância em Portugal*. (p. 151-167).
- Mendes, M. F., Caleiro, A., Lagarto, S. & Ribeiro, F. (2013). An application of statistical methods of indirect estimation and projection of internal migration flows within the Portuguese mainland. In J. Lita da Silva, F. Caeiro, I. Natário, & C.A. Braumann (eds), *Advances in regression, survival analysis, extreme values, Markov processes and other statistical applications*. Springer.
- Monteiro, S.; Romão, N. (2018). Governança multinível em Portugal: descentralização sub-regional e local e o papel dos fundos europeus. Coleção Políticas e Territórios. Working Paper n.º 04. Agência para o Desenvolvimento e Coesão. Retirado de: http://www.adcoesao.pt/sites/default/files/desenvolvimento_regional/wp04_governancamultinivelemportugal_modeloinstitucional_upr_nept_sm_nr.pdf
- Nazareth, J. M. (1988). *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Edições Presença.
- Nazareth, J. M. (2004). *Demografia - A Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.
- O'Neill, B., Balk, D., Brickman, M. & Ezra, M. (2001). A Guide to Global Population Projections. *Demographic Research*, vol. 4, 203-288.
- O'Neill, B., Balk, D., Brickman, M. & Ezra, M. (2001). A Guide to Global Population Projections. *Demographic Research*, vol. 4, 203-288.
- OECD (2012). *Better Skills, Better Jobs, Better Lives: A Strategic Approach to Skills Policies*, OECD Publishing. Acedido em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264177338-en>.
- Parlamento Europeu (2019). Fichas técnicas sobre a União Europeia – 2019. A luta contra a pobreza, a exclusão social e a discriminação. Retirado de <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/60/a-luta-contra-a-pobreza-a-exclusao-social-e-a-discriminacao>

- Pedroso, João & Branco, Patrícia. (2008). Mudam-se os tempos, muda-se a família. As mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 82, p. 53-83.
- Pereira, Elvira. (2010). Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. *Fórum Sociológico*, série II, n.º 20, p. 57-66.
- Pereirinha, José António. (2010). Pobreza, Exclusão e Desigualdades em Portugal. Ciclo de debates da REAPN – Núcleo Distrital de Vila Real.
- Perista, Heloísa (coord.) & Perista, Pedro. (2012). Género e Envelhecimento – Planear o Futuro Começa Agora! Estudo de Diagnóstico. *Cadernos Condição Feminina*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.
- Pestana, M. e Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pimenta, A., & Salvado, A. (2010). Deficiência e Desigualdades Sociais. *Sociedade e Trabalho*, n.º 41, p. 155-166.
- PO ISE. (s.d.). Programa Ocupacional Inclusão Social e Emprego.
- Preston, S. H., Heuveline, P. & Guillot, M. (2001). *Demography. Measuring and Modeling Population Processes*. Oxford, England, Blackwell Publishing.
- Pülzl, H; Treib, O. (2007). Implementing Public Policy. In Fischer, F; Miller, G; Sidney, M. (Eds.) (2007). *Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods*. Florida: CRC Press, Taylor & Francis Group.
- Reis, E. (1997). *Estatística Multivariada Aplicada*. Lisboa: Sílabo.
- Rodrigues, Carlos Farinha (coord.); Figueiras, Rita & Junqueira, Vítor. (2016). *Introdução ao Estudo - Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: 2009-2014*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rodrigues, Eduardo; Samagaio, Florbela; Ferreira, Hélder; Maria, Mendes & Januário, Susana. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista Sociologia*, n.º 9, p. 63-101.
- Rosa, Maria João Valente. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silver, Hilary. (2015). *The Contexts of Social Inclusion*. New York: United Nations - Department of Economic and Social Affairs.
- Tomé, Maria. (2012). *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Torres, A. (2001). *Sociologia do Casamento: A família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- UCLG - United Cities and Local Governments (2010). *Second Global Report on Decentralization and Local Democracy. Local Government Finance: The Challenges of the 21st Century*. Retirado de <http://www.uclg-decentralisation.org/en/publications/gold>
- UNESCO (2001). *Open File on Inclusive Education*. Paris: Unesco.

Xarepe, Fátima; Costa, Isabel Freitas e & Morgado, Maria do Rosário Oliveira (coords). (2017). O Risco e o Perigo na Criança e na Família. Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Legislação

Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto. Diário da República n.º 156 - 1.ª série;

Decreto-Lei n.º 8/2010 de 28 de janeiro, Diário da República, n.º 19, I Série, Ministério da saúde, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 101/2006 de 6 de junho, Diário da República, n.º 109, I Série - A, Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 42/2006 de 23 de fevereiro, Diário da República, n.º 39, I Série - A, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de novembro, Diário da República, n.º 259, I Série - A, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 332-B/2000 de 30 de dezembro, Diário da República, n.º 300, I Série - A, Ministério do Trabalho e Solidariedade, Lisboa;

Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. Diário da República n.º 157 - 1.ª série;

Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro. Diário da República n.º 19 - 1.ª série;

Lei n.º 45/2005 de 29 de agosto, Diário da República, n.º 165, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 13/2003 de 21 de maio, Diário da República, n.º 117, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto, Diário da República, n.º 193, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, Diário da República, n.º 204, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Portaria n.º 271/2020, de 24 de novembro. Diário da República n.º 229/2020, Série I.

Portaria n.º 70/2021 de 26 de março. Diário da República n.º 60 - 1.ª série;

Portaria n.º 66/2021 de 17 de março. Diário da República n.º 53 - 1.ª série.

Endereços na internet

<http://www.cartasocial.pt>

<http://www.iefp.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.pordata.pt>

<http://www.seg-social.pt>

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1. Pilar Europeu dos Direitos Sociais.	18
Figura 2. Enquadramento administrativo do Município de Alvaiázere.	38
Figura 3. Hipsometria.....	39
Figura 4. Declives.	39
Figura 5. Rede de acessibilidades.	40
Figura 6. População residente, de 1950 a 2021.	45
Figura 7. População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021 por freguesia no Município de Alvaiázere.	46
Figura 8. Variação da população residente, entre 2011 e 2021.	47
Figura 9. Nacimentos em 2020, e entre 2016 e 2020.....	48
Figura 10. Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, de 2001 a 2020.	49
Figura 11. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, de 1950 a 2021.....	51
Figura 12. Pirâmide etária da população residente entre 2001 e 2011.	51
Figura 13. Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2020.	51
Figura 14. Índice de envelhecimento em 2011 e 2021.....	53
Figura 15. Provável variação da população residente entre 2011 e 2031.	57
Figura 16. Nados-vivos, entre 2011 e 2031.	58
Figura 17. Provável variação dos nascimentos entre 2011 e 2031.	58
Figura 18. Índice de envelhecimento, entre 2011 e 2031.	60
Figura 19. Índice de envelhecimento em 2011 e provável índice de envelhecimento em 2031.	60
Figura 20. Índice de dependência, entre 2011 e 2031.	61
Figura 21. Índice de dependência em 2011 e provável índice de dependência em 2031.	61
Figura 22. População residente estrangeira em Alvaiázere segundo o grupo etário, em 2011.....	64
Figura 23. População residente estrangeira em Alvaiázere segundo o continente de origem em 2011.....	65

Figura 24. Países com maior número de estrangeiros em Alvaiázere, em 2011.	66
Figura 25. População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo em 2011.	69
Figura 26. Meios de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, em 2001 e 2011.	69
Figura 27. Proporção das famílias clássicas unipessoais, em 2001 e 2011.	74
Figura 28. Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade, em 2001 e 2011.	74
Figura 29. Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade, por freguesia, em 2011.	75
Figura 30. Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2001 e 2011.	75
Figura 31. Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por freguesia, em 2011.	76
Figura 32. Evolução do número de Pensionistas em Alvaiázere entre 2011 e 2019.	83
Figura 33. Pensionistas em Alvaiázere, segundo a tipologia, em 2011 e 2019.	83
Figura 34. Evolução do número de beneficiários do subsídio de desemprego em Alvaiázere entre 2009 e 2019.	84
Figura 35. Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário, em 2019.	86
Figura 36. Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Alvaiázere, entre 2011 e 2019.	86
Figura 37. População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.	88
Figura 38. Taxa de analfabetismo, entre 1981 e 2011.	89
Figura 39. Taxa de analfabetismo, por sexo, nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.	89
Figura 40. Empresas por tipo de atividade, em 2019.	96
Figura 41. Pessoal ao serviço nas empresas, 2019.	97
Figura 42. Taxa de atividade, por sexo, em 2011.	97
Figura 43. Proporção da população residente que está empregada, por grupo etário nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.	99
Figura 44. População empregada segundo o setor de atividade económica, em 2011.	99
Figura 45. População empregada segundo o nível de escolaridade, em 2011.	100
Figura 46. População empregada segundo a situação na profissão, em 2011.	101
Figura 47. Evolução do Ganho médio mensal por sexo, entre 2013 e 2019.	103
Figura 48. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o sexo, em 2019.	103
Figura 49. Taxa de desemprego em 1981, 2001 e 2011.	105
Figura 50. Evolução do número de desempregados, entre 2009 e 2020.	106
Figura 51. População desempregada em Alvaiázere, por grupo etário, em 2020.	107
Figura 52. População desempregada, segundo o nível de escolaridade, em 2020.	107
Figura 53. Desempregados registados segundo a duração da procura de emprego em 2020.	108
Figura 54. Desempregados registados segundo a situação face à procura de emprego no município de Alvaiázere em 2020.	108
Figura 55. Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	116
Figura 56. Caracterização da frota automóvel, por natureza jurídica.	118

Figura 57. Caracterização da frota automóvel, por freguesia.....	118
Figura 58. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por freguesia.	120
Figura 59. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por freguesia.	121
Figura 60. Equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo.....	122
Figura 61. Equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.....	122
Figura 62. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo.	123
Figura 63. Ano de construção dos equipamentos.	123
Figura 64. Tipo de construção.	124
Figura 65.. Existência de Plano de Emergência.	124
Figura 66. Tipo de instalação dos equipamentos.	124
Figura 67. Estado de conservação exterior e interior.....	124
Figura 68. Existência de espaços exteriores.	125
Figura 69. Avaliação da quantidade de mobiliário.	127
Figura 70. Avaliação da qualidade do mobiliário.	127
Figura 71. Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por população-alvo e tipo.	130
Figura 72. Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo.	131
Figura 73. Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo.	131
Figura 74. Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia. .	132
Figura 75. Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, por freguesia.	133
Figura 76. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social.	133
Figura 77. Início de funcionamento das respostas sociais.....	134
Figura 78. Início de funcionamento das respostas sociais.	134
Figura 79. Capacidade das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária.....	135
Figura 80. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo.	136
Figura 81. Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.	140
Figura 82. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de creche.....	141
Figura 83. Distribuição da resposta social de Creche.	142
Figura 84. Caracterização da população utente da resposta social de creche.	142
Figura 85. Existência de serviços de refeição na resposta social de creche.	144
Figura 86. Existência de outros serviços na resposta social de creche.	144
Figura 87. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.	145
Figura 88. Distribuição da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.	146
Figura 89. Caracterização da população utente da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.....	146
Figura 90. Existência de serviços de refeição na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.....	148

Figura 91. Existência de outros serviços na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.	148
Figura 92. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de centro de atividades de tempos livres.	149
Figura 93. Distribuição da resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.	150
Figura 94. Caracterização da população utente da resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.	150
Figura 95. Existência de serviços de refeição na resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.	152
Figura 96. Existência de outros serviços na resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.	153
Figura 97. Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.	155
Figura 98. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de serviço de apoio domiciliário.	157
Figura 99. Distribuição da resposta social de serviço de apoio domiciliário.	157
Figura 100. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de serviço de apoio domiciliário.	158
Figura 101. Caracterização da população utente por faixa etária e grau de dependência na resposta social de serviço de apoio domiciliário.	158
Figura 102. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de serviço de apoio domiciliário.	159
Figura 103. Caracterização da população utente segundo o apoio familiar na resposta social de serviço de apoio domiciliário.	160
Figura 104. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de serviço de apoio domiciliário.	160
Figura 105. Existência de serviços de refeição na resposta social de serviço de apoio domiciliário.	161
Figura 106. Existência de outros serviços na resposta social de serviço de apoio domiciliário.	161
Figura 107. Distribuição da resposta social de centro de convívio.	163
Figura 108. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de centro de convívio.	163
Figura 109. Caracterização da população utente da resposta social de centro de convívio.	163
Figura 110. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de centro de convívio.	164
Figura 111. Caracterização da população utente segundo o apoio familiar na resposta social de centro de convívio.	165
Figura 112. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de centro de convívio.	165
Figura 113. Existência de serviços de refeição na resposta social de centro de convívio.	166
Figura 114. Existência de outros serviços na resposta social de centro de convívio.	166
Figura 115. Distribuição da resposta social de centro de dia.	167

Figura 116. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de centro de dia.	168
Figura 117. Caracterização da população utente por faixa etária e grau de dependência na resposta social de centro de dia.	168
Figura 118. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de centro de dia.	169
Figura 119. Caracterização da população utente segundo o apoio familiar na resposta social de centro de dia.	169
Figura 120. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de centro de dia.	170
Figura 121. Existência de serviços de refeição na resposta social de centro de dia.	171
Figura 122. Existência de outros serviços na resposta social de centro de dia.	171
Figura 123. Distribuição da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	173
Figura 124. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	173
Figura 125. Caracterização da população utente da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	174
Figura 126. Caracterização da população utente por estado civil na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	174
Figura 127. Caracterização da população utente por motivo de ingresso na resposta de estrutura residencial para pessoas idosas.	176
Figura 128. Existência de serviços de refeição na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	177
Figura 129. Existência de outros serviços na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	177
Figura 130. Distribuição da resposta social de CACI.	179
Figura 131. Caracterização da população utente por faixa etária na resposta social de CACI.	180
Figura 132. Caracterização da população utente por tipo de deficiência na resposta social de CACI.	180
Figura 133. Existência de serviços de refeição na resposta social de CACI.	182
Figura 134. Existência de outros serviços na resposta social de CACI.	182
Figura 135. Distribuição da resposta social de Lar Residencial.	183
Figura 136. Caracterização da população utente por tipo de deficiência na resposta social de Lar Residencial.	183
Figura 137. Caracterização da população utente por faixa etária na resposta social de Lar Residencial.	184
Figura 138. Existência de serviços de refeição na resposta social de Lar Residencial.	185
Figura 139. Existência de outros serviços na resposta social de Lar Residencial.	186
Figura 140. Distribuição da resposta social de Equipa de cuidados continuados integrados.	187
Figura 141. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de ECCI.	187

Figura 142. Caracterização da população utente por tipo de dependência na resposta social ECCI.....	188
Figura 143. Distribuição da resposta social de Unidade de Média Duração e Reabilitação.....	190
Figura 144. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de UMDR.	191
Figura 145. Caracterização da população utente da resposta de UMDR.....	191
Figura 146. Distribuição da resposta social de Unidade de Longa Duração e Manutenção.....	194
Figura 147. Caracterização da população utente por faixa etária e sexo na resposta social de ULDM.....	195
Figura 148. Caracterização da população utente por tipo de dependência na resposta social ULDM.....	195
Figura 149. Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Alvaiázere, entre 2011 e 2019.	200
Figura 150. Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, sinalizados pela CPCJ, em 2021.	206
Figura 151. Caracterização das crianças e jovens, segundo as problemáticas sinalizadas, da CPCJ.	206
Figura 152. Caracterização das crianças e jovens, segundo as problemáticas diagnosticadas, da CPCJ.	207
FIGURA 153.. Missão, Visão e Valores do Plano de Desenvolvimento Social de Alvaiázere.....	232
FIGURA 154. Princípios base e critérios locativos.....	234
FIGURA 155. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.....	236
Figura 156. Eixos do Plano de Desenvolvimento Social de Alvaiázere.	238

Quadros

Quadro 1. Tipologia das freguesias, área e densidade populacional.....	44
Quadro 2. Evolução da população residente e variação populacional, de 1950 a 2021.....	44
Quadro 3. População residente, de 1991 a 2021.	45
Quadro 4. Variação da população residente, entre 1991 e 2021.	47
Quadro 5. Nados-vivos, de 2001 a 2020.....	48
Quadro 6. Óbitos, de 2001 a 2020.....	48
Quadro 7. Dinâmica natural, de 2001 a 2020.	49
Quadro 8. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, de 1950 a 2021.	50
Quadro 9. Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária em 2001, 2011 e 2021.	52
Quadro 10. Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2011 e 2021.	52

Quadro 11. População residente com pelo menos uma dificuldade, em 2011.	54
Quadro 12. Dificuldades identificadas pela população residente, segundo o grupo etário.	55
Quadro 13. Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau de dificuldade, em 2011.	55
Quadro 14. População residente, sobreviventes e variação, entre 2011 e 2031.	56
Quadro 15. População residente, sobreviventes e variação por escalão etário no município, entre 2011 e 2031.	59
Quadro 16. Índice de envelhecimento entre 2011 e 2031.	59
Quadro 17. População residente segundo a nacionalidade em 2011.	63
Quadro 18. População residente segundo a nacionalidade em 2011.	64
Quadro 19. População residente estrangeira segundo o continente de origem em 2011.	65
Quadro 20. Proporção da população residente que sai ou entra da unidade territorial (movimentos pendulares).	67
Quadro 21. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) e duração média dos movimentos pendulares (min).	68
Quadro 22. Caracterização global das famílias no contexto regional e nacional.	70
Quadro 23. Famílias clássicas segundo a dimensão no município de Alvaiázere, em 2011.	72
Quadro 24. Famílias clássicas segundo os núcleos familiares, em 2011.	72
Quadro 25. Famílias clássicas com um núcleo segundo o tipo, em 2011.	72
Quadro 26. Famílias clássicas segundo a condição para o trabalho dos elementos da família, por freguesia, em 2011.	73
Quadro 27. Caracterização da habitação no contexto regional e nacional.	77
Quadro 28. Época de construção ou reconstrução dos edifícios nas freguesias de Alvaiázere.	78
Quadro 29. Edifícios segundo o número de alojamentos em 2011.	78
Quadro 30. Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação nas freguesias do município de Alvaiázere, no ano de 2011.	79
Quadro 31. Alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de infraestruturas nas freguesias do município de Alvaiázere, no ano de 2011.	79
Quadro 32. Caracterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.	80
Quadro 33. População residente com 15 e mais anos segundo o principal meio de vida, nas freguesias do município de Alvaiázere, em 2011.	82
Quadro 34. Pensionistas (pessoas por 1000 habitantes), por tipologia, em 2011 e 2019.	84
Quadro 35. Beneficiários de subsídio de desemprego (pessoas por 1000 habitantes), por sexo, em 2011 e 2019.	85
Quadro 36. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (pessoas por 1000 habitantes em idade ativa), em 2011 e 2019.	87
Quadro 37. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário, em 2019.	87

Quadro 38. População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011.....	88
Quadro 39. Proporção da população residente por ciclos de ensino completos e taxa de abandono precoce.....	90
Quadro 40. Proporção da população residente por ciclos de ensino completos.....	91
Quadro 41. Taxas de escolarização, de retenção, desistência, transição e conclusão, no ano letivo 2019/2020.....	92
Quadro 42. Dinâmica económica no contexto regional e nacional.....	94
Quadro 43. Dinâmica económica no contexto regional e nacional.....	95
Quadro 44. População empregada, por grupo etário nas freguesias de Alvaiázere, em 2011.....	98
Quadro 45. População empregada segundo os níveis de qualificação e profissões, em 2011.....	102
Quadro 46. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade, e diferença salarial face ao Continente, em 2018.....	104
Quadro 47. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2018.....	104
Quadro 48. Infraestruturas básicas de saúde.....	109
Quadro 49. Caracterização global dos indicadores de saúde no contexto regional e nacional.....	110
Quadro 50. Médicos segundo as especialidades, em 2001 e 2019.....	110
Quadro 51. Habitantes por médico e por farmacêutico, em 2001 e 2019.....	110
Quadro 52. Consultas médicas por habitante nos centros de saúde, em 2001 e 2012.....	111
Quadro 53. Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, por freguesia.....	116
Quadro 54. Caracterização dos recursos humanos, por natureza jurídica.....	117
Quadro 55. Caracterização das parcerias com outras entidades, por natureza jurídica.....	119
Quadro 56. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por freguesia.....	120
Quadro 57. Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.....	122
Quadro 58. Tipologia e quantificação de salas.....	125
Quadro 59. Tipologia e quantificação de quartos.....	126
Quadro 60. Tipologia e quantificação de outros espaços.....	126
Quadro 61. Tipologia e quantidade do material audiovisual.....	128
Quadro 62. Tipologia e quantidade do material informático.....	128
Quadro 63. Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por população-alvo e tipo.....	129
Quadro 64. Distribuição das respostas sociais, segundo a população-alvo e tipo, por freguesia.....	131
Quadro 65. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo.....	136
Quadro 66. Rede de serviços e equipamentos sociais.....	137

Quadro 67. Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.	140
Quadro 68. Caracterização geral da resposta social de creche.	141
Quadro 69. Freguesias de residência da população utente da resposta social creche.	143
Quadro 70. Fontes de financiamento da resposta social de creche.	143
Quadro 71. Caracterização geral da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.	145
Quadro 72. Freguesias de residência da população utente da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-Escolar.	147
Quadro 73. Caracterização geral da resposta social de centro de atividades de tempos livres.	149
Quadro 74. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Centro de Atividade de Tempos Livres.	151
Quadro 75. Fontes de financiamento da resposta social de estabelecimento de centro de atividades de tempos livres.	152
Quadro 76. Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.	155
Quadro 77. Caracterização geral da resposta social de serviço de apoio domiciliário.	156
Quadro 78. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	157
Quadro 79. Freguesias de residência da população utente da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.	159
Quadro 80. Fontes de financiamento da resposta social de serviço de apoio domiciliário.	161
Quadro 81. Caracterização geral da resposta social de centro de convívio.	162
Quadro 82. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de centro de convívio.	162
Quadro 83. Freguesias de residência da população utente da resposta social de centro de convívio.	164
Quadro 84. Fontes de financiamento da resposta social de centro de convívio.	165
Quadro 85. Caracterização geral da resposta social de centro de dia.	167
Quadro 86. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de centro de dia.	167
Quadro 87. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Centro de Dia.	169
Quadro 88. Fontes de financiamento da resposta social de centro de dia.	170
Quadro 89. Caracterização geral da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	172
Quadro 90. Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	172
Quadro 91. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.	175

Quadro 92. Fontes de financiamento da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas.	176
Quadro 93. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de CACI.	179
Quadro 94. Freguesias de residência da população utente da resposta social de CACI.	181
Quadro 95. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de CACI.	181
Quadro 96. Fontes de financiamento da resposta social de CACI.	181
Quadro 97. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de Lar Residencial.	183
Quadro 98. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Lar Residencial.	184
Quadro 99. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de Lar Residencial.	185
Quadro 100. Fontes de financiamento da resposta social de Lar Residencial.	185
Quadro 101. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de ECCL.	187
Quadro 102. Freguesias de residência da população utente da resposta social de Equipa de ECCL.	188
Quadro 103. Fontes de financiamento da resposta social de ECCL.	188
Quadro 104. Existência de outros serviços na resposta social de ECCL.	189
Quadro 105. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de UMDR.	190
Quadro 106. Freguesias de residência da população utente da resposta social de UMDR.	191
Quadro 107. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de UMDR.	192
Quadro 108. Fontes de financiamento da resposta social de UMDR.	192
Quadro 109. Existência de outros serviços na resposta social de UMDR.	193
Quadro 110. Capacidade, frequência e taxa de utilização da resposta social de ULDM.	194
Quadro 111. Freguesias de residência da população utente da resposta social de ULDM.	195
Quadro 112. Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social de ULDM.	196
Quadro 113. Fontes de financiamento da resposta social de ULDM.	196
Quadro 114. Existência de outros serviços na resposta social de ULDM.	196
Quadro 115. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (pessoas por 1000 habitantes em idade ativa), em 2011 e 2019.	200
Quadro 116. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário, em 2019.	200
Quadro 117. Beneficiários com processamento de RSI em 2020, residentes no município de Alvaiázere, por sexo e por escalão etário.	201
Quadro 118. Beneficiários com processamento de CSI em 2020, residentes no município de Alvaiázere, por sexo e por escalão etário.	202

Quadro 119. Agregados familiares a beneficiar do POAPMC e respetiva composição no Município de Alvaiázere.....	203
Quadro 120. Caracterização das crianças e jovens, segundo a nacionalidade, sinalizados pela CPCJ, em 2021.	206
Quadro 121. Rede de outras políticas, programas, projetos e medidas sociais.....	208
Quadro 122. Síntese da rede de serviços e equipamentos sociais.....	224
Quadro 123. Análise SWOT.....	227

